

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

Resistência criativa de setores subalternos: integração e marginalização em interações socioambientais e políticas na Comunidade de Milho Verde, MG

Bethânia Gabrielle dos Santos

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**RESISTÊNCIA CRIATIVA DE SETORES SUBALTERNOS:
INTEGRAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO EM INTERAÇÕES
SOCIOAMBIENTAIS E POLÍTICAS NA COMUNIDADE DE MILHO
VERDE, MG**

BETHÂNIA GABRIELLE DOS SANTOS

Sob a orientação do Professor
Roberto José Moreira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Setembro de 2016

338.4791098151 Santos, Bethânia Gabrielle dos.
S237r Resistência criativa de setores subalternos: integração e
T marginalização em interações socioambientais e políticas na
Comunidade de Milho Verde, MG / Bethânia Gabrielle dos
Santos, 2016.
141 f.

Orientador: Roberto José Moreira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
Bibliografia: f. 136-141.

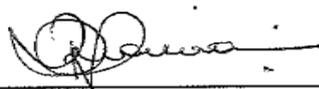
1. Turismo - Teses. 2. Política ambiental - Teses. 3.
Ecologia política - Teses. I. Moreira, Roberto José. II.
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de
Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA E SOCIEDADE**

BETHÂNIA GABRIELLE DOS SANTOS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no curso de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de concentração Natureza, Ciência e Saberes.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 05/09/2016



Prof.^a Dr.^a Roberto José Moreira (CPDA/UFRRJ)
Orientador



Prof.^a Dr.^a Dora Vianna Vasconcellos (CPDA/UFRRJ)



Prof.^a Dr.^a Elza Maria Neffa Vieira de Castro (PPG-MA/UERJ)

“Sou biólogo e viajo muito pela savana do meu país. Nessas regiões encontro gente que não sabe ler livros. Mas que sabe ler o seu mundo. Nesse universo de outros saberes, sou eu o analfabeto. Não sei ler sinais da terra, das árvores e dos bichos. Não sei ler nuvens, nem o prenúncio das chuvas. Não sei falar com os mortos, perdi contacto com os antepassados que nos concedem o sentido da eternidade. Nessas visitas que faço à savana, vou aprendendo sensibilidades que me ajudam a sair de mim e a afastar-me das minhas certezas. Nesse território, eu não tenho apenas sonhos. Eu sou sonhável.” (Mia Couto)

Dedico às minhas avós e aos meus avôs, que tiveram na enxada a caneta de escrever nossa história familiar. Ao vô Vicente, meu primeiro mestre. À tia Nenzinha, aquela que conhecia as plantas de cura dos geraes. Ao Vavá e ao Sidenil, que com triângulo e sanfona musicaram meus dias nas terras do Jequi. A todos aqueles que não posso citar pelo nome. À todas mulheres e homens que como planta dos cerrados, em meio a aridez de um mundo inóspito, resistem.

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação é uma obra coletiva, escrita pelos muitos eus que habitam meu corpo, por todos os modos de olhar o mundo em mim despertados pelos lugares por onde andei, e sobretudo, pelas mãos daqueles com quem tive o prazer de compartilhar afetos, projetos e ideais. A vocês, agradeço.

Registro, primeiramente, meu reconhecimento a aqueles que por obra do acaso vim a encontrar nas “salas” de aula da vida, e que foram determinantes em minha caminhada da graduação ao mestrado, ou na construção da ponte entre a bióloga e a cientista social. Agradeço ao meu orientador professor Roberto José Moreira, que com sutileza e compreensão me permitiu estar livre para trilhar meu próprio caminho, ao passo que me proporcionou ferramentas imprescindíveis para adentrar os novos mundos complexos que as Ciências Sociais e os estudos interdisciplinares me apresentavam. A ele também sou grata pelas orientações teórico-metodológicas e leituras cuidadosas durante todas as etapas do processo de escrita deste texto.

Estendo o agradecimento aos professores do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ, em especial a Débora Lerrer e Luiz Flávio pelas contribuições durante a construção do projeto de pesquisa. Aos professores Héctor Alimonda e Eli Napoleão, por me apresentarem as obras de Boaventura Sousa Santos e Laura de Mello e Sousa, respectivamente. A professora Regina Bruno por não me deixar esquecer que uma bióloga também é capaz de discutir os clássicos da sociologia, pelos abraços nos dias em que eram tão necessários, e pelas preciosas contribuições enquanto componente da banca de meu projeto de qualificação. Ao professor Andrey Cordeiro, com admiração, agradeço pelos debates engrandecedores na disciplina de “Poder político, sistemas econômicos e território: lutas e conflitos socioambientais” e no Núcleo de Estudos do Poder. Ainda aqui, agradeço aos demais funcionários do CPDA, Luiz, Ana Lúcia, Diana Rosa, Gabriela, Reginaldo, Janete e Sílvia que não pouparam esforços em desburocratizar nossas relações, tornando mais humanos e um tanto quanto descomplicados os processos administrativos tão caros à nossa formação acadêmica e produção científica.

Cabe também registrar meu agradecimento à professora Letícia Maria Vieira da Universidade Federal de São João del Rei, fundamental para minha formação enquanto bióloga, e determinante em meu despertar para as dimensões social e política do que hoje chamamos meio ambiente. A professora Carmen Sílvia Andriolli, figura vital em meu processo de aproximação das Ciências Sociais, agradeço pelas considerações enquanto componente da banca de meu projeto de qualificação. À Elza Neffa e Dora Vianna, agradeço as considerações como banca de defesa da presente dissertação e ao incentivo para que a caminhada continue.

Aos amigos do CPDA agradeço o alimento, os cafés, cervejas, aniversários, sorrisos, tristezas, textos, angústias, e abraços compartilhados. Em especial agradeço à turma do Mestrado de 2014: Yamira, Tiago, Marcius, Juanita, Nadja, Maria Otávia, Annagesse, Daniel, Eric, Ligia, Rafael, e aos amigos do mestrado 2013 e doutorado: Andréia Tecchio, Felipe Prado, Carla Morsch, Renata Milanês, Valdênio, Veruska e Thaís Luz. Ao Tiago reitero meu agradecimento pela parceria nas disciplinas cursadas e na orientação compartilhada. À Renata Milanês reforço o reconhecimento do quão foi imprescindível para que esse trabalho tivesse suas entrevistas transcritas. Aos amigos de São João del Rei: Letícia Sousa, Verônica, Igor, Luciete, Milena, Leonardo, Priscila, Lívia, Anna Carolina, Eliane, Naline, Morvan, Sônia, Natália Chagas, Waldir Neto, Samuel, Rangel, Deborah, e Helena, agradeço por terem me ensinado a transver o mundo e a humanizar a bióloga que há em mim.

Como quem compartilha “prosa” e solidariedade amigo é, agradeço a aqueles que

transformaram minhas incursões a campo em lembranças que a memória afetiva recordará com carinho e boas saudades. Assim agradeço aos que de algum modo me acolheram ao longo desses dois anos de idas e vindas entre o Rio de Janeiro e Milho Verde: Letícia e João Paulo, Mel, Amauri, Toninho, Valeska de Belli, Vitor Dittz, Maíra, Igor Carvalho, Jorge Arndt, Edelwais Barroso, Aérea Colli, Luiz Fernando, Renan, Paulinho, Darcilene, Juvêncio, Anilton, Marcelo, Geraldo, Lucia, Marciano, Tulio, Anderson, Vavá e Sidenil.

Finalmente faço meu agradecimento aos que são o fim e o princípio, sem os quais eu não chegaria a lugar qualquer. Ao Bira agradeço a confiança de comigo fazer a travessia das montanhas ao mar, e pelas conversas tão importantes para o amadurecimento de meus pensamentos. Aos meus pais, Dalea e Jair, agradeço por cada livro comprado, gesto de amor, por compreenderem meu jeito de ser e por sempre incentivarem meus “voos”, apesar da saudade. A minha irmã Barbarah agradeço por ser minha pessoa, os incentivos carinhosos e a companhia durante os trabalhos de campo. A minha família como um todo: pais, irmã, tios, tias, e primas agradeço por serem a raiz de uma haste fina, que toda brisa verga, mas nenhuma espada corta.

A todos aqui citados reitero minha gratidão reconhecendo sua contribuição fundamental para o nascimento, desenvolvimento e finalização deste trabalho.

RESUMO

SANTOS, Bethânia G. **Resistência criativa de setores subalternos: integração e marginalização em interações socioambientais e políticas na Comunidade de Milho Verde, MG.** (141pp.) Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016.

A presente dissertação trata da resistência criativa de setores subalternos em interações socioambientais e políticas em Milho Verde, distrito da cidade de Serro, localizado no Alto Jequitinhonha-MG. Analisamos como a subalternia milhoeverdense – com seus saberes e práticas ambientais – tem interagido com a atividade turística e as políticas ambientais, forças externas que tem se expressado na dinâmica interna desta Comunidade. Os procedimentos de pesquisa envolveram o empreendimento de tarefas de campo e análises em uma abordagem qualitativa. Nossos resultados apontam que, no século XXI, as convergências da atividade turística e das políticas ambientais propiciaram a formação de um campo complexo de sociabilidades em Milho Verde. O qual tem se desdobrado em manutenções e transformações nos modos de apropriação técnica, social e cultural de sua ambiência socioecossistêmica. Milho Verde desde a década de 1970 começou a receber turistas e novos moradores. A economia do turismo se consolidou nas décadas posteriores como uma força provocadora de múltiplas transformações em seu panorama social e modos de apropriação territorial. A atividade turística ainda contingenciou a emergência de interações entre moradores nativos, não nativos e turistas que revelam os modos pelos quais a subalternia local tem resistido criativamente à estas reconfigurações. Se integrando em projetos individuais ou ações coletivas desenvolvidas pelo Instituto Milho Verde- ONG socioambiental que atua localmente desde o ano 2000- a resistência criativa desta Comunidade se expressou no fortalecimento de identidades, saberes e práticas culturais de setores subalternos, bem como na reinvenção das tradições e modos de vida relativos às festividades religiosas locais. Quanto às políticas ambientais, Milho Verde está circunscrita dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental Estadual (APAE) das Águas Vertentes, criada em 1998. E compõe o Monumento Natural Estadual (MONATE) Várzea do Lajeado e Serra do Raio, criado em 2011 se sobrepondo à Várzea do Lajeado, território de uso comum, onde no século XX setores subalternos integraram complementar e simultaneamente as práticas da pecuária, garimpo, e extrativismo vegetal. Como reflexo das reconfigurações causadas por esta força presente e atuante, sujeitos subalternos da Comunidade de Milho Verde foram integrados à política de proteção da natureza enquanto funcionários do Instituto Estadual de Florestas, órgão gestor da APAE e do MONATE. De outro modo, a legislação ambiental imposta pela gestão estatal do território tem marginalizado práticas e saberes ambientais locais, com a proibição do uso das condições naturais da Várzea do Lajeado pela pecuária e os extrativismos mineral e vegetal. A subalternia milhoeverdense tem resistido criativamente a este processo de marginalização por meio da subsistência no tempo presente de saberes, práticas, usos costumeiros e memórias relativas à gestão comunitária da ambiência socioecossistêmica da Várzea, bem como através da ambientalização de seus discursos.

Palavras- chave: Turismo, Política Ambiental, Ecologia Política

ABSTRACT

SANTOS, Bethânia G. **Creative resistance of subordinate sectors: integration and marginalization in socio-environmental and political interactions in the Community of Milho Verde, MG.** (141pp.) Dissertation (Masters in Social Science in Development, Agriculture and Society). Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016.

The following dissertation addresses the subordinate sectors' creative resistance in socio-environmental and political interactions in Milho Verde, a district in the city of Serro, Alto Jequitinhonha-MG. We analyse how the local *subalternia* with their knowledge and environmental practices, have interacted with the touristic activity and environmental politics, external forces that have been expressed in the internal dynamic of this community. Our results point out that, in the twenty-first century, the convergences of tourism with environmental politics provided the formation of a complex field of sociabilities in Milho Verde that have unfolded into maintenances and transformations in the modes of technical, social and cultural appropriation of its social-ecosystem atmosphere. The tourist economy started to strengthen in the following decades with a provocative force from multiple transformations in its social panoramic and modes of territorial appropriation. The touristic activity still determined the emergence of interactions between native residents, non-natives and tourists, which reveals the modes through which the regional subordinate has creatively resisted these reconfigurations. Integrating itself in individual projects or collective actions developed by the socio-environmental NGO Milho Verde Institution the creative resistance of this community was expressed through the strengthening of identities, subordinate sectors' cultural knowledge and practices, as well as in the reinventions of traditions relative to the local religious festivities. With regards to the environmental politics, Milho Verde is circumscribed inside the limits of an Area of Environmental State Protection (APAE, portuguese abbreviation), created in 1998, and composes a Natural State Monument (MONATE), created in 2011 overriding the Várzea do Lajeado, a common use territory, where in the twentieth century subordinate sectors simultaneously integrated the practices of the livestock, mining and plant extraction. Reflecting these reconfigurations subordinate subjects of the members of Milho Verde's community were integrated to the protection of environmental politics as employees of the State Institute of Forests, the managing body of the APAE and of MONATE. Otherwise, the environmental legislation imposed by the state management of territory has marginalized local environmental practices and knowledge, with the prohibition of the use of the natural conditions of Lajeado Meadow for livestock and for plant and mineral extractions. The Milho Verde *subalternia* has creatively resisted this process of marginalization through subsistence in the present day of knowledge, practices, customary and memorable uses relative to the communitary management of Várzea's socio-ecosystem, as well as through the environmentalization of its discourses.

Keywords: Tourism, Environmental Policy, Political Ecology

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1-	Mapa de acesso a Serro e Milho Verde -----	15
FIGURA 2-	Projeção de Minas Gerais atual com a divisão territorial de suas Comarcas em 1714 e 1720. Destaque para a criação da Comarca do Serro Frio -----	33
FIGURA 3-	Mapa da Capitania de Minas Gerais nos fim da Era Colonial. Destaque para a Comarca do Serro Frio -----	34
FIGURA 4-	Mapa do Distrito dos Diamantes dos Padres Matemáticos. Destaque para a delimitação do Distrito Diamantino, representado pela linha tracejada, e da estrada que passava por dentro da localidade de Milho Verde, através da qual ia-se da Vila do Príncipe ao Tejuco -----	40
FIGURA 5-	Centros Regionais do Alto, Médio e Baixo Vale do Jequitinhonha ----	43
FIGURA 6-	Panorama da Várzea, Várzea do Lajeado em Milho Verde-MG. Destaque para a vegetação campestre e a Serra do Ouro ao fundo ----	46
FIGURA 7-	Lajeado, Várzea do Lajeado em Milho Verde-MG. Destaque para a primeira queda da Cachoeira do Lajeado em B, e para a segunda queda da Cachoeira do Lajeado (Poço da América do Sul) em C -----	46
FIGURA 8-	Mapa de Milho Verde-MG no ano de 1939. Destaque para seu perímetro urbano e à direita a Várzea do Lajeado -----	47
FIGURA 9-	Sempre-vivas da Várzea do Lajeado, Milho Verde-MG -----	49
FIGURA 10-	Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, Milho Verde-MG -----	56
FIGURA 11-	Capela de Nossa Senhora do Rosário, Milho Verde-MG -----	57
FIGURA 12-	Delimitação aproximada da Comarca do Serro, e trajeto de acesso à região diamantina. Com destaque para os Caminhos Velho, Novo e dos Diamantes-----	58
FIGURA 13-	Mapa Projeto Estrada Real -----	60
FIGURA 14-	Festa de Nossa Senhora do Rosário, Milho Verde-MG. Em A, B e C: Marujos, catopês e caboclinhos, respectivamente. Em D: disputa entre marujo e catopé -----	77
FIGURA 15-	Trabalho desenvolvido pelas mulheres bordadeiras da Barra da Cega-	87
FIGURA 16-	Sede do Instituto Milho Verde -----	88
FIGURA 17-	Mosaico de UCs do Espinhaço Alto Jequitinhonha- Serra do Cabral --	94
FIGURA 18-	Mapa dos Municípios no Interior da Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes -----	95
FIGURA 19-	Várzea do Lajeado -----	98
FIGURA 20-	Mapas de Milho Verde-MG -----	99
FIGURA 21-	Monumento Natural Estadual Várzea do Lajeado e Serra do Raio ----	104
FIGURA 22-	Monumento Natural Estadual Várzea do lajeado e Serra do Raio, Milho Verde-MG. Placas indicativas das restrições de uso do território impostas pela legislação ambiental -----	105
FIGURA 23-	Artesanato produzido com sempre-vivas à venda na feira local -----	111
FIGURA 24-	Unidades de Conservação Regional IEF Alto Jequitinhonha-MG. Destaque para a localização da Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes (em amarelo), e do Monumento Natural da Várzea do Lajeado (em azul) circunscrito dentro dos limites da APA -----	113
FIGURA 25-	Serra dos Santos -----	118

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

ACVMA: Associação cultural e comunitária do catopê e da marujada de Milho Verde
APA: Área de Proteção Ambiental
APAE: Área de Proteção Ambiental Estadual
APP: Área de Proteção Permanente
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
DER: Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais
FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FIES: Fundo de Financiamento Estudantil
GRUMTUR: Grupo Mobilizador do Turismo Responsável
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH: Índice de desenvolvimento humano
IEF: Instituto Estadual de Florestas
IEPHA: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IMV: Instituto Milho Verde
IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
IUCN: União Internacional para conservação da natureza
MINC: Ministério da Cultura
MONATE: Monumento Natural Estadual
OMT: Organização Mundial do Turismo
ONG: Organização Não Governamental
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODETUR: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI: Programa Universidade Para Todos
PUC: Pontifícia Universidade Católica
SEMAD: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SISU: Sistema de Seleção Unificada
SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC: Unidade de Conservação
UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais
UFVJM: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
WWF: Worldwide Fund for Nature – Utilizada como WWF, sem tradução

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
1 Nas grimpas: desbravando o (ser)tão em busca do objeto de pesquisa	14
2 Lapidando o diamante: a construção do objeto	15
INTRODUÇÃO	22
1. DO DIAMANTE ÀS SEMPRE-VIVAS: Milho Verde, terra de ouro ou vale do pobre? -	32
1.1 A Comarca do Serro Frio e a formação da Capitania das Minas Gerais	32
1.2 O quartel militar: entre a Vila do Príncipe e o Tejuco havia Milho Verde	38
1.3 Da opulência à “miséria”: Jequitinhonha, o Vale da pobreza?	41
1.4 Várzea do Lajeado: Extrativismo vegetal, pecuária, garimpo e a constituição do direito consuetudinário	45
2. TURISMO QUE TRANSFORMA, EXPROPRIA E ALIMENTA: “Esse era o Milho Verde, e ele é hoje o que você está vendo aí”	52
2.1 Bem vindo a Milho Verde, distrito do Serro	52
2.2 O tesouro redescoberto: emergência e consolidação da atividade turística em Milho Verde--	58
2.3 Transformações estruturais e conjunturais a partir da atividade turística	62
2.4 Os daqui e os “de fora”: tensões e sinergias entre nativos, moradores não-nativos e turistas-	67
2.5 A formação de um novo panorama social em Milho Verde	72
2.6 Fortalecendo e reinventando as tradições: interações sociais na resistência criativa de saberes e práticas ambientais subalternas	74
3. POLÍTICAS AMBIENTAIS: Marginalização e resistência de saberes e práticas ambientais subalternas	92
3.1 Do Macro ao Micro: a incidência de Políticas Ambientais em Milho Verde	92
3.2 “Então a Várzea para nós hoje é a menina dos olhos de ouro mesmo”: Criação do Monumento Natural Estadual Várzea do Lajeado e Serra do Raio	98
3.3 A gestão estatal do território	103
3.4 Os subalternos, mestres dos saberes tradicionais, monitores, zeladores ambientais	108
3.5 Saberes e práticas marginalizadas: a resistência e os usos costumeiros	111
3.6 A ambientalização do discurso subalterno como resistência criativa	119
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
5. FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	136

APRESENTAÇÃO

1. Nas grimpas: desbravando o (ser)tão em busca do objeto de pesquisa

Sou bióloga. Durante a graduação sempre me interessei pela temática ambiental. Movida por esse interesse, no ano de 2010, junto a um grupo de amigos discentes do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), fundamos o Coletivo Espécie Chave. Este se caracterizou como um grupo independente de alunos organizados, com o objetivo de construção de um espaço de discussão e formação humana do sujeito Biólogo. Desde então, passo a atuar no mundo e a pensá-lo enquanto um todo complexo, onde ser humano e natureza se misturam e modificam em um processo dialético.

Pensando essa relação, no início de 2012 escrevo, com dois companheiros de curso, sob a orientação da professora Dr^a Letícia Maria Vieira e coorientação da Dr^a Carmen Andriolli, o projeto “*Percepção ambiental da FLONA de Ritópolis: uma visão dos moradores da zona de amortecimento sobre a conservação dos recursos naturais*”. Tendo sido este aprovado para execução pela Pró-reitoria de Extensão da UFSJ, o desenvolvemos durante um ano junto às comunidades rurais do entorno da Floresta Nacional de Ritópolis-MG.

Em 2013, ao término do projeto defendido como meu trabalho de conclusão de curso, finalizo a graduação transformada pelos encontros, despedidas, debates e lutas travadas na companhia de amigos e mestres, mas também, por cada uma das 83 entrevistas por nós realizadas com o trabalho de extensão universitária. Dona Rita, Sr. Vicente, Neidir, Sílvio e tantos outros não me deixavam esquecer em um só momento o quanto seus saberes me encantaram e me motivavam a seguir um caminho muitas vezes distinto daquele escolhido pelos demais colegas de profissão. Na caixinha disciplinar onde me in(formava) já não cabiam mais meus questionamentos.

Como “quem elegeu a busca, não pode recusar a travessia”, em 2014 ingressei no Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade desejosa de complexificar o meu modo de olhar e me debruçar sobre a temática ambiental. Novos saberes, fazeres, visões de mundo: as Ciências Sociais me apresentaram com outras chaves das portas da percepção. Novas certezas e incertezas foram desconstruídas e construídas, nesse percurso, as obras de Margarida Maria Moura, Laura de Mello e Souza e o Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais me levam a olhar para o Vale do Jequitinhonha.

Navegando virtualmente pelo Vale, chego ao Mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço: Alto Jequitinhonha–Serra do Cabral. Procuvo, viro, reviro o chão de possibilidades que se apresentam e, eis que um tiro no escuro e o pronunciamento do então deputado Nilmário Miranda me levaram a conhecer o caso de um ambientalista baleado em uma comunidade chamada Milho Verde no Alto-Jequitinhonha. Ao me aproximar da desconhecida localidade, chacoalhando a bateia do pensamento sob a orientação do professor Roberto José Moreira, o objeto começa a tomar forma. E o que seria um estudo sobre saberes ambientais em uma comunidade tradicional se revela em um estudo sobre uma Comunidade prismática. Milho Verde é o meu diamante, a pedrinha reluzente que em mil cores me permite olhar para o passado e o presente das Minas Gerais, e das Minas ver o Brasil e o mundo, discutindo as reconfigurações locais a partir de processos que lhe transcendem.

Contudo, seria essa uma apresentação breve e um tanto quanto linear de uma trajetória acadêmica que me leva da graduação na pacata São João del Rei, antiga Sede da Comarca do Rio das Mortes, ao mestrado cursado na cidade do Rio de Janeiro, com trabalho de campo desenvolvido em Milho Verde. Mas, a pesquisa que culmina na realização da presente dissertação tem raízes mais profundas. Penso eu que estejam elas presas ao meu passado

familiar, a meus avós paternos, sertanejos do norte mineiro e a meus avós maternos filhos do centro-oeste das Minas Gerais.

Pouco conheci meu avô paterno (Malaquias Valentino) e minha avó materna (Izolina Alves), ainda assim eles preencheram meu imaginário através das lembranças e histórias familiares. Já de minha avó paterna (Geralda Soares) e meu avô materno (Vicente Ferreira), com os quais pude conviver, lembro dos causos do tempo do trabalho na roça, do urucum para fazer coloral, o polvilho para fazer beijú, barbatimão para curar os males do corpo, as histórias dos tempos de caçador, de plantar roça. Passei a infância me admirando com os mais velhos, com seus saberes e fazeres. Foram eles meus maiores mestres.

Por fim, se somo minha trajetória acadêmica a esta trajetória familiar, a raiz de cada uma das linhas aqui escritas vai a “meu mil avô”, a todos brasileiros e brasileiras que viveram e vivem resistindo nas franjas de uma sociedade desigual e opressora. Esse trabalho fala, portanto, desses homens e mulheres que me encantam com sua história de vida, e com a gentileza de comigo compartilharem um planeta e uma época, seus saberes e práticas.

2. Lapidando o diamante: a construção do objeto

Subindo rumo ao Nordeste mineiro, pelo caminho das serras de pedra, chega-se a Milho Verde, distrito da cidade de Serro. Serro se encontra na porção central da Cadeia do Espinhaço, a 310 quilômetros de Belo Horizonte, Milho Verde está a 15 km da região central do município.

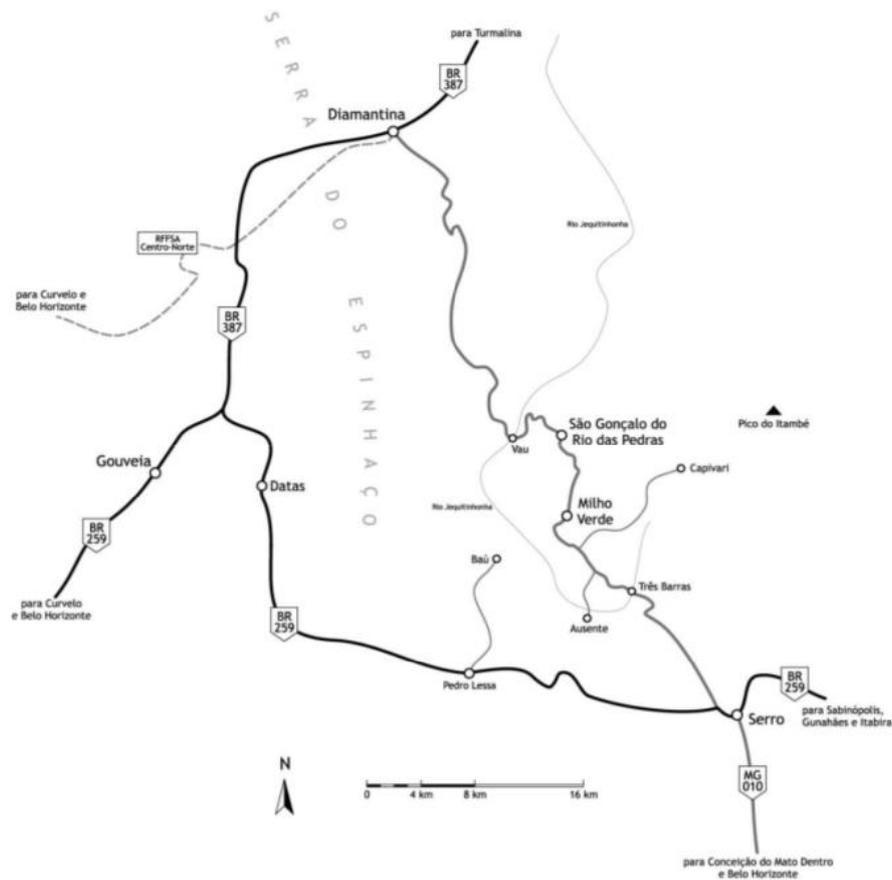


Figura 1- Mapa de acesso ao Serro e Milho Verde. Fonte: ARNDT (2007)

Situada no centro-nordeste de Minas Gerais, região do Alto Jequitinhonha, a comunidade tem uma importância histórica por ter sido um dos primeiros núcleos de povoamento do território mineiro, um entreposto fiscalizador da circulação de pedras preciosas entre a Vila do Príncipe e o Arraial do Tejuco, atuais cidades de Serro e Diamantina.

Na atualidade, aproximadamente 1.000 habitantes se dividem entre a porção central do povoado, aqui denominada zona urbana, e a zona rural representada pelos bairros rurais como o Baú, Ausente e Barra da Cega. Essa população confere a Milho Verde um patrimônio cultural rico. Contudo, torna-se importante ressaltar que mesmo diante dessa riqueza a comunidade encontra-se no Vale do Jequitinhonha, uma região apontada pelo poder público como um bolsão de pobreza, com um dos menores índices de desenvolvimento humano do estado de Minas Gerais.

Cercada pelas montanhas da Serra do Espinhaço onde nasce o rio Jequitinhonha, Milho Verde foi “redescoberta” pelo turismo nas últimas décadas do século XX, a partir de 1970. Redescoberta que expressa a influência do movimento da contracultura no país, o que teve como consequência o fortalecimento das ideologias contra-hegemônicas de fuga da cidade industrial moderna, e de resistência aos limites impostos por um Brasil que vivia em regime ditatorial após o golpe de 1964. Esse movimento inicial leva a uma paulatina estruturação da comunidade em torno do setor de prestação de serviços com a intensificação da chegada à comunidade de novos turistas e novos moradores vindos de outras regiões do estado de Minas e do Brasil. Para além, políticas hegemônicas estatais e privadas – que se utilizam das divisas geradas pelo turismo como dinamizadoras da economia – foram determinantes para que a atividade turística viesse se consolidando em Milho Verde nas décadas posteriores, se afirmando como uma força incidente importante no vir a ser do desenvolvimento local.

Uma segunda força importante em Milho Verde, expressa pelas políticas ambientais, começou a despontar localmente no final da década de 1990, quando o distrito foi inserido na lógica do turismo histórico e ecológico e da conservação ambiental. Sendo esta inserção tanto expressão de movimentos ambientalistas locais quanto da ideologia dominante de instituições nacionais, e internacionais tais como do IUCN, BID e UNESCO. Milho Verde está circunscrita dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental Estadual (APAE) das Águas Vertentes, criada em 1998, e ainda compõe o Monumento Natural Estadual (MONATE) Várzea do Lageado e Serra do Raio, criado em 2011 se sobrepondo a sua principal área de uso comum, a Várzea do Lajeado. Ambas as Unidades de Conservação são geridas pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), a sede da APAE e do Monumento está localizada no distrito, bem como a sede do Instituto Milho Verde (IMV), ONG local fundada em 2000 que tem atuado regionalmente na causa socioambiental.

Devido a sua importância histórica, cultural, econômica e ambiental, alguns estudos já foram realizados na região e no distrito de Milho Verde. Eles trazem a tona recortes temáticos como o turismo, os modo de vida, as manifestações culturais e a biodiversidade local. Contudo, nenhum desses estudos acompanhou as transformações estruturais e conjunturais pelas quais a Comunidade vem passando após os anos 2000, com a intensificação da chegada de turistas e a criação do Instituto Milho Verde. Por terem sido realizados em datas anteriores ao período aqui analisado, tais estudos também não dão conta do estabelecimento de um órgão estatal mobilizador de políticas ambientais em Milho Verde. Órgão este que passa a gerir um território que vinha sendo manejado até então de forma coletiva, onde parte da população local realizava práticas de criação de animais na solta, extrativismo vegetal, e até

mesmo alguma extração de ouro e diamantes com o garimpo esporádico.

Destacamos também que em uma localidade estigmatizada pelo signo da pobreza, do atraso e da desmobilização social, nenhum dos trabalhos já realizados na região de Milho Verde destacou o modo como os setores subalternos locais, seus saberes e práticas tem interagido, e/ou resistido, aos sujeitos mobilizadores e mobilizados por essas importantes forças – hegemônicas e contra-hegemônicas – que reconfiguraram as interações socioambientais e políticas da Comunidade nas últimas décadas.

Com o propósito de preencher estas lacunas, buscando contribuir e dar um passo a frente na literatura que trata dos estudos socioambientais no Alto Vale do Jequitinhonha, enunciamos aqui uma Milho Verde tensionada por interações com duas forças externas: o turismo e as políticas ambientais. Buscando analisar a dinâmica de manutenção e transformação de conjunturas e estruturas que tem se dado em Milho Verde nos primeiros anos do século XXI, a presente dissertação tem como objetivo principal analisar como os setores subalternos de Milho Verde – com seus saberes e práticas ambientais – tem interagido com estas forças externas que tem se expressado na dinâmica interna dessa Comunidade.

Este objetivo principal se desdobra em dois objetivos específicos: I- Descrever e analisar como a consolidação da atividade turística no século XXI pode estar refletindo em manutenções e transformações nos modos de apropriação técnica, social e cultural da ambiência socioecossistêmica da Comunidade de Milho Verde, por setores subalternos locais e por sujeitos mobilizadores dessa força, bem como as interações que a subalternia local – com seus saberes e práticas ambientais – tem estabelecido com os sujeitos mobilizados e mobilizadores da atividade turística que chegam à Comunidade; e, II- Descrever e analisar, os efeitos das políticas ambientais sobre a manutenção e transformação dos modos de apropriação técnica, social e cultural da ambiência socioecossistêmica da Comunidade de Milho Verde, bem como as interações que a subalternia local – com seus saberes e práticas ambientais – tem estabelecido com os sujeitos mobilizados e mobilizadores de políticas ambientais que chegam à Comunidade.

As políticas ambientais e de turismo passam a incidir localmente de modo mais incisivo a partir do século XXI. Neste período, estas duas forças vem provocando localmente reconfigurações nas relações socioambientais locais, ou seja, nas interações entre seres humanos, e destes com sua ambiência socioecossistêmica. Entre os anos 2000 e 2015, a consolidação da atividade turística e a emergência de políticas ambientais contribui à formação de um campo complexo de sociabilidades em Milho Verde, com processos interativos entre o tradicional e o moderno, o rural e o urbano, etc., que tem determinado transformações nos modos de apropriação técnica, social e cultural de sua ambiência socioecossistêmica, com destaque para a Várzea do Lajeado.

A área da Várzea era controlada pela Coroa Portuguesa no período colonial e imperial. Após a decadência da atividade mineradora, enquanto terra devoluta do Estado, esta área, apropriada como território de uso comum, passa a ser gerida de forma coletiva pela Comunidade local. E com a dinamização turística se transforma em um dos principais atrativos turísticos da comunidade. Este processo de consolidação turística em convergência com a incidência de políticas ambientais se desdobra, em 2011, na criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral que se sobrepõe a área.

Os modos de apropriação das condições naturais ou ambiências socioecossistêmicas são, ao mesmo tempo, produtos e produtores de um conjunto de saberes e práticas. Estes saberes e práticas são, no entanto, elementos de lutas simbólicas que determinam estruturas de posse, acesso e controle aos territórios. Nesse sentido, podemos dizer que a intensificação de

interações entre sujeitos portadores de visões de mundo distintas em Milho Verde tem feito com que, em anos recentes, emergjam localmente sinergias e tensões. Ambas registradas na resistência criativa de saberes e práticas ambientais de setores subalternos, que se expressa na emergência e valorização das antigas formas de sobrevivência dessa comunidade, e em sua integração aos projetos modernizadores desenvolvidos na região. Por fim, esse encontro de sujeitos daqui e “de fora”¹ seria provocador tanto da integração, quanto da marginalização e ambientalização de alguns setores, saberes e práticas ambientais subalternas da Comunidade.

Frente a tais conjecturas, procurando cumprir com os objetivos propostos, os procedimentos de pesquisa envolveram o empreendimento de tarefas de campo e análises em uma abordagem qualitativa. Para tanto, de posse dos aportes teórico-metodológicos da Ecologia Política, realizamos em Milho Verde um estudo de caso, a partir do qual procuramos analisar: interações socioambientais em seus respectivos marcos históricos e ambientais, identificando, assim, processos e dinâmicas complexas.

Dentre as técnicas de pesquisas associadas ao método adotado utilizamo-nos de levantamento documental, entrevistas semi-estruturadas e não estruturadas, conversas informais e observação, com uso de caderno de campo. Através destas, fomos capazes de acessar depoimentos orais, memórias, imagens e relatos etnográficos, bem como realizar o levantamento das fontes diversas com as quais nossa pesquisa dialogou.

Em uma primeira etapa, nos apropriamos de documentos constantes em bibliotecas e sítios online, tais como os sites da Prefeitura de Serro e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde acessamos dados relativos ao histórico do município de Serro, e seus censos demográficos. Sobre as políticas ambientais mobilizamos nos sites do Instituto Estadual de Florestas e da Fundação Biodiversitas, documentos relativos à Reserva da Biosfera, ao Mosaico de Unidades de Conservação do Alto Jequitinhonha-Serra do Cabral, à APAE das Águas Vertentes e ao Monumento Natural Várzea do Lajeado e Serra do Raio.

Também no que tange ao levantamento documental foi acionado, em pesquisa de campo, o acervo audiovisual do Centro Cultural de Milho Verde, onde localizamos materiais relativos à história e às manifestações culturais da Comunidade: entrevistas, documentários e vídeos experimentais diversos gravados a partir do ano 2006, bem como informações acerca dos Encontros Culturais articulados promovidos pelo Instituto Milho Verde nos últimos anos.

No que diz respeito ao turismo em Milho Verde, nos apropriamos de Bessa (2011) que analisa a instalação do turismo nos Distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, e Arndt (2007) que trata das (des)articulações entre comunidade, empreendedores e turismo, e desenvolvimento alternativo e sustentabilidade no contexto da comunidade de Milho Verde. Apontamos ainda Andrade (2013) como mais um de nossos inspiradores. O autor nos apresenta, através de um estudo sobre os moinhos de fubá, os elementos formadores da cultura Vissunga² no que tange a expressão corporal, hábitos e saberes de comunidades de Milho Verde. Trazemos também nossa inspiração de seus documentários: “Estradas e Espigas”, com registro de depoimentos sobre os caminhos e estradas que dão acesso de Milho Verde à Diamantina e ao mundo (Andrade, 2008); “Saberes Tradicionais de Milho Verde” que fala sobre o ponto da rapadura, a importância da comunicação através dos toques dos sinos, a arte do trançado da taquara e as delícias feitas a partir da jabuticaba. Saberes seculares da identidade local, que enfrentam hoje as transformações causadas pelo desenvolvimento

1 Categoria loca utilizada por moradores nativos para denominar os moradores locais não nativos.

2 Os vissungos são tradicionais cantos, sagrados e de trabalho, entoados pelas comunidades quilombolas da região de Milho Verde. A “cultura vissunga” diz respeito aos elementos culturais que trazem a memória da escravidão (ANDRADE, 2013).

econômico e turístico na região (Andrade, 2013); e “Lajeado Seco” onde em defesa da Várzea de Milho Verde, diferentes gerações da comunidade discutem o futuro do cerrado frente à exploração de seus recursos (Andrade, 2008).

Articuladas ao levantamento documental, quatro incursões à Milho Verde foram realizadas no período de dezembro de 2014 a dezembro de 2015, todas com duração média de oito a dez dias. A primeira experiência se deu no sentido de iniciar um contato mais íntimo com a Comunidade; na etapa posterior foram realizadas entrevistas não estruturadas com duas moradoras e um ex-morador de Milho Verde (Otacília, Maria Rita e Augusto, respectivamente). Destes, Otacília é moradora nativa, Maria Rita e Augusto naturais de outras cidades de Minas, sendo este último entrevistado em Belo Horizonte. Todos estiveram ligados à fundação do Instituto Milho Verde. Estas entrevistas nos esclareceram questões a respeito da emergência e consolidação da dinâmica do turismo, acerca da criação do Instituto Milho Verde e dos projetos que a ONG socioambiental desenvolveu localmente nos últimos anos, além de nos terem fornecido as primeiras informações sobre a atuação do IEF na região.

Na terceira incursão ao campo participamos do 15º Encontro Cultural de Milho Verde, ambiente onde moradores locais nativos e “de fora”, turistas, oficineiros e artistas de outras cidades do estado se encontraram em uma interação privilegiada de saberes e práticas. Nesse período, junto ao acervo do Instituto Milho Verde, mobilizamos documentos que se tornaram fonte demonstrativa de parte de nossas hipóteses acerca do fortalecimento de identidades subalternas locais, e expressam a valorização de saberes e práticas por iniciativas de nativos, moradores “de fora” e turistas, e em projetos desenvolvidos pelo Instituto.

Na quarta etapa de trabalho de campo realizamos duas entrevistas não estruturadas, com uma empreendedora local, nativa de outra cidade do estado de Minas, mobilizadora do turismo (Luisa), e outra com moradora local, nativa, ex-professora da rede estadual de ensino, participante nos projetos do Instituto Milho Verde (Silivana), bem como diversas conversas informais com moradores nativos e “de fora” ligados à mobilização cultural e à causa socioambiental na comunidade, registradas em nosso caderno de campo. Através destas obtivemos informações sobre a dinâmica do turismo na atualidade, as atividades culturais, o fortalecimento de saberes e práticas tradicionais locais e a emergência e consolidação de políticas ambientais na região.

Por fim, buscando tratar da resistência, marginalização e ambientalização de alguns saberes e práticas ambientais locais, destacamos figuras emblemáticas de agricultores, extrativistas, artesãos, “ex”-garimpeiros, pedreiros e, pequenos comerciantes da Comunidade de Milho Verde, -que foram absorvidos como funcionários do Instituto Estadual de Florestas, órgão gestor da Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes e do Monumento Natural Várzea do Lajeado e Serra do Raio. Em uma última etapa de incursão a campo, realizamos entrevistas semi-estruturadas com estas pessoas do setor da subalternia local.

Dentre os funcionários da APAE do Monumento Natural foram entrevistadas nove pessoas (Armanda, Ricardo, Agenor, Manuel, Cassiano, Reinaldo, e Ramiro: moradores nativos; Hermógenes, e Emílio: moradores “de fora”). Com estas entrevistas buscamos alcançar três objetivos: 1. Elucidar como se deu o processo de criação da APAE das Águas Vertentes e do Monumento Natural Várzea do Lajeado e Serra do Raio e como tem se dado o projeto de proteção/conservação ambiental na região, 2. Resgatar memórias que nos permitissem descrever as transformações que a Comunidade de Milho Verde tem sofrido a partir da incidência do turismo e das políticas ambientais em sua dinâmica interna, e, 3. Entender, através desse setor de homens e mulheres subalternas, como os saberes e práticas ambientais da subalternia local tem resistido frente a conjuntura de consolidação turística e incidência de políticas ambientais.

Ainda se tratando das técnicas de pesquisa, ressaltamos que com a orientação de que “trabalhar no campo com o objetivo de realizar uma monografia significa aprender a conhecer a vida local” (BEAUD; WEBER, 2007), nos inspirou em todas as etapas dos procedimentos referentes a essa pesquisa as técnicas de observação. Eventos locais, festividades, feiras, reuniões, etc. foram utilizados como fontes de informação e documentação. Torna-se importante ressaltar que estes espaços, bem como aqueles onde estivemos durante vivências cotidianas na Comunidade - o passeio até a cachoeira, as compras no mercado local, o caminhar sem rumo pelas ruas, os encontros nos bares do Largo do Rosário. Nestes momentos nos apresentávamos como turista visando uma interação mais espontânea com os locais. Este procedimento nos trouxe momentos privilegiados de obtenção de informações aos quais não teríamos acesso com entrevistas formais. Isto devido a algumas características da sociabilidade dessa Comunidade, dentre as quais o contexto de conflitividades que vem emergindo localmente nos últimos anos, e gerou dificuldades em trabalhar apenas com entrevistas não estruturadas ou semi-estruturadas.

Como no interior de Minas o “dedo de prosa” ou o “causo” são elementos de interação entre seres humanos que surgem espontaneamente no convívio do dia a dia. Procurando contornar os percalços do trabalho de campo, deles nos apropriamos trazendo, assim, às nossas análises narrativas recorrentes em diversos discursos de pessoas distintas. Dada esta recorrência, tais narrativas são, a nosso ver, bons indicativos de um senso comum acerca de questões diversas relativas à dinâmica do turismo e das políticas ambientais. Os dados obtidos a partir de observações e conversas informais foram registrados em caderno de campo durante todo o período em que estivemos na Comunidade, sendo estas anotações sistematizadas e analisadas conjuntamente às fontes documentais, entrevistas não estruturadas e semi-estruturadas, essas gravadas em áudio e posteriormente transcritas³. A partir destas análises, referenciando a problematização e os objetivos por nós designados, a estrutura interpretativa da presente dissertação está constituída de uma introdução e três capítulos.

Na introdução apresentamos os marcos teórico-metodológicos que sustentam nossa análise interpretativa. No capítulo 1 é feita uma contextualização da trajetória sócio-histórica da dinâmica estrutural e conjuntural de Milho Verde, com o objetivo de apresentar o chão histórico onde se forjaram no tempo longo as dinâmicas produtoras de seres sociais subalternos. Partimos da gênese da comunidade no período da colônia, quando seu território era controlado pela Coroa Portuguesa, passamos brevemente pela dinâmica regional do período imperial, e chegamos à era republicana. Nesta narrativa, explicitamos a inserção de Milho Verde na mesorregião do Vale do Jequitinhonha, em sua porção mais próxima ao centro de Minas Gerais: o Alto Vale do Jequitinhonha. Por fim, destacamos a Várzea do Lajeado, terra devoluta do Estado, território onde ao longo do século XX a população local desenvolveu seus modos de apropriação técnica, social e cultural das condições naturais através das práticas de extrativismo vegetal, mineral e pecuária.

O capítulo 2, a princípio, nos convida a fazer uma viagem de Belo Horizonte à Milho Verde, onde apresentamos o distrito da cidade de Serro na atualidade. Em seguida, tratamos das transformações e manutenções de conjuntura e estrutura provocadas localmente pela incidência da força expressa pela atividade turística, ao abordarmos o contexto amplo (regional) e restrito (Milho Verde) da emergência local do turismo na década de 1970, e a

3 Ainda devido ao contexto conflitivo por nós aqui destacado, no que concerne à identificação de nossos interlocutores, optamos pelo recurso metodológico da substituição de seus nomes em nosso texto dissertativo. Para tanto, tomamos de empréstimo alguns dos personagens das obras “Sagarana” e “Grande Sertão: Veredas” do escritor mineiro Guimarães Rosa. Cabe ressaltar que tal adaptação se deu de modo aleatório, respeitando apenas questões de gênero, não se baseando em qualquer semelhança física e/ou psicológica entre estas pessoas e os referidos personagens.

dinâmica de estímulo turístico enquanto política hegemônica a partir da década de 1990. Por fim, analisamos como a atividade turística tem reconfigurado Milho Verde a partir dos anos 2000, e os desdobramentos de tais reconfigurações sobre a dinâmica interna da Comunidade. Tais reconfigurações expressas em transformações nos modos de apropriação do território, no panorama social local, ou em tensões e sinergias entre nativos, moradores “de fora” e turistas.

Finalizamos o capítulo nos debruçando sobre como os saberes e práticas ambientais de grupos subalternos de Milho Verde tem se relacionado e/ou resistido criativamente às modificações contemporâneas advindas da relação com novos sujeitos, seus saberes e práticas, em ações individuais ou organizadas pelo Instituto Milho Verde. Nesse sentido, dissertamos acerca da reconfiguração de tradições de Milho Verde na atividade turística contemporânea por meio de transformação, resgate, e fortalecimento de identidades, saberes e práticas culturais dos grupos subalternos locais expressos em festividades religiosas, dentre outras tradições e modos de vida.

No capítulo 3 examinamos a incidência das políticas ambientais em Milho Verde. A partir da contextualização da geografia e ecologia da Cadeia do Espinhaço introduzimos a temática das políticas ambientais hegemônicas internacionais, nacionais, estaduais e locais que reconfiguraram a região no tempo recente. Em seguida apresentamos o contexto local de interações socioambientais e políticas que culminam na criação do Monumento Estadual Várzea do Lajeado e Serra do Raio na principal área de uso comum de Milho verde: a Várzea do Lajeado. Nessa continuidade, abordamos a gestão estatal do território milhoverdense no século XXI, quando a legislação imposta pelas políticas ambientais regula o uso da terra em propriedades particulares, bem como o uso comunitário da Várzea, impedindo práticas de pecuária, e extrativismos mineral e vegetal na área. Buscando problematizar esse contexto destacamos os subalternos, mestres dos saberes tradicionais, brigadistas, monitores, e zeladores ambientais do Instituto Estadual de Florestas, destacando a integração e a marginalização desses sujeitos frente ao projeto de preservação da natureza local. Isto no encalço de ressaltar a criatividade de resistência desse setor. Para tanto, finalizamos o capítulo tratando primeiramente da subsistência no tempo presente de saberes, práticas, usos costumeiros e memórias relativas ao uso comunitário da ambiência socioecossistêmica local, e por fim da ambientalização do discurso subalterno como reflexo da interação entre os daqui, os “de fora” e as políticas ambientais, força presente e atuante. Nas considerações finais apresentamos nossa avaliação acerca dos resultados da pesquisa, dos aspectos virtuosos do trabalho e aspectos que exigem aprofundamento.

INTRODUÇÃO

A representação do moderno nasce com a Idade Média, quando o cristianismo se opõe ao mundo pagão, no qual o tempo era visto como reflexo da mudança cíclica das estações, nos ciclos reprodutivos de nascimento, morte, nascimento e na alternância interminável entre noite e dia. No mundo cristão essa visão de mundo é substituída por uma ideia de tempo linear, irreversível que tem como marco zero o pecado original, como meio o nascimento de Cristo, e o segundo advento como um fim preestabelecido. É nesse momento, fundante da separação ser humano/natureza no mundo ocidental, que a história da humanidade inverte sua lógica, passa a se orientar sempre para o futuro e a ter um princípio distinto da história natural (KUMAR, 1997).

Foi na Renascença que pela primeira vez se contribuiu para o conceito positivado de moderno, quando em contraposição a história sagrada o interesse pela história secular foi trazido para o primeiro plano. O novo nascimento prometido pela Idade do Ouro deu aos europeus confiança em sua capacidade de ultrapassar os antigos. Ainda assim, as ideias clássicas e cristãs de tempo e história dominaram a mente ocidental até metade do século XVII (KUMAR, 1997). Somente no século XVIII se abre caminho para um conceito de modernidade que rompia completamente com o passado. Sendo fundado um começo baseado em conceitos novos, tais como a ciência racional, a elevação das divisões Antigo, Medieval e Moderno aos status de “estágios” da história mundial, e a concessão de especial importância ao mais recente, o moderno, onde alvorecia uma era infindável de progresso na terra (KUMAR, 1997).

Com a modernidade temos um segundo momento de inflexão, onde o fim não é mais um paraíso que transcenda a matéria, a finalidade de Deus para a humanidade é a construção de seu reino na terra (KUMAR, 1997). Uma das principais expressões e veículos dessa nova consciência é a Revolução Francesa, que baseada na razão deu a modernidade sua forma e consciência características. As bases materiais desse novo momento foram fornecidas pela Revolução Industrial, período em que uma aceleração econômica assumiu proporções revolucionárias. O que nos leva a concluir que a ligação entre modernidade e revolução se expressa nas esferas econômica e ainda nas esferas política e intelectual (nas artes, na filosofia e na ciência). Sendo a modernidade uma questão de ideias, mas também de atitudes e técnicas (KUMAR, 1997).

Esse é o chão histórico em que ganha nova roupagem o capitalismo. Época singular e prolongada de evolução do ocidente, que se inicia com a ascensão do poder mercantil através da colonização do chamado “novo mundo” nos séculos XVI e XVII, e se reconfigura no mundo dos negócios industriais (KUMAR, 1997).

A sociedade industrial moderna confere a sociedade capitalista uma natureza e uma lógica profundamente diversa das instituições, crenças comportamentais, e roteiro econômico das chamadas sociedades “primitivas”, imperiais, ou feudais (HEILBRONER, 1988). Em todas essas sociedades “pré-capitalistas” a atividade de aquisição material era malquista. A sociedade capitalista faz um movimento contrário às demais. É com ela que surge a “ciência” da aquisição, ou Economia Política, que oferece uma solução moral para aos dilemas econômicos. Ao conceber que o espírito aquisitivo exerce um efeito civilizador sob a aparência do comércio, ela concede perdão moral às atividades industriais, comerciais e financeiras, tornando lícita a acumulação material. De acordo com esse quadro de referência, o que era bom para o indivíduo seria bom para a coletividade, ou seja, o que criasse lucro seria útil a sociedade (HEILBRONER, 1988).

Outro aspecto da ideologia capitalista operava a nível cultural no negligenciamento de culturas que tratavam o mundo a partir de sua visão sagrada, sob a qual a terra seria dotada de capacidade de sofrer e de alegrar-se. Com o advento do capitalismo o racionalismo que dá origem aos elementos nascentes de suas relações e crenças fortalece a despersonalização do meio natural, e a visão da natureza materializada é reificada. A ciência positivista se torna uma ideologia, e a matéria indiferente e inerte como substância última da realidade ganha destaque. São estas expressões de um sistema social que tem uma atitude predatória e voraz para com a natureza, substituindo a visão animista por uma natureza objeto e submissa à humanidade (HEILBRONER, 1988).

Em oposição à ideologia capitalista e concomitante a ela floresce uma gama de crítica e criatividade artística e intelectual, que se expressa, por exemplo, ao nível de superestrutura na crítica modernista, uma interpretação idealista do mundo. Ao nível da infraestrutura nasce a crítica da Economia Política, ou a interpretação materialista histórica de Marx.

Therborn (1995) argumenta que do final do século XIX ao final do século XX os partidos, movimentos e correntes intelectuais marxistas foram representantes do modo mais importante de abarcar a natureza contraditória da modernidade. Já a teoria crítica, que se desenvolveu além da crítica marxiana da economia política no contexto dos traumas do século XX, tomou como base a cultura para a crítica da “ideologia da sociedade industrial”, mas com um caráter mais reflexivo sobre a dialética da modernidade, introduzindo temas novos tais como a visão frankfurtiana da libertação como reconciliação com a natureza, em vez de dominação sobre ela (THERBORN, 1995).

Paralelamente ao período de maior desenvolvimento industrial e desconstrução do discurso de modernidade, na segunda metade do século XX, emerge a crítica ecológica, que originalmente expande a crítica frankfurtiana à razão técnica. Na constituição desse estilo de pensamento é clara a influência exercida por intelectuais como Schumacher e Illich, como argumenta Mires (2012).

Schumacher é um dos primeiros a trazer à tona a questão da finitude dos recursos e a ressaltar a importância de que a economia levasse em conta os “fatores ecológicos”. Entretanto, aponta para uma reconfiguração do sistema, não para sua superação. Schumacher entende que para preservar a economia capitalista é necessária sua reavaliação econômica, cultural e tecnológica. Para tanto, propõe outras formas de desenvolvimento fundadas na noção de *small is beautiful*, mas sem questionar o caráter e o sentido das instituições desenvolvimentistas (MIRES, 2012).

Illich, além de alertar sobre os perigos trazidos pelo avanço tecnológico, elabora uma teoria que propõe a construção de uma sociedade em que haja uma nova articulação na tríade ser humano, tecnologia e sociedade. Onde a desmontagem do sistema industrial se daria de modo seletivo por suas próprias vítimas que se articulariam em movimentos sociais. Nessa sociedade, o ser humano controlaria a tecnologia mediante processos políticos democráticos (MIRES, 2012)

No momento em que o discurso industrialista passa a ser desconstruído outro discurso começa a se construir e a partir de determinado momento ser auto-referente. Com o mal estar cultural diante da tecnologia e do progresso a crítica social radical ao sistema capitalista se aprofunda, criando condições que permitiram a irrupção do discurso contra-hegemônico do saber ecológico. Seu apogeu está ligado à ruptura do consenso industrialista, em um momento cultural de crise geral do pensamento coletivo, e do discurso da modernidade (MIRES, 2012). Em 1973, com a crise do petróleo e a intensificação dos programas nucleares, toma força o

que começa a se chamar movimento ecológico.

É importante destacar a predominância dos determinismos na base do discurso ecológico. Dentre eles o biologismo, que entende a questão ambiental como uma questão sem sujeito. Disto decorre uma natureza reduzida a fluxos de matéria e energia, ou onde se prioriza o estudo dos “indivíduos”, “coletividades”, “populações” e “comunidades” em relações simbióticas (ALMEIDA, 2008).

Sob a influência destes determinismos, e diante do impasse entre os equilíbrios naturais e a liberdade humana, um dos primeiros temas da contestação ecológica é a questão da sobrevivência da humanidade em escala planetária, que começa a ser ameaçada pela escassez dos chamados “recursos naturais” (DUPUY, 1980).

Buscando alternativas para o que se enuncia ser uma crise ambiental planetária, o movimento ecológico em seu momento fundante se divide em dois caminhos ou correntes. A primeira é a corrente denominada “evangelho da ecoeficiência”, que está vinculada a um debate acerca dos impactos e riscos decorrentes das atividades industriais, da urbanização e da agricultura moderna e acredita no desenvolvimento sustentável, na modernização ecológica e na boa utilização dos recursos. Em tal perspectiva, expressão clara do poder que o sistema capitalista tem de incorporar constrangimentos e se reinventar, ao se falar de natureza fala-se intrinsecamente em recurso natural, capital natural, serviço ambiental, e em investimentos que convertam os impactos ambientais em desenvolvimento sustentável, colocando a natureza na lógica da lucratividade capitalista. Ou seja, com o ganho econômico vinculado aos ganhos ecológicos, a ecologia se converte em uma ciência gerencial voltada a “limpeza verde”, ou a remediar a degradação causada pela industrialização (MARTÍNEZ ALIER, 2010). Esta vertente tende a ser, se já não o é, a versão economicamente hegemônica no tratamento da questão ambiental contemporânea.

A segunda vertente do movimento ecológico é aquela que se pauta na defesa do “mito da natureza intocada”, ou do “culto ao silvestre”. Enraizada nas capitais do Norte Global a mesma tornar-se-ia globalmente contra-hegemônica naquilo que se refere à política de conservação de áreas reservadas, expandido suas doutrinas à África, América Latina e Ásia, apoiada em organizações tais como WWF e IUCN (DIEGUES, 2001; MARTÍNEZ ALIER, 2010).

Esta corrente está orientada pelos conceitos da biologia da conservação tais como os de “*hot spots*” ou “áreas prioritárias para conservação”, “espécies ameaçadas”, etc. E mesmo quando esses conceitos não são aplicáveis, ou seja, quando não existe razão científica para a proteção, lança-se mão de motivos estéticos e utilitários que a justifiquem, tais como as espécies importantes para medicina ou comestíveis, e as chamadas belezas naturais. Tal movimento propugna uma atitude biocêntrica ante a natureza, em detrimento de uma postura antropocêntrica, e propõe políticas de manutenção de reservas naturais com exclusão total da presença humana, ou com manejo consorciado com a população local. Se eximindo de atacar o crescimento econômico, pautando seu debate em ações de retaguarda ou manutenção do que resta dos espaços de natureza original (MARTÍNEZ ALIER, 2010).

Os mitos e críticas desta vertente do movimento ecológico constituíram uma bandeira de grande apelo que tende a justificar propostas conservacionistas ou ecologistas de gestão ambiental. Tais propostas têm incorporado populações rurais de modo expressivo, mas, contudo, tendem a rechaçar saberes e práticas destas populações que não sejam economicamente viáveis ou ecologicamente aceitáveis (FOLADORI E TAKS, 2004).

Ante as perspectivas dessas correntes do movimento ecológico, se torna evidente que

mesmo que tenha havido na modernidade uma dessacralização da natureza, as relações entre homens, natureza e os deuses continuam sendo complexas. De modo que a história contemporânea, mesmo dissolvendo mitos, recria o pensamento simbólico/mitológico a sua própria maneira. Em detrimento de uma perspectiva da história socioecológica dialética, concebida sobre as bases das correntes do “culto ao silvestre” e do “credo da ecoeficiência”, a relação sociedade e natureza é tratada a partir da reverência à natureza intocada, ou à tecnologia e ao gerenciamento racional de recursos (MARTÍNEZ ALIER, 2010; DIEGUES, 2001).

Na tentativa de romper com as teorias deterministas e da finitude de recursos, algumas tendências e escolas da Antropologia construíram outros modos de pensar a relação sociedade e natureza. Entretanto, apesar de suas contribuições, foram elas também produtoras de dualismos. Dentro da perspectiva dos antropólogos culturalistas entende-se que a natureza restringe as possibilidades do homem, mas são os fatores históricos e culturais que explicam qual possibilidade é escolhida, ou seja, rejeita-se a ideia de que o meio ambiente é o principal determinante da cultura. Entretanto, a cultura teria domínio sob os aspectos ambientais e sua centralidade acaba tornando-se uma primazia (MORAN, 1994). Uma segunda perspectiva construída pelo pensamento antropológico ancorada na teoria neomarxista, em alguma medida também produziu seus dualismos, quando muitos de seus teóricos concebem as culturas tradicionais como externas ao capitalismo. Ou seja, apontam essas sociedades como pré-capitalistas, pois dependentes dos recursos e ciclos da natureza, elas se desenvolveriam apenas através da pequena produção mercantil⁴ (DIEGUES, 2001).

As teorias deterministas, culturalistas e neomarxistas são na realidade dois extremos do espectro de interação humanidade/natureza. A primeira dá ênfase à natureza, as demais à cultura, todas são contraditórias. No século XX, estes esquemas duais instituíram a oposição entre “tradição” e “mudança” e entre “tradição” e “desenvolvimento”, associando o primeiro termo a “subdesenvolvimento”, isto é, ao “atraso” que teria de ser superado (ALMEIDA, 2008, p.66). Ainda, os dualismos estabeleceram a oposição especulativa entre “natureza” e “cultura” na pretensão de explicar o todo distinguindo o “tradicional” do “moderno”, o “pré-capitalista” do “capitalista” (ALMEIDA, 2008).

De modo distinto das teorizações que viemos apresentando até o momento, entendemos que sociedade e natureza não podem ser dissociadas, pois ambas se co-determinam em relações dialéticas, socioecológicas. Tal conceituação deriva da Ecologia Política e da vertente ambientalista da justiça ambiental⁵. A Ecologia Política é um campo de pesquisa que cria um espaço transdisciplinar entre as ciências naturais e sociais, e combina o foco da ecologia humana nas inter-relações entre sociedades humanas, ambientes biofísicos e as relações estruturais de poder entre essas sociedades (LITTLE, 2006).

Ao tratarmos de meio ambiente entendemos que estamos lidando com um tema complexo. Assim, se consideramos *complexus* com aquilo que é “tecido junto”, Morin (2003) nos convoca a completar o pensamento que separa com o pensamento que une. Esse pensamento complexo ao passo que procura contextualizar e globalizar está atento ao

4 Para uma perspectiva neomarxista ressignificada que rompe com tais dualismos ver Moreira (1999).

5 Originária dos Estados Unidos, enquanto bandeira de luta do movimento negro que passa a denunciar o que chamam de racismo ambiental, no “Sul Global” o movimento de justiça ambiental se desdobra na resposta dos ecólogos políticos ao conceito de desenvolvimento sustentável: o ecologismo dos pobres, ou ecologismo popular. Através de uma aliança entre os povos camponeses de resistência e a crítica ecológica, tal vertente tem um interesse material pelo ambiente como fonte de condição para a subsistência, não relacionada apenas aos direitos das demais espécies e das futuras gerações, mas também pelos humanos pobres de hoje.

princípio da incerteza, e faz uma ida e vinda incessante entre o todo e as partes, entre o elementar e o global, certeza e incerteza. Disto decorre lançarmos mão de uma forma de pensar que acreditamos ser uma contribuição ao rompimento com as dicotomias entre natureza/cultura ou ambiente/sociedade, uma linguagem através da qual podemos questionar as separações binárias e assimétricas entre corpo/mente, teoria/prática, saber/fazer, tradição/mudança, e destes com a existência.

Atentos às dimensões políticas, econômicas, sociais, ecológicas e históricas do que se convencionou chamar meio ambiente consideramos que as sociedades produzem sua existência na interface entre a base material e o mundo social, a partir de três tipos de práticas. As práticas de apropriação técnica do mundo material, ou formas técnicas, configuram modos de uso com transformação biofísica, extração, inserção e deslocamentos de materiais nos distintos territórios. São elas resultantes de um conjunto de saberes, e ao mesmo tempo, a base experimental para a constituição de outros (ACSELRAD, 2004).

As práticas de apropriação social do mundo material, ou formas sociais, configuram processos de diferenciação social dos indivíduos a partir de estruturas desiguais de posse, acesso e controle aos territórios. Tais práticas são historicamente construídas e configuram lógicas distributivas e padrões de desigualdade nas diferentes sociedades, bem como suas formas culturais de apropriação, pelas quais o mundo material é objeto de atribuição de significados que lhe dão sentido e ordenamento, comandando atos e práticas diversas a partir de categorias mentais e sistemas de percepção (ACSELRAD, 2004).

Aquilo que as sociedades fazem com seu meio material não se resume a satisfazer carências e superar restrições materiais, mas consiste também em projetar no mundo diferentes significados – construir paisagens, democratizar ou segregar espaços, padronizar ou diversificar territórios sociais, etc. (ACSELRAD, 2004, p.16).

O padrão tecnológico das atividades, portanto, é resultado de escolhas técnicas condicionadas por estruturas de poder, tais como o poder econômico sobre os recursos do meio material, e estruturas subjetivas, ou categorias vigentes, definidas por processos históricos que podem ser deslegitimadas por lutas simbólicas. Isto porque há que se considerar-se também, “que a luta política pela distribuição do poder é também uma luta classificatória e cognitiva” (ACSELRAD, 2004, p.19).

Esta esfera de análise permite identificar um campo de disputa político-ideológico onde determinados elementos da cultura são valorizados e outros desvalorizados (MOREIRA, 1996, p.187). No mundo moderno capitalista, cabe reconhecer que saberes e práticas estão postos em um campo de disputa que envolve processos de valorização e desvalorização econômica e valorização e desvalorização cultural. Se estendermos tal teorização à capacidade do sistema em assimilar os constrangimentos da crítica ecológica e transformá-los em meios de obtenção de lucros, percebemos esta luta material e simbólica seja na apropriação privada dos recursos ambientais (terra, biodiversidade e condições climáticas), ou em processos de apropriação e/ou marginalização de saberes e práticas.

Saber e fazer são aspectos de um mesmo processo. A construção social da realidade configura-se em um processo dialético de exteriorização, objetivação e interiorização das relações sociais. A despeito da existência da multiplicidade e pluralidade de conhecimento no interior das sociedades complexas, na ordem capitalista competitiva o conhecimento valorizado – e, portanto, portador dos elementos da legitimação capitalista – é aquele que se materializa na tecnologia aplicada aos processos sociais hegemônicos. Quando pensamos na conexão entre as tecnologias valorizadas – aquelas pertencentes ao padrão tecnológico em vigor – e as formas sociais que as utilizam, é possível identificar uma correlação entre este padrão tecnológico dominante (ou hegemônico) e as formas sociais de organização

da produção e dos serviços também valorizadas, cultural e ideologicamente. Os setores economicamente modernos são de forma subjacente pensados como formas sociais avançadas e superiores. As técnicas tradicionais, economicamente atrasadas ou não competitivas, são visualizadas como formas sociais atrasadas e inferiores (MOREIRA, 1996, p. 186).

A discussão de Moreira (1996) acerca da valorização e desvalorização de saberes e práticas nos leva de volta à Revolução Industrial, momento a partir do qual a vinculação cada vez maior entre as ciências e os modos de produção determinou a posse de um “saber” como o “domínio de uma arte ou técnica”. Disto advém o conceito de sábio e ou sabedoria que chega ao nosso tempo ainda como um conceito monológico, da ciência única, que diante do diálogo e do opinável, privilegia argumentos indiscutíveis e apresenta os cientistas como modelo de sabedoria acumulada, exaustiva, exata (CASANOVA, 2006). Procurando romper com tal conceituação, ao falarmos de saberes e práticas como fio condutor que permeia questões econômicas, sociais, políticas, históricas e ecológicas que nos permitem “tecer junto” múltiplas dimensões de uma Comunidade chamada Milho Verde, nos inserimos epistemologicamente e politicamente no que se tem convencido chamar “estudos pós-coloniais” e “descoloniais”.

É contra a consolidação ignorada/mascarada/maquiada do processo colonial que o pós-colonialismo latino-americano vem reclamar a sua posição. O lócus da crítica pós-colonial latino-americana se encontra na ação de oposição aos aparatos de poder disciplinares que surgiram a partir do colonialismo e que até os dias de hoje prosseguem ativos, atuantes e determinantes dos modos de vida pós-coloniais – aparatos estes que estão obscuramente dissimulados pelo eurocentrismo, um tipo de pensamento ou ideologia alimentada pelo Estado-nação e pelas elites capitalistas na legitimação da administração e controle dos recursos naturais e culturais dos territórios nacionais das sociedades pós-coloniais (COSTA, 2010, p.28).

Interessados em compreender tanto o passado colonial como o presente neocolonial, tais estudos buscam ultrapassar a hegemonia do pensamento moderno perante a heterogeneidade de relações, povos e crenças que vivem no chamado Sul Global, territórios marcados por colonialidades, seja nas grandes metrópoles globais, seja em países e cidades periféricas (SOUSA SANTOS, 2007; SOUSA SANTOS, 2010). Reconhecendo tanto o mundo colonial passado quanto o sistema mundo atual como marcado por “linhas abissais” que separavam e separam de lados opostos o possível e o impossível, o existente e o não existente, o civilizado e o incivilizado, a metrópole e a colônia, o Sul e o Norte global, o tradicional e o moderno, o culto e o inculto (SOUSA SANTOS, 2010).

O termo descolonização passa a surtir grande efeito na proposta teórica pós-colonial. Descolonizar o mundo e as relações sociais seria desconstruir o mito criado pelo eurocentrismo, desconstruir a pressuposição de que o futuro de toda a humanidade estaria ditado por uma modernidade eurocentrada, abrindo dessa forma o leque de possibilidades para a existência e representação de outras realidades sociais anti-coloniais/descoloniais (COSTA, 2010, p.28).

De posse dessa lente que nos permite olhar o mundo de outra perspectiva, revirando-o de “cabeça para baixo”, ao provocar um “giro descolonial” biosférico e epistemológico, ressaltamos que nesse jogo de valorizações, desvalorizações, marginalizações e exclusões que viemos problematizando, estão os grupos subalternos. Estes são tanto invisibilizados pelas linhas do pensamento abissal quanto silenciados pela colonialidade dos saberes. Dentre eles estão os diversos grupos subalternos do complexo mundo rural brasileiro e a comunidade de Milho Verde, nosso objeto de estudo. Isto, dentre outros fatores, se deve ao fato de às suas visões de mundo, saberes e práticas considerarem o intervalo entre natureza e sociedade como social, distintamente à lógica da modernidade capitalista onde a natureza foi convertida em

fluxos de matéria e energia, fonte de lucro, ou elemento de contemplação a ser protegido (VIVEIROS DE CASTRO, 2002). Contudo, ainda que eles tenham modos de vida e percepções distintas das sociedades capitalistas, consideramos que tais sujeitos subalternos nunca estiveram e nem estão externos ao capitalismo.

Caipiras, caiçaras, sitiantes, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, geraizeiros, e os demais grupos subalternos do mundo rural brasileiro, que por muitas vezes não cabem em denominações, tem uma história muito mais longa que a dominante capitalista. Todavia, sua cultura está em constante mudança devido às suas relações internas e externas, já que nunca estiveram isolados, mas sempre articulados com o modo de produção capitalista, estando essa articulação expressa em alianças e resistências. Neste processo, seus saberes e práticas, e as relações sociais em que estão arraigados vem sendo transformados tanto pelo desenvolvimentismo, como também pela crítica a este modelo.

Estas transformações refletem em novas colonialidades, com a marginalização e exclusão de saberes e perda de territórios dos setores subalternos do Sul Global, e a conversão da natureza em mercadoria ou naquilo que deve ser reverenciado e protegido da interferência humana. Isto devido aos territórios, saberes e práticas de grupos subalternos serem (des)apropriados tanto por empreendimentos transnacionais e locais depredatórios, quanto por políticas de proteção da natureza. Ou, ainda, devido à emergência de preocupações ambientais que fariam com que cada vez mais pessoas retornem para a zona rural, e se voltem ao naturismo, à tradição popular, as reservas e parques naturais, ao ecoturismo, e o turismo rural.

Em contrapartida, esta mesma dinâmica é também reveladora de que essas populações subalternas, mesmo que não organizadas coletivamente, construíram desde sempre seus modos de resistir às transformações nos modos técnicos, sociais e culturais de apropriação de suas condições naturais. Tal resistência muitas vezes se expressa em manutenção, reemergências ou ressignificações locais dos saberes e práticas ambientais subalternos e representariam formas de pensar o mundo e as questões ambientais que transcendem os padrões hegemônicos e contra hegemônicos, ainda que inundadas por eles. Amparados pela conceituação teórica que apresentamos, preocupados em entender este processo de integração, marginalizações e resistências, realizamos nosso estudo de caso sobre a Comunidade de Milho Verde.

Ao analisar as forças hegemônicas e contra-hegemônicas que no tempo recente têm reconfigurado o distrito de Milho Verde, estamos nos utilizando das formulações de “identidades complexas” de MOREIRA (2006); das possibilidades políticas de subalternia no jogo das forças hegemônica e contra-hegemônica de MOREIRA (2014); bem como de considerações sobre criatividade de Domingues (1996; 1999). Mantendo nosso olhar aberto às complexidades internas e externas e às diversas estruturações de identificações “Nós-Eles” que possam revelar a dinâmica das figurações sociais (ELIAS E SCOTSON, 1994) estamos ainda postulando, com Castells (1999), uma identidade de resistência, a nosso ver criativa, para a elucidação das ações da Comunidade de Milho Verde.

Postulamos que na confluência interativa dialética de remanescentes populacionais subalternos de um passado colonial distante – em suas interação de pertencimento sócio-histórico com a própria dinâmica do ecossistema regional – com as forças políticas, econômicas e simbólicas do turismo e das políticas ambientais – hoje atuantes e hegemônicas localmente e em Minas Gerais –, vai se reconfigurando e se ressignificando a identidade complexa da Comunidade de Milho Verde (MOREIRA, 2006), bem como estaria esta comunidade se expressando como uma subalternia resistente e criativa (MOREIRA, 2014). Na interação complexa dos sujeitos mobilizadores dessas forças com a população subalterna

local vai se configurando uma identidade, cuja subjetividade coletiva (DOMINGUES, 1999) estamos denominando de Comunidade de Milho Verde.

Moreira (2006) considera que a identidade de uma comunidade se constituiria em codeterminação complexa de interações internas e externas. Com este enfoque interpretativo, a identidade restrita da Comunidade de Milho Verde seria formada inicialmente pela ambiência interativa das populações subalternas remanescente de um passado longínquo com o ecossistema da Cadeia do Espinhaço (N), este visto como lugar, território de pertencimento. Da dinâmica das interações corpóreas da gente do lugar com a Cadeia do Espinhaço foram criadas ordenações simbólicas que dão sentido a vida das pessoas e ao território, e estruturaram processos de objetivação e subjetivação do Mundo em formas específicas de viver, sentir, agir naquele mundo sócio-histórico (SH↔ N↔ SH). Essa “complexidade interna” do grupo originário evidenciaria uma rede múltipla e complexa de sociabilidade, suas hierarquias (divisões internas) e assimetrias de poder, o vir a ser da Comunidade.

A Comunidade ainda teria uma dimensão ampla da sua complexidade, ao considerarmos que ela é aberta ao mundo do Outro e, desse modo, há uma determinação Nós-Outro que estaria presente em sua constituição identitária, onde

a identidade coletiva da comunidade seria sempre múltipla e complexa, aberta aos movimentos e manifestações de poderes e novos possíveis contidos no Outro. Essa abertura poderia significar aceitação como rejeição, amizade e inimizade, cooperação e disputa. Sendo assim a “Identidade Complexa” de uma comunidade seria formada por duas ordens de complexidade a restrita e a ampla, ou a complexidade interna e a externa (MOREIRA, 2006, p. 183).

Em Milho Verde a identidade ampla seria aquela formada na relação do Nós da população local com o Outro, ou seja, os turistas, os novos moradores “de fora”, o Instituto Milho Verde, o Instituto Estadual de Florestas, a cidade de Serro, os demais municípios de Minas, assim por diante. Nesta formulação compreensiva poderíamos identificar forças hegemônicas, contra-hegemônicas e subalternas (MOREIRA, 2014). Moreira ao criar o conceito de “subalternia” argumenta sobre a necessidade de se expressar e identificar identidades sociais subalternas. Pois, para o autor, visualizar apenas as forças hegemônicas e contra-hegemônicas não seria suficiente para a análise da configuração de poderes assimétricos que faz parte das questões políticas e sociais, em especial ao nível local, mais próximo da micropolítica.

Para o autor supracitado, o rural da pós-modernidade capitalista contemporânea é interpretado pela dialética rural-urbano, em uma ampla perspectiva temporal e em escala global. Nesse contexto, o hegemônico poderia ser visto como valores e poderes da cidade. Assim, pensando o mundo rural brasileiro, a categoria política de “subalternia”

poderia incluir além das subordinações diretas das formas assalariadas e da subordinação indireta dos trabalhadores autônomos e familiares às relações sociais capitalistas hegemônicas, as formas sociopolíticas que se postulam como “sem” alguma coisa ou direitos, sem-terra, sem trabalho, sem habitação, sem escola, etc., bem como os movimentos que clamam por “ocupação de espaços públicos” como forma de luta contra, por exemplo, o capital financeiro e as políticas neoliberais, além da Via Campesina e do Zapatismo campesino latino americano, dentro outros (MOREIRA, 2014, p.66).

As formulações de Moreira (2006; 2014) inundadas por teorizações baseadas na dialética e na interação nos levam à Domingues (1999) e suas considerações acerca da criatividade. Ambas em conjunto nos permitirão falar de uma subalternia criativa.

Objetivando desenvolver uma teoria da criatividade social entretecida à memória, Domingues destaca que ambas tem sido polarizadas. Sendo a memória percebida como

questão social e a criatividade atribuída à realização individual. Preocupado em romper com esta polarização, o autor aponta a dialética e a interação como meios pelos quais a vida social se reproduz, e postula identidades individuais e coletivas, bem como suas respectivas dimensões consciente e inconsciente se produzindo em interações sócio-políticas. Neste sentido, observa que ao nível de identidade individual, em uma relação dinâmica, conteúdos circulam do inconsciente ao consciente modificando-se, (re)criando-se. A essa dialética interna soma-se a dialética das interações entre as subjetividades na vida social (DOMINGUES, 1999). A vida social está estruturada em “sistemas sociais” (des)centrados (com maior ou menor nível de centramento e identidade), redes de indivíduos e subcoletividades onde a memória social é elaborada e a criatividade social exercida. Nos sistemas sociais, estruturados por processos de interação de curta ou longa duração, a criatividade afeta todas as dimensões das relações humanas (DOMINGUES, 1999).

Tal qual a interação existente entre o inconsciente e o consciente, ou entre o “Outro” e o “Eu”, os sistemas sociais são vistos em interação uns com os outros, isto através de “subjetividades coletivas”, em processos onde a memória se delinea e inovações emergem. Em justaposições nem sempre harmoniosas, as subjetividades coletivas buscam umas nas outras sua completude jamais alcançada. Pertencendo a coletividades em cujos “mundo da vida” e do “*habitus*” estamos imersos, é no curso da interação entre subjetividades coletivas que reinterpretemos situações que se desenvolveram no passado e no presente e criamos significados que não são predeterminados (DOMINGUES, 1999, p.55).

Se considerarmos a vida social como uma rede de interações, “micro” ou “macro”, entre indivíduos e coletividades, podemos supor que inovações e sua difusão dependem da constituição das coordenadas espaço-temporais da vida social, ao mesmo tempo em que as moldam. As “linhas” espaço-tempo da ação dos indivíduos e do movimento das coletividades distribuem-se, no que se refere à memória e à criatividade sociais, de acordo com centros de depósito de memórias, e por vezes de resistência à mudança, e centro de inovação, que por sua vez se difundem desigualmente em direções distintas em ritmos diferentes (DOMINGUES, 1999, p.65)

Ao considerarmos a Comunidade de Milho Verde no século XXI, com suas diversas subjetividades coletivas em interação, de onde vem emergindo processos criativos de resistência à mudança ou de integração às inovações, atrelamos às teorizações de Domingues (1999) a Castells (1999) e seus conceitos de “identidade de resistência” e “identidade de projetos”. Castells (1999) evidencia que a formação da identidade se dá em um contexto marcado por relações de poder, onde sujeitos em condições de estigmatização e dominação (ELIAS; SCOTSON, 1994) podem construir seus modos de resistência e sobrevivência. Nas ações de resistência são utilizados materiais e saberes culturais, a partir dos quais esses sujeitos poderiam construir uma nova identidade capaz de redefinir sua posição social no tempo presente. Pode-se dizer que são expressão de identidades defensivas que, em torno de valores comuns, articulam pragmaticamente suas possibilidades de vir a ser.

Nossa análise interpreta a Comunidade de Milho Verde e seu processo de construção de uma politicidade de “subalternia”. Mesmo que reativa e pragmática esta politicidade atua na construção simbólica e discursiva da realidade, ou seja, atua no campo das representações e significações da realidade, interpretando reflexivamente a realidade social e a si mesma. Neste contexto dinâmico e aberto, configura alianças em condição de subalternidade com os setores hegemônico e contra-hegemônico da sociedade local e da sociedade abrangente (MOREIRA, 2014).

Contudo, devido às barreiras sócio-históricas passadas e presentes das dimensões

econômica, simbólica e cultural da vida social global a Comunidade não teria condições de no curto prazo ascender à condição contra-hegemônica ou hegemônica (MOREIRA, 2014). Configurando-se, assim, uma “resistência criativa subalterna” em situação de inferioridade na ordem social, sujeita a estigmatizações sociais produtora de marginalizações, e de seres sociais inferiores (ELIAS; SCOTSON, 1994). Tais estigmatizações e marginalizações estão postas em um campo de lutas por recursos ambientais, e simultaneamente por sentidos culturais que nos chamam a atenção para o modo como os setores subalternos de Milho Verde, com seus saberes e práticas ambientais, tem interagido com as forças externas, hegemônicas e contra-hegemônicas, presentes e atuantes em sua dinâmica interna.

Para olhar de perto o objeto que foi construído ao longo desses dois anos de pesquisa, procuramos complexificar nosso olhar ao tratarmos dos desdobramentos das reconfigurações provocadas pela consolidação do turismo e emergência das políticas ambientais em Milho Verde no século XXI. Entendemos como “saberes e práticas ambientais” os elementos culturais e as práticas sociais que emergem das relações de produção e reprodução das interações de seres humanos (SH↔SH) em um ecossistema específico (N), (SH↔N↔SH) (MOREIRA, 2014). Produto de um esforço de nos desvencilhar de qualquer dualismo que torne o homem e a vida exteriores à natureza, esta dissertação acerca da Comunidade de Milho Verde trata da mistura intrínseca entre sociedade e meio ambiente. Interessam-nos, portanto, no tempo longo e, especificamente a partir dos anos 2000, os aspectos físicos, biológicos, econômicos, históricos, políticos, culturais e sociais inerentes a essa Comunidade que tem permeado manutenções e transformações nos modos de apropriação de sua ambiência socioecossistêmica.

1. DO DIAMANTE ÀS SEMPRE-VIVAS: Milho Verde, terra de ouro ou vale do pobre?

Este capítulo se constitui como um guia que tornará mais familiar o caminho percorrido nos capítulos posteriores. Insere-se no esforço de trabalhar como uma de nossas bases analíticas a perspectiva da historicidade, que busca compreender a realidade atual a partir de um processo de mudança social.

Sem pretensões de fazer uma análise aprofundada dos processos históricos pelos quais Milho Verde vem passando nos últimos mais de trezentos anos, torna-se necessário buscar elucidar alguns eventos de sua trajetória sócio-histórica, para que possamos compreender a manutenção de determinadas estruturas sociais, bem como os processos de transformações dessas estruturas que refletiram e ainda refletem localmente em memórias, modos de vida e *habitus*. Entendemos ainda que ao nos atentarmos a esses aspectos estaremos mais próximos de acessar algumas das raízes dos modos de apropriação das condições naturais, bem como dos saberes e práticas locais calcados na ancestralidade dessa comunidade complexa, e de compreender como eles podem estar resistindo ou se modificando no tempo recente.

Destarte, buscamos aqui apresentar os dados levantados que nos possibilitam criar um panorama geral da sócio-história de Milho Verde. Partimos da exposição do processo de colonização das Minas Gerais, especificamente da região do Serro Frio, e seus desdobramentos na gênese de Milho Verde enquanto quartel militar do território do Distrito Diamantino. Em seguida, passamos por algumas considerações em relação à comunidade no século XX, onde destacamos um panorama de arrefecimento da economia regional e local, e finalizamos com considerações acerca da gestão coletiva e das atividades de extração mineral, vegetal e pecuária na Várzea do Lajeado.

1.1 A Comarca do Serro Frio e a formação da Capitania das Minas Gerais

Até meados do século XVI Minas Gerais era o Sertão dos Cataguases, aos olhos da metrópole um vazio demográfico com presença de populações pré-civilizadas. Era parte dessa imensidão desconhecida a região chamada pelos povos nativos de Ivituruy, Ibiti-ruhy ou Ivitihuhy (“montanhas frias”), percorrida inicialmente por alguns homens em busca do Sabara-buçú, ou montanha resplandecente, uma montanha de prata mencionada pelos indígenas do litoral brasileiro que em verdade se localizava no Peru. Com a descoberta de ouro no início do século XVII iniciou-se a ocupação do território mineiro, que iria receber a partir de então um número significativo de exploradores luso-brasileiros empenhados em navegar seus rios e vasculhar suas terras em busca das riquezas escondidas em suas matas: índios para o trabalho escravo, ouro e pedras preciosas. A essa época, Minas passa a ser nominada Sertão das Minas do Ouro.

A região central do estado mineiro teve na Bandeira de Fernão Dias Paes Leme sua inaugural constatação da presença de riquezas minerais em seu território. No Ivituruy ou Grande Serro Frio, essas bandeiras dizimaram Botocudos, Aimorés e grande parte dos elementos materiais e simbólicos de sua cultura para fundar ali um de seus primeiros arraiais por volta do ano de 1702. Neste primeiro momento, o então Arraial do Ribeirão das Minas de Santo Antônio do Bom Retiro do Serro Frio pertencia à comarca do Rio das Velhas, atual Sabará. Anos mais tarde a localidade passou a se chamar Arraial das Lavras Velhas do Serro Frio, e em 29 de janeiro de 1714 foi elevada a categoria de vila, a Vila do Príncipe que passou aos domínios de uma nova divisão territorial, a Comarca do Serro Frio criada em 1720 (Figura 2).

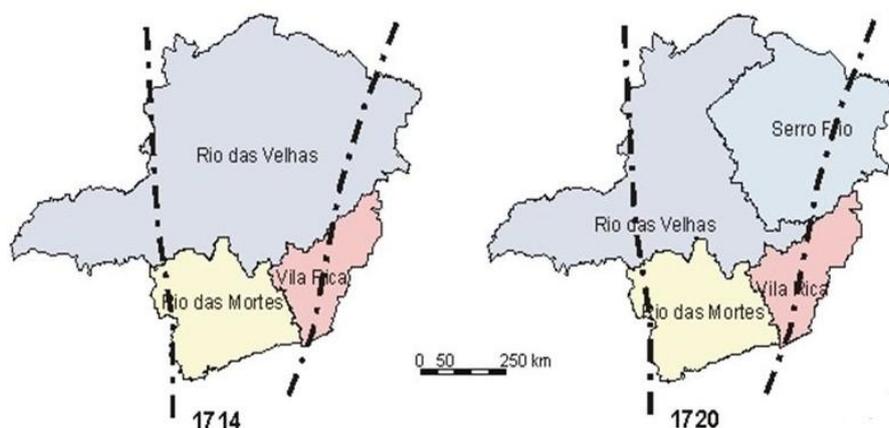


Figura 2: Projeção da Minas Gerais atual com a divisão territorial de suas Comarcas em 1714 e 1720. Destaque para a criação da Comarca do Serro Frio. Fonte: Moraes, 2001.

A corrida do ouro no século XVII, desencadeada por desbravadores baianos e paulistas, foi a principal causa da origem e do povoamento da bacia do rio Jequitinhonha. A procura de ouro e diamante levou inúmeros aventureiros para a região. Atraídos pela lavra do aurífero Hivituruí, aí se instalaram, construindo um vilarejo, que inicialmente recebeu o nome de Arraial das Lavras Velhas de Hivituruí. Em 1714, a localidade foi elevada à categoria de vila e denominada Vila do Príncipe, tomando o status de município em 1738 com a denominação de Cidade do Serro (IBGE, 1997, p.12).

A exploração do Sertão das Minas do Ouro e conseqüentemente do Ivituruy, leva ao descobrimento de terrenos e zonas auríferas. Depois de demarcados ninguém poderia neles circular sem a licença do governo, que construía e vigiava os caminhos que os comunicavam para fora do território mineiro (SANTOS, 1868). Por conseguinte, aqueles que vieram se estabelecer na região da Vila do Príncipe dependiam de cartas de data, mediante pagamento para a exploração sobre as lavras.

Do desmembramento da antiga Vila do Príncipe, surgiu um pequeno arraial que teve grande notoriedade nesta época, chamava-se Arraial do Tejuco. Até por volta de 1729 eram consideradas como puramente auríferas as lavras do Tejuco, entretanto, o arraial seria o *locus* da descoberta de pedrinhas misturadas ao cascalho, que posteriormente se verificou tratar de diamantes (IBGE, 1997). Não se sabe ao certo onde foi encontrada a primeira pedra preciosa, pois os mineiros que se ocupavam da extração do ouro não as conheciam ainda. Contudo, encontravam pequenas pedras em meio ao cascalho que lhes atraíam a atenção devido ao seu brilho, sendo as mesmas guardadas como objeto de curiosidade, ou até mesmo usadas como adorno e tentos para o jogo pelos negros escravos.

Uma das versões para o descobrimento dos diamantes conta que em 1726 o secretário do governador D. Lourenço de Almeida seria presenteado com algumas pedras, tendo-as reconhecido como diamante passou a colecioná-las e a pedir que o trouxessem mais exemplares. Em 1729 o governador manifestou o descoberto ao rei de Portugal e os diamantes descobertos começaram a ser explorados (SANTOS, 1868). Nesse momento, foram suspensas todas as minerações de ouro nas terras diamantinas e anuladas todas as cartas de datas obtidas do guarda-mor da Vila do Príncipe. Reconhecida a necessidade de uma administração específica no Tejuco, foi criada a Intendência dos Diamantes em 1734. O intendente das terras diamantinas foi autorizado a repartir novamente os rios e córregos diamantinos aos mineiros que os requeressem, sendo cobrado imposto de capitação por cada escravo empregado na atividade de exploração. Ainda, não poderia haver lojas e vendas nas

lavras, nem mesmo fora delas na distância de duas léguas (SANTOS, 1868).

Com o fim de aumentar ao máximo o controle da Coroa sobre o diamante extraído, parte do território mineiro passou a compor o Distrito Diamantino. Demarcado inicialmente em 1731 tratava-se de um quadrilátero em torno do Arraial do Tejuco, que foi designado sede tanto do Distrito quanto da Intendência. Administrativamente a região continuaria dependente da câmara e ouvidoria da Vila do Príncipe, sede da Comarca do Serro Frio (Figura 3), que incluía outros arraiais e povoados como Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo, Chapada, Rio Manso, Picada e Pé do Morro (FURTADO *apud* COUTO, 1994, p. 20 e 27), (SANTOS, 1868).

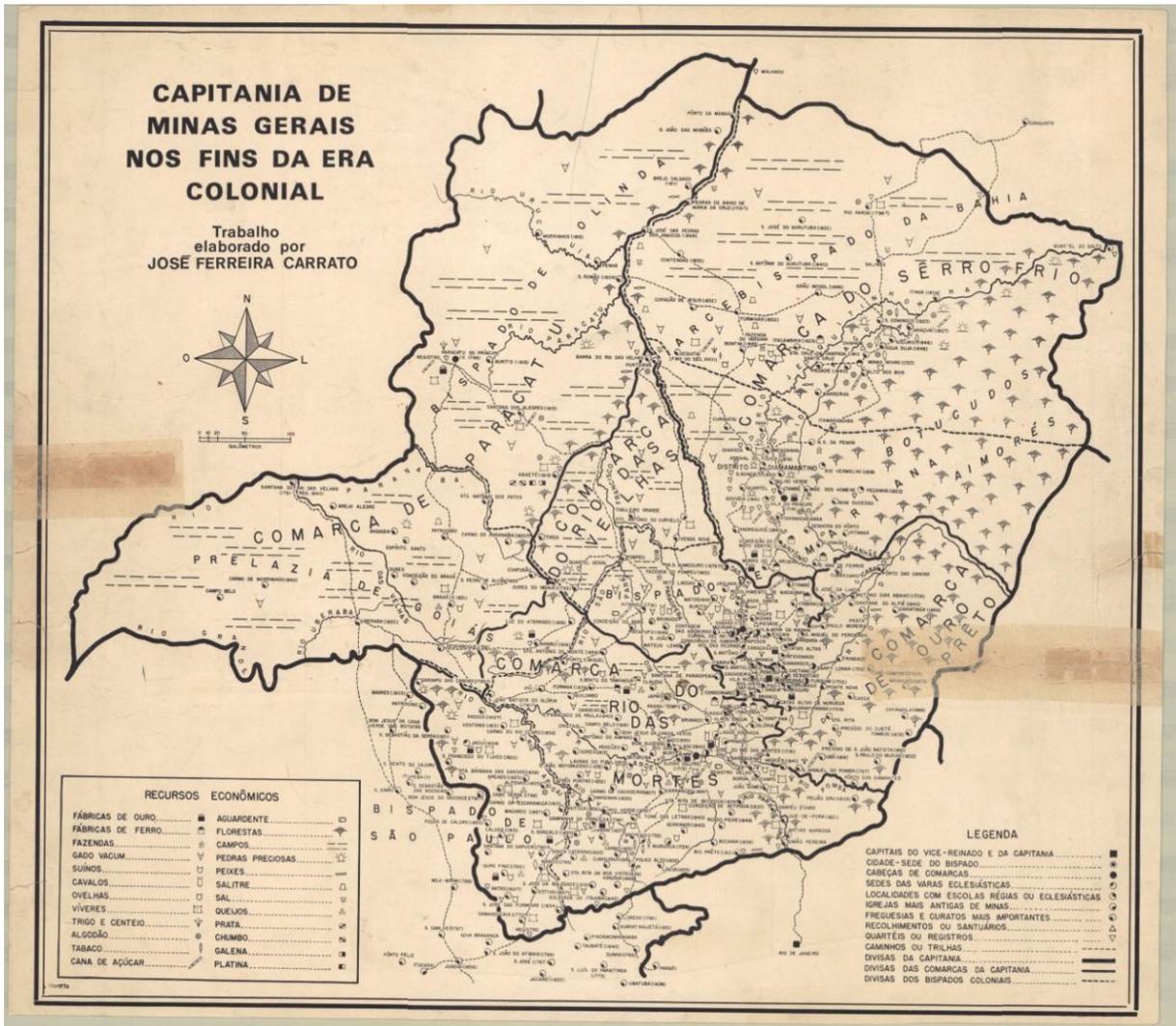


Figura 3: Mapa da Capitania de Minas Gerais nos fins da Era Colonial. Destaque para a Comarca do Serro Frio. Fonte: Site do Arquivo Público Mineiro (2014)

Os limites do Distrito Diamantino poderiam ser expandidos quando se descobriam diamantes em terrenos fora da demarcação. Deste modo, a partir de 1734 com uma nova demarcação o Distrito passa a abarcar todo o leito e margem do rio Jequitinhonha, da nascente até a Capitania da Bahia. Em consequência o aparato fiscal e administrativo criado pela Coroa Portuguesa exerce seu monopólio sobre o diamante extraído em uma área equivalente a 80 km norte-sul e 50 km leste-oeste do então Arraial do Tejuco. Onde é proibida a mineração de

diamantes e as cartas obtidas em 1730 cassadas, sendo aos contraventores aplicada a pena de confisco dos bens e degredo por dez anos para Angola.

Quatro anos mais tarde, em 1739, seria concluído o primeiro contrato de extração dos diamantes entre o governador da Capitania e João Fernandes de Oliveira em sociedade com Francisco Ferreira da Silva. Neste ano também é procedida nova demarcação do Distrito, por terem-se feito novos descobertos de diamantes em terrenos não compreendidos na demarcação de 1734. Os documentos relativos aos novos limites do Distrito citam arraiais fronteiriços a Milho Verde, tais como São Gonçalo e Três Barras, sendo feita a demarcação em questão

do arraial de S. Gonçalo em linha recta às cabeceiras do córrego das Três-Barras, e d'ahi ao Rio Paraúna; todo o rio abaixo até onde entra o ribeirão da Arêa, de cuja barra segue em linha recta à barra que o Rio Pardo Pequeno faz no rio Pardo Grande, no sitio chamado Forquilha, e pela cabeceira do Rio Pardo Grande em linha recta à do Inhahy, e por este abaixo até o Jequitinhonha do Campo e d'este ao Jequitinhonha do Mato, continuando pela cabeceira do Rio Capivary até S. Gonçalo, d'onde tinha começado a demarcação (SANTOS, 1868, p. 55).

Inicialmente exploradas pelos descobridores, com posterior fase de exclusividade dos contratadores, em 1772 começa a extração de diamantes nas minas da Demarcação por conta da Real Fazenda, ou Real Extração, uma empresa "estatal" que rende cerca 2.309 quilates ou 33 arrobas de diamantes até 1787. Seria seu período mais produtivo dos anos 1772 a 1784, com a extração remontando a 51 mil quilates em 1782. Nesse tempo, Minas Gerais já contaria com 319.769 habitantes, dos quais 58.794, ou 18,39% da população mineira, habitavam a comarca do Serro Frio (BOTELHO, 2000).

Era a região do Serro Frio naquele momento uma das regiões mais populosas das Minas, alardeada ainda como uma das mais ricas. Por volta de 1780-1781 ao escrever sua Geografia Histórica, Joaquim José da Rocha [1780 (1995)] deixa claro que o rio Jequitinhonha e seus tributários eram a pedra mais preciosa da Capitania das Minas. Para Laura de Mello e Souza (2004) a exaltação dessa riqueza funcionava como mecanismo de reforço do mito de que o tesouro estava ao alcance de todos, e neutralizava os conflitos e diferenças de uma sociedade escravocrata. Sendo sua verdadeira função: propulsionar a acumulação primitiva nos centros hegemônicos europeus, ou seja, desempenhar o papel máximo das colônias na época do Antigo Sistema Colonial (MELLO E SOUZA, 2004).

O modo de exploração colonial nas Minas Gerais colocou em funcionamento toda uma dinâmica capaz de transformar a Capitania das Minas Gerais em um grande território provedor de riquezas. Contudo, a riqueza de Minas não representava a riqueza dos mineiros, mas sim da metrópole, que não media forças e violência para que fosse ela a única a lucrar com o negócio. Esse despotismo da Coroa estaria claramente explicitado no modo de apropriação do capital calcado no sistema de escravidão. Não só em seu aspecto mais evidente e cruel, como prática social em que um ser humano assume direitos de propriedade sobre outro, mas, também, nos desdobramentos desse modo de exploração ambiental dos homens e da terra.

O sistema de extração de diamantes consistia em um sistema de datas concedidas pela Coroa a senhores de escravos. Esses escravos trabalhavam durante todo o dia curvados dentro da água, peneirando o cascalho na bateia de frente para o feitor, responsável pela fiscalização dos seus serviços, e pela punição de seus "crimes" e "atos de rebeldia". Mesmo diante desse sistema extremamente opressivo, seriam esses escravos capazes de desenvolver estratégias de resistência que lhes permitiam assegurar para si, por vezes, algum dos diamantes encontrados. Entre tais práticas estavam o hábito de engolir as pedras, ou conservá-las por entre os dedos dos pés ao longo do dia de trabalho, e posteriormente aspirá-las junto ao rapé, deixando-as

entrar por uma narina e recolhendo-as na boca (INSTITUTO TERRAZUL, 2006).

Ainda tratando desses modos de exploração, destacadas as figuras do senhor e do escravo, cabe ressaltar que a Minas colonial não se sustentava apenas nesses dois pilares. Laura destaca nessa sociedade a figura do “desclassificado social”. O termo desclassificação, vocábulo analítico ancorado na sociologia e sem qualquer caráter pejorativo, se referiria aquele que na ordem classificadora é o reverso do bem classificado, sendo ambos partes antagônicas e complementares do mesmo todo (MELLO E SOUZA, 2004).

Associando a desclassificação na colônia a processos mais amplos tais como o mundo do capitalismo nascente, a autora supracitada aborda não apenas o modo de vida dos homens pobres e livres, mas o que chama de “ideologia da vadiagem”, ou o olhar desqualificador das elites sobre o mundo do não trabalho e sobre os mestiços que desejavam branquear. Sendo a desclassificação reflexo de uma não inserção derivada de agentes desclassificatórios estruturais, esta pode ser vista por nós como um processo de estigmatização de longo prazo. Grande parte do povoamento da colônia se deu por uma parcela de elementos socialmente “desclassificados” (MELLO E SOUZA, 2004).

Na sociedade mineira eram privilegiados aqueles poucos que tivessem o maior número de escravos, nas mãos dos quais se concentravam as lavras. Nesta Minas opulenta, onde o gentio da terra sofria todo tipo de opressão, conforme aumentava a produção, mais a Coroa lucrava e procurava extrair do negócio, e mais violento se tornava o sistema fiscal. Essa estrutura econômica centrada na produção em larga escala e na acumulação do capital nos centros hegemônicos favorecia o processo de desclassificação, já que impedia que a maior parte dos mineiros tivesse acesso às fontes geradoras de riqueza (MELLO E SOUZA, 2004).

Morando mal, comendo pessimamente e vestindo pior ainda, os homens livres pobres viviam costeando a desclassificação, constantemente empurrados para ela pelo sistema econômico e pelas violentas superestruturas de poder. Na sociedade colonial escravista, apresentavam traços específicos, entretanto sem se constituírem em elementos isolados de um sistema. Imbricavam-se numa formação social cujos parâmetros básicos eram ditados pelo escravismo, e mantinham com ela uma relação contraditória de incorporação e exclusão. Tomados frequentemente como elementos avulsos, desarticulados, ou desclassificados realmente não o deixaram de ser, tendo-se em vista uma sociedade fortemente estratificada nos extremos (MELLO E SOUZA, 2004, p.211).

Assim, entre os extremos da escala social, o senhor e o escravo, estava uma camada intermediária caracterizada pela fluidez e instabilidade, pelo trabalho esporádico, incerto, aleatório. Era o feitor, o capitão do mato, aquele que compunha as guardas e milícias, os mulatos que não queriam mourejar ao lado dos escravos para não serem confundidos com eles, o pequeno proprietário incapaz de competir com o grande senhor de lavras (MELLO E SOUZA, 2004).

Disseminado por toda a colônia, mas dirigido especialmente a Minas no século XVIII, foi no distrito Diamantino que o Fisco mostrou sua face mais cruel e violenta, assim eram também desclassificados os degredados, indivíduos tidos como vadios, mas que formulavam com clareza a sua resistência ao Estado. Resistiam aos impostos cobrados pela Coroa, se ambientavam no mato, se embrenhavam nas grimpas, garimpavam e contrabandeavam (MELLO E SOUZA, 2004).

Dessa extração ilegal de diamantes nasceu a figura do também desclassificado social garimpeiro, aquela pessoa da qual era tirado o único meio de subsistência com a proibição da exploração individual. Era aquele que condenado a expatriação via na fuga e na possibilidade de se embrenhar nas serranias mineiras o único meio de se manter em sua terra, provendo de algum recurso a família que fora obrigado a abandonar. O garimpeiro muitas vezes era

descrito como o sujeito que dormia ao relento no campo, refugiado no alto de rochas, ou nas profundas grutas escavadas nas serras, sem abrigo certo, sempre errante e perseguido (SANTOS, 1868). Resistindo nos mais diversos recônditos da Capitania mineira, a presença desses desclassificados e a opressão da Coroa em Milho Verde é evidenciada por Mello e Souza (2004).

Para prender negros, mestiços e forros que estavam sob suspeita de minerarem clandestinamente, o governador interino José Antônio Freire de Andrade ordenou a Paulo Correia, cabo do Milho Verde, que entrasse pela roça que havia sido de Luiz Coelho, cercasse suas casas e senzalas e prendesse todos que achasse suspeitos, como também o pai e filho, senhores da roça, e todos os instrumentos de minerar, e armas que se lhes acharem (MELLO E SOUZA, 2004, p.175).

Narrativas como está nos permitem afirmar que demarcado e cercado, o Distrito Diamantino tinha na coerção e a arbitrariedade as suas duas principais características. Nessa espécie de Estado dentro do Estado, a máquina administrativa teria alcançado o exemplo mais vivo da violência. Violência essa provocadora da desagregação das relações sociais, instaurando o pânico e o hábito da delação entre mulheres e homens subalternos cobertos de necessidades que pisavam um chão rico, mas inútil para os seus moradores, que eram arrancados de suas terras e impedidos de extraírem dela qualquer riqueza.

Frente a esse contexto opressivo, seriam frequentes os apelos aos ouvidores da Vila do Príncipe devido as constantes tiranias cometidas por contratadores e intendentess. Uma delas trata do administrador do contrato dos diamantes Francisco Ferreira da Silva que teria requerido ao Intendente dos Diamantes buscas em vendas e lojas dos arraiais de Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo e Rio Manso, sendo seus donos notificados para serem exterminados mesmo sem ser encontrada qualquer evidência de prática que levasse ao prejuízo à Fazenda Real (SANTOS, 1868).

A ocorrência de fatos tais como esse demonstra que a repressão exercida funcionava como mecanismo mantenedor de uma sociedade escravista estruturalmente clivada, onde a elite do Tejuco mantinha seus privilégios e a opressão do regime recaía principalmente sobre escravos, negros libertos, e mineradores independentes (ARNDT, 2007).

Torna-se também notório que a intimidação constante exercida pela fiscalização gerava um quadro de desagregação social, onde frente às proibições a que eram submetidos as estratégias de resistência eram um imperativo para a sobrevivência dos subalternos locais. Tal resistência seria produto e produtora de saberes e práticas desenvolvidos na relação com os perfis naturais do lugar, como também de alianças estabelecidas tanto entre subalternos quanto entre subalternos e dominantes. Onde cabe enfatizar que apesar de mestiços, homens livres e escravos fugidos terem uma relação muito próxima, a repressão da Coroa impedia ou dificultava a formação de uma consciência de grupo (MELLO E SOUZA, 2004).

Diversas eram as ocasiões em que os homens pobres e livres eram considerados infratores. As negras que trabalharam nas vendas – servindo escravos e homens pobres livres da mineração – eram constantemente acusadas de contrabando de diamantes e ouro. Haviam ainda os enquadrados como feiticeiros, tanto aqueles que praticavam rituais religiosos de origem africana quanto os que usavam de ervas para curar doenças. Também, os batuques de negros e mestiços eram constantemente punidos pelas autoridades, pois ao seu olhar representavam o perigo de uma ocasião de ajuntamento e solidariedade grupal (MELLO E SOUZA, 2004).

Entretanto, mesmo que fosse sistematicamente desclassificado, na colônia o ônus que o homem pobre e livre trazia consigo através do castigo era convertido em trabalho, e foram muitas as alternativas adotadas para a utilização de sua mão de obra. Nas Minas muitos dos presídios coloniais foram desenvolvidos e mantidos às suas custas, ali viviam sujeitos

catequizados que se ocupavam da produção em campos de lavoura. Os desclassificados eram utilizados também como polícia privada – feitores, capangas e capitães do mato – e nas milícias e corpos militares coloniais com função de enfrentar quilombos, tribos de botocudos, prender escravos fugidos e vigiar os caminhos (MELLO E SOUZA, 2004).

Útil ou inútil à Coroa, o fato é que o sujeito pobre e livre mesmo considerado como negação do trabalho, trabalhou, como negação da revolta, revoltou-se com frequência, e mais que isso resistiu criativamente. Assim, engendrado em uma sociedade estamental que produziu essa camada fluida, indefinida e imprecisa, espalhou os seus borrões em seu seio e espraiou-lhes os contornos (MELLO E SOUZA, 2004). Sendo juntamente com o aparelho administrativo da Coroa, o senhor de terras e o escravo, elemento constituinte de muitas das comunidades do interior das Minas Gerais, dentre as quais a comunidade de Milho Verde.

1.2 O quartel militar: entre a Vila do Príncipe e o Tejuco havia Milho Verde

De acordo com história oficial o Arraial do Milho Verde teria sido criado em 1713 por Manoel Rodrigues Milho Verde, natural da Província do Minho, versão que expressa a valorização do conquistador português, atribuindo ao explorador lusitano a origem do nome que a localidade tem carregado nos últimos 300 anos. Entretanto, esta não é a única estória do mito fundador do arraial. Na memória local resiste outra narrativa, a qual nos foi contada algumas vezes por nativos e moradores “de fora” durante o contexto de trabalho de campo. Relata o saber resistente que quando os primeiros exploradores chegaram por aquelas bandas eles vinham guiados pelos caminhos dos rios, assim o Massangano (como ainda é conhecido por alguns nativos o rio Jequitinhonha) os teria levado até Milho Verde, onde encontraram um senhor que por ali morava chamado Pai Mudesto. Generoso e humilde o senhor lhes teria oferecido o único alimento que possuía: algumas espigas de milho verde, cozidas e assadas, as quais levariam a escolha do nome do lugar: Milho Verde.

Trazendo as duas narrativas enquanto possibilidades não excludentes de uma mesma realidade, destacamos o relato sobre Pai Mudesto enquanto elemento de um giro descolonial na narrativa da história local. Onde o saber resistente da subalternia traz um negro como protagonista de sua história e valoriza na gênese da comunidade características tais como a humildade, em detrimento do sempre exaltado espírito desbravador do bandeirante.

Para além, este é também mais um indício de que, mesmo antes do achado de diamantes no Arraial do Tejuco ser anunciado oficialmente, homens e mulheres negros, livres, quilombolas, ou alforriados já habitavam as serras e córregos da região (ANDRADE, 2013). Contudo, quando a Coroa proíbe a extração independente de diamantes e obriga a expulsão de garimpeiros e família do Distrito, com o objetivo de controlar o território para dificultar a circulação de pessoas não autorizadas à exploração diamantina, a entrada na Demarcação passou a ser permitida somente através dos caminhos oficiais. Podendo ocorrer apenas em locais determinados: os registros ou espécie de alfândega onde se cobrava direitos de entrada ou impostos sobre escravos, gado, e cargas de secos e molhados. Junto a esses registros foram instalados destacamentos militares, assim se dava a vigilância das estradas, evitava-se a entrada ilegal de pessoas na Comarca, os perigos dos caminhos, e ataques constantes a viajantes.

A criação de tais destacamentos demonstrava que além da preocupação em se ordenar a área mineradora que se configurava sendo formada por povoados, vilas e freguesias, havia ainda, por parte do monarca e das autoridades régias a preocupação em fiscalizar os sertões que ficavam em seu entorno. Pois, estes se figuravam como lugares de perturbação da ordem

e da tranquilidade pública, palco de revoltas, motins, refúgio de quilombolas, de bandidos, contrabandistas e gentio bravo cujo combate era feito pelas tropas de homens de cor.

Para defender o extravio dos diamantes e do ouro nos rios dos limites diamantinos, e impedir o roubo dos direitos das estradas, se conserva ahi huma guarda militar, composta de mais de oitenta praças, e commandada por hum capitão, de que sahem os destacamentos para os districtos, do continente respectivo dos diamantes. E o 1º delles o de Milho Verde, ao sudueste do arraial; 2º o da Parauna, no mesmo rumo; 3º o da Gouvea, distante 6leguas na mesma direcção do sudoeste; 4º o da Picada ao sudoeste d'aquelle, distante 3 leguas; 5º o das Três-Barras, ao sudoeste do arraial, situado nas margens orientaes do rio das Velhas, e nas septentrionaes do rio Parauna; 6º o do Galheiro, também ao oeste do arraial; 7º o destacamento do rio Pardo, na mesma direcção; 8º a Contagem, ou registro do Rabello, ao norte do arraial; 9º o registro do Cayté-mirim, em igual direcção; 10º o destacamento da Chapada, ao norte; 11º o destacamento do Andayal, ao nordeste; 12º a guarda do Inhahy, no mesmo rumo; 13º a guarda do Inhacica no mesmo rumo; 14º o registro do Pé do Morro, ao nordeste; 15º em fim, a guarda do rio Manso, no mesmo rumo (PINTO E SOUZA, 1908, p.581).

Nestes termos surge um dos primeiros relatos de fontes históricas sobre Milho Verde em uma alegação dirigida ao governador Dom Lourenço de Almeida em 1732, na qual o mesmo é alertado a ponderar sobre possíveis inconvenientes em se estender aos habitantes de Milho Verde e arraiais da vizinhança as ordens de despejo sumário de mineradores que ocupavam terras dentro dos limites do Distrito Diamantino (ÁVILA *apud* ANDRADE, 2013).

Ainda assim, Milho Verde e São Gonçalo⁶ foram incorporados a Demarcação Diamantina, ficando sujeitos às suas duras leis, que previam penas aos contraventores que iam da simples expulsão até ao degredo, em processos secretos, inapeláveis (PEREIRA FILHO, 1937 [1993]). Instalado no meio do caminho entre a Vila do Príncipe e o Arraial do Tejuco (Figura 4), o Quartel de Milho Verde foi escolhido como ponto oficial de fiscalização, uma espécie de porta de entrada para o Distrito Diamantino, onde os viajantes eram revistados e aguardavam autorização para continuar.

Tal escolha teria se dado por sua localização privilegiada, entre dois importantes centros da região, com uma posição central em relação às diversas outras comunidades, e, sobretudo, por ser passagem da Estrada Real quase obrigatória e de fácil vigilância devido à ajuda geográfica das serras que ali afunilavam a única passagem da travessia Tejuco-Vila do Príncipe. Outros fatores que contribuíram para que Milho Verde se tornasse um quartel militar foram sua localização privilegiada, no alto de um platô que possibilitava uma visão para todas as serranias em todas as direções, e a planura do sítio próximo a uma nascente e a terrenos cultiváveis (ARNDT, 2007 e ANDRADE, 2013).

Em 1801 ao passar pela localidade José Vieira Couto descreve Milho Verde como um lugarejo pequeno, um arraial com muitas palhoças onde os moradores viveriam do cultivo de poucas culturas, cercado por alegres campos e morros muito próprios para a mineração onde “pintam ouro”. Contudo a mineração estava proibida para os moradores devido às lavras auríferas se misturarem as terras e ribeiros diamantíferos, e uma guarda local composta por

6 Os arraiais de Milho Verde e de São Gonçalo, pertencentes à Vila do Príncipe, hoje Serro-MG, são tão próximos e tem origens tão semelhantes, que podem ser considerados "gêmeos". Ambos se encontravam encravados nos campos que se situam entre o Serro e Diamantina. A origem de ambos remonta ao início do século XVIII, no início da mineração do ouro, anterior da dos diamantes, e ainda em 1859 os arraiais de Milho Verde e de São Gonçalo constituíam uma única freguesia ou paróquia, com sede em São Gonçalo (Pereira Filho, 1937 [1993]).

quatro soldados se ocupava de vigiar córregos e vistoriar viajantes prevenindo o Distrito do garimpo e do extravio de diamantes.



Figura 4- Mapa do Distrito dos Diamantes dos Padres Matemáticos. Destaque para a delimitação do Distrito Diamantino, representado pela linha tracejada, e da estrada que passava por dentro da localidade de Milho Verde, através da qual se ia da Vila do Príncipe ao Tejuco. Fonte: Moraes (2007)

A localidade foi também alvo de visita do inglês John Mawe, por volta de 1809, que relata sua passagem pelo corpo de guarda ou registro de Milho Verde, onde a tropa de soldados estaria sempre alerta; indo ao encontro dos viajantes, seguindo-os e examinando-os. O viajante inglês ainda acrescenta que o quartel estava situado próximo a torrente de mesmo nome, afamada pelos diamantes, região de extrema aspereza, despida de vegetação, coberta de massas de rochedo de grés, com conglomerados de quartzo (MAWE, 1809 [1978]).

Saint Hilaire foi outro naturalista que passou por Milho Verde, registrando em seus escritos uma pequena aldeia, sede de um destacamento de soldados encarregados de inspecionar os viajantes que iriam do Tejuco à Vila do Príncipe. A visão de mundo eurocêntrica do botânico francês destaca uma dúzia de casas e uma igreja, onde teria passado a noite em uma palhoça após apresentar ao oficial local o salvo-conduto recebido da secretaria do Estado e ser dispensado da vistoria de bagagens. Saint Hilaire ainda chama a atenção para o fato de a região árida ser incapaz de possibilitar algum tipo de plantação, registrando alguns apontamentos referentes a atividade de garimpo no local.

Existe em Milho Verde um serviço que, como o de Vau, forneceu outrora muitos diamantes. Hoje não se faz trabalho regular em nenhum dos dois; algumas vezes aí enviam negros para procurar diamantes que hajam escapado às antigas pesquisas. Esse gênero de trabalho denomina-se garimpar, porque eram pesquisas irregulares a que se dedicavam os contrabandistas chamados, como já disse, garimpeiros (SAINT HILAIRE, 1974, p.44)

Considerando esse breve panorama que nos elucida a posição que Milho Verde ocupava dentro do aparelho de controle imprimido pelo Distrito Diamantino, percebemos que como nos demais recônditos do território mineiro, também naquela localidade um contexto opressivo de violência e coação contribuiu para a formação de uma teia de interesses entre os diversos grupos sociais que buscavam meios de sobreviver em um ambiente desfavorável.

Esgueirando-se por entre as brechas do sistema, toda uma camada intermediária entre o senhor e o escravo resistiu subsistindo por meio do cultivo de lavouras e do comércio. Em Milho Verde, uma das poucas áreas férteis da região, muitos habitantes locais se dedicaram a atividade regular de plantio e a prestação de serviços (ARNDT, 2007).

Do mesmo modo, dentro do universo das práticas sociais locais desde então já teriam emergido estratégias de resistência social, tais como a extraoficialidade, a dissimulação e os caminhos alternativos que garantiam a possibilidade de que entre a norma e o conflito subsistissem o garimpo clandestino e o contrabando. O que nos permite afirmar que Milho Verde teve sua gênese calcada em relações sinérgicas e antagônicas entre os extremos da sociedade colonial mineira, o senhor e o escravo, mas também na figura do desclassificado social. Esse – conjuntamente aos dois primeiros e ao contexto social em que se inseriam – seria elemento explicativo da ancestralidade dessa Comunidade, e da manutenção de estruturas e conjunturas sociais locais, bem como de saberes e práticas ambientais resistentes no tempo presente. Sobre esse assunto nos debruçaremos com maior atenção ao longo dos capítulos seguintes, por ora nos limitaremos a seguir o caminho que nos leva da Milho Verde colonial à Milho Verde do século XX, ou do mito da opulência ao mito da pobreza.

1.3 Da opulência à miséria: Jequitinhonha, o Vale da pobreza?

Mesmo contando com a produção agrícola dos desclassificados locais para seu sustento, nos idos de 1831 e 1832 a região do Tejuco foi assolada pela seca e conseqüentemente pela fome, o que levou à câmara municipal a representar a junta diamantina requerimento de liberação de algumas datas a serem distribuídas ao povo mineiro. Atendendo à representação foram desimpedidos muitos côrregos com todas as suas vertentes, campos e cachoeiras, dentre os quais o Rio das Pedras, o Riacho Fundo do Milho Verde e as cabeceiras do Rio Jequitinhonha. O que levou ao desimpedimento de quase toda a demarcação (SANTOS, 1868).

A este tempo, com a quantidade de diamantes extraídos na Comarca decaindo sensivelmente, chegando a casa dos 9.000 quilates, foi extinta a administração diamantina em 1832. Neste mesmo ano, o antigo arraial do Tejuco se torna independente da Vila do Príncipe. Assim, Milho Verde, sempre mais articulada ao Tejuco através da mineração e do comércio, se desvincula politicamente da localidade agora denominada Diamantina (ARNDT, 2007).

A Vila do Príncipe – com tradição na produção agrícola em grandes propriedades – se torna a cidade do Serro em 1838, tendo Milho Verde como seu distrito. O arraial sempre se chamou Milho Verde e também este era o nome do distrito, entretanto, na divisão administrativa de 1911, como também na de 1923, aparece com o nome de Nossa Senhora dos Prazeres do Milho Verde. Assim, o decreto-lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938, determina

a mudança da denominação de Nossa Senhora dos Prazeres do Milho Verde para Milho Verde.

Quando na região diamantífera as lavras se esgotam, quase todos os senhores já teriam retirado seus escravos do serviço da extração. No entanto, mesmo com a interrupção da extração por parte da Coroa em meados de 1841, a mineração foi impulsionada por mineradores independentes. Os garimpeiros que nada tinham a perder escavavam por toda parte, contudo, a atividade perde a posição de maior dinamizadora da economia local, sendo esta reaquecida pela indústria e pelo comércio e, obviamente pela dominância da grande propriedade agrária no controle do território. Nesse contexto de manutenção do território nas mãos do grande proprietário, uma parte significativa da subalternia local provinha sua subsistência com a mineração, o comércio e a agricultura (SANTOS, 1868).

Neste período, apesar da pobreza a aristocracia rural da região do Serro Frio ainda conseguiria manter as aparências e tentaria se recuperar. Todavia, às vésperas do último quartel do século XIX veio um golpe mortal: "a descoberta dos diamantes do Cabo da Boa Esperança, na África do Sul, entre 1869 e 1870", com uma produção gigantesca e de excepcional qualidade (PEREIRA FILHO, 1937 [1989]).

Quando a mineração deixa definitivamente de ser uma atividade lucrativa, no Serro a falta de modernização e de novas alternativas econômicas fez com que a cidade perdesse capacidade para competir, frente às mudanças ocorridas no país. A partir da era republicana, Serro não consegue se incorporar à rede ferroviária em expansão e em alguma medida se isola dos novos padrões de transporte e desenvolvimento. Em face da falta de alternativas econômicas que servissem para incrementar seu desenvolvimento, a cidade gradualmente perde sua importância regional e sua capacidade de se adequar às novas exigências da sociedade, até entrar em decadência. Entretanto, seu espaço econômico se metamorfosearia de modo a se adaptar ao novo contexto nacional que emerge e um manto de ruralidade se estendeu sobre a região (SOUZA ET. AL, 2015). O que se torna patente quando analisamos os dados relativos à composição de sua população.

O terceiro recenseamento de âmbito nacional, realizado em 1900, encontra no município do Serro uma população de 80.339 habitantes, sendo 41.246 homens e 39.093 mulheres. Após esse censo, o seguinte, quarto de âmbito nacional seria realizado em 1920, atribuindo a sede do município do Serro a população de 10.648 habitantes, sendo 4.878 homens e 5.770 mulheres, enquanto todo o município teria já uma população de 65.502 habitantes, sendo 31.865 homens e 33.637 mulheres. Nesta época, o município era constituído pelos distritos de Serro, São Sebastião das Correntes, Santo Antônio do Itambé, Nossa Senhora dos Prazeres do Milho Verde, São José dos Paulistas, Nossa Senhora da Penha do Rio Vermelho, Santo Antônio do Rio do Peixe, São Gonçalo do Rio das Pedras, Nossa Senhora da Mãe dos Homens do Turvo, e São José do Itapanhoacanga (PEREIRA FILHO, 1937 [1989]).

Trinta anos depois, no censo de 1950 observa-se uma queda relevante na demografia da sede do município, onde havia 3.746 habitantes (13,15%), sendo 1.562 homens e 2.184 mulheres. Os distritos que formavam seu quadro urbano eram: a Sede e as vilas de Casa de Telha, Itapanhoacanga, Santo Antônio do Itambé, Santo Antônio do Rio do Peixe e São Gonçalo do Rio das Pedras. Enquanto em todo o município havia 28.512 habitantes, sendo 13.532 homens e 14.980 mulheres, os habitantes residentes no campo representavam 22.463 (78,84%) de seus habitantes (PEREIRA FILHO, 1937 [1989]).

Em contrapartida a essa ruralização, Diamantina era o pólo comercial do nordeste

mineiro e Milho Verde permaneceria como entreposto da melhor rota entre o sul das Minas Gerais e a região, onde mesmo com a implantação da estrada de ferro Belo Horizonte-Diamantina, inaugurada em 1914, as tradicionais tropas de comboios cargueiros resistiriam ao tempo e permaneceriam ativas até os anos 1940. Entretanto, a indústria local perde forças com a criação da BR 116 (Rio-Bahia), quando competidores vindos de São Paulo e do Rio de Janeiro começam a ter acesso facilitado ao Vale. Na década de 1960 grande parte dos empreendimentos industriais locais já estava desativada e a economia estagnada (ARNDT, 2007).

Se no passado o mito da opulência foi construído com o claro objetivo de mascarar diferenças sociais na colônia ao promover o enriquecimento da metrópole, durante o século XX interessaria mais aos centros de acumulação do capital enunciar o subdesenvolvimento dos países do Sul. Mecanismo de manutenção de sua dominação sobre esses territórios, a partir da enunciação dos países do Norte enquanto salvadores dos subdesenvolvidos, os quais deveriam ser conduzidos ao primeiro mundo ao incorporarem a dinâmica econômica desenvolvimentista. Através dessa perspectiva evolucionista da sociedade, que estabelece o nível de desenvolvimento de uma região basicamente se pautando por indicadores econômicos, nesse contexto de estagnação o nordeste mineiro ou Vale do Jequitinhonha – agora subdividido em Alto, Baixo e Médio Jequitinhonha (Figura 5) – passa a ser conhecido como “Vale da pobreza”. De acordo com Margarida Maria Moura, a região era conhecida nas repartições estaduais como área de pobreza absoluta e de estagnação secular, mencionada como uma ferida de subdesenvolvimento em Minas Gerais, discrepando do conjunto do estado em que a prosperidade da população seria confirmadora do trabalho em silêncio (MOURA, 1988, p.1)



Figura 5- Centros Regionais do Alto, Médio e Baixo Vale do Jequitinhonha. Fonte: PORTAL POLO JEQUITINHONHA

Diretamente atingida pelo o arrefecimento da economia no Vale, em Milho Verde a atividade mineradora tornar-se-ia gradativamente uma alternativa infrutífera, resistindo através do garimpo particular de pequena escala. Uma série de outras atividades comerciais ligadas a ela também declinaram provocando uma evasão dos prestadores de serviços da porção central do distrito e a emigração da população tanto de sua zona urbana quanto da rural (ARNDT, 2007). A partir de então, as famílias milhoeverdenses, ou uma parte delas, se

deslocava por alguns períodos ou definitivamente para outros centros agrícolas e para as grandes cidades da região sudeste do Brasil, podendo-se falar de remanescentes populacionais que resistiram localmente a essas mudanças como veremos adiante.

Cabe explicitar que não só o declínio econômico era motivo para a emigração, mas também a manutenção de algumas estruturas coloniais no trabalho rural local. Essa população estaria evadindo a procura de melhores condições financeiras, mas também como estratégia de fuga de um contexto opressivo (ARNDT, 2007). Pois parte da estrutura de poderes oriunda das interações assimétricas entre senhores, escravos, quilombos, mineração, e clandestinidade se manteve na configuração local da estrutura sociopolítica republicana de senhores rurais e campesinato, em uma forma de dominação de caráter semi-escravagista entre proprietários de terra e remanescentes subalternos de quilombolas e desclassificados sociais.

Esse poder de mando, localmente denominado “coronelismo”, adviria não de um poder oligárquico de grandes latifundiários, mas da estrutura socioeconômica colonial atrelada à atividade mineradora. Assim, pode-se argumentar que o poder agrário consolidado tardiamente em Milho Verde – com o esvaziamento provocado pela evasão no início da segunda metade do século XX– é uma herança dos antigos empreendimentos mineradores e do poder senhorial escravocrata minerador. Configurando um tipo de dominação onde o senhor é determinado por regras tradicionais, e obedecido em virtude de uma dignidade pessoal atribuída pela tradição como postulada por Weber (1999 [1922]).

A marca deixada pelo poder senhorial em Milho Verde é um dos traços histórico formacionais isolados mais relevantes, dada a influência recente que representou para diversos aspectos da vida econômica, para a organização comunitária, e talvez mesmo para a própria feição semi-rural da localidade. O esgotamento da economia local restringiu a autonomia dos habitantes, tornando possível o estabelecimento de um monopólio comercial por parte dos senhores locais. A venda de viveres, o emprego da mão-de-obra rural e o transporte motorizado para Diamantina ou Serro se dava quase que exclusivamente através dos meios disponibilizados por estes proprietários de terra. O acesso das populações rurais a instituições públicas no Serro e em Diamantina era intermediado pelos senhores e essa intermediação era, por vezes, utilizada como instrumento de coação (ARNDT, 2007, p.110)

Milho Verde, portanto, passa ao longo do século XX por transformações e permanências que fariam com que sua população subalterna remanescente chegasse a ser vista sob o estigma de uma “cidade-roça”. Onde a economia estava em fase de dormência, mantendo seu metabolismo social por seus setores subalternos, à custa de esparsas atividades da mineração, hora ou outra reavivadas através da dragagem dos riachos. Nessa ambiência socioecossistêmica, as necessidades de cada família eram satisfeitas da combinação das atividades agrícolas com as não agrícolas, ou seja, através da “pluriatividade” (SCHNEIDER, 2009). Perduraria na Comunidade uma complementação de atividades subalternas mesclando a mineração independente e a agricultura, onde durante a parte chuvosa do ano trabalhava-se na pequena lavoura individual ou em regime de parceria com os grandes proprietários locais, e durante o tempo seco no garimpo. A pecuária, e o extrativismo vegetal também seriam presentes na realidade local, sendo realizados, sobremaneira, na Várzea do Lajeado. Território que após o desimpedimento do território Diamantino se manteve como terra devoluta do Estado, um espaço de gestão coletiva.

1.4 Várzea do Lajeado: Extrativismo vegetal, pecuária, garimpo e a constituição do direito consuetudinário

Quando nos apropriamos da ambiência socioecossistêmica da Várzea do Lajeado, entendemos que não se pode entender a história de Milho Verde sem entender-se a história da área e vice-versa. Nesse sentido, entender a história do Arraial de Nossa Senhora dos Prazeres do Milho Verde, hoje do distrito, as características naturais da Várzea, o contexto econômico de Milho Verde, e de sua expansão imobiliária lenta até o final da segunda metade do século XX é de suma importância para compreendermos a manutenção da Várzea do Lajeado até os primórdios de 2011 como área de terras devolutas.

A Várzea do Lajeado compreende toda área plana situada nas porções leste e sudeste do núcleo urbano do distrito de Milho Verde. É constituída por uma porção territorial com topografia plana e solo arenoso de origem quartzítica e por outra porção em que predomina um imenso bloco rochoso. Seu nome deriva da formação geológica do relevo local, composta por afloramento rochoso cercado por depressões e montanhas, o Lajeado, e uma área de relevo plano, coberta por campo rupestre, contendo áreas de campo com vegetação herbácea e alguns trechos de matas secundárias preservadas em ilhas, a Várzea (Figura 6).

Localmente denominada Várzea do Lajeado, Lajeado, ou simplesmente Várzea, o território em questão é cortado pelos córregos Fundo e do Lajeado ao Sul, nesta direção também se encontra a Serra dos Santos. Ao Norte, a Várzea está delimitada pela Serra da Bocaina e o Morro do Cabeludo, a Oeste pelo núcleo residencial da área urbana de Milho Verde, e a leste estão a Várzea do Custódio, o Vale do Córrego Fundo e as cachoeiras Canelau e Ema. Toda área é drenada pelo córrego do Lajeado que nasce na Serra do Ouro, e tem sua foz ou jusante no Córrego Fundo. Este córrego ainda forma três quedas em cachoeira ao longo de seu curso. Da segunda queda da cachoeira do Lajeado forma-se um poço localmente denominado América do Sul devido à formação rochosa local que, ao lhe impor limites, lhe confere o formato do continente (Figura 7).

Quanto à vegetação, a Várzea conta com esparsas ilhas de mata ciliar em meio a uma vegetação herbácea predominante. Nessas áreas, uma rápida análise local sem pretensões de colher dados fitossociológicos detalhados mostra-nos que as espécies mais comuns são o barbatimão, pequi, murici, candeia, bacupari, pau santo, dentre outras espécies típicas dos cerrados. É interessante ressaltar que a Várzea do Lajeado está em uma região de ecótono próxima ao Pico do Itambé, ou seja, é uma área de transição entre os domínios fitogeográficos do Cerrado e da Mata Atlântica, onde as formações campestres são entremeadas pela vegetação típica do cerrado *stricto sensu*.

O solo local é composto por material rochoso irregular típico dos afloramentos da Cadeia do Espinhaço, e por planícies formadas de uma camada superficial de nutrientes e matéria orgânica sobre horizonte arenoso, sendo este permeável e com baixa capacidade de retenção de água. Este solo arenoso com uma fina camada nutritiva de húmus é típico solo das áreas de campos, tais como as que predominam na região.

Atentando-nos aos aspectos físicos, biológicos e ecológicos elencados até o momento, conjecturamos que, enquanto uma área com topografia plana, situada às margens de um córrego, a Várzea poderia ter sido um ambiente privilegiado para a fixação antrópica, sobretudo durante o período da colonização no século XVIII, o que não ocorreu. Levando em conta os aspectos ambientais, o local não teria sido escolhido como ponto de fixação do Arraial de Nossa Senhora dos Prazeres do Milho Verde devido as suas características podológicas. Um solo arenoso, frágil e raso, com drenagem elevada, sendo extremamente

frágil após a retirada da vegetação. Outro fator limitante da fixação humana no local se deveria as inundações. Ao longo da Várzea algumas áreas reteriam água e ficariam encharcadas durante longos períodos do ano – o que vem se modificando, como veremos posteriormente – , dificultando a ocupação da área com atividades agrícolas (DITZ, 2015).



6- Panorama da Várzea, Várzea do Lajeado em Milho Verde-MG. Destaque para a vegetação campestre e a Serra do Ouro ao fundo. Fonte: foto da autora



7- Lajeado, Várzea do Lajeado em Milho Verde-MG. Destaque para a primeira queda da Cachoeira do Lajeado em B, e para a segunda queda da Cachoeira do Lajeado (Poço da América do Sul) em C. Fonte: foto da autora

O platô próximo à Várzea, com solo firme, e ampla visão do entorno, sobretudo do Rio Jequitinhonha – principal curso fluvial da região onde foram instalados muitos dos maiores serviços de mineração do século XVIII – foi o local mais propício a fixação humana durante o processo de ocupação da região nos tempos das Minas colonial. Em seu sítio o núcleo urbano do Arraial de Nossa Senhora dos Prazeres do Milho Verde surgiu no entorno de uma área de recarga, ou olho d'água de uma nascente onde posteriormente seria erguido o Chafariz das Goiabeiras.

O modo de apropriação capitalista do solo com os serviços de mineração e agricultura através da grande propriedade privada se concentraram na direção sul e sudoeste do Arraial, nas vertentes do Rio Jequitinhonha, onde estavam as maiores reservas de solos férteis. Definia-se assim ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX o entorno rural de Milho Verde, distinto do núcleo central urbano (DITZ, 2015).

Do lado rural surgiriam as grandes propriedades rurais, tais como Manga do Prego, Macacos, Cova d'Anta, Limoeiro, Fazenda Santa Cruz, Ausente e Baú, com produção agrícola combinada à atividade de mineração. Nestas localidades, inicialmente a economia local se calcava na presença da grande propriedade e dos serviços de mineração. Contudo, essa zona rural foi descapitalizada a partir do século XIX, quando o serviço de mineração decaiu ao longo do Brasil Império e Brasil República. O dinheiro escasso abriu espaço para relações de trabalho baseadas na “troca de dias de serviço” e na agricultura de parceria, e ainda para a divisão de algumas dessas grandes fazendas em propriedades menores, sendo as parcelas distribuídas entre agricultores locais como forma de pagamento (DITZ, 2015).



Figura 8- Mapa de Milho Verde-MG no ano de 1939. Destaque para seu perímetro urbano e à direita a Várzea do Lajeado. Fonte: acervo Instituto Milho Verde

Em contrapartida, as porções leste e nordeste de Milho Verde, onde se localiza a Várzea, não apresentavam depósitos de solos férteis, ou ricos em minerais. Em consequência, até meados dos anos 1950 do século XX (Figura 8) a área permaneceria sem cercas até a Serra do Ouro, limite entre Milho Verde e o distrito vizinho de São Gonçalo do Rio das Pedras. Dittz (2015) indica que em período posterior, ocorreu a espontânea ocupação do solo na Várzea pela pequena propriedade familiar de subsistência, limitando-se a um pequeno trecho na encosta da Serra do Ouro, onde a área teria sido posseada para a construção de moradia, o cultivo da lavoura de subsistência, e pequena criação de bois por uma das famílias locais (DITZ, 2015).

Ao longo das décadas de 1960, 1970, 1980 o processo de ocupação das bordas da Várzea para a construção de moradias ocorreu de maneira lenta, gradual, acompanhando o crescimento do número de famílias residentes no núcleo urbano de Milho Verde. Assim, somente na medida em que surgiam os novos núcleos familiares uma área era cercada e apossada, tendo a Várzea se mantido quase que integralmente como área de uso comum. Um território onde, principalmente a partir do século XX, o extrativismo vegetal foi uma atividade permanente, através da coleta de lenha, espécies medicinais, comestíveis e flores ornamentais conhecidas como sempre-vivas.

As sempre-vivas ocorrem principalmente nas Serras de Minas Gerais e Bahia, áreas historicamente ligadas à mineração de ouro e diamantes. Com o declínio da atividade mineradora, parte da população do Espinhaço encontrou como alternativa de fonte de renda o extrativismo de “sempre-vivas”. Sempre-viva é o nome popular dado a escapos e inflorescências de plantas que mantêm a aparência de estruturas vivas, mesmo depois de destacadas e secas, sendo empregadas na decoração de interiores (GIULIETTI ET AL., 1988).

A comercialização deste produto teve início nas décadas de 1930 e 1940, e seu auge ocorreu entre os anos de 1970 e 1980, como reflexo de uma demanda internacional pelo produto. Neste período, os maiores importadores eram Estados Unidos da América, Itália, Japão e Alemanha (GIULIETTI ET AL., 1988). No estado de Minas Gerais, a coleta de sempre-vivas constituiu-se em fonte de renda para grande número de pessoas, atividade geradora de empregos, tanto ao nível de coleta como ao nível de comercialização. De acordo com Giulietti et al. (1988), em pesquisa realizada na região de Diamantina,

o material coletado costuma ser reunido em pequenos feixes para serem secos ao sol. Posteriormente, esse material é vendido a intermediários, que fazem a ligação entre o coletor e o revendedor e/ou exportador. Estes últimos possuem, geralmente, grandes depósitos, onde é feita a manipulação final do produto, incluindo secagem completa das plantas, classificação de acordo com o tipo e qualidade, montagem em ramalhetes, pesagem e embalagem. Muitas vezes, as inflorescências são tingidas em cores diversas, com o uso de corantes artificiais (GIULIETTI ET AL., 1988, p.181)

Entre as sempre-vivas comercializadas, predominavam espécies das seguintes famílias: Eriocaulaceae, Xyridaceae e Gramineae, com maior importância, e Cyperaceae, de importância secundária. Em seus estudos, os autores supracitados destacavam que na Serra do Cipó, planalto de Diamantina, e Serra do Cabral em Minas Gerais era muito comum encontrar famílias inteiras no campo, colhendo sempre-vivas.

Em Milho Verde, a coleta das flores era praticada como atividade complementar às atividades de subsistência ou ao trabalho rural que ocupava parte dos habitantes do arraial, sendo estas vendidas a atravessadores, pessoas da própria vila ou de fora, que as revendiam a outros compradores em Diamantina, cidade onde o mercado de sempre-vivas é ativo até os dias atuais. O campo rupestre da Várzea abundante em espécies de sempre-vivas (Figura 9), a extensão da área e o reduzido número de habitantes de Milho Verde foram aspectos que

teriam propiciado a manutenção da espécie e da prática até o início do século XXI.



Figura 9- Sempre-vivas da Várzea do Lajeado, Milho Verde-MG. Fonte: foto da autora

Nesses mesmos campos onde as sempre-vivas eram colhidas, a cobertura vegetal herbácea era utilizada como pastagem para os animais “de criação”. A atividade pecuária na Várzea era representativa da criação na solta de equinos, muares, caprinos e bovinos, por moradores residentes subalternos que não possuíam grandes propriedades de terra, mas que necessitavam criar os referidos animais para uso na agricultura como meio tração, para o transporte de pessoas e cargas e alguma produção de leite.

Cabe ressaltar que, mesmo que a Várzea enquanto área de pastagem fosse utilizada coletivamente por diversas famílias locais, os animais eram reconhecidamente propriedade particular de cada uma delas. O reconhecimento dos animais era facilitado pelo seu número reduzido, pois os homens e mulheres subalternas locais não possuíam tempo nem renda para fazer crescer seu rebanho.

Porque não tinha condição, o pessoal daqui era muito pobre, muito humilde, vivia de roça, de plantação agrícola, então não tinha condição. Aí os maridos tinham que ir embora para trabalhar e largavam as mulheres aqui e elas tinham que dar conta da roça, da casa. E eles iam trabalhar para conseguir o dinheiro para vir para pagar conta essas coisas. Era distante, terreno de quem tinha recurso. No caso aqui nos terrenos do pessoal do Alves, família Alves, dos Barroso também que tinha terreno também. Aí eles deixavam o pessoal plantava e dividia a colheita, quando colhia dava uma certa quantia, uma quantidade do que colheu para os donos do terreno para pagar o que eles plantavam lá. (Armanda, entrevista realizada em Milho Verde)

Aqui, por exemplo, o depoimento de uma de nossas interlocutoras parece indicar que diante das condições econômicas e sociais desses sujeitos subalternos, a falta de terra lhes obrigava a trabalhar parte do ano em “regime de meia” nas grandes propriedades locais, sendo

o plantio da roça via parceria fonte de ganho de produtos.

Para além das atividades da coleta de plantas e da pecuária, os relatos orais, registrados em Caderno de Campo, indicam que na borda norte e nordeste da Várzea do Lajeado – Serra do Ouro – ocorria a mineração de ouro e diamantes. Os moradores mais antigos de Milho Verde, pais e avós de nossos interlocutores, relatam que o volume extraído teria sido significativo ainda no século XX. Satlher (2006) ratifica esses relatos ao reconhecer a figura do “*homo garimpeirus*”, população remanescente dos primeiros garimpeiros radicados na região do Alto Rio Jequitinhonha. A seu respeito, o autor destaca que vivem nos povoados, vilas e roças e, sua atividade econômica não se resume exclusivamente ao garimpo de diamantes: dedicam-se à extração de cristal de quartzo; colhem flores e botões silvestres, especialmente a sempre-viva; mantêm roça; cortam madeira para carvão e outros usos; criam bovinos, equídeos e muars (SATHLER, 2006, pp.7-8).

Diante do reconhecimento dessa prática, em nossa interpretação, por mais que nos primórdios da ocupação do Sertão Mineiro durante o Brasil Colônia e Império, e também após a Independência, possa ter ocorrido atividades particulares de mineração na Várzea, durante o século XX a mesma seria um espaço de gestão coletiva, realidade local expressiva de uma dinâmica regional.

O Alto Jequitinhonha é marcado pelo grande número de sítios familiares nas áreas de terras férteis das grotas, os vales profundos e bem drenados que começaram a ser povoados no início do ciclo minerador, no século XVIII. Nessa região de transição de Cerrado para Mata Atlântica, a topografia acidentada das grotas culmina e contrasta vivamente com a planura das chapadas, de vegetação rasteira ou arbustiva e terra “madrasta”, que não serve para botar lavouras, mas é panacéia para diversas outras necessidades. As terras altas dos campos – áreas de topo de grotas, cascalhentas – e chapadas geralmente são áreas comuns, terras de reduzida fertilidade natural, transformadas em largas de gado ou soltas cobertas por capins nativos e árvores retorcidas de campo-cerrado (RIBEIRO ET AL., 2005).

De posse das considerações do autor supracitado, podemos afirmar que na Várzea de Milho Verde, território onde se integraram de forma simultânea e complementar as práticas da pecuária, e os extrativismos mineral e vegetal, se estabeleceram ao longo do século XX hábitos de desfrute e controle em comum da terra, conferindo a essa população subalterna o “direito costumeiro” ou “consuetudinário”⁷ sobre a mesma. Sendo que normas de uso comunitário da área estabeleceram o direito de posse de suas condições naturais primeiramente ao conjunto das famílias da comunidade, depois ao conjunto das comunidades vizinhas, e por fim, ao conjunto das pessoas do mundo (RIBEIRO ET AL., 2005). Todavia, no final do século XX tem início um processo que ao longo das décadas posteriores provocou transformações nos modos de apropriação da ambiência socioecossistêmica milhoeverdense, com destaque para o ambiente da Várzea.

Em 1981, o pequeno vilarejo de Milho Verde ainda se concentrava no entorno da igreja que aparece estampada no encarte do álbum “Caçador de Mim” do músico-cantor mineiro Milton Nascimento. Era a Capela do Rosário, aquela que viria a se tornar uma das imagens mais divulgadas da comunidade. A partir de então, o lugarejo que desde meados de 1970 lentamente começou a receber viajantes se torna aos poucos conhecido e dinamizado por uma força externa incidente, a atividade turística. Com a dinamização turística, um processo de causas múltiplas coloca em cheque as formas de uso e exploração comunitária da Várzea. E, após mais de um século de uso comum, as interações sinérgicas e conflituosas entre

7 Representa não uma tradição antiga, mas qualquer direito, baseado em costumes, sejam esses recentes ou não (HOBBSAWM; RANGER, 1984).

diversos sujeitos nativos e “de fora” culminam na criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral na área. Desde então, aponta-se a coexistência de regras de uso da Várzea instituídas pelo Instituto Estadual de Florestas, enquanto representante do Estado, concomitantemente aos modos de apropriação de turistas e moradores “de fora”, e a resistência de saberes e práticas ambientais da subalternia local.

De posse dessas interpretações iniciais, nos capítulos que se seguem nos ocupamos em analisar os desdobramentos da consolidação turística e da incidência de políticas ambientais sobre os modos de apropriação do território milhoeverdense, e as interações entre os “de fora” e setores subalternos locais, seus saberes e práticas ambientais.

2. TURISMO QUE TRANSFORMA, EXPROPRIA E ALIMENTA: “Esse era o Milho Verde, e ele é hoje o que você está vendo aí.”

Neste capítulo procuramos trazer a Milho Verde atual, ao passo que dialogamos com as transformações que a atividade turística vem provocando localmente nas últimas décadas do século XX, e especificamente no início do século XXI. Busca-se, nesse sentido, construir uma narrativa com base em documentação, fontes bibliográficas e orais acessadas através da relação estabelecida entre interlocutores na ambiência socioecossistêmica estudada, em um tempo histórico específico.

Cabe ressaltar que, no intuito de evidenciar tais processos, serão aqui também expostas descrições pessoais, fruto de nossa vivência enquanto turista-pesquisadora na referida comunidade. Trata-se da apresentação de elementos e fatos da vida cotidiana desse lugar que foram sendo percebidos entre idas e vindas ao longo de um ano, em que ora me apresentava enquanto pesquisadora, ora me deixava ser turista e, estruturar minhas percepções sobre a “realidade” do lugar a partir de relações que não seria capaz de construir enquanto representante de um saber instituído academicamente.

Recorremos a tais fontes no intuito de explicar como o turismo tem contingenciado, no tempo recente, transformações não só em sua estrutura física, como também em sua organização social. Ou seja, estamos preocupados em analisar como a interação entre subalternia e forças hegemônicas e contra hegemônicas, e entre moradores nativos e “de fora” (em suas distintas subjetividades coletivas) tem reconfigurado a dinâmica interna dessa Comunidade no que se refere aos modos técnicos, sociais e culturais de apropriação de sua ambiência socioecossistêmica.

2.1 Bem Vindo a Milho Verde, distrito do Serro

Saindo de Belo Horizonte o turista tem algumas opções para chegar a Milho Verde. Através da cidade de Diamantina chega-se de carro ou ônibus intermunicipal que parte do terminal rodoviário da capital mineira. São cerca de quatro horas e meia de viagem. De Diamantina a Milho Verde são 52 quilômetros (km) de estrada de chão, que começaram a receber pavimentação asfáltica no ano de 2015, geralmente percorridos de carro próprio, carona, ou seguindo viagem de cerca de duas horas em ônibus que vai diariamente do antigo arraial do Tejuco até a comunidade.

Outro caminho possível seria passando pelo Serro, aonde se chega de carro ou ônibus via Curvelo-Datas, ou via Serra do Cipó-Conceição do Mato Dentro. Sendo a ligação entre Conceição e Serro um trecho com 60 km de estrada de chão, que vem sendo pavimentado através de convênio firmado entre as prefeituras das duas cidades, o Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais (DER) e a empresa mineradora Anglo American.

De Serro a Milho Verde há um ônibus que parte diariamente da rodoviária do município, e o serviço de transporte é também oferecido por taxistas. São 22 km em estrada asfaltada no ano de 2012, sendo o investimento viabilizado pelos governos Estadual e Federal, por meio do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur II).

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) é um programa de crédito para o setor público (Estados e Municípios). Financiados com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tem o Banco do Nordeste como órgão executor. A área de abrangência do programa compreende os nove estados nordestinos, além do norte de Minas Gerais e Espírito Santo. Sua atuação ocorre por meio do financiamento de

obras de infraestrutura (saneamento, transportes, urbanização e outros), projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, projetos de capacitação profissional e fortalecimento institucional das administrações de estados e municípios. Em notícia divulgada na época da pavimentação, são esclarecidos alguns pormenores do projeto no contexto regional da cidade de Serro.

Atualmente, o Governo de Minas está trabalhando na pavimentação de dois importantes trechos rodoviários nessa microrregião, com investimentos da ordem de R\$ 56,5 milhões. Um deles compreende extensão de 22 quilômetros interligando o município de Serro ao distrito de Milho Verde, conhecido como um dos principais patrimônios ecológicos e culturais de Minas Gerais. (...) Pelo fato de estar inserido numa região de preservação ambiental e de importância histórica, compreendida pela Estrada Real – por onde tropeiros trafegavam na época da exploração de ouro e diamantes –, a pavimentação do trecho Serro/Milho Verde utiliza três tipos de pavimento: asfalto, calçamento poliédrico e sextavado. Paralelo às obras que têm previsão de serem concluídas ainda no primeiro semestre deste ano, o Governo de Minas, por meio do DER, está ministrando cursos de educação ambiental envolvendo jovens e adultos residentes nas localidades de Três Barras, Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras. O objetivo é garantir a preservação das tradições culturais da região, onde comunidades quilombolas ainda mantêm as tradições originadas na época da escravidão (PAIVA, 2013).

Por opção, minha primeira incursão às terras milhoverdenses deu-se pelos caminhos da Serra do Cipó, através dos quais se observa a gradativa transformação da paisagem entre a capital mineira e a comunidade. Partindo do terminal rodoviário Governador Israel Pinheiro, deixamos para trás a região metropolitana de Belo Horizonte com seus milhares de pessoas entre carros, caminhões, prédios, indústrias e problemas típicos de uma grande cidade. Aos poucos esse mundo urbanizado vai ficando pelo caminho que se modifica, e noventa quilômetros depois nos deparamos com a beleza e imponência da Serra do Cipó.

Localizada na região sul da Cordilheira do Espinhaço, a Serra do Cipó é um divisor de águas das bacias hidrográficas dos rios São Francisco e Doce, sendo também divisora dos domínios fitogeográficos do Cerrado e da Mata Atlântica. A serra – caminho natural dos bandeirantes que em busca de ouro e pedras preciosas embrenharam-se pelo nordeste mineiro e chegaram à vila do Serro Frio e ao arraial do Tejuco – foi transformada em Parque Nacional e hoje é também um dos destinos turísticos de Minas. Setenta quilômetros a frente dos domínios do Parque Nacional da Serra do Cipó chegamos a Conceição do Mato Dentro, considerada capital mineira do ecoturismo, conhecida por seus atrativos naturais tais como a Cachoeira do Tabuleiro, a terceira maior queda d'água do Brasil.

Durante a viagem, através dos comentários daqueles que retornavam em férias à terra natal, descobrimos que o município com cerca de dezoito mil habitantes vem enfrentando grandes transformações a partir da implantação de uma mina do Projeto Mineroduto Minas-Rio⁸ da Anglo American em seu território. Algumas dessas transformações foram se revelando ao longo do trecho entre Conceição e Serro: as serras outrora repletas de árvores encontram-se marcadas pela exploração mineral, a estrada de chão começa a ser pavimentada com asfalto, e o trânsito pesado de caminhões e carros contrasta com os caminhos que apenas ligavam comunidades rurais da região. A magnitude do empreendimento nos faz hipotetizar que os impactos socioambientais deste projeto na região são e serão mais profundos que esses aspectos revelados à primeira vista. Não apenas para Conceição do Mato Dentro, mas para

8 O Mineroduto do projeto Minas-Rio, extensa tubulação que leva o minério de ferro extraído na Mina em Conceição do Mato Dentro (MG) até o terminal de minério de ferro no Porto do Açu em São João da Barra (RJ), tem 529 km de extensão. O projeto é o maior duto de minério de ferro e o principal investimento da Anglo American no mundo no mundo, atravessando 33 municípios de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

todos os municípios mineiros e fluminenses compreendidos no projeto, e cidades vizinhas que se encontram sob a iminência de seus impactos diretos e indiretos.

Imersos pelos sinais que a atividade mineradora a ferro e a fogo vem deixando na paisagem e na sociedade das Minas Gerais nos últimos mais de trezentos anos, chegamos ao Serro, onde nos deparamos com um município no qual elementos da modernidade do século XXI se mesclam às características das antigas vilas setecentistas. Na sede do Serro, a arquitetura colonial do centro histórico convive com o surgimento e crescimento de bairros periféricos; descem pela ladeira estreita, calçada com lajes de pedra, o táxi, o cavalo, o pedestre, o ônibus e a carroça. Na rodoviária as mochilas dos turistas misturam-se aos sacos de fubá, milho, feijão e demais víveres do povo dali. O vendedor de queijo artesanal compete com a barraca de *cds* e *dvds* e o olhar perdido de quem chega à cidade pela primeira vez se distrai com a conversa mansa dos serranos, que se reencontram e se despedem entre causos que revelam aspectos da sociabilidade local, tais como as relações de amizade e parentesco.

Típica cidade interiorana, Serro tem área de 1.217,645 km² e 21.419 habitantes, ou 17,59 habitantes/km². Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no município 62% dos domicílios estão localizados em áreas urbanas, e 38% nas áreas rurais. Quanto à escolaridade 73% da população não possui instrução ou não completou o ensino básico, 9% possui fundamental completo, 11% terminou o ensino médio, e 7% possui ensino superior. Já o Índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,656 é o 514º do estado de Minas Gerais (IBGE, 2010).

A economia do município está dividida entre a agricultura, fabricação e comercialização de queijo e a movimentação financeira gerada pelos servidores públicos. Na agricultura destaca-se a silvicultura com o plantio de eucalipto, e cultivos de milho, feijão, mandioca, cana de açúcar, com a produção de cachaça artesanal e a bovinocultura de corte e de leite. Também cerca de 150 famílias vivem da renda do queijo produzido no Serro. O Queijo Minas Artesanal ali produzido contribui com 60% da renda municipal. O produto está em todo país, sendo sua marca maior a prática do feitiço artesanal, aprovada e reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan).

Outro setor que tem movimentado a economia local é o turismo, provocando um incremento financeiro no setor de prestação de serviços: bares, restaurantes, pousadas e hotéis. Serro é a primeira cidade histórica tombada pelo Iphan em 1938, uma cidade de maioria católica, com mais de 18 mil seguidores. A religiosidade permeia toda sua história, a começar por seu patrimônio arquitetônico formado por igrejas, capelas e casarões dos séculos XVII e XVIII. Tais atrativos fazem com que durante todo ano milhares de pessoas visitem o município nas festas do Divino, Rosário, Semana Santa e Corpus Christi. Outro elemento atrativo de turistas são seus distritos: Pedro Lessa, Vila Deputado Augusto Clementino, Três Barras, São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde.

Com altitude máxima de 2002 metros e mínima de 835 metros a cidade do Serro é cercada por serras, o que justifica a denominação ancestral de Iituruy ou Serro Frio. O clima local é o tropical de altitude, sendo a região privilegiada pela presença de rios, riachos e dezenas de cachoeiras, dentre eles o Rio Jequitinhonha, e o Rio do Peixe. Cabe ainda destacar que é coberta por vegetação típica do cerrado de altitude nos quadrantes Norte e Oeste, e por vegetação típica de Mata Atlântica em suas demais porções.

Uma mudança na vegetação e na geografia das terras serranas é notável à medida que se cruza a serra da Bocaina, divisora das bacias dos rios Jequitinhonha e Doce entre a sede do município e a localidade de Três Barras. O caminho do Serro a Milho Verde inicialmente revela a Mata Atlântica densa, com árvores de maior porte e presença de sub-bosques. Gradativamente as vertentes rochosas do Espinhaço começam a se revelar no horizonte, e com elas a vegetação do cerrado de altitude, caracterizada especialmente por arvoredos,

campos e plantas rupestres. No alto de uma dessas serras cobertas por campos de altitude está Milho Verde, um dos principais destinos turísticos do estado de Minas Gerais na atualidade.

Se não fosse o asfalto que nos leva à entrada da comunidade e que denuncia que a modernidade ali chegou, poderíamos dizer que ao entrarmos nos domínios territoriais do antigo Quartel do Milho Verde somos transportados a outra época. A começar pela sensação de que o tempo, mais lento, expande-se. Perpassando pelo casario com roupas que secam dependuradas em cercas, segue-se admirando a senhora à beira da estrada empoeirada carregando seu feixe de lenha na cabeça. Os mínimos detalhes indicariam que estamos caminhando pela Minas Gerais de algumas décadas atrás.

Situada nas vertentes do Espinhaço, a porção urbana do distrito de Milho Verde atualmente é composta pelas Ruas do Cruzeiroinho, Socapó, Rosário, Largo do Quartel, Largo do Rosário, Beco Socapó, Beco Catopê, Travessa Manoel Esperidião, Rua Manoel Espiridião, Rua do Vento, Rua dos Cristais, Rua Pica-Pau, Rua Direita, Rua das Flores, Rua da Amargura, Rua dos Prazeres, Rua do Campo, Travessa do Campo, e Rua do Lajeado. Todas essas no entorno de sua via principal, a Rua Sempre-viva.

Esses caminhos, os símbolos e signos que eles abrigam aos poucos foram sendo descobertos, conhecidos e reconhecidos durante a execução de nosso trabalho de campo. Em um primeiro momento o olhar captou uma profusão de elementos, através daqueles pontos que mais aguçaram a observação do eu pesquisadora, turista, bióloga, cientista social, ser humano, mulher, mineira, brasileira, etc. Conquanto, ao longo do tempo e do convívio no lugar, como um caleidoscópio que forma uma nova imagem ao passo que se manipula o objeto com mais cuidado, outras Milho Verde foram se revelando diante de nossos olhos. Todas elas, misturadas no caldeirão da memória, permitem que possamos traçar aqui um desenho daquele vilarejo. Entretanto, nunca é demais apontar que essas descrições feitas a partir de uma visão de mundo específica de um ser humano limitado, produto e produtor de significações vindas de outra ambiência socioecossistêmica: serão sempre parciais e incompletas. Ainda assim, uma dentre as milhares de “fotografias” possíveis que revelam parte importante da multiplicidade dessa comunidade.

No enalço de começar a revelar esta “fotografia”, nosso caminhar se inicia descendo uma das ruazinhas gramadas do distrito, através da qual se chega ao Largo do Chafariz das Goiabeiras, onde ao centro, sob a sombra da referida árvore, está erigida a construção de pedras da qual verte uma bica d'água. Ao lado, dois cavalos pastam sossegadamente e na residência defronte um senhor se ocupa concertando uma cerca. Faz um silêncio ensurdecedor, interrompido de tempos em tempos por algum passante, já é perceptível que ali todos os que se encontram saúdam o próximo, ainda que desconhecido, com um bom dia.

No fim de outra ruela descobre-se, ao lado da Escola Estadual Professor Leopoldo Pereira, a matriz de Nossa Senhora dos Prazeres (Figura 10). Uma edificação em adobe e madeira, composta por nave, capela-mor e duas sacristias laterais, com sistema de sineira anexa à fachada lateral esquerda, formando uma pequena varanda de madeira suspensa em pilares e com cobertura de telhas para proteção dos sinos. O interior da igreja conserva aspectos das igrejas coloniais mineiras tais como os pisos em campas, bancos maciços de madeira, púlpitos com escada de acesso, grandes confessionários e altares entalhados, as imagens de Nossa Senhora dos Prazeres, de São Miguel e uma Pietá inacabada (IEPHA, 2011).



Figura 10- Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, Milho Verde-MG.
Fonte: foto da autora

Não há muitas informações sobre a construção da edificação, mas sabe-se que, em 08 de outubro de 1781, a pedido do capitão José de Moura e Oliveira, veio a ser instituída no lugar – freguesia da Vila do Príncipe - uma capela sob a invocação de São José. Não se sabe se a Igreja Nossa Senhora dos Prazeres seria a mesma capela, porém tendo o padroeiro alterado; ou se trata-se de uma nova edificação. Nunca foram encontrados documentos esclarecedores, sabendo-se apenas que, Auguste de Saint-Hilaire, em suas anotações durante sua visita a Milho Verde em 1817, referiu-se à existência de apenas uma igreja na localidade. A primeira referência a esse templo com o nome de Nossa Senhora dos Prazeres data de 1821 e é de autoria do então bispo de Mariana, dom Frei José da Santíssima Trindade (IEPHA, 2011).

Seguindo pela rua dos Prazeres, o olhar mais atento aos sinais aos poucos começa a encontrar indícios de que em Milho Verde passado e presente se misturam. Destoa na paisagem, repleta de antigas casinhas coloridas, uma mercearia aos moldes dos pequenos mercados de bairro dos grandes centros urbanos. No estabelecimento comercial compra-se no cartão, contudo, também ainda imperam alguns valores que se perderam nas cidades, tais como a confiança na palavra e a venda com caderneta. Por ali encontra-se “de um tudo”: produtos de limpeza, higiene, alimentos industrializados, carnes, frutas, verduras, legumes, quitandas, utensílios de cozinha, bebidas, material escolar, e também uma sessão de material para construção civil.

Mais a frente chama a atenção outra grande edificação com traços contemporâneos, um hotel de alvenaria em dois andares, que descobrimos mais tarde ter sido construído onde outrora era um antigo rancho de tropeiros. Segue-se, na curva da estrada um pequeno curral, a direita outra ruela repleta de pousadas familiares, bares e um restaurante. Chegamos ao Largo do Rosário repleto de casas com janela para a rua, cerca ou muro baixo e fachada pintada em tons fortes. Chama a atenção um pequeno cemitério e, ao seu lado, os olhos se surpreendem com a imagem de uma igreja em miniatura.

A capela do Rosário (Figura 11) em tons de branco, azul e bordô e fachada com torre e porta central, acima da qual estão três janelas protegidas por balaústres é um portal que nos leva aos mais longínquos tempos da Minas colonial, mas que teria na verdade sido construída tardiamente, na década de 1950 (DUARTE, 2004). Na ocasião, a nova igreja passou a abrigar a imagem da santa de devoção dos negros, que teve sua morada no antigo templo de Nossa Senhora do Rosário – construído pelos escravos em proporções maiores que a atual no local onde hoje se encontra o cemitério local – que teria ruído com o tempo (DUARTE, 2004).

No entorno da capela um extenso gramado, no centro do qual sob a sombra de uma amendoeira pode-se contemplar no horizonte a imensidão e a imponência de um platô coberto pelos cerrados, rodeado por serras e um paredão rochoso. São a Várzea do Lajeado e as Serras do Ouro e dos Santos, antigo caminho de tropeiros, por onde passava a estrada dos diamantes, através da qual homens e mulheres partiam e chegavam ao Distrito Diamantino pelo quartel do Milho Verde.



Figura 11- Capela de Nossa Senhora do Rosário, Milho Verde-MG. Fonte: foto da autora

Relembrando o caminhar dessa gente em um passado distante, percebemos que o nosso peregrinar por alguns dos pontos turísticos locais também vai desvendando o presente, com meninos de pé no chão jogando bola em meio às galinhas, trânsito de carro que levanta poeira, o homem que tange algumas cabeças de boi, pequenas casas com placa de aluga-se, pousadas, bares e restaurantes. Assim, onde outrora enxergou-se o retrato de uma comunidade tradicional ou homogênea, vai se revelando um ir e vir entre passado colonial e presente urbano. Uma Milho Verde prismática, sempre-viva, um misto de tradição e modernidade que em meio a permanências de um passado longínquo se reconfigura e resiste criativamente aos novos tempos.

No ensejo de compreender tais reconfigurações e resistências, torna-se importante compreender quais teriam sido as forças internas e externas à comunidade que, nas últimas décadas, seriam provocadoras de transformações estruturais e conjunturais naquele lugarejo. Acessando os meios que dispúnhamos por meio de conversas informais iniciou-se a busca por elementos que nos fizeram compreender como e de que modo teriam se dado as transformações e manutenções que começávamos a observar em Milho Verde. No contato com os moradores locais, de imediato chegamos a uma conclusão, a atividade turística foi um dos fatores responsáveis por essa dinâmica.

2.2 O tesouro redescoberto: emergência e consolidação da atividade turística em Milho Verde

Tendo como principal característica a sazonalidade, a atividade turística despontou em Milho Verde na década de 1970, nesse primeiro momento, o perfil daquele que chegava ao distrito era o de um viajante à procura da espontaneidade e fruição da natureza. Seja este embalado pelo movimento da contra cultura de 1968, por um distanciamento da vida moderna racionalizada, ou mesmo por um retorno a um passado idealizado e perdido, aquele turista originário buscava o contato com os aspectos tradicionais da cultura local, as matas, cachoeiras, rios, e montanhas (ARNDT, 2007).

Tais “hóspedes”, inicialmente acampavam em locais públicos, exigiam muito pouco da estrutura social e econômica local. Configurou-se assim um turismo de *camping*, ignorante das mazelas sociais do lugarejo em detrimento do sonho utópico de uma sociedade alternativa. Todavia, aos poucos o turista começou a receber e a demandar pequenos serviços da população, tais como refeições, hospedagem em quartos familiares, e consumo nos bares. Deste modo, na década seguinte, nos anos 1980, lentamente fez-se notável um aquecimento do comércio local e um estímulo à composição de meios de hospedagem, alimentação e lazer (ARNDT, 2007).

No escopo dessa reestruturação, a partir da década de 1990 o turismo foi apontado como possível solução para o desenvolvimento local pelo discurso do projeto público-privado Estrada Real. Gerido pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Reinventando tradições (HOBSBAWM; RANGER, 1984), o projeto tem como objetivo retomar os antigos caminhos do ouro e dos diamantes transformando-os em destino turístico (BESSA, 2011).



Figura 12- Delimitação aproximada da Comarca do Serro, e trajeto de acesso à região diamantina. Com destaque para os Caminhos Velho, Novo e dos Diamantes. Fonte: ARNDT (2007)

O chamado Caminho Velho (Figura 12) ou Caminho Geral do Sertão compreende o maior dos itinerários da Estrada Real, intensamente percorrido por mineradores e mercadores que abasteciam as vilas mineiras e, principalmente, funcionava como fluxo de escoamento da produção aurífera e Diamantina. Pelo Caminho Velho, a duração da travessia de São Paulo a Ouro durava cerca de 74 dias de viagem (CARVALHO, 2010).

O Caminho Novo (Figura 12) é tido como a primeira estrada oficial brasileira. Esse novo trajeto recebeu um forte apoio do Governador Artur de Sá e Meneses que, impressionado com as dificuldades encontradas na primeira viagem às Minas do Ouro, rapidamente o encomendou a um caçador de pedras preciosas (CARVALHO, 2010).

O Caminho dos Diamantes, também chamado Caminho do Sabarabuçu (Figura 12), é um caminho destacado de maneira regional, dentro do âmbito da capitania das Minas Gerais, a descoberta dos veios auríferos nas regiões do Serro Frio e do Tejuco causou o surgimento deste caminho. Por meio desta rota chegavam ao Rio de Janeiro, a partir de Vila Rica, as pedras preciosas tão cobiçadas do Distrito Diamantino (CARVALHO, 2010).

O discurso propagandístico do Projeto Estrada Real, ao pretender transformar em atrativos os fragmentos restantes desses antigos caminhos reais, visa a promoção da sustentabilidade econômica dos 177 municípios envolvidos (Figura 13) (BESSA, 2011). Em Milho Verde seus investimentos foram raros, o que se torna perceptível ao visitante são apenas placas e totens contendo a logomarca do Instituto Estrada Real. Signos que indicam que se está em um território pertencente ao imaginário e ao campo de ação do Projeto Estrada Real.

Contudo, cumpre reconhecermos que para além das esparsas transformações na estrutura física da comunidade, a inclusão de Milho Verde em uma rota turística com divulgação nacional e internacional provocou uma modificação no perfil do viajante que chega à localidade e possibilitou a configuração de uma resistência criativa local culturalmente positivada.

Como já discutido anteriormente, a atividade turística em Milho Verde teve início com os chamados *hippies* e o turismo de *camping*, não sendo, portanto, um projeto que nasce de uma organização prévia da comunidade local. Todavia, aos poucos esse turismo se intensifica, demandando estruturação, a qual ocorreu naqueles primeiros anos ainda com um caráter alternativo de hospedagem familiar. Esse movimento iniciado de forma espontânea refletiu-se no fato de ainda hoje em Milho Verde a grande maioria dos estabelecimentos comerciais serem de propriedade de pessoas que vivem na comunidade, sejam elas nativas ou não.

O turismo aqui em Milho Verde teve início na década de 80, ele teve início depois que o Milton Nascimento teve aqui e postou uma foto dessa igreja num LP dele, não sei o nome do LP, aí depois disso é que o turismo veio para cá. Antes era um turismo desorganizado, o pessoal acampava na grama, ali no Arco do Rosário e faziam fogueiras na grama. O turismo chegou e pegou a comunidade despreparada, sem infra-estrutura nenhuma, aí o Josias, da pousada Morais, foi a primeira pousada pioneira aqui. O pessoal já foi arrumando área de camping, outras pessoas já fizeram casas destinadas só para o aluguel. (Ricardo, entrevista realizada em Milho Verde)

Este turismo de base comunitária nos revela que os grandes investimentos do ramo empreendedor do turismo não incidiram de forma contundente em Milho Verde, como tem acontecido em outras localidades da Estrada Real tais como as cidades de Mariana, Ouro Preto, Tiradentes e São João del Rei, locais onde comunidades rurais que outrora teriam sua economia baseada no cultivo familiar de subsistência passaram a sofrer a invasão de investidores externos com empreendimento turísticos, tais como, *resorts*, grandes pousadas, restaurantes internacionais e redes de entretenimento.

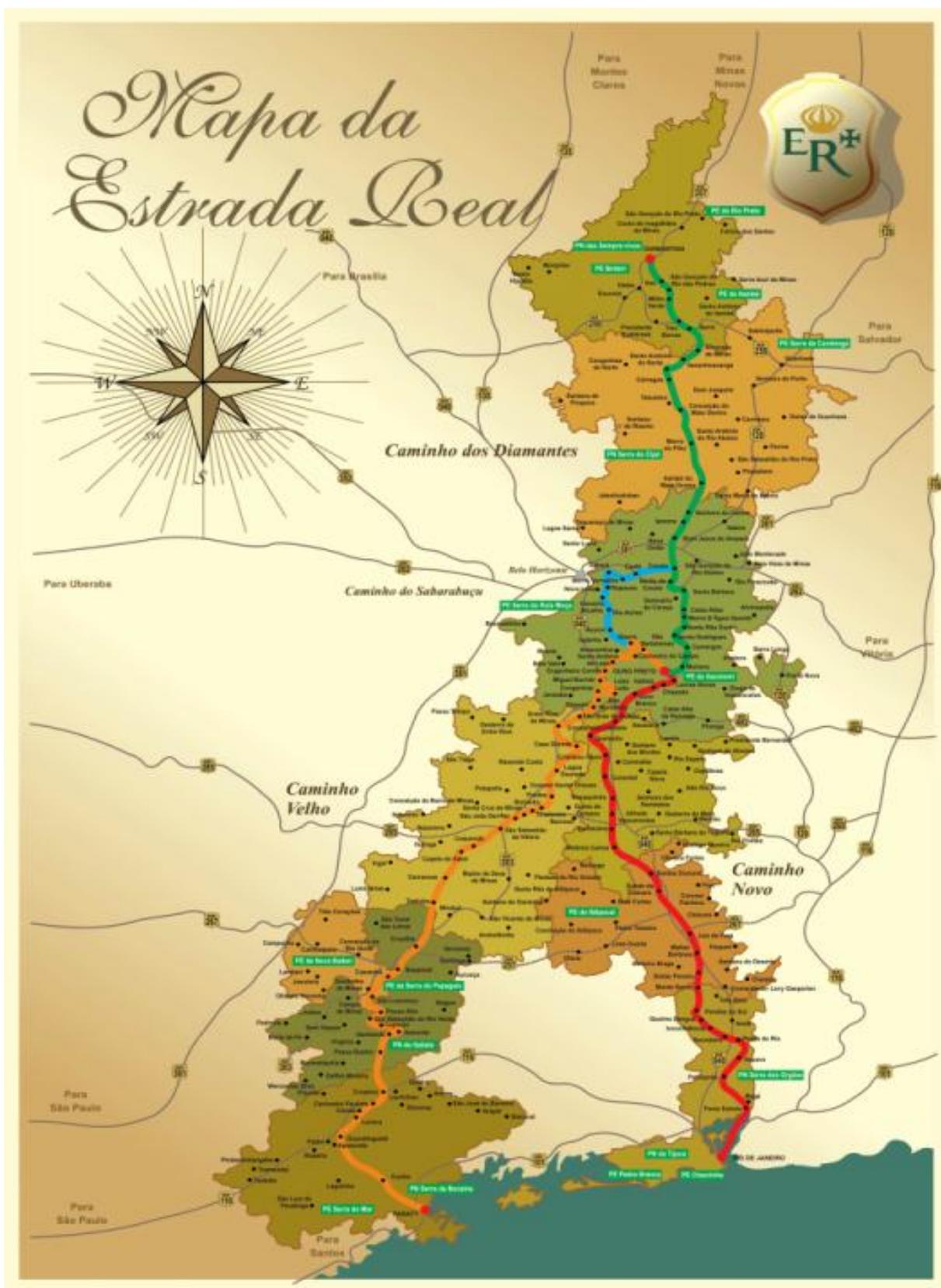


Figura 13- Mapa Projeto Estrada Real. Fonte: Instituto Estrada Real

Entretanto, com o Projeto Estrada Real, a partir do final da década de 1990 está se tornando notável localmente a presença de um turista *off road*. Um indivíduo de classes sociais mais altas, que chega a Milho Verde de passagem, ou para uma curta estadia, mas que demanda serviços de hospedagem requintados, aos moldes das cidades turísticas onde o projeto está estruturado (ARNDT, 2007; BESSA, 2011).

Seguindo a linha cronológica da dinamização da atividade turística, nos anos 2000, Milho Verde torna-se um importante cartão-postal de Minas Gerais, atraindo tanto turistas que buscam o contato com a natureza em um lugar calmo e tranquilo para descansar quanto àqueles que procuram um novo destino onde possam se divertir. Disto decorreu um incremento do número de viajantes que chegam à localidade durante datas comemorativas, tais como o *Reveillon*, o Carnaval, e para participar de eventos associados à tradição cultural local. A Folia de Reis que ocorre no mês de Janeiro, a Festa do Rosário com cortejos com o grupo de congado, novena, barraquinhas, e o Encontro Cultural de Milho Verde que ocorre na segunda semana de Julho são os principais atrativos. Esta intensificação turística foi acompanhada por uma diversificação do perfil do turista que chega a comunidade, que somada ao influxo de moradores vindos de outras cidades e que passam a empreender localmente, resultou em reestruturações do setor de prestação de serviços ao longo dos anos.

Na atualidade, o viajante que chega a Milho Verde tem a opção de se alojar em área de *camping*, ou em receptivos familiares (casas de moradores locais onde se convive com os mesmos). Ainda, é possível alugar casas de moradores locais destinadas somente para esse fim, se hospedar em pousadas do tipo albergue com um estilo mais alternativo, que recebem em geral o viajante mochileiro, ciclista, etc., ou nas pousadas mais luxuosas onde se hospedam, em sua maioria, famílias e casais.

No ramo da alimentação o restaurante familiar de comida mineira convive com o restaurante com lanches veganos e o bistrô com vinhos e pratos mais refinados. Ou seja, o saber da culinária mineira, da doceira que vivia de vender quitandas vem se misturando ao saber daquele morador “de fora” que chega trazendo valores, tais como, os do não consumo de animais e da alta gastronomia internacionalizada. Nesses espaços e nos bares locais, o turista encontra em feriados de maior movimento opções de lazer diurno e noturno, tais como atrativos musicais e programação cultural até mesmo na madrugada. Algo que há poucos anos atrás seria incomum.

Esse panorama da emergência e consolidação econômica do turismo em Milho Verde é indicativo das transformações que a atividade vem provocando localmente. O turismo é uma força incidente que, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, tem provocado transformações estruturais e conjunturais e tem reconfigurado a dinâmica interna da Comunidade. Transformações essas que se iniciaram de modo gradativo a partir dos anos de 1970, mas que tem incidido localmente de forma contundente na última metade dos anos 2000 e início da década de 2010.

Em relação a essas transformações, em seu estudo acerca da instalação do turismo nos Distritos de Milho Verde e São Gonçalo, Bessa (2011) elucida o fenômeno, e o interpreta como apropriação mercantil do patrimônio natural e cultural local. Em suas palavras,

este turismo foi impondo, paulatinamente, suas forças àqueles territórios, sequioso de atender a uma demanda cada dia mais crescente dos turistas pela exploração do patrimônio natural e cultural daquelas localidades. Foi se apropriando da natureza, da arquitetura, das festas, das tradições, dos costumes locais, de tudo aquilo que poderia transformar-se em mercadorias postas ao consumo (BESSA, 2011, p.14).

Procurando problematizar e dialogar com as conclusões do autor supracitado, e entendendo a atividade como força provocadora de mudanças mais profundas e diversas do que as que apresentamos até o momento, passaremos a discorrer especificamente sobre tais

aspectos nos tópicos seguintes.

2.3 Transformações estruturais e conjunturais a partir da atividade turística

De acordo com pesquisa realizada pela “Associação cultural e comunitária do catopê e da marujada de Milho Verde”, no ano de 2007 a comunidade contava com cerca de mil habitantes vivendo entre a porção central do distrito, sua zona urbana, e os bairros rurais do entorno como Ausente, Baú e Barra da Cega. Dessas mil pessoas, 25% se identificavam enquanto brancos, indígenas e ou mestiços, os demais se auto-identificaram enquanto pretos e pardos (ACVMA, 2007).

Quanto à estrutura de serviços públicos, esses milhoeverdenses contam na atualidade com um posto médico e odontológico, frequentado pela maior parte de sua população urbana e dos bairros rurais; uma creche de educação infantil, duas escolas municipais de 1ª a 4ª série nas comunidades de remanescentes quilombolas do Ausente e Baú, e uma escola estadual com ensino fundamental e médio completos. Todavia, as estruturas e conjunturas locais passadas refletem ainda hoje na manutenção de um *deficit* no âmbito do acesso a educação institucionalizada, de modo que cerca de 40% de sua população com mais de 60 anos é analfabeta (ACVMA, 2007).

Nas últimas décadas, esse panorama social está em processo constante de mudança. A atividade turística é uma das forças responsáveis por algumas dessas transformações. Relatos orais de moradores nativos de Milho Verde nos permitem afirmar que o início das reconfigurações internas que a atividade turística provocou e vem provocando na localidade se deu a partir de modificações na composição de sua população residente.

Chamada por seus moradores de vila, vilarejo, cidade, comunidade, ou distrito, Milho Verde é retratada de modos distintos nos períodos anterior e posterior ao início da atividade turística.

Era um vilarejo mesmo, poucos moradores, casas uma distante das outras, todo mundo família. A maioria família Correia, Barroso, Alves. Mas, assim... separado. Tem a Rua de Cima que é a rua nossa, que é a Rua Direita e Rua do Campo, a maioria era família Correia e casa uma distante da outra. A de lá de baixo família Alves, e família Barroso também. E aqui na comunidade vivia mais, ficava mais na comunidade mesmo as pessoas mais velhas, e as mulheres mesmo com os filhos. Os maridos e os filhos mais novos iam pra garimpo. Então era um vilarejo bem pobre, tranquilo, que não tinha condição nenhuma, não tinha luz, não tinha nada, posto de saúde, nem nada. Tudo que era recurso tinha que buscar em Serro. Mas, era bem tranquilo, diferente de hoje, porque está tudo mais evoluído não é? (Armanda, entrevista realizada em Milho Verde)

A comunidade nos idos de 1970 a 1980 é lembrada como uma cidadezinha tranquila, onde a população residente era menor que a dos dias atuais e composta de moradores nativos da região. A porção urbana do distrito era um vilarejo com casas esparsas, onde o sentimento de pertencimento ao território e as relações de parentesco e amizade eram os fatores determinantes da organização espacial desses moradores em sua ambiência socioecossistêmica. A esse tempo vivia-se do garimpo e da agricultura de subsistência.

Nas últimas décadas, muitos viajantes que por ali chegaram passaram a compor sua população permanente e/ou temporária. Apesar do peso do turismo de pequena permanência, uma parcela significativa deles imigrou a partir da capital, de outros estados e até mesmo do exterior passando a radicar-se na comunidade. Também, habitantes dos bairros rurais de Milho Verde se deslocaram para sua área urbana e antigos emigrados retornaram à terra natal. Realidade que difere daquela das décadas de 1970, 1980 e início dos anos 1990. Como

podemos perceber, na memória de nossos interlocutores persistem lembranças de 20 ou 30 anos atrás quando a comunidade era terra de mães, filhos pequenos e idosos, pois muitos dos seus moradores em idade ativa deixavam a localidade em busca de oportunidades de emprego em outras cidades do estado.

Até meados dos anos 1990 era comum que os pais e filhos em idade de trabalho passassem parte do ano fora, retornando nos feriados e dias santos. As mães ficavam, trabalhando no cultivo do roçado nas fazendas dos proprietários de terra da região, cuidando da casa e dos filhos menores. Ainda, como discutimos anteriormente, parte resistente dessa população se manteve na localidade vivendo da prestação de serviços domésticos, do pequeno comércio, do plantio de roças para subsistência em suas pequenas propriedades, e do garimpo, da criação de gado e extrativismo vegetal na principal área de uso comum do distrito, a Várzea do Lajeado.

Com a dinamização econômica provocada pelo turismo a renda monetária começou gradativamente a circular em Milho Verde, e os grupos subalternos locais tiveram acesso a outros meios de sobrevivência. Assim, na comunidade em que no passado colonial o garimpo era uma das principais promessas de ascensão social, ser empreendedor, embora pequeno, se torna o novo ouro do sertão. Com o aquecimento econômico, as famílias milhoverdenses passam a atuar na economia local por meio do pequeno comércio na prestação de serviços de alimentação e hospedagem, seja por meio da hospedagem familiar, do aluguel de casas próprias em parte do ano, ou da construção de casas para fim de aluguel e pequenas pousadas. Ainda, como para o turista o único modo de obter informações a respeito do lugar seria perguntando aos moradores locais, o ofício de guia turístico informal se torna mais uma possibilidade de trabalho para os sábios locais que conhecem os caminhos das Serras do Espinhaço.

Muitos de nossos interlocutores relatam sentirem-se saudosos do tempo em que o contato com a terra era maior, sendo ela quem provia a maior parte de seu sustento. Entretanto, também ponderam que outrora não havia emprego para todos, sendo a família obrigada a lavourar em regime de trabalho semiescravo em terras dos grandes proprietários do entorno, ou a deixar o distrito em busca de oportunidades. Tais relatos são indicativos de que além de prover uma diversificação das oportunidades de emprego, com o turismo intensificou-se o processo de manutenção do nativo na terra em que nasceu. A esse respeito, o relato de uma moradora “de fora” que chegou a Milho Verde nos anos 1990 é elucidativo do processo.

A base econômica hoje é o turismo. A vinte anos atrás não era, a comunidade estava perdida. Eu me lembro que eu me chocava com ociosidade do homens, impressionava o quanto eu via as mulheres trabalhando e os homens à toa. Porque os homens iam para o garimpo, e as mulheres tinham que cuidar da casa, dos filhos, da lenha, da roça, tudo. E aí eu chego quando o garimpo está na decadência, então os homens estavam perdidos e sem saber o que fazer. E qual que foi a alternativa para Milho Verde? Foi o turismo. A partir daí o que veio? As pousadas, os pequenos restaurantes, a construção civil. Porque hoje, quase todos os homens, pelo menos um homem de cada família está envolvido com a construção civil. Milho Verde é outro, é outro lugar daquele que eu cheguei, cresceu e cresce o tempo todo. É impressionante. (Maria Rita, entrevista realizada em Milho Verde)

No escopo dessas transformações, ao passo que turistas e os “de fora” começam a chegar em maior número em Milho Verde, tem início um processo onde a comunidade passa a sofrer as consequências de um aumento na demanda de pessoas interessadas em adquirir lotes para a construção de casas de veraneio, moradias permanentes e estabelecimentos comerciais.

Para abrigar essas pessoas, a construção de novos imóveis vai alterando alguns traços da estrutura física de Milho Verde. Estes novos modos de apropriação do território local modificaram também sua conformação aldeã, e a comunidade que possuía um núcleo arquitetônico mais antigo em conformação circular começa a ter seus contornos modificados por um crescimento rumo à periferia (ARNDT, 2007). Em decorrência, com a derrubada de mata nativa, Milho Verde também viu diminuir a arborização de suas ruas e do entorno de seu núcleo residencial.

Nesse processo, surgiram não somente novas casas, bares, restaurantes, receptivos familiares, pousadas, mas também novas ruas na comunidade. Ademais, esse crescimento fez com que a maior parte dos caminhos – que ainda nos idos de 2008 eram gramados, com solo quartzítico arenoso e branco – fossem transformados em ruas de terra vermelha por uma obra de pavimentação inacabada, e pela intensificação no trânsito de carros e caminhões nas vias públicas.

A terra era branquinha, era arenosa, era uma coisa linda com gramado do lado, só aquela trilhazinha, como você ainda vê algumas ruas aqui. (...) Esse trecho que eles colocaram essa terra vermelha você precisa ver que lindeza que era, tinha aquela areia branquinha, parecendo aquela areia lá do Lajeado e grama ao lado, a coisa mais linda do mundo e fizeram essa sacanagem aí. E hoje com mais carro eles passam a jogar essas terras com mais pedregulhos para tampar os buracos das ruas, e aos poucos a grama vai acabando. Aquela rua dos Prazeres também era toda bonitinha (...) uma rua que está protegida no Plano Diretor. Lá passa caminhões pesadíssimos, tem trânsito pesado aí para abastecer a casa de material de construção. Vem caminhões pesados com telha, com madeira, com tijolo. E vai só perdendo a beleza e a simplicidade, as características originais. (Otacília, entrevista realizada em Milho Verde).

Essa presença maior de carros em Milho Verde explica-se em grande medida pelo uso exagerado de automotivos por turistas ou por parte dos moradores vindos “de fora” em uma Comunidade que pode ser facilmente percorrida a pé, mas, também, pelos desdobramentos das mudanças ocorridas no panorama socioeconômico local que refletiram na vida do morador nativo.

Para além das resistentes atividades da agricultura, pecuária, extrativismo vegetal e mineral e das emergentes atividades de prestação de serviços de hospedagem e alimentação, na medida em que a atividade turística vai se consolidando, a Comunidade de Milho Verde passa a ter como possibilidade de fonte de renda a construção civil. Com a dinamização no setor imobiliário e a especulação imobiliária intensificada no final dos anos 2000, parte da subalternia nativa estrategicamente reage a essa dinâmica cercando e vendendo lotes nas bordas da Várzea do Lajeado, área de terras devolutas do território comum milhoeverdense. A posse das propriedades, negociada em troca de dinheiro, carros, motos, e até mesmo eletrodomésticos, provoca uma mudança no modo de vida local, ao inserir no cotidiano comunitário meios de transporte que até então se limitavam à propriedade de poucas famílias.

Ao caminhar-se pelas ruas de Milho Verde, torna-se notável que o aumento do fluxo de carros vem causando um impacto negativo no ambiente local. Também, com o carro cada vez mais presente na vida do morador local, o uso do cavalo e do boi como meio de transporte de pessoas e cargas começou a diminuir. Embora reconheçamos que os impactos do uso de veículos motorizados afetaram diretamente o ritmo e o modo de vida de sua população, deve-se apontar que por meio dessas reconfigurações a subalternia local passa a ter acesso facilitado às cidades vizinhas de Diamantina e Serro. Em busca de serviços de saúde, serviços bancários e até mesmo para adquirir produtos alimentares com preços mais atrativos que os praticados no distrito.

Na medida em que a revalorização monetária do território se expande, os quintais que

proviam o sustento da família milhoeverdense passam a ser fracionados e ocupados por novas construções. Junto com a perda de espaço de plantio perde-se o chão onde resistiam grande parte dos saberes locais territorializados nos plantios de subsistência. A busca por alimentos já processados nas cidades vizinhas torna-se uma alternativa necessária. Essa transformação não passou despercebida aos olhos de nossos interlocutores. É alvo de críticas e ponderações acerca de suas consequências.

Antigamente a gente não tinha essas doenças que vem hoje em dia, agora está vindo mais, antigamente a gente comia várias frutas do mato, jambo, banana, jabuticaba, manga, não tinham dor de barriga, hoje em dia está dando dor de barriga porque o pessoal fica trazendo da cidade, o povo está deixando de plantar. A terra que meu pai plantava hoje virou braqueara, que o povo pegou a terra para plantar capim, aí hoje em dia você não pode plantar quase nada. O pessoal que tem mais terra é o mais rico daqui, aí eles pegam a terra para plantar capim. Você não pode plantar hoje em dia um pé de jabuticaba, um de manga, aí vem os filhos para construir e fica sem lugar para plantar sua horta. Aí tem que comprar essas verduras de supermercado e é isso que está trazendo esses tipos de doenças, porque é tudo com remédio, aí acontece isso. (Agenor, entrevista realizada em Milho Verde)

As modificações na relação da subalternia local com o seu território não se expressaram apenas nesta reconfiguração parcial no modo de obtenção do alimento. No que concerne a gestão da vida e dos recursos necessários ao seu provimento, a expansão do número de moradores “de fora” e do trânsito de turistas foi geradora ainda de problemáticas devido às transformações na forma de distribuição e acesso à água.

Segundo fontes orais, até a década de 1970 os moradores de Milho Verde faziam uso coletivo da água do Chafariz das Goiabeiras⁹ como meio de abastecer suas casas. No chafariz, as mulheres milhoeverdenses se abasteciam com a água necessária para uso nas residências, lavavam seus utensílios domésticos e roupas. Essas últimas ainda eram lavadas na Várzea, utilizando-se das águas do Córrego do Lajeado e das extensas rochas onde eram quaradas ao sol. Nos períodos naturais de seca, quando a água do Chafariz diminuía ou deixava de verter, a opção encontrada era buscar o recurso em duas outras nascentes: a Fonte do Meio e a Fonte de Antônio Pio. Nessa mesma década, quando a água é encanada para as residências, abastecendo toda a comunidade através de captação em uma nascente na Serra do Ouro, tem-se um processo de individualização no acesso, com a conseqüente desagregação das práticas de uso coletivo e da rotina de interações e comunicações face a face. Pode-se, no entanto, falar em alguma subalternia resistente que manteve o costume da lavagem de roupas nos corpos d'água locais.

Para além dessa modificação no modo de vida local provocada pelas transformações na forma de distribuição e acesso à água, em anos recentes a falta do recurso se tornou uma constante em Milho Verde. É senso comum no lugar que tal dinâmica de oferta e escassez não está ligada diretamente às estações do ano como outrora, mas a fatores naturais que transcendem o lugar, tal como o aquecimento das temperaturas a nível mundial, mas deve-se, sobretudo, a fatores internos à Comunidade, tal como o aumento de sua população permanente e flutuante.

Porque a água está secando também, é porque tem muita gente hoje. Em Milho Verde você podia contar quantas casas tinham, cada casa tem 3 ou 5 pessoas e essa água está vindo de onde? Da nascente. Se você pensar não é que a água está secando é que aumentou o número de gente. Antigamente se você passasse na rua principal, você contava 3 ou 4 casas, hoje você não consegue nem contar quantas casas tem

9 Diz a memória coletiva local que ali se banhava Chica da Silva, figura ilustre que se acredita ter nascido na comunidade, sendo batizada na Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres.

aqui, a comunidade vai crescendo e mais uso de água vai tendo. (...) Aqui em Milho Verde estão fazendo umas 20 casas por ano e cada vez tirando uma quantidade de água maior, quando chegar um certo tempo, você acha que 50 milímetros de água vai dar para a comunidade toda? Não dá de jeito nenhum. (...) De primeira, essa água da Serra do Ouro dava para todo mundo usar e sobrava, ainda descia de lá para a Várzea. Hoje você pode chegar lá, não desce água e é a mesma quantidade de água que tinha de antes e eles aumentaram o cano que era de meia, $\frac{3}{4}$ e hoje já tem um cano de 50 milímetros. Quanto mais a comunidade cresce, mais gasta água. (...) E ela está indo embora. (Manuel, entrevista realizada em Milho Verde)

Esta problemática do acesso e distribuição da água tem sido ainda intensificada com a chegada da Copanor, empresa público-privada que após consultas públicas poderá passar a ser a responsável pela gestão do recurso em Milho Verde, a partir de 2016. O controle da rede de distribuição de água pela empresa divide opiniões.

O acesso à água tratada é uma demanda de parte da população que aposta na chegada da empresa e da tarifação de água como solução para a má distribuição, o desperdício e a escassez recorrente no período da seca e nos feriados. Outra parte dos moradores locais resiste à possibilidade de fazer uso da água tratada e fluoretada. São contra a empresa e a taxaço do acesso a um bem elementar para a sobrevivência de qualquer ser vivo e apontam que a tarifa cobrada pelo serviço representará uma conta a mais no orçamento de uma população de baixa-renda, exclusivamente devido aos interesses econômicos do setor empresarial. Parte da população faz ainda um paralelo com a chegada do serviço de energia elétrica na comunidade, que teria trazido consigo benefícios, mas que em contrapartida fez com que a população passasse a ter a obrigação de pagar por um serviço que apresenta uma estrutura incipiente, com constantes falhas e demandas de reparos não atendidas.

Transcendendo a questão relativa à água, a pressão demográfica vem transformando a relação da Comunidade com sua ambiência ecossistêmica devido à geração e descarte de resíduos. Em Milho Verde, o esgoto sanitário das residências é recolhido por fossas sanitárias. Na medida em que as moradias e estabelecimentos comerciais tem se multiplicado, esta forma de armazenamento dos efluentes domésticos se tornou um problema, pois algumas dessas fossas teriam sido construídas em áreas de risco de contaminação dos cursos d'água. Outra problemática advém do aumento no volume de resíduos sólidos gerados pela população residente e flutuante de Milho Verde. O “lixo” – destinado a um depósito a céu aberto na cidade do Serro – acumula-se pelas ruas em temporadas de grande circulação de pessoas, tais como os feriados, onde os mesmos são gerados em quantidade e velocidade superiores as suportadas pelo serviço municipal de coleta. Ainda são percebidos pelos moradores locais hábitos inadequados de alguns turistas, como o descarte de materiais plásticos, vidros, metais e papéis em locais de acesso público.

Cientes dessas transformações, alguns moradores acreditam que os impactos negativos concernentes à atividade turística são passíveis de intensificação com a pavimentação da estrada entre Diamantina e o distrito. Em Milho Verde, o morador local nativo e “de fora” – acostumado com a vida em um lugar onde ainda pode-se sair de casa e deixar as portas e janelas destrancadas – começa a ficar preocupado com sua segurança e tranquilidade nos períodos de grande circulação de pessoas. Em consequência, passa a demandar a criação de um posto policial no distrito.

Milho Verde mudou muito, a própria comunidade, os moradores ficam meio na deles. Se tiver uma festa, você vê mais gente “de fora” do que da comunidade. Aqui tem muito morador, mas você pode ver que eles não saem, o morador fica mais no cantinho deles, retirados, no seu lugar. Eu acho que Milho Verde melhorou muito, melhorou por conta do turista, Milho Verde cresceu muito por causa disso, por causa das cachoeiras. Todo mundo agora está ganhando seu dinheiro, de primeiro não era

assim. (...) Só que acaba melhorando um negócio, mas já não fica o mesmo lugar que era antes. Todo mundo quer vir para conhecer Milho Verde, aí mudou. (...) Pode melhorar assim, que você pode ter suas coisas, agora melhorar de ter sossego... acho que não vai ter mais não, acho que já era, sossego de agora pra frente, acho que não tem mais não. Mudou muito, hoje você pega um telefone e você tem tudo, de primeiro você ficava num caderno escrevendo para fazer aquilo. Se você quiser ligar pro Rio de Janeiro não tem nem distância, não precisa esperar, hoje está tudo fácil. Isso ajuda demais, mas também prejudica também. Igual teve um assalto no Serro na Caixa Econômica, você acha que se fosse antes, arrombava? Não arrombava. Hoje em dia, o cara com telefone já está ali dizendo o que está acontecendo, passando para o outro. E cada vez que passa, vai mudando mais (Manuel, entrevista realizada em Milho Verde).

Depoimentos tais como os de Manuel, com suas considerações acerca dos impactos negativos da intensificação turística e da chegada de tecnologias como o celular móvel à localidade, demonstram que as transformações causadas pela atividade em Milho Verde tem provocado não um rompimento, mas uma distinção de opiniões entre alguns grupos ou sujeitos dessa Comunidade. De um lado, estão aqueles que são simpatizantes das transformações, a despeito ou não do reconhecimento dos impactos associados à atividade. De outro, estão aqueles que atentos às implicações negativas do desenvolvimento se preocupariam com a sustentabilidade do processo, e com a manutenção dos valores tradicionais, o que também Arndt (2007) já indicava em seu estudo.

Tal constatação se processou em nosso pensamento como um gatilho disparador dos seguintes questionamentos: para além das trocas econômicas, e diante desses impactos, de que modo turistas, moradores “de fora” e moradores nativos estão se relacionando em Milho Verde? As modificações conjunturais e estruturais até aqui apresentadas nos permitem conjecturar que, com o passar do tempo, as interações sociais do turismo geraram um novo panorama social em Milho Verde, e é sobre este assunto que nos debruçamos a seguir.

2.4 Os daqui e os “de fora”: tensões e sinergias entre nativos, moradores não-nativos e turistas

Como já mencionado, o despontar da atividade turística em Milho Verde deu-se de forma espontânea. Nas primeiras décadas, idos dos anos 1970 e 1980, o viajante que chegava à comunidade vinha de ônibus, pois temendo os percalços do caminho eram raros os que se aventuravam a fazer os 22 km de estrada de chão de Serro a Milho Verde de carro próprio. Assim, poucos eram os aventureiros que venciam a distância, sendo os denominados *hippies* a grande maioria dos que enfrentavam a jornada, muitos dos quais fariam o percurso a pé.

Já nesse momento inicial, quando tais transeuntes “redescobrem” Milho Verde tem-se início uma via de mão dupla na relação e na interação entre subjetividades coletivas, ou entre “Nós-Eles”, morador nativo e turista, que se mantém até os dias atuais, de modo que ora essa relação se dá de modo amigável e harmonioso e ora é geradora de conflitos.

Relembrando o contato inicial entre nativo e turista, não foram raras as vezes que nos foram narradas experiências de interação amigável entre ambos, um tempo gravado na memória afetiva do milhoerdense que nos faz lembrar Pai Mudesto e o episódio das espigas de milho. Nestas ocasiões, a subalternia local acolheria os primeiros aventureiros com presteza, recebendo pessoas desconhecidas em casa como se fossem parentes. Ali eles tiveram de comer e beber nas mesmas panelas que os avôs, avós, pais, mães, tios e tias de nossos interlocutores alimentavam sua família, em geral bastante numerosa. Em troca aceitava-se apenas a gratidão, negando-se qualquer tipo de pagamento monetário.

Com o tempo, de passantes a turistas, estes começam a demandar serviços do morador

nativo que percebe nos serviços de hospedagem e alimentação uma possibilidade de geração de renda, o que leva a uma estruturação gradual de serviços de recepção familiar. Ainda assim, a atividade de acolhimento não se desvincula dos valores locais, o que teria marcado as lembranças de alguns dos antigos mochileiros do Milho Verde:

É um lugar muito acolhedor das pessoas, todas as pessoas que chegam aqui ficam satisfeitas de chegar e ser atendidos. Se você chegar numa casa aí e tiver dinheiro, bom, se você não tiver, você come e bebe do mesmo jeito em qualquer casa aí. Antigamente a dona Lurdes, ela não foi para frente por conta disso, se você chegasse lá se o prato de comer fosse R\$ 10,00 e você só tivesse R\$ 3,00 você comia do mesmo jeito, com ela não tinha disso. Eu ficava em Dona Lourdes, ela já morreu, mas ela cobrava R\$ 10,00, aí era almoço e janta ainda, era um trem bom mesmo. (Emílio, entrevista realizada em Milho Verde)

Passadas mais de quatro décadas desde a emergência da atividade turística em Milho Verde, tal interação de amizade e acolhimento entre morador nativo e turista é ainda nos dias de hoje uma relação social valorizada por ambas as partes, que vivenciamos durante as estadias em campo. Milho Verde são muitas, e uma dessas muitas é terra acolhedora, onde estabelecer vínculos com alguns moradores locais é tarefa fácil e prazerosa. Por inúmeras vezes se é convidado a entrar e tomar um café por pessoas desconhecidas ou que se acabou de conhecer. Ainda, ao caminhar-se pelas ruas os inúmeros cumprimentos de bom dia, boa tarde e boa noite fazem com que o “eu” adormecido pela cidade grande se reconheça existindo como parte integrante de algo maior. Milho Verde é lugar de gente que não hesita em sorrir cordialmente, de mulheres e homens simples sempre dispostos a uma boa prosa, lugar onde a palavra dita ainda é digna de confiança, e onde eu (pesquisadora ou turista) recebi abraços de “vá com deus” e “volte logo” sempre que partia.

Conquanto, ainda que essa seja uma das experiências vivenciadas, nunca é demais lembrar que nessa Comunidade complexa o todo é formado da soma de distintas partes. Nossas observações e dados coletados revelam que, desde quando a atividade turística desponta localmente, é notável um choque entre os modos de vida de uma população rural permeada pelos valores da religiosidade cristã, e os modos de vida desses sujeitos vindos de outros lugares. Os quais caminhavam na contramão dos valores sociais hegemônicos da época do regime militar, autoritário e culturalmente conservador.

Se para os cristãos o paraíso está no céu, para o movimento *hippie* ele deveria ser vivenciado aqui na Terra. Influenciados pelo movimento, muitos desses primeiros turistas não foram vistos com bons olhos pelos nativos de Milho Verde devido aos seus valores favoráveis a busca pelo prazer, vivenciados em hábitos tais como a libertação do corpo através da nudez e do sexo, e da apreciação do uso de drogas.

Na época que começou a chegar, começou a ficar bem tumultuado. Eles colocavam a barraca em qualquer lugar, às vezes coisas que o povo daqui não estava muito acostumado. Na época, já rolava transa na rua afora, nas cachoeiras, isso era coisa de outro mundo na época. Quase ninguém saía, os que saíam raramente iam para a cidade, iam sempre ou para o garimpo ou para o mato, cortar lenha para fazer carvão, esse negócio. Não tinha esse costume com esse negócio. (Ramiro, entrevista realizada em Milho Verde)

Essas visões de mundo conflitantes fizeram emergir outro lado da realidade local, um quadro onde parte dos nativos, primeiros turistas e moradores “de fora” não interagiram de maneira mais afetiva, o que dificultou a adesão dos novos moradores à dinâmica social local. Afirmativa essa baseada em depoimentos nos quais moradores “de fora” revelam que, ao chegarem em Milho Verde, não tiveram uma relação afim com a população nativa, pois

sentiriam um distanciamento entre “os daqui” e “os de fora”, de modo que nesse primeiro momento se mantiveram apartados do convívio e das questões de interesse comunitário.

Arndt (2007) argumenta que essa fraca interação foi resultante de uma mobilização comunitária incipiente. De outro modo, entendemos que esse distanciamento é ainda reflexo da memória coletiva resistente de uma comunidade marcada pelo colonialismo, e por um consequente histórico de exploração. Assim, a linha abissal entre estabelecidos e *outsiders*, (ELIAS e SCOTSON, 1994; SOUSA SANTOS, 2007), “nós” que somos daqui e os “outros” (MOREIRA, 2006) “de fora”, configura-se como estratégia de resistência dos moradores nativos. Entretanto, procurando relativizar nosso olhar e não tratar as relações sociais como um dado monolítico, moeda de uma única face, nos apropriamos de Goulart (2013), para o qual o termo “de fora” é utilizado na Comunidade não para propriamente designar as pessoas vindas de outro lugar, já que desde a sua origem Milho Verde recebe novos moradores e viajantes, mas sim como denominador daqueles que chegam com formação e experiência quase que totalmente díspares dos costumes locais.

O referido autor reconhece que se pode perceber em algumas ocasiões um estranhamento entre parte da população nativa, habitantes radicados e turistas. Tal estranhamento se daria devido aos modos de vida distintos de cada uma das partes. A exemplo dos dilemas, para a comunidade nativa, do uso de roupas de banho nas vias públicas e do uso de drogas nos espaços públicos e ruas nas quais crianças e jovens transitam livremente. O que faria que a comunidade fosse identificada como um lugar sem regras, onde tudo é permitido. Isto nos leva a destacar outro dilema recorrente nos dias atuais: o uso de som automotivo em alto volume, o que vem entrando em conflito com uma comunidade tranquila, na qual os moradores tem o hábito de acordar cedo para trabalhar.

A estes se acrescentam outros problemas tais como a degradação do patrimônio histórico, que aos poucos está sendo descaracterizado devido a não preservação de imóveis e monumentos, e as novas construções, pouco atentas à questão da manutenção do padrão arquitetônico local. Está em curso em Milho Verde o início de um processo de verticalização, com a construção das primeiras moradias e hospedagens com dois andares, além das grandes casas de alvenaria com janelas em vidro, e moradias cercadas com muros. Tal modelo começa a ser reproduzido nas construções de muitos moradores nativos, que veem na substituição do padrão da arquitetura de suas casas um meio de acesso a moradias mais confortáveis. Todavia, essa transformação não agrada à parte da população que acredita que a comunidade esta perdendo suas características singulares.

Mesmo envolvidos diretamente enquanto funcionários ou donos de bar, pousadas e restaurantes, ou indiretamente na construção civil e prestação de serviços e entendendo a atividade como geradora de renda, em determinadas situações é notável um distanciamento entre morador e turista. Tal separação esta demarcada, por exemplo, quando mesmo figurando entre os principais cartões postais locais, as igrejas de Milho Verde não ficam abertas para a visitação, o que já se tornou prática recorrente em outros destinos da Estrada Real. De acordo com os locais, seria essa uma medida de segurança e prevenção de furtos de obras e peças sacras. Mas, acreditamos que o fator determinante a essa proteção dos templos são os valores religiosos, pois abrir as igrejas para visitação iria contra suas crenças e tradições, que designam às mesmas única e exclusivamente um valor espiritual. A abertura à visitação estaria na contramão dos valores, horários e ritmo local.

Essas tensões na relação social entre nativos e turistas se fazem ainda presentes em diversos outros aspectos, a expressão “os turistas” é usada frequentemente por moradores nativos, demonstrando uma clara separação entre quem fala e de quem se fala. Nos últimos anos, após a pavimentação asfáltica entre Serro e Milho Verde, ocorrida em 2012, houve uma intensificação do turismo no distrito que, por sua vez tem provocado uma tensão maior entre

os nativos e os turistas, com as problemáticas emergindo em proporção ao aumento do influxo de pessoas. Contudo, nossos dados demonstram que os conflitos vividos localmente estão atrelados não só as reconfigurações internas da Comunidade de Milho Verde. A problemática aqui exposta – a partir de elementos reveladores das tensões entre as subjetividades coletivas que a compõem – é reflexo de fatores intrínsecos às individualidades de cada sujeito, aos valores que permeiam essa comunidade, mas está também diretamente ligada a fatores externos a ela. Tais como às políticas hegemônicas internacionais e nacionais para o turismo, e a nível local, para o ecoturismo, como demonstraremos.

Nas últimas décadas o turismo vem sendo apontado globalmente como uma importante força na recuperação da economia. No primeiro semestre de 2011, o turismo mundial, segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), teve crescimento de 4,4%. O melhor desempenho foi o da América do Sul, com crescimento de 15%, três vezes superior à média mundial. No mesmo período, o Brasil registrou um crescimento de 11,7%. No que concerne ao turismo em terras brasileiras,

a constituição brasileira de 1988 intensificou e estimulou um processo de descentralização, que deu aos municípios um protagonismo inexistente durante a ditadura militar. A possibilidade de definir as políticas e ações no nível municipal fortaleceu o discurso de que o turismo seria uma das melhores alternativas para o *desenvolvimento, principalmente em regiões historicamente desfavorecidas do processo de acumulação capitalista, mas com recursos naturais e históricos representativos* (SYNERGIA, 2013, p. 06, grifo meu).

Com a criação do Ministério do Turismo em 2003, passa a existir uma pasta específica para o assunto que define o Plano Nacional de Turismo que começa a consolidar a atividade como estratégica para o país. Em 2008, foi promulgada a Lei Geral do Turismo (nº 1171/08), na qual estão definidas as responsabilidades e modo de organização do planejamento, gestão e fiscalização da atividade turística no Brasil. A Lei geral do turismo tem por princípios a livre iniciativa, a descentralização, a regionalização e o desenvolvimento econômico-social justo e sustentável. O Plano Nacional de Turismo define um Programa de Regionalização baseado nas instâncias de governança regionais, nas quais os municípios se associam com o objetivo de promover e fomentar o turismo na região a que pertencem. Em Minas Gerais, estas instâncias são denominadas Circuitos Turísticos (SYNERGIA, 2013).

Em Minas Gerais, a política dos circuitos foi reforçada a partir de 2009 com a promulgação da lei nº 18.030/2009, que determina a criação do ICMS - turístico, versando sobre a redistribuição deste imposto estadual aos municípios, condicionada a investimentos e ações da gestão pública na atividade turística (SYNERGIA, p.9, 2013).

Milho Verde está inserida no Circuito Turístico dos Diamantes, onde o ecoturismo tem sido uma das alternativas adotadas como estratégia de dinamização econômica de localidades diversas. Recônditos escondidos das Gerais começaram a ser “re-descobertos” e explorados por turistas em busca das riquezas ambientais e culturais do interior das Minas. A tranquilidade, o contato com a natureza, a imagem de um lugarejo com liberdades que a cidade sitiada não proporciona aos seus viventes são estratégias de *marketing* usuais no investimento publicitário associado à esta política. Porém, ao passo que investem na atração de turistas, grande parte dos municípios não tem trabalhado a contrapartida, a regularização da atividade e da educação turística.

No caso específico de Serro, com o objetivo de definir os principais tipos de turismo praticados no município, a importância atual e potencialidade futura de cada tipo, foi

realizado em 2013 o “Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Município do Serro”. O documento traz uma avaliação com oito categorias de tipos de turismo praticados localmente, cada qual foi classificado qualitativamente quanto a sua situação em: eficiente, regular e precária, e de forma quali-quantitativa de 0 a 10 pontos no momento atual, e de 0 a 10 pontos em um futuro potencial.

De acordo com a avaliação, em 2013 o Ecoturismo ou turismo de aventura – aquele em que o visitante tem interesse pelos aspectos naturais, gosta ou deseja realizar atividades nesse espaço –, foi classificado como regular, com valor atual de 5 pontos, e com um valor futuro potencial promissor de 10 pontos. O que demonstra a importância do setor na dinâmica econômica local.

Quanto ao distrito de Milho Verde, o Plano de Desenvolvimento aponta a expressiva quantidade e diversidade de atrativos históricos e culturais, tais como a Festa do Rosário com situação regular e relevância alta para o turismo; a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres e a Capela do Rosário com alta relevância. Ainda, identificando seus atrativos naturais, destaca suas cachoeiras e serras como atributos importantes para despertar o interesse dos visitantes do município.

Após fazer tal levantamento sobre a realidade presente da atividade turística no município, o Plano aponta os desafios para a estruturação da atividade em Serro: a sensibilização, mobilização de suas comunidades sobre sua importância histórica, belezas naturais e potencialidade turística (SYNERGIA, 2013).

Quanto a esse aspecto, no que tange as relações entre a Comunidade e o município, ou no que tange a participação dos moradores do distrito de Milho Verde na vida política da região, nota-se certo descontentamento e distanciamento entre locais e as instâncias governamentais de Serro. Isto revela em alguma medida a permanência de estruturas coloniais nas relações entre o distrito e a antiga Sede da Comarca do Serro Frio. A Comunidade que desde os tempos da colônia se relacionava com maior afinidade com a Vila do Tejuco, ainda hoje mantém um distanciamento político de Serro. Os milhoverdenses não se sentem representados na câmara municipal, onde hoje o único representante do distrito é um dos descendentes de um antigo grande proprietário de terras do distrito.

Frente a tal distanciamento, é relato constante em Milho Verde críticas sobre a ineficiência da prefeitura de Serro, seja na gestão da Sede ou de seus distritos. Estes relatos apontam para um senso comum baseado na crença de que a sede não se interessa a investir na infraestrutura dos mesmos, pois poderia causar um redirecionamento do turista que chega ao Serro para tais localidades. Isto posto, é de interesse do município promover Milho Verde enquanto destino turístico devido a renda gerada com a atividade, contudo a comunidade não vem recebendo em contrapartida os investimentos necessários para uma boa condução da mesma. E, sequer, os devidos investimentos necessários à qualidade de vida de sua população residente. Esse dilema fica claramente exposto no relato de um de nossos interlocutores:

Eu sou o forasteiro que tenho o privilégio de ter 1000 m² dentro de Milho Verde, olha que lindo e que triste ao mesmo tempo, porque o camarada que tem do meu lado aqui tem a mesma quantidade que eu e olha a diferença, o contraste. Isso porque não houve um acompanhamento, a prefeitura deixou todo mundo construir dois andares para depois vir punir as pessoas judicialmente, com notificação, com processo. Isso é covardia, isso é omissão. Se existe um turismo no Serro hoje é por causa de Milho Verde. Se a prefeitura tem um interesse aqui, ela mantém o interesse aqui, porque aqui ela vai ter que gastar muito dinheiro para pavimentação, ela vai ter que gastar muito mais aqui para manter isso limpo e organizado e ela não consegue fazer isso com o Serro. Capivari, São Gonçalo... se a prefeitura do Serro desovasse projeto para essas comunidades eles não teriam tantos problemas. (...) Ah, porque Milho Verde é cidade das drogas, aqui tudo pode. Aqui nós estamos dentro do

Estado de Minas, o povo esquece isso, as leis que estão em Belo Horizonte, regem aqui também. Precisa a prefeitura olhar para Milho Verde. (Hermógenes, entrevista realizada em Milho Verde).

Diante da ineficiência na promoção de estruturação e regulação da dinâmica turística pela prefeitura de Serro, com o objetivo minimizar o que consideram impactos negativos da atividade na Comunidade, com algum apoio do poder público, e da Associação Comunitária de moradores, iniciativas de pequenos empreendedores locais começaram a ser realizadas em Milho Verde a partir dos anos 2000.

Inicialmente, passou-se a adotar uma postura ostensiva, demandando a intervenção da polícia militar em casos de conflitos extremos, tais como durante os feriados onde tem sido constantes os problemas com grandes aglomerações de pessoas nas vias públicas. Todavia, com o tempo, tais empreendedores adotaram uma postura preventiva, pensando na construção de um Grupo Mobilizador do Turismo Responsável (GRUMTUR). O GRUMTUR, por meio de recursos próprios captados juntos aos comerciantes locais, foi responsável pela realização de ações de blitz informativas em dias de feriados com grande circulação de pessoas e fechamento do principal cartão postal local, o Largo do Rosário, para o trânsito de carros.

Os trabalhos do grupo ocorreram durante três anos, agradando aos empreendedores que entendem que informar aos turistas as regras de convívio locais deve ser responsabilidade dos próprios donos de bares, pousadas, e receptivos familiares. Evitando-se, assim, o uso de carros para percorrer pequenas distâncias, o uso de som automotivo, roupas de banho e drogas em vias e locais públicos, e também o acesso a cachoeiras portando objetos inadequados, tais como, garrafas e churrasqueiras. Entretanto, as atividades do GRUMTUR não foram adiante devido à resistência de alguns comerciantes que entendem o impedimento do trânsito de carros como um empecilho à chegada de hóspedes aos seus estabelecimentos, e a criação de regras de conduta como elemento que pode vir a afastar os turistas da comunidade.

Para moradores locais nativos e “de fora” tal desmobilização se deve a uma participação incipiente da prefeitura de Serro quanto à regulamentação da atividade turística no distrito. E da Associação Comunitária e das Organizações Governamentais e Não-Governamentais locais na mobilização de seus moradores para a discussão e prática de ações que sejam capazes de conter aquilo que reconhecem como impactos negativos da atividade.

A necessidade de conter tais impactos advém de particularidades relativas às relações sociais entre nativos, turistas e moradores vindos “de fora”, que são expressivas do fato de que para além de tensões, sinergias tem permeado a interação entre estas subjetividades coletivas. Entre harmonia e conflito, com o passar dos anos, a interação entre nativos e os “de fora” vem se tornando mais íntima. Uma das razões para essa transformação reside no fato de a atividade turística ter reconfigurado a comunidade através do rompimento com relações senhoriais entre patrões e camponeses locais. Em um processo pelo qual a população subalterna do distrito vem se estruturando economicamente e, gradualmente, se emancipando e rompendo com vínculos instituídos através da dominação que se mantinham desde os tempos coloniais.

2.5 A formação de um novo panorama social em Milho Verde

Eles iam fazer uma compra ali em tal venda, e eles iam pagando. Mas, a mesma coisa, você pagava aí quando voltava estava do mesmo jeito ou estava pior, a conta estava maior entendeu? Então, não precisa viver como escravo. (Armanda, entrevista realizada em Milho Verde).

Milho Verde no final do século XX sofria as consequências do descaso governamental

com o Vale do Jequitinhonha. Ainda na década de 1980 e começo dos anos 1990 sua população convivia não só com a falta de infraestrutura e acesso aos serviços básicos de saúde e educação, mas com a carência socioeconômica aliada à manutenção de um poder de mando senhorial na localidade desde o Brasil colônia.

Tal poder tinha sua expressão máxima na figura do chamado “coronel de Milho Verde”, um mandatário ao qual a subalternia local era temente e idólatra. Uma relação de dominação aceita em nome da tradição e dos níveis de hierarquias, estruturada na obediência devido à dependência dos indivíduos ao senhor (WEBER, 1922 [1999]).

Porque até então o que acontecia aqui em Milho Verde eram os coronéis que resolviam, iam no cerco, eles eram quem mandavam na realidade, em todos. O pessoal de Milho Verde não tinha voz ativa com nada, para ir num médico, se tinha um médico, se ficava doente, eles eram quem ligavam para eles vir, aí vinha os preços absurdos de cobrar disso aí. É nisso que até a maioria mesmo se endividava, aí vinha carro com a pessoa doente, eles quem vendia os alimentos. Costumava ir para fora trabalhar para pagar eles. Eles acabavam tendo dívida ou conta de despesa. (Ramiro, entrevista realizada em Milho Verde).

Esse poder senhorial – que se estendia a parentela do “coronel” – ao longo das últimas décadas vem se dispersando, em grande medida, devido às reconfigurações locais causadas pela atividade turística. Com as transformações na infraestrutura local, os setores subalternos gradativamente se emanciparam dessa relação de dependência senhorial no que tange ao acesso à saúde, educação, transporte e demais serviços oferecidos na Sede do município. A geração de empregos e possibilidades de trabalho ainda proporcionou um rompimento das relações entre campesinato e grandes proprietários de terra, baseadas na exploração de trabalho análogo ao escravo, onde se subjugava o camponês não apenas com horas exaustivas de trabalho, mas também com o pagamento de valores irrisórios e com a manutenção de dívidas entre os trabalhadores e os proprietários das terras, que eram também os proprietários de empreendimentos comerciais locais.

Nossos dados demonstram essa mudança marcada na fala de nativos e moradores “de fora”. Vindo de um grande centro urbano e alheio as mazelas de um Brasil rural atravessado por opressões nas relações de trabalho mesmo após a redemocratização de 1988, um desses moradores nos relata suas impressões acerca das mudanças que o influxo de turistas e moradores vindos de outras localidades provocou em Milho Verde.

Então a gente dava uma dignidade maior para essas pessoas que eram escravas daquela ala coronelista. Pessoas que vivem em Milho Verde empregavam essas pessoas e pagavam essa miséria, um quarto de salário mínimo para trabalhar um mês inteiro. E aí teve várias situações de escutar: ah, esse povo está pagando caro e agora a gente não consegue mais o povo para trabalhar com a gente. (...) Então a gente cativava essa relação, que era distinta de antes, desse povo que tinha mais grana, dono das terras e pagava uma miséria e explorava não é, o verdadeiro é isso. E isso aconteceu não só em Milho Verde, mas como na Barra da Cega, no Baú quando começou a levar pessoas para comer na casa deles, fazer um turismo rural. (...) E aí é claro que os recursos foram aumentando, o deles... E aí as pessoas já não queriam trabalhar por esse preço tão pequeno, na capina. Tirando esse trabalho escravo. (Augusto, Entrevista realizada em Belo Horizonte)

Com a dinamização econômica local e o rompimento gradativo com a relação de dominação entre proprietários de terra e subalternia local, são poucos aqueles que hoje saem em busca de oportunidades de emprego nos grandes centros urbanos. Uma das realidades atuais de Milho Verde são os filhos que deixam a terra natal, mas não para trabalhar, e sim

para buscar oportunidades de estudo em Diamantina, Serro, Guanhães, Belo Horizonte e até mesmo cidades de outros estados do Brasil¹⁰. Todavia, essa não é a única expressão das novas oportunidades de expansão do conhecimento que a atividade turística proporciona. São presença recorrente na fala do morador nativo elementos que nos permitem afirmar que por meio da dialética das interações entre subjetividades na vida social local, novos usos, comportamentos, referências e valores estariam começando a compor um processo complexo de transformação das identidades e tradições locais em Milho Verde.

Em Milho Verde, a atividade turística tem sido propulsora de encontros e trocas de saberes e práticas entre turistas, os “de fora” e nativos que ocorrem cotidianamente, ao acaso, mas que também estão sendo catalisadas, nos últimos quinze anos, através de integrações em ações individuais e de organizações não-governamentais tais como o Instituto Milho Verde, demonstrativas da emergência de uma resistência criativa na Comunidade.

Esse reconhecimento nos faz olhar novamente para a dinâmica da complexidade interna de Milho Verde, nos atentando ao fortalecimento das identidades locais por meio da valorização dos saberes e práticas ambientais tradicionais de sua população.

2.6 Fortalecendo e reinventando as tradições: interações sociais na resistência criativa de saberes e práticas ambientais subalternas

“A vida é constituída pela mistura, pela diferença, pelo ajuste com o outro; seja esse “outro” o estrangeiro ou o anômico de costumes estranhos, ou mesmo o estranho que não se deixa reduzir” (Mafessoli, 2003).

Nossa primeira oportunidade de observar um ambiente de vivência coletiva em Milho Verde se deu na Feira Comunitária de Produtos Orgânicos, organizada por moradores nativos e moradores “de fora”, o evento acontece periodicamente em locais diversos da Comunidade. Naquela manhã de domingo, equipada com o “kit pesquisa”, câmera fotográfica e caderneta, fui identificada como turista e convidada por uma das organizadoras a fotografar a feira, o que aceitei meio que a contra gosto. Contudo, aquilo que a princípio pareceu um empecilho ao objetivo inicial de estabelecer contatos enquanto pesquisadora foi se tornado uma ótima oportunidade de observação.

Ao fotografar os espaços da feira, por traz das lentes, certas peculiaridades do momento foram captadas. Comecei a brincar mentalmente um jogo que consistia basicamente em adivinhar quais das pessoas presentes eram nativas de Milho Verde e quem era “de fora”. Acertei na grande maioria dos casos. Os nativos, em geral, possuem traços fortes de descendência indígena e africana, se vestem de modo distinto dos outros vindos da cidade e ofereciam também produtos diferenciados. Vendiam frutas e verduras da agricultura familiar, mel, rapadura, temperos, roupas e enfeites para casa bordados a mão, além de alguns cestos e potes confeccionados com capim nativo. Os “outros”, moradores “de fora” ou passantes vindos da cidade grande, ofereciam bijuterias artesanais feitas com sementes e penas, toucas, bolsas e tiaras de crochê, lanches veganos, produtos naturais de higiene pessoal e cuidado

10 O que é apontado por muitos dos moradores subalternos locais como um reflexo não só da dinamização turística, mas dos programas de distribuição de renda tais como o Bolsa Família, e de acesso ao ensino técnico e superior tais como a política de cotas, PRONATEC, PROUNI, FIES, e SISU.

ginecológico.

Observando as interações que se davam naquele espaço tudo pareceu dividido, demarcado, o nós e os “outros”, os nativos e os “de fora”, os “de fora” e os nativos, heterogêneos como água e óleo. Tal impressão permaneceu durante grande parte do tempo. Entretanto, em determinado momento, a fim de comemorar a data do dia da criança, nativos e “de fora” formaram uma roda de cantigas, com tambor, maracá, músicos e brincantes. Quando a música preencheu o espaço como um elemento catalisador de sinergias, todos cantaram, dançaram e sorriram juntos.

Saio da feira com uma hipótese em mente: a atividade turística é uma força incidente que além de reconfigurar estruturas e conjunturas naquela Comunidade, estaria provocando um encontro entre os saberes e práticas ambientais de moradores nativos e dos sujeitos que chegaram e chegam a Milho Verde a partir dos anos de 1970. Sendo esse encontro responsável pela reemergência de saberes e práticas ambientais ancestrais da localidade, pela transformação de algumas práticas e saberes ambientais que estão resistindo no tempo, bem como pelo surgimento de novas práticas e saberes. Processo que descreveremos a partir das festividades religiosas e de projetos desenvolvidos pela ONG Instituto Milho Verde.

O calendário anual em Milho Verde é marcado por inúmeras festividades religiosas: no verão de janeiro tem-se a Folia de Reis e a Festa de São Sebastião, durante o inverno no mês de junho são celebrados os santos juninos na Festa do Cruzeirozinho, em agosto as homenagens são para a padroeira Nossa Senhora dos Prazeres, por fim setembro traz não só a primavera, mas também a Festa do Rosário.

Em uma mistura de tradições de origem indígena, portuguesa e africana que remontam ao passado colonial, tais manifestações se mantêm até os dias de hoje devido à resiliência que as tornaram capazes de manter traços de suas origens ao passo que se transformavam, em um processo entremeado por períodos de inatividade. Tal dinâmica de manutenção e transformação é representativa do que se passou com a Folia de Reis de Milho Verde, uma manifestação que tem sua origem em um tempo passado desconhecido, e que na segunda metade do século XX ficou algumas décadas sem acontecer.

De como era Folia em seu tempo inicial o pouco que se sabe vem à tona através da memória de alguns dos moradores mais antigos, que afirmam que o festejo não se restringia a comunidade, mas transitava pelas casas dos arredores do vilarejo na Barra da Cega, Ó, Três Barras e Capivari (GOULART, 2013). O que é certo é que após décadas sem acontecer, nos anos 80 a festa foi reavivada quando o turismo trouxe os primeiros moradores “de fora” para Milho Verde. Ora se atribui a iniciativa a alguns dos moradores nativos mais antigos, sensibilizados pelas movimentações desses que chegavam trazendo consigo uma visão de mundo que buscava valorizar o resgate das culturas tradicionais locais. E ora se atribui a iniciativa a um pequeno grupo de moradores vindos “de fora” que se organizou com seus adereços teatrais pedindo permissão aos mais velhos para realizar o folguedo, tendo esses últimos a concedido, se animado e se juntado aos mobilizadores do resgate (GOULART, 2013).

De um modo ou de outro, é fato que nos idos de 1988-1989 a Folia começa a se reestruturar, sendo estes moradores “de fora” fundamentais para que ela voltasse a figurar entre as manifestações religiosas locais. Em um primeiro momento, o pequeno grupo saía às ruas fazendo “a brincadeira”, tendo a participação dos nativos da Comunidade se firmado somente ao passo que a Folia resgata seu caráter religioso, o que foi possível a partir da síntese do saber local com o saber instituído, acessado em livros tais como os de Câmara Cascudo. Através de nossos dados não foi possível especificar qual publicação do pesquisador

foi consultada, contudo, em depoimento a Goulart (2013), um dos moradores “de fora” de Milho Verde dá alguns detalhes do ocorrido.

Teve uma pesquisa num Câmara Cascudo, do Elias que cresceu muito (a Folia). Ele até cantou umas quatro ou cinco músicas. Aí a gente viu... Tem que pesquisar essa história. Tem música de entrada! Oh! Tem música disso e daquilo... né? (GOULART, 2013)

Este depoimento é ilustrativo de como a retomada da Folia em Milho Verde se deu na interação entre os daqui e os “de fora”, ou seja, a partir das interações de saberes e práticas ambientais de nativos e não nativos. Sendo ambos transformadores e transformados, em um processo de reestruturação do folguedo onde os primeiros trouxeram sua experiência na cultura local e os “de fora” e turistas somaram com sua experiência e cultura vindas de outros cantos do país.

Folia e foliões em Milho Verde assumiram características singulares. Centenas de folias espalhadas por entre as Montanhas de Minas Gerais possuem, muitas vezes, tradições arraigadas no ambiente rural. (...) Aqui em Milho Verde, a Folia que se recompôs nos últimos 20 anos vem se realizando sob o signo da reunião diversificada de influências, que vão da parceria entre músicos locais- mestres autodidatas-, com músicos profissionais e instrumentos inusitados, de atores e indumentária caracterizando os reis magos; de hino originário de composição da MPB; passando ainda pela forte presença de turistas entre os acompanhantes de foliões; e chegando, sobretudo, à humildade e sinceridade de fiéis que abrem suas casas para receber a Folia para a louvação diante de seus presépios, pequenas construções que, de uma maneira emblemática, resumem tal amálgama ao serem compostos de pedras, musgos, flores e pequenas plantas, todos típicos da região, somados a bonecos de plástico, elefantes, peixes, papai Noel e luzes pisca-pisca (KAWAKAMI, 2013, p.09).

Com Kawakami (2013) podemos afirmar que da mistura de distintos saberes, em interações rural/urbano a festa se reestruturou, com cantos específicos para momentos específicos, e começando a entrar nas casas para louvar o menino Jesus, o que provocou uma reemergência da prática de construção de presépios nas moradias dos milhoverdenses. Nessa dinâmica, a igreja católica abriu suas portas para a comitiva que até então se limitava a transitar pelas ruas e casas, e rezar e cantar diante da “casa de Deus”, mesmo que não entrassem no templo¹¹. Desde 2010, quando a igreja acolhe o folguedo, a participação dos moradores nativos reforçou-se.

A Folia de Reis do Milho Verde acontece nos dias 05 e 06 de janeiro. Os preparativos se iniciam com os ensaios organizados nos dias anteriores à festa. Antes da igreja incorporar a manifestação os foliões se reuniam na casa do responsável por guardar a bandeira, onde se enfeitavam e realizavam seus rituais para então seguir com o cortejo. Na atualidade o rito se inicia com a celebração de uma missa na matriz, e segue com a folia em um tom muitas vezes diferente das demais festas tradicionais do mundo mineiro (GOULART, 2013).

A devoção a Nossa Senhora do Rosário em Milho Verde é outra manifestação resistente desses três séculos de história, herança dos antepassados africanos. Para Andrade (2013), essa expressão da religiosidade local é parte do que ele conceitua “cultura vissunga”, expressões culturais da região que trazem a lembrança da escravidão, ou conjunto de modos de vida articulados pela memória, entremeados por relações seculares de trocas culturais, negociações e incorporações muitas vezes violentas entre os distintos grupos daquela

¹¹ Cabe ressaltar que essa opção por não abrir a igreja durante o ritual nos anos anteriores parte também dos moradores locais que após terem tido uma experiência anterior, onde se sentiram desrespeitados quando alguns participantes da Folia teriam adentrado à igreja portando bebidas, cigarro e até mesmo outras ilícitas.

comunidade (ANDRADE, 2013).

O fortalecimento do catolicismo entre os negros de origem banto foi constituído em torno da louvação à Nossa Senhora do Rosário, aquela que enviada por Deus não acompanhou os brancos (marujos), sequer os caboclos (índios), mas sim os pobres, humildes e espontâneos negros (catopês). Este mito fundador registrado na Irmandade do Rosário do Serro criada em 1728, resistiu ao tempo em Milho Verde. É Nossa Senhora dos Prazeres a padroeira do vilarejo, mas segundo fontes orais uma igreja em homenagem a Nossa Senhora do Rosário foi erguida na Comunidade pelos negros do Baú em data desconhecida.

A Igreja do Rosário de Milho Verde, neste sentido, pertence ao repertório da cultura vissunga, como um símbolo da cultura negra que lembra a história da escravidão. Uma trajetória de resistência que, necessariamente, se utilizou de estratégias de incorporação culturais e conhecimentos, saberes e crenças para poder se valer (ANDRADE, 2013).

Nesse espaço de devoção à santa protetora dos negros, anualmente, marujos, caboclos e catopês dançam e cantam a festa de Nossa Senhora do Rosário. Uma tradição iniciada a mais de dois séculos e que hoje ainda é considerada a manifestação cultural local mais importante.

Durante o ritual de louvor a Nossa Senhora do Rosário de Milho Verde as guardas – Catopê, Marujada e Caboclinhos (Figura 14) – se alternam em cânticos que seguem os momentos do cortejo. Durante dois dias são executadas as marchas que encaminham o reinado, seguido da missa e depois da procissão que leva a imagem da santa até a igreja, finalizando com a coroação de Nossa Senhora do Rosário.



Figura 14- Festa de Nossa Senhora do Rosário, Milho Verde-MG. Em A, B e C: Marujos, catopês e caboclinhos, respectivamente. Em D: disputa entre marujo e catopê. Fonte: acervo Instituto Milho Verde

No grupo Catopê, os dançantes se vestem com suas fardas compostas por saiote, lenço sobre os ombros e, na cabeça, o capacete com penas e espelhos. As penas hoje tingidas

artificialmente já foram penas de galinha e rabo de galo, quanto aos espelhos surge a pergunta: seriam eles reminiscências dos adereços usados por negros escravos, adornados com pedrinhas brilhantes achadas nos leitos dos rios que mais tarde descobriu-se serem diamantes? Essa é uma questão que fica a brincar com nossa imaginação quando ouvimos os participantes do grupo descreverem suas vestimentas.

Tem a saia que nós vestimos, tem o lenço que você amarra ele perto do pescoço, que fica sendo tipo uma capa em cima da blusa das pessoas. É saia colorida com as fitas amarradas nela. Aí nós temos um lenço que coloca na cabeça, depois coloca o capacete que é feito de caixa de papelão, aí você vai, enfia as penas nele para cima, aí fica tipo uma coroa toda enfeitada com três espelhos. Aí fica um espelho no meio e outro aqui no canto, aí na hora que você tiver em algum lugar que o sol bater, reflete para todo lado. (Agenor, entrevista realizada em Milho Verde)

O grupo é comandado pelo chefe dos catopês, o responsável por manter a tradição, organizando o mesmo durante o festejo e preservando seus saberes ancestrais. A função dos músicos e dos cantadores não deve ser diminuída em detrimento da do chefe. Um dos importantes saberes que permitem que a prática resista ao tempo compõe os mais de duzentos cânticos, passados adiante através da tradição oral e aprendidos através da observação e da proximidade com os sábios comandantes.

Outro sábio dos catopês é o Carongigia, aquele que traz consigo a bebida responsável pela proteção e cura espiritual dos dançantes, o remédio, herança dos antepassados, é preparado em casa com uso de algumas raízes as quais não foram reveladas (GOULART, 2013). Quanto ao saber e as práticas relativas ao uso de plantas no festejo, alguns das memórias as quais tivemos acesso nos revelam fatos passados que levam a acreditar que as mesmas eram usadas como elemento de ataque entre as guardas.

Na Marujada, os dançantes – com chapéu ou boné adornados com fitas – têm três mestres: o patrão, o contramestre e o doutor. A continuidade do grupo está fortemente ligada à tradição familiar, sendo em geral os mestres pai e filhos.

A marujada é antiga demais aqui, tem anos demais, começou com Sr. Nevino, Sr. Antônio, o avô dele. O Sr. Antônio o avô dele que foi meu chefe da marujada e Bastião Firmiano e Crispim. Aí o Bastião Firmiano passou para ele e seu Raimundo passou para seu Geraldo e seu Antônio passou para pai, as danças. Antigamente rolava até morte, eles davam remédio uns aos outros, davam cachaça, tinha as orações deles lá, era muito complicado antigamente. Depois de uns tempos para cá eles pararam de brigar, mas agora é tranquilo. (Ramiro, entrevista realizada em Milho Verde)

Os cantos são igualmente aprendidos através da tradição oral e da proximidade com os mais velhos, são repassados de pai para filho e netos. Durante o ritual tais cânticos servem para a louvação a Nossa Senhora e ainda para desqualificar o grupo rival, com o qual se disputa a proteção da santa.

Na festa do Rosário tem dois tipos de dança, a marujada, o catopê... Nós xingávamos a marujada e a marujada xingava a gente. Os negros buscaram Nossa Senhora Aparecida, aí quando a gente suspendia a bandeira do rosário ali, a gente cantava a música... porque a marujada era de branco, mas na linguagem nós ficávamos xingando eles para não chegar e eles xingavam a gente numa linguagem deles. Aí quando a gente suspendia o mastro da bandeira, na bandeira tem uma pomba branca, aí a gente cantava o catopé xingando a marujada para não chegar mais próximo, “ô minha pombinha branca, gavião quer te pegar, tenho pólvora, tenho chumbo, gavião tem que morrer”, que é a marujada, aí nós estávamos xingando eles porque era nós que tínhamos que chegar trazendo a santa. Aí eles também ficavam querendo tomar a santa da gente, os negros. Quando eu falo os

negros é no bom sentido, porque hoje em dia tanto a marujada, quanto os catopés, aqui é tudo misturado, raça indígena mesmo, moreno, é só xingando na dança uma com a outra, mas na linguagem, é no bom sentido. (Agenor, entrevista realizada em Milho Verde)

Merece destaque a recente formação de um grupo de caboclinhos em Milho Verde. Os caboclinhos tem como adornos a saia e a flecha. A flecha, presa em uma estrutura flexível de madeira através de um cordão elástico, provoca um arqueamento da madeira quando puxada e um som ao ser novamente solta indo de encontro à madeira. O grupo também conta com o reforço sonoro de duas caixas, e um bom número de crianças e jovens, o que aponta para uma provável continuidade por mais algumas gerações dessa devoção e dos saberes a ela relacionados, tais como aqueles relativos à construção de seus instrumentos musicais: caixas, canjã, reco-reco, tamborim, caxixis, etc.

Eu faço caxixi, aquele instrumento que toca junto com o berimbau. Eu faço com ibê, taquara, bambu e cipó. O ibê é bom apanhar ele na beira de abismo, de serra, que aí o pé dele dá lá em cima, aí vem aqueles cordões compridos, porque aí não dá nó. Eu aprendi com meu irmão. Eu aprendi, aí o fundo dele é de abóbora seca, de cabaça, aí a gente faz o negócio e usa a semente do caeté, porque a semente dele é maciça e a lágrima de Nossa Senhora, eu também uso, mas a lágrima de Nossa Senhora, ela é perfurada. O caeté é uma bolinha preta, o pé dele é tipo lírio, antigamente a gente pegava muito para ficar jogando no cimento para ele ficar quicando, porque ele é tipo um chumbo. E faço também o reco-reco que é o instrumento dos catopê. É de bambu, ele tem dois tipos de marcha. O reco-reco eu tenho ele pronto lá em casa de bambu, quando eu tenho tempo eu vou fazendo, porque você tem que queimar ele, serrar ele certinho, depois você esquento o ferro na brasa e passa nele. Aí você tem que rachar ele para ele dar o som bom, depois dele pronto, você racha ele onde tem o frizosinho de onde toca, com um palitinho, aí você racha para dar o som. (Agenor, entrevista realizada em Milho Verde)

Os saberes e as práticas dos modos de se fazer pandeiros e caixas também são localmente repassados de geração em geração. A matéria-prima utilizada é encontrada na região, através da coleta de madeira, bambus e o couro necessário para os instrumentos de percussão. A madeira para a caixa é o catuá, ela ainda demanda um bom couro animal, apertado da maneira correta através das cordas (GOULART, 2013).

De acordo com os mestres, os instrumentos produzidos artesanalmente são mais duráveis, sendo que uma de suas caixas está a mais de 180 anos sendo repassada de um mestre a outro. Ainda, os instrumentos comprados no comércio não produzem o mesmo som que os produzidos em casa (GOULART, 2013). Esta prática de produção dos instrumentos vem nos últimos anos sendo duramente afetada devido a incidência local em anos recentes de políticas ambientais¹² proibitivas em relação à captura de animais e plantas. Contudo, como procuramos demonstrar através dos relatos de nossos interlocutores, o saber e a prática resistem aos novos tempos.

Procurando compreender o reavivamento da Folia de Reis e a manutenção da Festa do Rosário em Milho Verde em sua relação com a atividade turística, o que aqui entendemos como reflexo de uma resistência criativa da subalternia local, nos apropriamos de Pereira (2012). Em seu trabalho, tratando das folias como peregrinações rituais, o referido autor chama a atenção para a dicotomia entre a “estrutura” ou a organização da sociedade e a “*communitas*”, uma forma de relação social específica de determinados momentos de “comunhão” (TURNER, 1974 *apud* PEREIRA, 2012).

12 No capítulo IV tratamos especificamente sobre os desdobramentos da incidência das políticas ambientais na dinâmica interna da Comunidade de Milho Verde.

Os “foliões” – aqueles que realizam as folias - são entendidos como “irmãos” a serviço de um santo católico. Durante os deslocamentos, as divisões e possíveis tensionamentos sociais são quase sempre malvistas pelos peregrinos. Em nome da entidade religiosa homenageada, os viajantes procuram exercitar e defender um tipo de sociabilidade pautada pela comunhão, pela horizontalidade e pelo respeito mútuo. Uma “*communitas*” precisa tomar conta da peregrinação, tendo como modelo as próprias personagens sagradas homenageadas pelas festividades. (...) O tempo dos festejos, em oposição ao tempo cotidiano, vem a ser marcado por um estado de exaltação religiosa contínua. A vida ganha um brilho diferente, e as oposições entre o alto e o baixo, o passado e o presente, o nós e os outros, a casa e a rua, homens e mulheres, entre outras, são parcialmente desfeitas ou, pelo menos, momentaneamente mediadas (PEREIRA, 2012, p. 28- 30).

Em suas teorizações Pereira (2012) ainda aponta que nas peregrinações religiosas mesmo os devotos mantendo em discurso como ideal a ser alcançado uma “*communitas* existencial”, aquela em que os sujeitos vivem a humanidade como comunidade homogênea, desestruturada e livre, eles não se distanciam das distinções estruturais que separam e opõem pessoas em papéis diversos, a “*communitas* normativa”. Nesse sentido, a festa religiosa pode ser entendida como um ambiente de “comunhão”, onde os efeitos da estrutura como as tensões e o conflito não deixam de ser observados (PEREIRA, 2012).

Na Festa do Rosário, a estrutura hierárquica concede ao chefe ou patrão do grupo a função de organizar e manter sua coesão, sendo o conhecedor dos fundamentos, é responsável pela transmissão dos saberes, ele é o encarregado da palavra, improvisando versos e puxando a cantoria. Os músicos e cantadores, por sua vez, buscam se aperfeiçoar em determinado instrumento e nos cantos, compondo a toada característica da música e da dança. O festeiro, por sua vez, é a pessoa que se oferece e é escolhida para preparar a festa da chegada da bandeira. Desse modo, seguem-se múltiplas hierarquizações das quais não obtivemos material suficiente para aqui explicitar em pormenores. Todavia, o que nos interessa é ressaltar esse caráter da *communitas* normativa dentro de uma festa de “comunhão”, elemento que nos possibilita afirmar que, passados séculos,

essas tradições, selecionadas pela memória coletiva dos habitantes da região, em nossa leitura, ao serem vividas se apresentam como elementos residuais que contracenam com as forças emergentes e dominantes na dinâmica hegemônica local (ANDRADE, 2013, p.66).

Segundo Scott (1990), sempre há pessoas que imaginam inversões ou negações da ordem social vigente. Muito da cultura popular reflete esse imaginário em uma forma semioculta ou disfarçada. Se o embate entre marujos, caboclos e catopês sobrevive aos tempos modernos, e se a inversão onde uma Santa acompanha os negros pobres e humildes tem sido por eles cantada e dançada nesses últimos 300 anos de histórias, é porque ela ainda tem algo a dizer.

Mesmo que sejam esses marujos, caboclos e catopês hoje todos representados por moradores subalternos dessa Comunidade, o “teatro” que eles encenam pode falar muito sobre o meio que viveram, mas também do meio em que ainda vivem. O embate representado não é mais fruto apenas da resistência às opressões de uma sociedade colonial, mas às estruturas coloniais mantidas até anos recentes, tais como o “coronelismo” local. E, na atualidade, ao colonialismo moderno, que reconfigura e mantém estruturas sociais opressivas através da incidência de forças globais hegemônicas em contextos locais.

Entretanto, a encenação, ou as manifestações não são apenas expressão da manutenção desses colonialismos, ou das forças globais que incidem localmente, elas falam também dos desdobramentos dessas reconfigurações no que diz respeito à dinâmica interna e interações

entre subjetividades coletivas na Comunidade. Acreditamos que na interação dialética entre memória e criatividade, tais peregrinações religiosas podem, ao se (re)criar, transformar-se em arena onde os daqui e os “de fora” se comunicam, e constroem laços.

Os rituais das folias não existem apenas para reavivar a memória coletiva, o sentimento de pertença, fortalecer identidades e laços sociais, mas, sobretudo, para constituí-los. Mesmo que não eliminem as divisões, eles podem atenuá-las, em vez de abolir as diferenças ensinam a lidar com as mesmas. Pois, o que se busca nesse ambiente é a criação de um espaço de mediação, entre o “alto” e o “baixo”, entre o “dentro” e o “fora” (PEREIRA, 2012).

Ao tratarmos de seu reavivamento em anos recentes, percebemos que a Folia de Reis em Milho Verde é fruto da construção desses laços entre o nós que somos daqui e os “de fora”, e espaço mediador de relações sinérgicas como também de tensões, como procuramos demonstrar adiante.

Hoje, as festas religiosas da Comunidade são um atrativo turístico do qual participam visitantes e moradores nativos e “de fora”, aspecto que revela suas diversas influências culturais e sociais. A forte relação de homens e mulheres milhoverdenses com a religião está presente nos saberes e práticas relativos à tradição de devoção aos santos católicos, nos ritmos e cantos oriundos do congado, estes constituídos e reelaborados ao longo no tempo na interação dialética com a ambiência socioecossistêmica do Espinhaço. Em anos recentes, com a consolidação turística, tais saberes e práticas – produtores e produto da religiosidade local – se emanaram aos saberes e práticas de sujeitos vindos de outros municípios, estados e até mesmo de outros países. Desta interação emergiram fluxos de trocas entre o rural e o urbano, o “tradicional” e o “moderno”, e os instrumentos tais como viola, violão, sanfona, caxixis, pandeiros e caixas misturam-se ao violino, rabeca, pífano, flautas, clarinete, saxofone e até mesmo à gaita (GOULART, 2013).

Essa mistura é reveladora de que o turismo, força hegemônica que incide localmente direcionando para a Comunidade sujeitos portadores de valores e práticas que, por vezes, podem tensionar as tradições locais, também é o catalisador de encontros sinérgicos que permitiram que práticas e saberes locais já submersos pudessem vir à tona e se reinventar em um processo de resistência subalterna criativa. A força e a beleza da Folia de Reis em Milho Verde é reflexo da capacidade que a Comunidade tem de receber pessoas, viajantes ou novos moradores, e compartilhar uma parte das experiências que por ali vem sendo vividas durante 300 anos de história e resistindo no tempo presente (KAWAKAMI, 2013, p. 09).

A despeito dessas interações sinérgicas, tanto os saberes e práticas relativos às tradições da Folia de Reis, quanto os saberes e práticas relativos ao culto a Nossa Senhora do Rosário sofrem os impactos da dinamização turística, esses por vezes se refletem em tensões entre “Nós” e “Eles”.

No passado, os preparativos para a Festa do Rosário duravam meses e aconteciam na casa dos festeiros de todos os povoados da região com a participação de todos os moradores das comunidades locais, em suas mais diversas faixas etárias e posições sociais. A festa durava quatro dias e além do padre não recebia qualquer “alma” vinda de outras cidades. Nos dias atuais, o ritual vem perdendo a participação dos mais novos, contando com a presença dos turistas, sofrendo a influência de elementos exteriores à festa tais como a música *pop*, bem como com o distanciamento dos interesses da Igreja em relação aos da comunidade. De modo que esta primeira tem provocado interferências na forma e no tempo da realização dos rituais pela Comunidade, em favor do tempo de uma igreja moderna que, muitas vezes, conflita com o tempo do lugar, mais lento e atrelado a outras lógicas.

Indagados quanto a essas transformações, mestres e mestras das tradições religiosas afirmam que a presença de moradores provenientes de grandes centros urbanos em Milho

Verde promove mudanças no ritmo e nas expectativas de desenvolvimento econômico e avanços sociais da população milhoeverdense, sendo um esforço inócuo a tentativa de conter os impactos negativos que o incentivo ao turismo vem engendrando na sociabilidade da comunidade. Por mais que esses mestres e mestras tragam consigo uma infinidade de saberes e práticas ambientais relativas às festas e devoções milhoerdeses que tem resistido através do repasse oral, eles percebem que, nos últimos anos, os mais jovens tem se distanciado das tradições. Pois seus interesses tem se voltado para os produtos da indústria cultural moderna.

Todavia, mais uma vez o outro lado da moeda se nos apresenta, esses mesmos mestres ponderam que na interação entre nativos e os “de fora” está se formando um novo panorama na Comunidade, calcado no fortalecimento de saberes e práticas locais enquanto elemento de resistência. Tal resistência é fator condicionante do surgimento de novas práticas culturais e da recriação das práticas antigas, com a riqueza e a profundidade que lhes foi própria no passado, mas em um contexto de significância novo (GOULART, 2013).

Ao nos inteirarmos das interações entre nativos, os “de fora” e os turistas no que concerne às festas religiosas em Milho Verde, podemos postular que a dinâmica de transformações, manutenções, e resistências de saberes e práticas ambientais subalternas na Comunidade está diretamente ligada à rede múltipla e complexa de sociabilidade que ali vem se formando. Rede essa que reflete no fortalecimento das identidades locais. Assim como os festejos religiosos, a criação do Instituto Milho Verde, em 2000, contribuiu de forma decisiva para esse contexto.

Tratando das comunidades locais na sociedade moderna atual, Castells (1999) aborda a construção do que ele denomina “*comunas* culturais”. Fontes específicas de identidade, tais comunidades são construídas materialmente sobre o alicerce do modo de trabalhar a história, a geografia, a língua, o ambiente. E em torno de reações e projetos determinados por esses fatores, ou seja, de um conjunto de valores específicos, cujo significado e uso compartilhado possuem a marca dos códigos de autoidentificação: as manifestações religiosas, a ambiência socioecossistêmica, a música, a dança e a agricultura.

As “*comunas* culturais” são a principal alternativa de construção de significados para grupos sociais excluídos, ou resistentes às forças de individualização da identidade nas redes globais de riqueza e poder (CASTELLS, 1999). Em contextos de tendências sociais dominantes, e transformações incontroláveis, elas opõem resistência em defesa do que acreditam serem formas autônomas de identidade, protegendo o “Nós” do “Outro”, o mundo externo hostil.

Quando o mundo se torna grande demais para ser controlado, os atores sociais passam a ter como objetivo fazê-lo retornar ao tamanho compatível com o que podem conceber. Quando as redes dissolvem o tempo e o espaço, as pessoas se agarram aos espaços físicos, recorrendo à sua memória histórica. (...) Tais reações defensivas tornam-se fontes de significado e identidade ao construir novos códigos culturais a partir da matéria-prima fornecida pela história. Devido ao fato de que os novos processos de dominação aos quais as pessoas reagem estão embutidos nos fluxos de informação, a construção da autonomia tem de se fundamentar nos fluxos reversos da informação. É por isso que a língua, bem como as imagens comunais, são tão essenciais para restabelecer a comunicação entre os corpos tornados autônomos, que escapam a dominação de fluxos desprovidos de história, ao mesmo tempo restaurando os padrões de comunicação repletos de significados entre os respectivos integrantes do processo (CASTELLS, 1999, pp. 85-86).

Tomando de empréstimos as considerações teóricas do autor supracitado, entendemos que a construção social da identidade se dá em contextos marcados por relações de poder, onde “identidades de resistência” podem criar modos de sobreviver à “identidade legitimadora”, aquela introduzida por instituições dominantes da sociedade. Criada por

sujeitos em condição de estigmatização pela lógica dominante, sujeitos subalternos, a identidade de resistência se baseia em princípios muitas vezes distintos das instituições da sociedade globalizada. Na região de Milho Verde,

paralelamente à movimentação social e econômica determinada pelo fomento à atividade turística, embora com propósitos bastante diversos, encontram-se algumas entidades constituídas pela mobilização da comunidade local ou pela ação de organizações externas à localidade, sejam do Brasil ou do exterior. (...) De finalidades variadas, mas que se defrontam com a mesma realidade social, por vezes encontrando denominadores comuns na busca de soluções para os problemas socioeconômicos típicos da região e no incentivo à mobilização da população local (ARNDT, 2007, pp. 185-186).

Dentre tais organizações que contribuíram na formação de algo semelhante a uma “comuna cultural” através de “identidades de resistência” em interações rural-urbano, aqui destacamos o Instituto Milho Verde. Organização não governamental que tem atuado na comunidade estimulando o fortalecimento de algumas identidades locais e a emergência criativa de resistência de alguns dos setores subalternos dessa população, com seus saberes e práticas ambientais.

As atividades do Instituto Milho Verde se iniciaram antes mesmo de sua fundação oficial, quando a ONG era apenas uma ideia de Augusto, morador “de fora” originário de Belo Horizonte, aposentado pela Caixa Econômica Federal, e três moradoras nativas, uma aposentada e duas professoras da escola estadual local, que começam a realizar em conjunto algumas ações na Comunidade.

Uma dessas ações pioneiras, que contribuiu para a fundação do Instituto Milho Verde alguns anos mais tarde, é a *Pharmacinha* de Fitoterápicos, projeto que se concretizou após a realização de um curso da Pastoral da Igreja Católica em Milho Verde. Curso este, que ofertado às comunidades rurais, objetivava fomentar a criação de projetos de farmácias locais através do uso de plantas medicinais. Em Milho Verde, a semente plantada pela Pastoral frutificou e o trabalho começou sendo executado em uma casa emprestada pela igreja.

Tinha uma casinha aí chamada Casa São Vicente, a gente aproveitou que ela que ministrou o curso para a gente era da igreja católica e pedimos a ela que intercedesse junto ao pessoal aí, porque a casinha estava fechada, para a gente instalar a farmacinha lá. E aí nós instalamos. Eles permitiram e a gente deu uma garibadazinha nela. Pedimos às pessoas, material, panela, álcool, material de limpeza, vasilhas, plástico e começamos a fazer remédio. Aí compramos os vidros, álcool de cereais. No início até começamos com esse álcool comum mesmo, depois passou para o de cereais. Começamos a fazer tinturas, alcoolaturas, pomadas. Assim bem artesanal e até hoje, foi em 2000, agosto de 2000. (Otacília, entrevista realizada em Milho Verde).

Na mesma época, aproveitando a retomada do Festival de Inverno da UFMG em Diamantina, cidade que havia se tornado patrimônio da humanidade, os idealizadores do Instituto começam a conjecturar a elaboração de um projeto de parceria com a UFMG que proporcionasse a organização de algumas atividades culturais do evento em Milho Verde. Por questões burocráticas a parceria não aconteceu, e os mesmos colocaram o projeto em prática através de ações voluntárias.

Naquele contexto de ascensão do turismo, com o objetivo de dinamizar a cultura local – inspirado no Festival de Inverno da UFMG e no Festival de Férias de São Gonçalo do Rio das Pedras que acontece todo ano no mês de Janeiro – em Julho de 2000 ocorre o 1º Encontro Cultural de Milho Verde. Em uma semana de confraternização diversas atividades educativas

e artísticas foram propostas à população local, às comunidades vizinhas e aos turistas, de modo inteiramente gratuito.

De acordo com os idealizadores do Encontro, sua finalidade era proporcionar uma alteração no cotidiano da população milhoeverdense, desprivilegiada do acesso ao contexto artístico e cultural que o mesmo traz. Ainda, com essa iniciativa, os organizadores esperavam contribuir para o desenvolvimento sustentável da Comunidade, ao promover sua atratividade turística tendo como *slogan* suas riquezas cultural e ambiental. A respeito desses primeiros Encontros, e do modo como se organizaram, o relato de um de nossos interlocutores esclarece que,

a principio foi no boca a boca mesmo, eu tinha um contato em Belo Horizonte com um grupo de amigos que ajudou a fazer o primeiro. Então, eu tinha uma amiga ela fazia parte do Grupo das Gerais de patchwork, então eu convidei ela para fazer a oficina de retalhos. (...) Tinha uma outra amiga que era atriz e que morava em Belo Horizonte, ela deu uma oficina de teatro. Duas amigas que eram contadoras de história e então foram lá dar uma oficina de contos e fazer uma noite de contos. Uma outra que tocava violão e por aí um ia contando para o outro e Milho Verde tem esse atrativo não é, as pessoas gostam de estar lá, porque é um lugarzinho de descanso, sossegado, cheio de cachoeira. Então elas não cobravam nada e a gente pagava a passagem delas, a alimentação e a hospedagem e era completamente voluntário. Todo mundo que dava oficina, show, palestra a gente nunca remunerou ninguém. E a equipe organizadora também no início a gente nunca pagou ninguém. (Augusto, entrevista realizada em Belo Horizonte)

Durante esses anos dos trabalhos iniciais de um Instituto Milho Verde ainda não fundado oficialmente, mas que já realizava ações locais, o trabalho de campo de uma doutoranda em botânica do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG começa a ser desenvolvido na Várzea do Lajeado, tendo como objeto de pesquisa o estudo da fenologia de uma planta endêmica da região a *Cambesodesia Salvifolia*. Juntamente a sua orientadora e estagiários, esta pesquisadora aluga uma casa na comunidade para realizar parte de sua metodologia de trabalho, a coleta de material biológico. Nesse período, pesquisadoras e os idealizadores do Instituto Milho Verde passam a dividir o aluguel do imóvel, que abrigaria a partir de então os primeiros projetos da futura ONG: tais como a *Pharmacinha*, e as primeiras ações de mobilização pela causa ambiental.

Eram auxiliares de campo dessa equipe de pesquisa botânica alguns moradores de Milho Verde, professores e alunos da Escola Estadual Professor Leopoldo Pereira. Este processo de interação entre locais e pessoas “de fora”, saberes locais e acadêmicos, proporcionou as primeiras discussões sobre a causa ambiental em Milho Verde, a partir da ação conjunta das biólogas da UFMG com os fundadores do Instituto, professoras e alunos da escola estadual.

Em visitas à Várzea, as pesquisadoras apresentavam aos moradores locais parte do seu conhecimento, o que incluía dados sobre as espécies endêmicas da flora da Várzea com valor para o campo científico, devido ao fato de nunca terem sido estudadas. E, defendiam que estas espécies – por estarem sofrendo impactos da ação antrópica no local e correndo risco de serem extintas – demandavam que fossem elaboradas propostas de preservação para a área, como a criação de uma Unidade de Conservação no local. Ideias que começaram a ser trabalhadas e fortalecidas através das ações do Instituto Milho Verde.

Em 2001, com a realização do 2º Encontro Cultural, o evento entrou definitivamente no calendário local, e passou a ocorrer todos os anos, sempre no mês de julho, trazendo em sua programação atividades diversas tais como as disponibilizadas no primeiro evento,

incorporando a essas outras atividades com finalidade de iniciar-se um trabalho de proposição do debate sobre a preservação ambiental local¹³.

Para dar suporte ao Encontro e à *Pharmacinha*, bem como aos novos projetos que surgiam. Em 2004 foi oficialmente fundado o Instituto Milho Verde, com nova sede em outra casa alugada, onde com auxílio de uma televisão e um vídeo cassete se soma às suas primeiras ações um projeto de exibição de filmes para criança e adultos. A semente do projeto futuramente denominado Cine do Campo. No ano seguinte o Instituto se dedicou à elaboração do projeto “Cordão Cultural por Milho Verde”. Encaminhado ao Ministério da Cultura¹⁴, sua aprovação fortaleceu a ideia de criação de espaços que articularam as expressões artísticas manifestadas na comunidade. Cumprindo com seus objetivos, o Ponto de Cultura proporcionou a execução de diversos projetos, expostos a seguir.

Com a compra de equipamentos para o Espaço de Criação Audiovisual, o Cordão Cultural colocou em prática um projeto de formação a partir do qual jovens da comunidade foram capacitados para a pesquisa da cultura regional, manuseio de equipamentos e utilização de recursos audiovisuais, com a finalidade de registrar sua própria cultura através do seu modo de olhar para o mundo. As produções audiovisuais surgiram no intuito de registrar, expressar, ressignificar e valorizar os aspectos culturais, sociais, históricos e naturais da região de Milho Verde.

Os equipamentos adquiridos ainda foram utilizados na exibição de filmes em locais públicos tais como escolas, praças e igrejas de Milho Verde, bem como em outras localidades próximas tais como o Baú, Ausente, Barra da Cega e Capivari. O campo gramado do Largo da Igreja do Rosário foi o *locos* onde o projeto ocorreu em Milho Verde e que dá nome ao mesmo: Cine do Campo. Ademais, dentro do Encontro Cultural ocorreram sessões temáticas tais como o Cine da Casa com filmes produzidos em Milho Verde, o Cine Roça com temática Rural, o Cine Quilombo resgatando as origens da afrodescendência e o Cine Verde com abordagem ambiental.

Dentre os projetos do Instituto Milho Verde a música tem seu espaço presente no trabalho do Maria Faceira, mais um fruto do Encontro Cultural, surgido a partir de uma oficina realizada em 2011. Inspirado em um pássaro dos cerrados, o grupo nasceu com o intuito de valorizar e fortalecer a identidade comunitária e suas mulheres cantoras, além de estimular a participação feminina na produção cultural local. Formado por mulheres residentes em Milho Verde, regentes vindas de outras cidades do estado e ainda músicos externos e locais, o Maria Faceira traz um repertório com canções tradicionais da música popular brasileira, além de composições próprias. Uma das participantes do grupo nos relata sua percepção sobre a atuação do Instituto Milho Verde na comunidade.

Eu sei que o Instituto foi uma coisa muito importante que aconteceu aqui. (...) Porque é muito bem organizado, é uma ONG, e é uma das melhores coisas que já

13 Os desdobramentos da atuação do Instituto nessa causa serão por nós discutidos mais adiante.

14 O Ministério da Cultura (MinC) criado em 15 de março de 1985 pelo decreto nº 91.144 do presidente José Sarney é responsável pelas formas de expressão da cultura nacional e pelo patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural do Brasil. Em 2003, durante o governo Lula, o Ministério foi reestruturado, e passou a ser um importante incentivador e patrocinador de diversos projetos culturais pelo país. Em 2016, após o afastamento da então presidente eleita Dilma Rousseff em um processo de golpe de Estado, com a posse de Michel Temer como presidente interino, o MinC foi extinto e reincorporado ao Ministério da Educação. Em reação ao fechamento do ministério, militantes da área da cultura ocuparam em maio de 2016 as sedes do órgão em diversos estados. Em 23 de maio o governo restabelece o Ministério da Cultura pela literatura da medida provisória número 728.

teve aqui em Milho até hoje. Porque a associação de moradores é muito boa, mas é muito fraca, não tem muito participação, tem vezes que não consegue muitas coisas. E esses meninos que trabalhavam no Instituto são excelentes para montar projetos. (...) Sei que esse Instituto é muito ligado à área cultural, eles tem vários vídeos que eles fazem, sobre rapadura, sobre o queijo, sobre a teceção da taquara (...). E desses projetos todos que eles mandam tem o Encontro Cultural que todo ano é no meado do ano, mês de julho, onde vem gente de vários lugares. E eu participo de um grupo chamado Maria Faceira que é de cantos. Nós cantamos várias músicas, tem música da região, tem duas professoras que vem de Belo Horizonte todo mês. Surgiu também nessas oficinas do Encontro Cultural. (...) Onde eles fizeram também um projeto que eles foram até Pedra Azul, e aí acho que de dois em dois meses tinha o lançamento do boletim, começou aqui foi pro Serro, Diamantina, Capelinha Minas Novas. (Silivana, entrevista realizada em Milho Verde)

O boletim do qual fala nossa interlocutora é o Boletim Poético Sempre-Viva, mais um dos projetos de valorização das identidades subalternas locais desenvolvido pelo Instituto Milho Verde. Iniciado em 2004, dentro do 5º Encontro Cultural em uma oficina de literatura, ao final da qual foi editado o “Boletim Poético nº 0”. Em uma época na qual Milho Verde ainda não contava com acesso a computadores, foi esse produzido e diagramado a mão, contando com o apoio da PUC Minas do Serro para a *xerox* dos primeiros 300 exemplares.

Dali em diante o projeto ganhou corpo, de 2004 a 2014 a cada três meses poemas escritos pelos habitantes locais integravam as publicações. Com imagens e textos publicados através de 53 edições com diferentes formatos: boi, coruja, saci, caixinha, calendário, agenda, sacola, telhado colonial, diamante, arara, peixe, barquinho de papel, os origamis poéticos ganharam cores quando, em 2007, a proposta foi aprovada em edital do Ministério da Cultura. A partir de então, o boletim contou com edições especiais que tiveram como objetivo divulgar a produção dos poetas do Vale do Jequitinhonha, além de promover o intercâmbio cultural entre os diversos cantos do Vale com a comunidade de Milho Verde.

Como desdobramento do projeto do Boletim Poético foi projetado também um espaço de criação literária com a participação de jovens da comunidade, que em contraparte eram contemplados com uma bolsa de auxílio financeiro. Estes jovens – chamados “sempre-vivos” em alusão ao boletim e à espécie botânica da flora local – tinham como compromisso escrever, fotografar, desenhar, entrevistar, manipular programas de edição, recolher poemas das urnas espalhadas por Milho Verde e distribuir os boletins. Ademais, o projeto Boletim Poético foi premiado pelo Ministério da Cultura em 2008 e 2009, o que viabilizou recursos para organização de uma biblioteca chamada pelos organizadores de “sala de leitura”, para a qual foram adquiridas obras literárias diversas.

Outro destaque no fortalecimento das identidades subalternas locais, foi a criação do Bordados da Barra (Figura 15), projeto que as mulheres da Barra da Cega (bairro rural distante 2 Km de Milho Verde) passaram a desenvolver com o apoio do Instituto Milho Verde. Em relação ao início do grupo a primeira bordadeira esclarece:

Eu fiquei muito doente, e por aí fui tratar lá em São Paulo, lá nas casa dos meu filhos. Vim de lá tomando um remédio. O médico falou que não era para mim largar desse remédio. Aí chegaram lá em casa que ia ter um encontro de bordado no Encontro Cultural e que era para eu ir lá fazer o curso do bordado, para mim aprender. Aí eu fui e a professora que mora em Belo Horizonte, ela me ajudou demais, tanto ela quanto o *Augusto* para mim aprender. (...) Aí no último dia ela me falou assim: -Você quer me vender seu trabalho?, eu falei: -Não quero não. Não quero não porque esse trabalho aqui já é uma apresentação de que eu estava doente e até hoje eu não tomei o remédio. Se eu vender esse trabalho eu fico sem nada, então eu vou ficar com ele de lembrança. E por aí terminou o Encontro e eu aprendi a bordar. Sempre bordando, fazendo as bolsinhas e fechando a mão porque não tinha máquina. (...) E eles (*Instituto*) animando eu, comprando. Assim, eu animei e pedi

ajuda para a turma para a gente continuar, aumentar mais gente no bordado. (...) Aí continuei a bordar com as companheiras, e hoje em dia não tomo o tal do remédio, melhorei com isso aí (Relato documentário Instituto Milho Verde, grifo meu).



**15- Trabalho desenvolvido pelas mulheres bordadeiras da Barra da Cega.
Fonte: foto da autora**

Premiado pelo edital Pontos de Valor do Ministério da Cultura (MinC) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que reconhece boas práticas com foco na formação e promoção de valores de vida o projeto “Bordados da Barra” mobilizou mulheres dos 12 aos 60 anos, com o objetivo de gerar renda e articulação social das mulheres locais através da produção de bordados com as cores e formas dos cerrados. Ainda, com os recursos financeiros disponibilizados pelas premiações do MinC e do PNUD, em parceria com o Instituto Milho Verde as mulheres da Barra desenvolveram um projeto de construção de sua sede, a qual foi inaugurada no ano de 2015.

A esse tempo o próprio Instituto Milho Verde já contava com uma sede própria (Figura 16), inaugurada em 2010, tendo o projeto de construção se dado após sua aprovação em edital do Fundo Estadual de Cultura do estado de Minas Gerais. Aos recursos financeiros liberados pelo edital se somaram a doação de um terreno pela Associação Comunitária de moradores. Para além, vários voluntários nativos e “de fora” teriam contribuído com o mesmo ao longo de seu desenvolvimento. O projeto arquitetônico foi doado por um profissional da área, amigo dos idealizadores do Instituto, assim como a execução por mestre de obras morador local, e a coordenação do projeto por membros da ONG foram voluntárias. Com a obra terminada, o Instituto passou a contar com a sede por eles denominada “Centro Comunitário”, contendo cozinha, escritório, sala de leituras, banheiros, um espaço multiuso, e uma sala para a *Pharmacinha*.



Figura 16- Sede do Instituto Milho Verde, Milho Verde-MG. Fonte: foto da autora

Esta última, por sua vez, ao longo dos últimos quinze anos vem oferecendo aos moradores e visitantes da região atenção básica à saúde, através da distribuição de remédios preparados artesanalmente a partir de plantas medicinais nativas e cultivadas: tinturas, xaropes, pomadas e até mesmo argila.

A nossa farmacinha não trabalha com a planta diretamente, trabalha com a tintura e os demais remédios feitos a partir da tintura. A tintura é você pegar a planta, deixar de molho no álcool de cereais, depois de um tempo coa e está ali a tintura mãe, e daí você vai diluir em água. E aí a gente usa ela para tomar em água e também xarope, pomada, algum tipo de loção, gel. O que a gente faz mais são as tinturas, pomadas, gel e o xarope. E aí também tem planta de todo o jeito, desde planta cultivada, até planta nativa, planta ruderal, de tudo... Não tem assim só planta nativa, só que vai coletar no mato, não. A gente tem umas plantas tipo a carobinha que a gente ia coletar na Várzea. O barbatimão a gente não tem tintura, porque o barbatimão ele é um cicatrizante poderosíssimo, e aí o melhor é usar a própria casca dele. Então a gente entende que ele não precisa fazer a tintura. (Maria Rita, entrevista realizada em Milho Verde)

Ao nos inteirarmos das ações desenvolvidas o Instituto Milho Verde, torna-se evidente como a resistência criativa subalterna em Milho Verde tem também se forjado no processo de mudanças locais de forças hegemônicas e contra-hegemônicas. Tais como em sua integração aos projetos do IMV, em intervenções que se conectam a elementos da cultura regional, mas cuja motivação de fundo tem suas raízes no meio urbano. Esta interação entre sujeitos externos, com seus valores urbanos hegemônicos, e sujeitos subalternos locais permeados por sua visão de mundo construída a partir do contexto rural, permitiu a emergência de criações múltiplas na Comunidade, cada uma expressão de saberes, resistências e potencialidades peculiares.

Os projetos do Instituto envolveram mulheres, homens, jovens, crianças e idosos, que destituídos do protagonismo da ONG não teriam meios para se organizar e promover tais atividades e eventos na Comunidade. Seja devido às limitações impostas por disponibilidade de capital material, e cultural, ou mesmo devido a estas expressões e modos de apreensão e

percepção de sua ambiência socioecossistêmica não fazerem parte de suas elaborações e modos de vida. A nosso ver, a atuação do IMV contribuiu para o acesso à informação, seja da população local, dos turistas, bem como para a consolidação de uma imagem fortalecida de Milho Verde. De modo que o Instituto pode ser apontado como um dos principais estimuladores de emancipações na localidade, ao passo que o fortalecimento de identidades subalternas propiciou uma reconfiguração das relações sociais na Comunidade.

O Encontro Cultural promovido pelo IMV tem contribuído para a divulgação de Milho Verde enquanto destino turístico a nível nacional e em Minas Gerais, o que dinamizou a economia local. Tais contribuições serviram à emancipação socioeconômica da Comunidade de Milho Verde, o que fica patente quando comparamos a situação atual com a dependência e servidão social das interações coronelísticas, anteriormente descritas.

Neste processo de interações múltiplas, cabe também reconhecer o papel enquanto sujeito criativo da subalternia local. A nosso ver, quando o “nós que somos daqui” reconhece o “outro”, o “de fora”, o turista, o Instituto e ambos em parcerias se empenham na construção de identidades de resistência, a Comunidade também se (re)conhece e se fortalece, seja através da valorização ou reconfiguração das tradições locais, ou da incorporação de novos saberes e práticas ao seu cotidiano. Entendemos, portanto, que através da atuação do IMV em Milho Verde a subalternia local, sempre resistente, através da dimensão do reconhecimento das alteridades é inserida na lógica contra-hegemônica da justiça social.

Milho Verde, como demonstramos, é uma comunidade marcada em sua gênese por um processo de exploração capitalista, que viveu ao longo do século XX sob a opressão da manutenção de estruturas de poderes coloniais, e chega ao século XXI estigmatizada pela hegemonia do sistema mundo, da globalização e do capitalismo através do signo da pobreza e da privação material. Através da atividade turística essa Comunidade começa a romper, não completamente, com a pobreza material. E através da mobilização promovida pelo IMV se reconhece culturalmente provida de riquezas, de critérios de economia, modos de saber e fazer singulares, distintos da economia do mercado global. Isto, certamente, representou uma passo importante na resistência da subalternia milhoverdense à dominação, marginalização e exclusão provocadas por novas colonialidades.

Ao ver e perceber o seu mundo e o mundo do “Outro” através do Cine do Campo e da produção audiovisual, ao cantar o Espinhaço e sua história no Maria Faceira, ao bordar a possibilidade de emancipação feminina com os Bordados da Barra, ou entender o saber local como promotor de saúde coletiva com a *Pharmacinha* de Fitoterápicos, parte da subalternia milhoverdense construiu suas possibilidade de emancipação. Usamos aqui a emancipação no sentido de capacitação, revalorização, ou seja, aquilo que permite que poderes e possibilidades de potencializar competências sejam revalorizados ou valorizados.

A interação entre Instituto Milho Verde e moradores locais possibilitou, a partir dos anos 2000, não apenas o empoderamento dessa Comunidade de dentro para fora, mas também de fora para dentro, quando parte da subalternia local se apropriou de incentivos e programas das instituições dominantes públicas ou privadas para tornar seus projetos realidade, ou quando se aproximou dos sistemas de conhecimento modernos tais como a produção audiovisual para fortalecer identidades locais. O Instituto Milho Verde, em parceria com a subalternia local, foi articulador da conquista de novos campos de poder-saber no interior das próprias estruturas de poder do sistema-mundo, inferindo a elas um sentido descolonial. A esse respeito, como afirma Costa (2010),

a representação e o empoderamento de grupos subalternos devem ser pensados de forma que considere a articulação desses sujeitos aos campos simbólicos e materiais

das estruturas de poder em que eles se encontram atualmente. Isto é, o espaço material e simbólico do capitalismo, do mercado, da mídia, da cultura nacional, das instituições do conhecimento, da linguagem, e de todas as demais estruturas em dominância de uma formação social devem ser reconhecidas enquanto entidades passíveis da apropriação de grupos subalternos na tentativa, prioritária, de significar e re-significar as marcas da diferenciação de uma sociedade estruturada em dominância (COSTA, 2010, p.59-60).

Entretanto, buscando sempre complexificar nossa mirada sobre os processos e questões que aqui estamos analisando, ressaltamos que, a despeito desse fortalecimento de identidades subalternas, cabe reconhecer que é senso comum entre algumas subjetividades coletivas dos setores subalternos, e/ou dos “daqui” e dos “de fora”, que a percepção positiva das ações do Instituto não é unanimidade na Comunidade. Isto decorre dos incômodos gerados em remanescentes da ala coronelista local devido à influência do IMV na reconfiguração social que vem se dando em Milho Verde, e na luta pelo reconhecimento de direitos humanos na região. Ainda, é latente uma desconfiança de parte da subalternia local quanto às ações da ONG, o que mais uma vez se explica pelo contexto histórico de exploração do lugar, do qual decorre uma negação da aceitação de influências externas na dinâmica interna da comunidade.

Sempre existe uma desconfiança do tipo “O que ele está ganhando com isso?”. Então a gente sabe que desde o início dos Encontros existia uma fala assim “O Instituto organiza esse Encontro, mas ele está ganhando dinheiro.”. A fundação do Instituto sabe... Sempre existe uma desconfiança muito grande, porque lógico que ganho sempre tem. Só que muitas vezes o ganho não é de natureza econômica e material, é ganho de outras naturezas. E as pessoas de um modo geral tem dificuldade com isso. Aqui tem uma história muito de exploração, exploração do garimpo, exploração do coronelismo. Quando eu cheguei aqui a presença do coronel era muito forte, tinha um coronel mesmo, isso há 21 anos atrás. (Maria Rita, entrevista realizada em Milho Verde)

Outro condicionante do descenso quanto às ações do Instituto envolve sua atuação em causas ligadas à proteção ambiental. Já no primeiro Encontro Cultural de Milho Verde, ocorreram atividades pontuais com caráter informativo relacionado ao meio ambiente, tais como Blitz Ambientais e peças teatrais que abordavam a temática da preservação, realizadas em parceria com os alunos e professores da escola estadual local. Ao longo dos anos essas ações em torno da causa ambiental se fortaleceram, e dentro da programação dos Encontros Culturais passou a ocorrer em 2007 o Encontro Ambiental, através do qual o Instituto Milho Verde levantou a necessidade da preservação da Várzea do Lajeado em Milho Verde. A este respeito uma de nossas interlocutoras esclarece:

No primeiro Encontro Cultural não, foi no oitavo que aconteceu o primeiro Encontro Ambiental. Embora desde o início sempre teve discussões. (...) Desde o início tinha essa atenção com a questão ambiental, a questão ambiental sempre permeou a história do Instituto. Até porque nós viemos para cá em função das belezas naturais de Milho Verde. Então não tinha como dissociar a questão da natureza se foi o que realmente... Pelo menos boa arte das pessoas que vieram morar aqui foi por causa dessa riqueza natural. A maior parte das pessoas de fora ligadas ao Instituto vieram para cá em função dessa beleza, e aí sempre tivemos essa preocupação em tentar preservar. Tanto é que no estatuto fala que a finalidade do Instituto é a preservação ambiental, o apoio comunitário e o estímulo à cultura. (Maria Rita, entrevista realizada em Milho Verde)

Para além do apoio comunitário e estímulo a cultura, no encalço de cumprir com suas finalidades, o Instituto Milho Verde teve um papel decisivo na reconfiguração dos modos de apropriação técnica, social e cultural da ambiência socioecossistêmica de Milho Verde, ao se

posicionar como um dos principais articuladores do processo de criação de uma Unidade de Conservação (UC) na Comunidade no ano de 2011. Com a criação do Monumento Natural Estadual Várzea do Lajeado e Serra do Raio, parte do território de Milho Verde passa a ser gerido pelo Estado, através do Instituto Estadual de Floresta. Com o uso do território regulado por leis que transcendem a Comunidade e aos padrões de uso e significação coletivos, ou saberes e práticas ambientais através dos quais a área foi manejada ao longo dos últimos mais de 300 anos. O processo de criação da Área e as implicações da incidência de tais políticas ambientais na dinâmica interna da Comunidade são discutidos no capítulo a seguir.

3. POLÍTICAS AMBIENTAIS: Marginalização e resistência de saberes e práticas ambientais subalternas

A segunda força externa atuante em Milho Verde que aqui analisamos se expressa na incidência de políticas ambientais no distrito. Nesse tocante, procuramos contextualizar sua inserção em políticas hegemônicas que transcendem seus limites geográficos, sejam elas regionais, estaduais, nacionais e até mesmo internacionais. Para tanto, abordamos o processo de consolidação da proteção da Cadeia do Espinhaço através da criação da Reserva da Biosfera do Espinhaço; a criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral; e da Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes.

Após nos inteirarmos do contexto de incidência de políticas públicas ambientais externas na dinâmica interna da Comunidade, tratamos da mobilização da política de proteção ambiental local. Nesse sentido, destacamos o processo de atuação do Instituto Milho Verde como mobilizador de causas socioambientais na Comunidade, e as interações e convergências de subjetividades coletivas que culminaram na transformação da Várzea do Lajeado em território controlado pelo Estado, com a criação do Monumento Natural Estadual Várzea do Lajeado e Serra do Raio no ano de 2011.

De posse desses elementos que nos esclarecem as transformações nos modos de apropriação da ambiência socioecossistêmica milhoeverdense devido a incidência de políticas ambientais nos últimos anos, com a finalidade de tratar da resistência e subalternização de saberes e práticas ambientais locais, no que se refere à ambiência socioecossistêmica dessa Comunidade, daremos destaque aos desdobramentos da gestão estatal da Várzea do Lajeado. Território que conecta passado, presente e futuro, porta de entrada do distrito, *locos* atrativo de viajantes vindos de longe, aquela que revela nuances não tão evidentes da atmosfera do lugar. Pano de fundo do principal cartão postal de Milho Verde, a Igreja do Rosário, a Várzea nos chama a analisar o que não está destacado na “fotografia”. Pois é nela onde o relevo e a hidrografia características do Espinhaço formam pequenos poços d’água sob nossos pés, espelhos que refletem aquilo que nem sempre está tão evidente, já que está acima de nossas cabeças, fora de nosso campo de visão cotidiano.

3.1 Do Macro ao Micro: a incidência de Políticas Ambientais em Milho Verde

Milho Verde está localizado na porção central da Cadeia do Espinhaço, formação montanhosa existente no leste brasileiro que se estende desde Minas Gerais até o estado da Bahia. A região é coberta por formações típicas do Cerrado, embora existam fitofisionomias de transição com outros biomas, tais como com a Mata Atlântica em sua porção centro-sul e com a Caatinga em sua porção norte.

O maciço da Serra do Espinhaço abrange uma região de características geomorfológicas muito particulares, com um relevo montanhoso repleto de cursos d’água, cachoeiras e uma vegetação composta basicamente de matas e campos rupestres, em uma área de transição entre a mata atlântica e o cerrado. Esse conjunto, cuja denominação foi estabelecida pela primeira vez pelo geólogo alemão Wilhelm Ludwig Von Eschwege em 1822, estende-se em uma orientação geral no sentido norte-sul pela porção central do Estado de Minas Gerais, das imediações de Ouro Branco, a sudeste de Belo Horizonte, passando pela região de Diamantina e Serro, no centro-norte do Estado e, com algumas variações geomorfológicas, até a região da Chapada Diamantina, no Estado da Bahia. O Espinhaço é divisor de águas

entre importantes bacias hidrográficas do sudeste e do nordeste brasileiro, como as dos rios São Francisco, Doce, Jequitinhonha e Mucuri, abrigando em suas vertentes as nascentes de vários desses rios e de seus principais afluentes. (BAPTISTA, 2011, p.132)

A Serra do Espinhaço é considerada detentora de alto grau de endemismo vegetal. Abriga 80% das espécies de flores sempre-vivas no país e ainda 40% das espécies de plantas ameaçadas de extinção no Estado de Minas Gerais (MONTEIRO, 2011). Devido ao seu grau de endemismo, a região se tornou um dos focos de programas conservacionistas de Minas Gerais, sendo considerada como um centro de diversidade vegetal pela WWF/IUCN (ROBERTS, 1988 e DAVIS ET AL. 1997 *apud* SILVA, 2008). Em 2005 a Cadeia do Espinhaço foi reconhecida como Reserva da Biosfera¹⁵ pelo programa “O Homem e a Biosfera” da UNESCO.

A Reserva da Biosfera do Espinhaço se estende por mais de três milhões de km² e integra 53 municípios. Em prol deste objetivo foi lançado, em meados de 2005, o Projeto Espinhaço Sempre Vivo, organizado pelo Instituto Biotrópicos de Pesquisa em Vida Silvestre, Fundação Biodiversitas e Conservação Internacional. O Projeto Espinhaço Sempre Vivo teve como objetivo geral reunir as informações existentes sobre a biodiversidade ao longo de toda a Cadeia do Espinhaço, bem como suas ameaças e o seu status de conservação (SILVA, 2008).

Nesse processo, devido a sua diversidade biológica conjugada com uma rica diversidade sociocultural, a região do Alto Jequitinhonha foi considerada de importância expressiva para um sistema de preservação representativo que englobasse áreas potenciais para preservação no Espinhaço.

Com o objetivo de aumentar a capacidade de efetivação das metas propostas para a conservação da região, em 2007, o Instituto Biotrópicos, o Instituto Estadual de Florestas, a Conservação Internacional Brasil e o Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio) passaram a articular o processo de criação e implantação do Mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral. Reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente em 2010, a região do Mosaico¹⁶ estende-se por 14 municípios e engloba diversas Unidades de Conservação.

Uma unidade de conservação é caracterizada como um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000). No Brasil, elas se dividem em dois grupos com características específicas: as Unidades de Proteção Integral (Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; *Monumento Natural* e Refúgio de Vida Silvestre) e as Unidades de Uso Sustentável (*Área de Proteção Ambiental*; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e, Reserva Particular do Patrimônio Natural) (BRASIL, 2000, grifo meu).

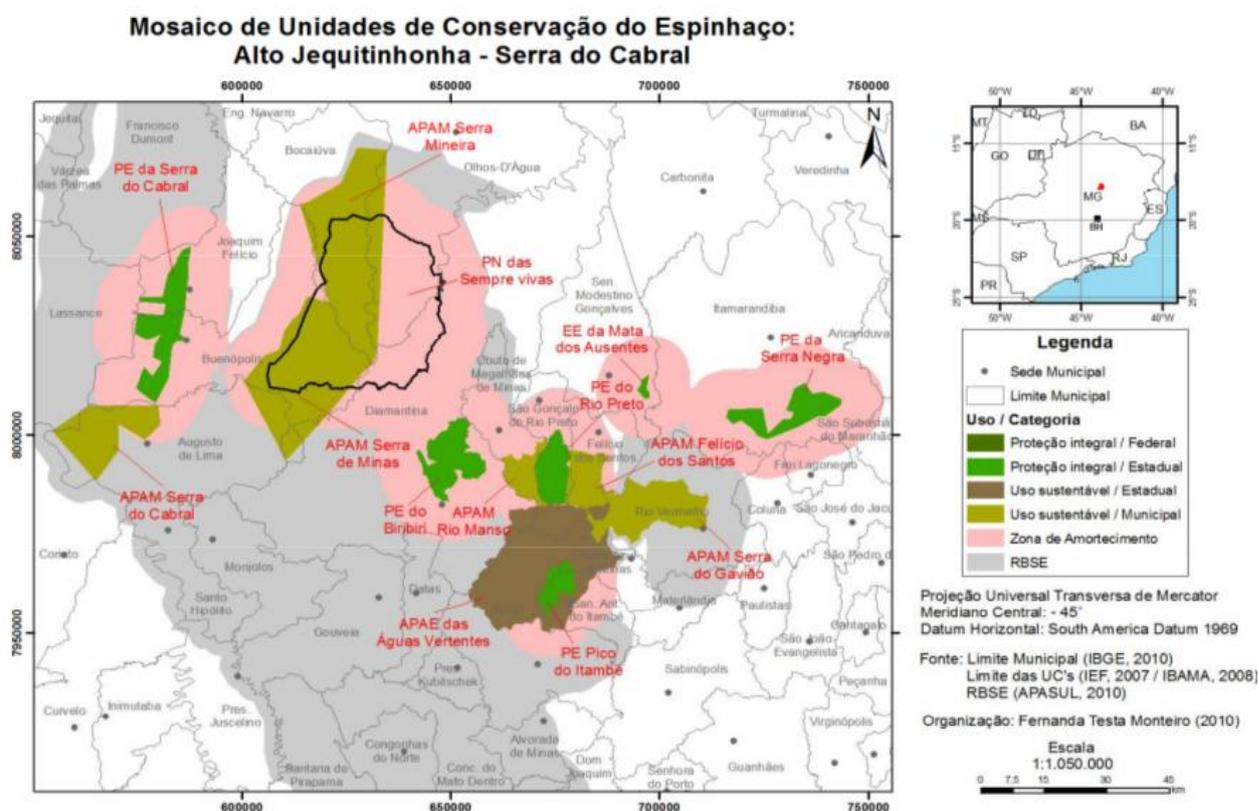
Um mosaico de Unidades de Conservação é um conjunto de unidades de conservação

15 Criadas pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – as Reservas da Biosfera compõem uma rede mundial de áreas que têm por finalidade a Pesquisa Cooperativa, a Conservação do Patrimônio Natural e Cultural e a Promoção do Desenvolvimento Sustentável. Seu gerenciamento é o trabalho conjunto de instituições governamentais, não governamentais e centros de pesquisa.

16 O Mosaico de UCs é uma ferramenta de gestão integrada, com forma e objetivos previstos pela Lei Federal 9985/00 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC): criada a partir de um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas.

de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas e outras áreas protegidas públicas ou privadas geridas de forma integrada, considerando os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valoração da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional (BRASIL, 2000).

De acordo com a Portaria Nº 444 de 26 de Novembro de 2010, o Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha- Serra do Cabral abrange as seguintes unidades de conservação e zonas de amortecimento: I- sob a gestão do ICMBio: Parque Nacional das Sempre Vivas; II- sob a gestão da Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas: Área de Proteção Ambiental Rio Manso; III- sob a gestão da Prefeitura Municipal de Felício dos Santos: Área de Proteção Ambiental Felício dos Santos; IV- sob a gestão do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais: Parque Estadual da Serra do Cabral; Parque Estadual do Biribiri; Parque Estadual do Rio Preto; Parque Estadual da Serra Negra; Estação Ecológica Mata dos Ausentes; e, Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes.



**Figura 17- Mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço Alto Jequitinhonha- Serra do Cabral.
Fonte: Monteiro (2011)**

Para fim de análise, aqui destacamos a Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes. Criada em 1998, a partir do Plano de expansão do Parque Estadual do Pico do Itambé. A Unidade de Conservação possui uma área de 76.310 hectares. O município de Serro, juntamente com outros sete – Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Felício dos Santos, Rio Vermelho, Santo Antônio do Itambé, e Serra Azul de Minas – compõe a APA Estadual (APAE) das Águas Vertentes. Distritos de Serro, as comunidades de São Gonçalo do Rio das Pedras, Capivari e Milho Verde estão circunscritas dentro dos limites da APAE.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação estabelece que uma Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, constituída por terras públicas ou privadas, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

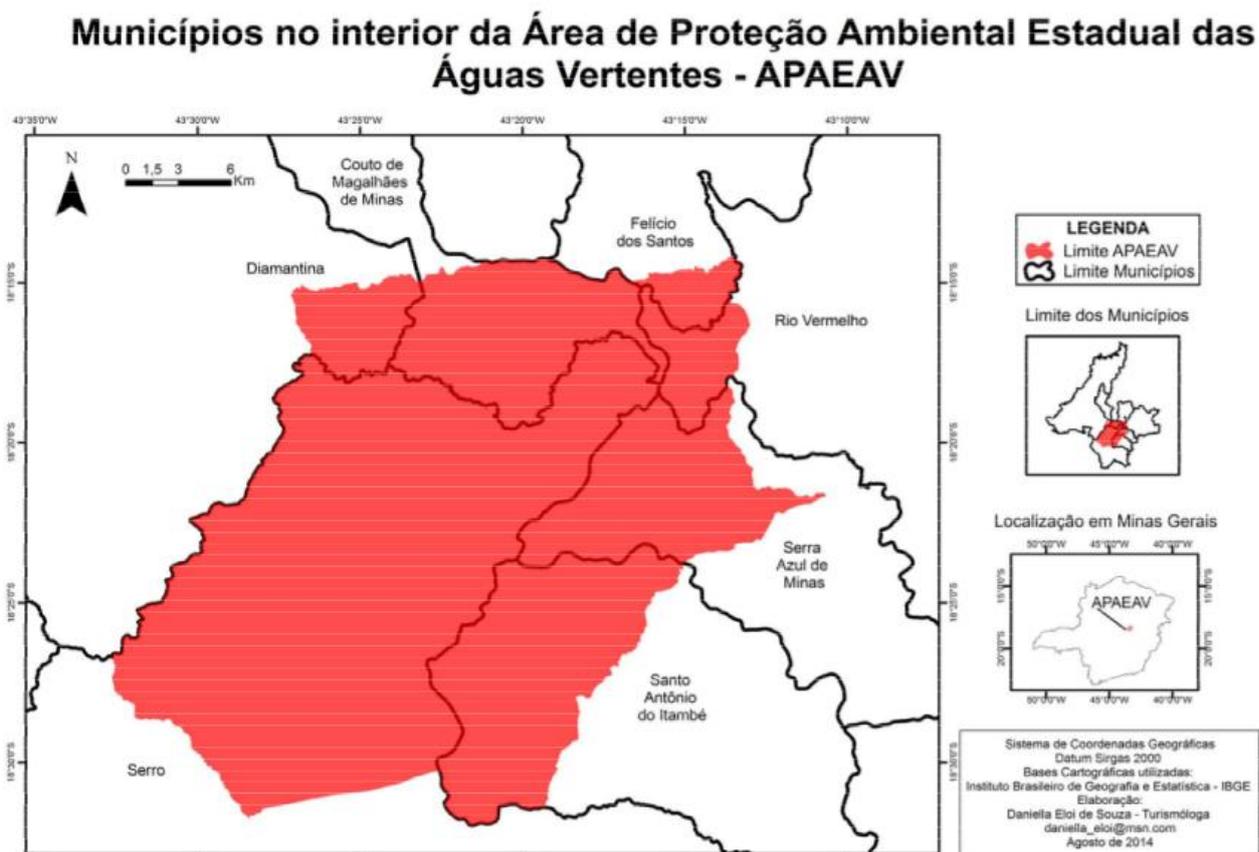


Figura 18- Mapa dos Municípios no Interior da Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes.
 Fonte: Souza (2014)

Desta feita, a partir do decreto de criação da APAE Estadual das Águas Vertentes estabeleceram-se seus objetivos. Sejam estes: I- Proteger os solos, a fauna e a flora, e promover a recuperação das áreas degradadas com o combate a incêndios florestais; II - Proteger e recuperar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas; III- Promover e estimular programas de educação ambiental; IV- Promover atividades econômicas compatíveis com a qualidade ambiental desejável para a região; e, V - Promover, desenvolver e ordenar o ecoturismo regional.

Ainda de acordo com o decreto de criação da área, na implantação e funcionamento da APAE das Águas Vertentes deveriam ser adotadas as seguintes medidas: I- o procedimento de zoneamento da APAE realizado no âmbito do Sistema de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, através do Sistema de Gestão Colegiada das Áreas de Proteção Ambiental – APA's –, representado pelo Conselho Consultivo da APAE das Águas Vertentes, que indicaria as atividades a serem realizadas em cada zona, bem como as que deveriam ser disciplinadas,

restringidas ou proibidas, de acordo com a legislação aplicável, objetivando a conservação dos recursos naturais, dentre os quais se inclui, além do ar, água, solo e biota nativa, a própria paisagem; II- a utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção da Zona de Vida Silvestre, o uso racional do solo e outras medidas referentes à salvaguarda dos recursos ambientais e à implantação dos programas de manejo da APAE das Águas Vertentes, sendo indispensáveis, não obstante as gestões de agentes locais e do próprio Conselho Consultivo da APA das Águas Vertentes no sentido de alcançar a auto-sustentabilidade dessa unidade de conservação; III- a aplicação, de medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de degradação da qualidade ambiental; IV- a divulgação das medidas previstas em seu Decreto de criação, objetivando o esclarecimento e o envolvimento da comunidade local sobre a APAE e suas finalidades; e, V- a proposição e implantação de estudos e projetos visando o desenvolvimento de atividades compatíveis com o meio ambiente regional.

Seguindo tais preceitos, na APAE das Águas Vertentes ficaram proibidas ou restringidas: I- a implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de águas; II- a realização de obras de terraplanagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem alteração das condições ecológicas locais, principalmente da Zona da Vida Silvestre, onde a biota será protegida com maior rigor; III- o exercício de atividades capazes de provocar erosão das terras ou assoreamento das coleções hídricas; IV- o exercício de atividades que ameacem extinguir as espécies raras de fauna e flora ou ameaçadas da biota, o patrimônio histórico-cultural, as manchas de vegetação primitiva e as nascentes de cursos d'água existentes na região.

Para melhor controlar seus efluentes e reduzir o potencial poluidor das construções destinadas ao uso humano na APAE das Águas Vertentes, não são permitidas: I- a construção de edificações em terrenos, que, por suas características, não comportem a existência simultânea de poços para receber o despejo de fossas sépticas, e de poços de abastecimento d'água, que fiquem a salvo de contaminação, quando não houver rede de coleta e estação de tratamento de esgoto em funcionamento; e, II- a execução de projeto de urbanização sem autorização, alvará, licença federal, estadual e municipal exigíveis. Ainda, fica estabelecida na APAE das Águas Vertentes uma Zona de Vida Silvestre, destinada, prioritariamente, à salvaguarda da biota nativa, para garantia da reprodução das espécies, proteção do habitat de espécies raras, endêmicas, em perigo ou ameaçadas de extinção. Visando à proteção de espécies raras na Zona de Vida Silvestre, não é permitida a construção de edificações, exceto as destinadas à realização de pesquisa e ao controle ambiental.

O decreto de criação da Unidade de conservação APAE das Águas Vertentes ainda define suas diretrizes gerais: I- desenvolver as atividades rurais de tal forma que seja evitada a erosão das terras, utilizando-as de acordo com a sua capacidade de suporte, conforme determinação da EMATER para a região; II- promover a recuperação das áreas de preservação permanente, iniciando-se pelas áreas ribeirinhas e aquelas que protegem as nascentes e olhos d'água; III- evitar o acesso de animais domésticos aos corpos d'água ou permiti-lo de forma compatível com a manutenção da qualidade ambiental do local e das características naturais da água, principalmente nos mananciais de abastecimento público; IV- evitar o uso de agroquímicos próximo aos corpos d'água ou fazê-lo sob cuidados especiais, evitando o carregamento deles às águas superficiais ou aos lençóis freáticos, principalmente nas regiões dos mananciais de abastecimento público; V- recompor a Reserva Legal Obrigatória, conforme determinação do Decreto de nº 33.944, de 18 de setembro de 1992, em seu artigo 14; VI- promover a coleta e a destinação adequadas dos esgotos industriais e domésticos, sendo proibido o despejo deles em qualquer corpo d'água sem o tratamento indicado pelo órgão ambiental componente, de acordo com os padrões estabelecidos em

regulamento; VII- planejar o crescimento dos municípios, estabelecendo as normas específicas devidamente compatibilizadas com as posturas municipais, que deverão orientar o parcelamento do solo, a localização industrial, a exploração mineral e a definição das áreas de preservação de mananciais locais; VIII- evitar a erosão dos solos urbanos e rurais; e, IX- planejar a destinação final dos resíduos sólidos, promovendo a integração dos municípios, na solução desse problema.

Cabe destacar que o decreto que cria a APAE das Águas Vertentes – Decreto 39.999 – data de 21 de janeiro de 1998, ano que foi o último do governo de Eduardo Azeredo em Minas Gerais, e marco da criação de UCs no âmbito estadual. Entretanto, a unidade recebe sua primeira designação para funcionário gestor da área pelo estado somente dez anos depois, em 2008. A partir de então, o apoio da prefeitura municipal de Serro foi importante no sentido de possibilitar condições mínimas de trabalho na Unidade, com a contratação de recursos humanos e a disponibilização de recurso financeiro para aluguel de uma sede para a unidade.

Souza (2014) chama a nossa atenção para o fato de que dezesseis anos após sua criação a área protegida não possui Plano de Manejo¹⁷, mas possui outros instrumentos de planejamento e gestão que são base para a atuação da equipe responsável. Esses documentos são o decreto de criação da unidade, documentos relativos ao Conselho Gestor, o Relatório Anual de Atividades e os Planos de Ação Anuais. Estes últimos estabelecem metas, objetivos e meios a serem alcançados anualmente (SOUZA, 2014).

Diante das dificuldades impostas por um quadro de funcionário reduzido e da falta de um plano de manejo que norteie as ações do Instituto Estadual de Florestas na região a partir da dinâmica local, em grande medida, a atuação do órgão gestor da APAE tem se concentrado em ações que demandam uma menor mobilização de recursos financeiros. Tais como a educação ambiental, a fiscalização e a divulgação da unidade. Além disso, pelo grande número de incêndios florestais ocorridos na região, o combate ao fogo é uma atividade que demanda grande esforço dos funcionários na época da seca. Em 2012, a APAE esteve entre as unidades estaduais com maior ocorrência de incêndios florestais. Em 2012 e 2013, os focos de incêndios estiveram concentrados principalmente na região das comunidades de Chacrinha, Jacutinga, Capivari e Milho Verde.

Na APAE estão presentes a vegetação típica do Cerrado, do Campo Rupestre e da Floresta Estacional Semi-Decidual e duas bacias hidrográficas principais: a do Rio Jequitinhonha e a do Rio Doce. Frente a tal ambiência ecossistêmica, de acordo com os representantes estatais encarregados da gestão da área, os extrativismos mineral e vegetal representam grandes desafios para a gestão da unidade. Na APAE, dois tipos de extrativismo ocorrem em variados níveis: de ações individuais ou comunitárias para usufruto familiar, e a ação extrativista de grandes empreendimentos. Algumas atividades extrativas da região são práticas passadas de geração em geração, como: o garimpo, a extração de sempre-vivas e a coleta de lenha.

A presença de populações humanas desenvolvendo tais atividades dentro da APAE das Águas Vertentes é elemento produtor de um embate de visões de mundo entre o saber ambiental academicamente instituído expresso nas políticas ambientais associadas ao Mosaico, hegemônicos em relação aos saberes e práticas ambientais de subalternos locais. Tal embate se expressa na emergência de conflitos entre os agentes do Estado e grupos subalternos, principalmente nas duas unidades de Proteção Integral localizadas dentro da APAE: o Parque Estadual do Itambé e o Monumento Natural Estadual Várzea do Lajeado e Serra do Raio. Este último abarca porções do território das comunidades de Capivari, São

17 Documento oficial de planejamento do manejo territorial em uma Unidade de Conservação, que por lei deve ser aprovado até cinco anos após a criação da mesma.

Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde. Foi na comunidade de Milho Verde que se desenvolveram as iniciativas e o processo que culminou na criação da Unidade em sua principal área de uso comum: a Várzea do Lajeado.

3.2 “Então a Várzea para nós hoje é a menina dos olhos de ouro mesmo”: Criação do Monumento Natural Estadual Várzea do Lajeado e Serra do Raio

No final do século XX o número de visitantes que chegavam a Milho Verde já era bastante expressivo e o turismo se firmou como uma das principais atividades exploratórias do espaço da Várzea do Lajeado (Figura 19), ocorrendo de forma concomitante à exploração de espécies vegetais e a pecuária. São atrativos turísticos da Várzea fatores históricos, tais como o pertencimento de seu território aos antigos domínios do Distrito Diamantino, e suas condições naturais, tais como as Cachoeiras do Lajeado, do Carijó, do Canelau, do Arco-íris e da Ema, as Serra dos Santos, do Ouro e de Santo Antônio, o Pico do Raio, a Ponte de Pedra, e a Casa do Mocó com pinturas rupestres.

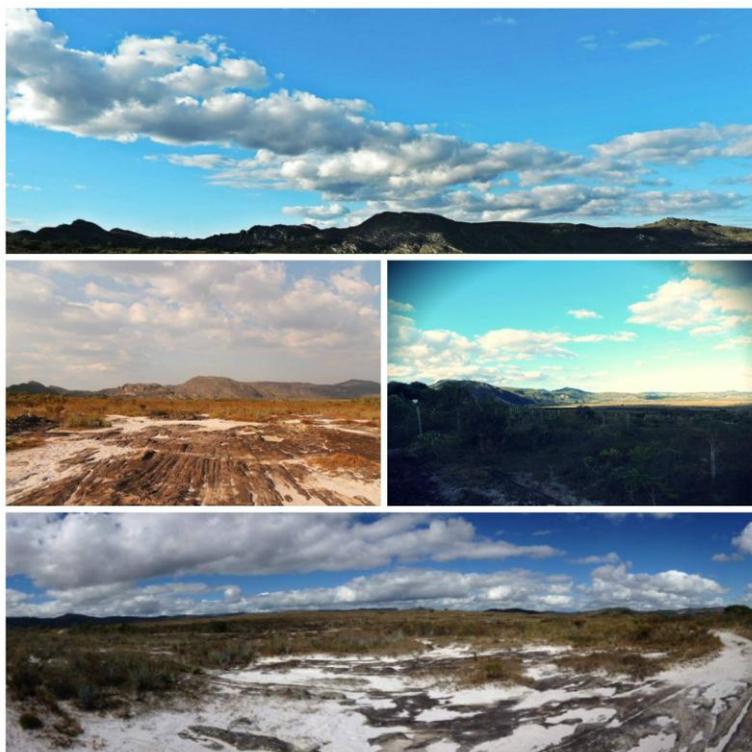


Figura 19- Várzea do Lajeado, Milho Verde-MG. Fonte: foto da autora.

Para além da apropriação da área para fins de contemplação e fruição da ambiência socioecossistêmica local, ao longo dos anos 1990 deu-se a ocupação das periferias leste e nordeste da área urbana de Milho Verde, com construção de moradias ao longo da estrada que liga o distrito à São Gonçalo do Rio das Pedras e que margeia os limites da Várzea.

Sobretudo a partir dos anos 2000, tem-se início um processo onde lotes nos limites da Várzea começam a ser possuídos por nativos e vendidos a pessoas vindas “de fora”. Desse momento em diante, uma maior pressão sobre o ecossistema da Várzea do Lajeado começa a ser observada como consequência de um aumento populacional em Milho Verde. Este aumento, por sua vez, pode ser explicado por três fatores: a intensificação na chegada de

turistas, – como vimos, reflexo das políticas hegemônicas nacionais, estaduais de incentivo ao ecoturismo –, um movimento que procura a zona rural como local de moradia alternativo às grandes cidades e que vem direcionando novos moradores à Comunidade, e também pelo retorno de emigrados e deslocamento de parte dos moradores dos bairros rurais para a zona urbana do distrito. Assim, a expansão urbana em Milho Verde começa a ocorrer de forma desordenada.

Cê sabe onde a gente chama de mansão? Na estrada, indo para São Gonçalo? Aquela big daquela casa, indo a direita que é uma mansão. Então, parece que ela já foi construída um pedaço dentro da Várzea, mas isso eu não tenho certeza. Hoje tem muita construção para baixo. Então a Várzea foi sendo invadida por pessoas daqui, não são pessoas de fora. Tudo bem, pode ter um ou outro de fora, mas a grande maioria quem cercou a Várzea foram famílias daqui, para vender. Já teve promotor que veio aqui e delimitou, dali para frente não poderia mais cercar, daí um tempo já... sabe? É um saco sem fundo. (Maria Rita, entrevista realizada em Milho Verde)

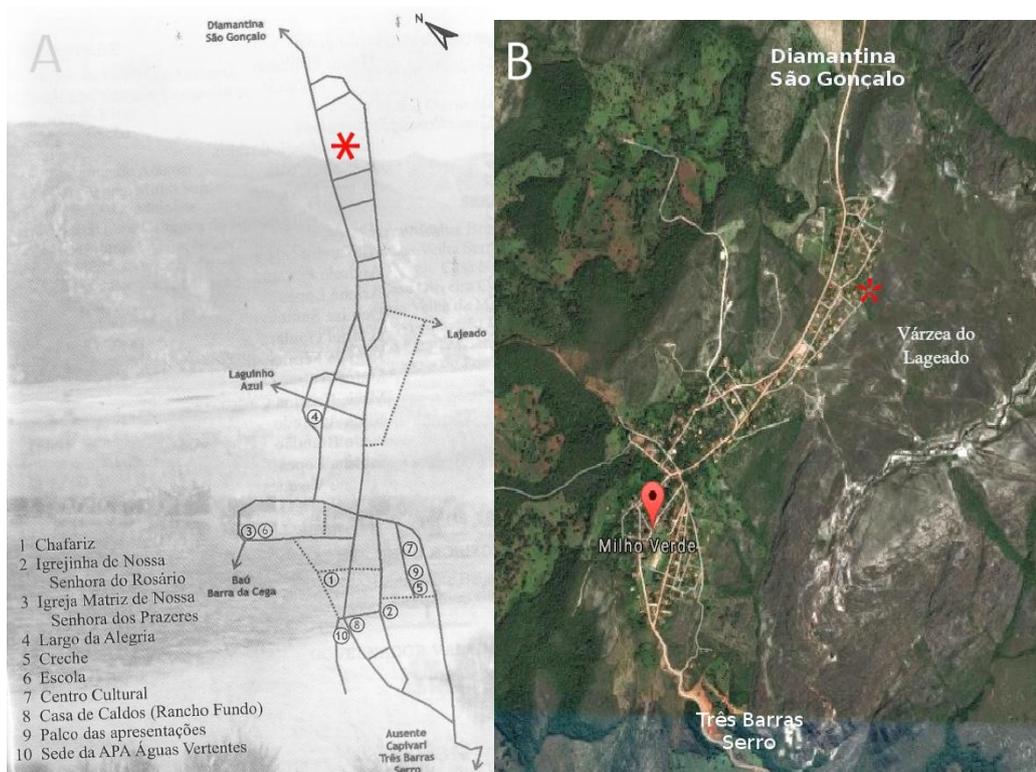


Figura 20-Mapas de Milho Verde-MG. Em A: Mapa de Milho Verde-MG (2010). Destaque para o loteamento nos limites do Lajeado(*), abaixo da estrada Sempre-Viva (Diamantina-São Gonçalo). Em B: Mapa de Milho Verde atual. Em comparação com A, destaque para novas ruas abaixo da estrada Sempre-Viva (Diamantina-São Gonçalo) nos limites do Lajeado (*). Fonte: Instituto Milho Verde, Google Maps

Até meados dos anos 2000 a expansão urbana em Milho Verde teria se dado somente às margens da estrada Milho Verde-São Gonçalo, porém com a atividade turística intensificada começam a surgir lotes e pequenas ruas transversais e paralelas a estrada (Figura 20). Tais lotes foram comercializados a troco de pequenas quantias em dinheiro, carros, motos e até mesmo aparelhos eletrodomésticos. Neste momento, moradores nativos e não nativos começam a expressar a sua indignação com a situação, que eles acreditavam ser de crime a um bem público e degradação da natureza, e passam a demandar maior atenção da prefeitura aos impactos que a área vinha sofrendo.

Em meio a este campo complexo de conflitos quanto ao modo de apropriação de seu território, é desenvolvido um dos primeiros, senão o primeiro trabalho científico que teria suscitado a ideia de preservação da Várzea do Lajeado: a tese da botânica Alba L. Fonseca Chaves, defendida no Instituto de Ciências Biológicas da UFMG em 2006. O trabalho – ao qual nos referimos anteriormente quando tratamos das primeiras ações do Instituto Milho Verde na Comunidade – foi citado em diversas das interlocutoras por nós realizadas, mostrando-se relevante na memória daqueles que defendem a preservação da Várzea através da gestão do Instituto Estadual de Florestas.

A tese em questão teve como objeto de pesquisa a ecofisiologia e morfoanatomia de uma das espécies do gênero *Cambessedesia ssp.* Tal gênero está distribuído pelos campos rupestres que compreendem as montanhas de Minas, dentre as quais o Espinhaço, com solo e clima determinantes para o desenvolvimento de uma diversidade de espécies altamente adaptadas aos seus ecossistemas. Tais fatores – em combinação com seu relevo de altitude altamente escarpado, que contribui para o isolamento da região –, tornam os campos rupestres do Espinhaço uma das regiões com maior endemismo do Brasil (CHAVES, 2006).

A *Cambessedesia salvifolia (Cham)*, espécie estudada pela pesquisadora, tem sua distribuição restrita aos afloramentos rochosos da Várzea do Lajeado em Milho Verde e, no momento de sua pesquisa, estava ameaçada pela recorrência das queimadas, a abertura de áreas para pastagem, a extração de plantas ornamentais e medicinais, o garimpo, a invasão de espécies exóticas como a *Brachiaria ssp* – capim usado na expansão de pastagens –, e a retirada de rochas para a construção civil. Nesse sentido, devido à atividade antrópica com destruição do habitat local de uma espécie endêmica pouco estudada, como uma das conclusões de seu trabalho a pesquisadora propõe a criação de mecanismos para a proibição de tais práticas e a proteção da área com a criação de uma APAE na região do Lajeado (CHAVES, 2006).

A essa época, enquanto organização do terceiro setor, o Instituto Milho Verde fazia parte do conselho consultivo do Mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço Alto Jequitinhonha- Serra do Cabral e da APAE das Águas Vertentes. E realizava atividades pontuais mobilizando a temática da preservação ambiental em datas específicas tais como dia da água, da árvore, do meio ambiente e nos feriados com grande circulação de turistas na comunidade. Nessas datas, o trabalho era de orientação a moradores locais e turistas, com a distribuição de folhetos nas chamadas *blitz* ecológicas. Engajando-se nessas atividades, e pontuando a preocupação diante dos impactos ambientais que a atividade turística, os moradores locais e lideranças políticas vinham provocando na região o Instituto passa a pautar localmente pela preservação da Várzea do Lajeado.

A partir de então as discussões a respeito da criação da Unidade de Conservação tomam fôlego, e durante o I Encontro Ambiental, evento integrante do oitavo Encontro Cultural de Milho Verde em julho de 2007, a importância da preservação da Várzea do Lajeado foi discutida por moradores locais e instituições como a Prefeitura Municipal de Serro, o IEF-MG, UFVJM, a PUC-Minas, e o Instituto Milho Verde. Sendo este último um dos maiores mobilizadores da causa.

Então isso a gente não pensava, a gente nem sonhava em trabalhar, em tentar fazer daquilo ali um parque. A gente estava só achando uma área comum de terras do governo, terras devolutas que eram de todo mundo e que era função de todo mundo cuidar. Mas, com esse tanto de conflito que existe lá dentro ficava difícil. Aí foi quando um amigo nosso, disse assim: -Ah, vamos transformar isso em um parque. Aí ele mesmo fez esse cartaz e a gente lançou essa semente, pró Parque do Lajeado, alguma coisa do tipo. A gente já era amigo do secretário do meio ambiente, recebemos o apoio dele, ele tinha casa em Milho Verde. Aí já começamos a fazer

contato com o IEF, e resolvemos lançar o primeiro Encontro Ambiental que acho que foi em 2008. E nesse primeiro Encontro Ambiental a gente convidou pessoas para falar desses conflitos na Várzea, um professor da Universidade de Diamantina. Aí a gente queria levar uma pessoa chefe das Unidades de Conservação do estado, e aí ela passou a bola para a coordenadora de Diamantina uma pessoa chave nessa formação, no decreto. (...) A gente queria mais participação da comunidade, mas não teve, não teve tanta. A partir daí a gente acendeu a luzinha e começamos a conversar mais com eles, mais com a prefeitura, mais com a comunidade. E o secretário de Meio Ambiente já chamou para audiência pública e fomos construindo isso pouco a pouco. E aí chegou a ideia de criar o Monumento, um espaço, a Unidade de Conservação. Então porque fazer só nesse espaço aqui se tem uma beleza cênica, além disso, que é a Serra do Ouro, a Serra do Raio, a Serra dos Santos, então vamos ampliar isso. (...) Aí junto com essa ideia que a prefeitura... a gente ia fazer um Parque Municipal, e aí nessa conversa com o IEF, na época tinha uma outra bióloga (...) mais ligada ao meio-ambiente, e saíram mapeando essa área, com GPS caminharam todo o trecho, e aí terminaram e começou o processo de tombamento e resolveram fazer pelo estado. (Augusto, Entrevista realizada em Belo Horizonte)

O relato de Augusto é elucidativo da atuação do IMV em um processo de interações entre sujeitos, subjetividades coletivas e instituições de distintas escalas que culmina na criação do Monumento Natural da Várzea do Lajeado e Serra do Raio. De acordo com o Decreto Estadual nº 45.614 de 6 de junho de 2011, a Unidade de Conservação tem uma área de 2.199 hectares (IEF, 2010), está localizado no município de Serro, no entorno de São Gonçalo do Rio das Pedras e Capivari e diretamente ligado ao distrito de Milho Verde, abarcando toda a Várzea do Lajeado e Serra do Raio. Abriga uma grande diversidade de habitats, sendo historicamente uma área de importância ambiental para os habitantes da região do Alto Vale do Jequitinhonha.

No interior do Monumento Natural Várzea do Lajeado e Serra do Raio nascem importantes rios e córregos como o Rio Capivari, o Rio das Pedras, o Córrego do Lajeado e o Córrego do Feijão. Os principais Biomas encontrados no Monumento são o Cerrado e a Floresta Estacional Semidecidual. Dentre os atrativos turísticos, destacam-se as Cachoeiras do Lajeado, do Carijó, do Canelau, do Arco-íris e da Ema, todas próximas ao portal de entrada do Monumento Natural. Além das cachoeiras, há também as Serra dos Santos, do Ouro e de Santo Antônio, o Pico do Raio, ponto mais alto da unidade de conservação com 1.430 metros de altitude, a Ponte de Pedra, a Casa do Mocó, onde é possível visualizar a maior parte da unidade e as pinturas rupestres, que são um marco de registro histórico na região (INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS, 2010).

A criação do Monumento está baseada na concepção de proteção da flora, fauna, recursos hídricos, manejo dos recursos naturais, pesquisa científica e estímulo do turismo local. Na concepção dos sujeitos articulados no processo de constituição da área, a Unidade de proteção integral protege a Várzea contra práticas de criação do gado na solta, desmatamentos em APPs, queimada de renovação de pastagens, e loteamentos e ocupações irregulares desencadeadas pela atividade turística. Estes, ainda afirmam que o Monumento também resguarda o abastecimento de água, a atratividade turística e a qualidade de vida da população. Pois, se preservada, a natureza do entorno da Comunidade “vale ouro” para os habitantes de Milho Verde: o ouro do turismo. Se dividida, dilapidada e destinada à pecuária e à especulação imobiliária, a Várzea se tornaria um deserto arenoso, sem vegetação, sem água, sem cachoeiras, tomado por cercas e erosões. Assim, não restariam atrativos aos turistas que chegam a Milho Verde atraídos pelo contato privilegiado com a natureza.

Se, por um lado, há os que defendem a Unidade de Conservação, de outro lado, desde sua criação, um contexto de conflitividade emerge em Milho Verde, o que culminou em atentados ocorridos no ano de 2014. O primeiro deles contra Augusto, fundador e então presidente do Instituto Milho Verde, que foi alvo de uma tentativa de homicídio. Ferido com três tiros, o mesmo foi removido da região para tratamento, e por falta de segurança não mais voltou a Milho Verde. Em decorrência dos acontecimentos, no ano de 2014 o Encontro Cultural de Milho Verde foi cancelado. Desde então o IMV vem passando por uma fase de transição, com eleição de nova presidência no ano de 2015 a ONG retomou suas atividades com a realização do 15º Encontro Cultural. Contudo, a temática da preservação ambiental não teve lugar privilegiado nas atividades deste ano.

Posteriormente ao atentado ao presidente do Instituto, ainda em 2014, dois outros atos tiraram a tradicional tranquilidade do lugar. Uma bomba explodiu em frente a casa desse mesmo ativista e, dias depois, a residência do ex-secretário de Meio Ambiente do Serro em Milho Verde foi totalmente incendiada. Ainda, denúncias de agressão a funcionários do IEF foram registradas na região.

Em cumprimento à deliberação plenária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais que aprovou o Requerimento 61/2014, do Deputado Nilmário Miranda, foi realizada audiência pública, vistoria em lugares onde houve os atentados e ouvidas testemunhas no distrito de Milho Verde. O caso ainda foi investigado pela polícia local, sem qualquer conclusão do inquérito até a data de realização de nossas últimas entrevistas em dezembro do ano de 2015.

Após o ocorrido, foram apontadas algumas dimensões referentes às possíveis causas desses atentados. Dentre elas figuram denúncias de degradação ambiental e a violação de direitos humanos na região de Milho Verde pela parentela do antigo “coronel” local. Entretanto, em depoimento às comissões de investigação, o ex-secretário de Meio Ambiente do Serro disse acreditar que os atentados também teriam relação com a demarcação de terras do Monumento Natural Várzea do Lajeado e Serra do Raio, já que as vítimas das ocorrências estiveram envolvidas na criação da Unidade de Conservação.

Tem os conflitos dos que não queriam porque perderam terra e etc. Perdeu porque tem terra lá dentro e ninguém vai comprar e não pode construir. A terra é dele, mas tem restrições para o uso, esse é um conflito grande que teve com o filho do coronel. O filho dele que é vereador. E fora a questão não só de você perder a terra, mas de você perder... com essa questão de estar o IEF muito próximo sediado ali e a APA eles cuidam do entorno de Milho Verde, onde está a APA. Então se tem uma queimada lá na Barra da Cega, que é o próprio filho do coronel que manda colocar para fazer pasto, o povo do IEF vai lá e apaga Então, meio que se perdeu a propriedade, eles acham “A propriedade é minha mas eu não posso fazer nada dela”. Então é super conflituoso, embora claro que ele não fala que ele que botou fogo, mas é ele. (Augusto, Entrevista realizada em Belo Horizonte)

Ao nos apropriarmos do contexto de interações com novas forças externas à Comunidade de Milho Verde, podemos postular que essa emergência de conflitividades está intrinsecamente atrelada a sua complexidade interna e externa. O que envolve a rede múltipla e complexa de sociabilidade que vem se formando no distrito – a qual tratamos de caracterizar nos capítulos anteriores – bem como os distintos modos de uso e significação de seu ecossistema.

Como demonstramos, a consolidação do turismo em Milho Verde e a incidência das políticas ambientais enquanto forças hegemônicas reconfiguram os modos de apropriação das condições naturais do território milhoeverdense. Seja como desdobramento de dinâmicas

locais, ou de políticas externas que transcendem os domínios da Comunidade, a atividade turística transformou um pacato vilarejo em um dos principais destinos do ecoturismo no estado de Minas Gerais. E a política ambiental tem instaurado lógicas completamente distintas das lógicas subalternas de apropriação técnica, social e cultural da ambiência socioecossistêmica milhoerdense, antes gerida com base em direitos de propriedade familiar, e direitos de uso comum. Já quando nos atentamos as contra-hegemonias locais, aqui representadas pelas articulações do Instituto Milho Verde, e até mesmo pelos interesses de grandes proprietários, bem como pelas subalternias locais, tornam-se notáveis nas interações dessas subjetividades coletivas encontros por vezes sinérgicos, mas também frequentemente conflituos. Estes como decorrência dos dissensos entre visões de mundo estabelecidas sobre bases rurais e urbanas, tradicionais e o modernas, acadêmicas e populares, que significativamente, como demonstramos, atualizam saberes e práticas em dialogias complexas.

Porém, cabe destacar que ao passo que a existência dessas conflitividades são em grande medida evidentes, a resistência e a subalternização de saberes e práticas ambientais – fio condutor que permeia as relações de poder que as fazem emergir – estão ao fundo, enquanto aspecto menos perceptível da dinamização turística e da incidência da política ambiental na localidade.

Cumprindo com o objetivo de trazer à tona a discussão em relação a estes dois aspectos, nos tópicos seguintes dissertamos acerca do que convenientemente denominamos saberes e práticas ambientais subalternas marginalizadas, distinguindo-os assim dos saberes e práticas ambientais subalternos que estão sendo fortalecidos na Comunidade, tais como as tradições religiosas dos cantos sagrados e demais identidades subalternas valorizadas com os projetos do Instituto Milho Verde.

Os saberes e práticas ambientais subalternas marginalizadas ainda estão à margem destes, na periferia da periferia. São eles, assim como esses primeiros, saberes de grupos locais subalternos relativos ao uso e significação da natureza, contudo, ao passo que os saberes ditos tradicionais e considerados culturais são vistos como passíveis de fortalecimento e geração de renda, em anos recentes os saberes relativos a apropriação material e simbólica das condições naturais da Várzea do Lajeado passaram a ser vistos com impactantes e impróprios.

3.3- A gestão estatal do território

Como demonstramos em nossos capítulos primeiro e segundo, em Milho Verde, pela interação da subalternia local com a ambiência socioecossistêmica da Várzea do Lajeado, até a criação do Monumento Estadual, a área, enquanto terra devoluta do Estado, foi utilizada, em uso comunitário, como *locos* de atividades extrativistas e pastagem natural. Com a dinamização turística, o território da Várzea se transforma em novo produto econômico, sendo que a construção de casas avança sobre a área. Com a criação do Monumento Natural Várzea do Lajeado (Figura 21), em 2011, o Estado passa a gerir a mesma. A legislação imposta pelas políticas ambientais impede tanto as práticas extrativas comunitárias como o cercamento de novos lotes. Desde então, as propriedades construídas em anos recentes ou passados dentro dos limites do agora Monumento Natural Estadual estão sujeitas a esta nova legislação e às normas de manejo impostas.

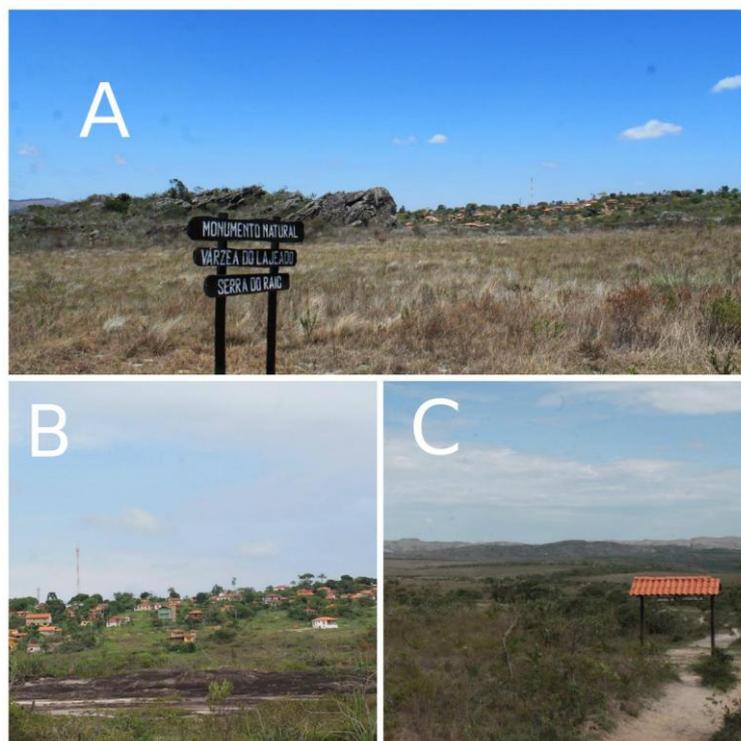


Figura 21-Monumento Natural Estadual Várzea do Lajeado e Serra do Raio, Milho Verde-MG. Destaque para a comunidade de Milho Verde ao fundo em A e B, e para a entrada da Unidade de Conservação em C. Fonte: foto da autora

De acordo com o Artigo 12 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), um Monumento Natural tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Monumento Natural com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei (BRASIL, 2000).

Com a criação do Monumento Natural em Milho Verde, algumas propriedades particulares de moradores locais nativos e “não nativos” ficaram delimitadas dentro da área da Unidade de Conservação, contudo, o processo de regularização fundiária da mesma ainda não ocorreu, bem como seu Plano de Manejo não foi executado. Nossa análise aqui se refere, portanto, a este período de transição do uso da Várzea regulado pelo direito consuetudinário ao manejo de gestão ambiental pelo Estado. Os descompassos entre a criação da área e sua regularização tem gerado conflitos entre a população local e o Instituto Estadual de Floresta, já que o órgão tem implementado leis restritivas quanto a apropriação da Várzea (Figura 22), mas ao mesmo tempo não realizou os estudos necessários ao seu zoneamento, o que indicaria os modos pelos quais a área poderia ser manejada em suas distintas porções.



Figura 22- Monumento Natural Estadual Várzea do Lajeado e Serra do Raio, Milho Verde-MG. Placas indicativas das restrições de uso do território impostas pela legislação ambiental. Fonte: foto da autora

Para além das questões relativas ao uso da terra em propriedades particulares, no que tange ao uso comunitário da Várzea, consideramos que os grupos subalternos praticantes dos extrativismos e da pecuária tem reconhecidamente um direito consuetudinário consolidado através dos anos de uso comum do território. Todavia, o poder de gestão associado à perspectiva do saber ecológico das políticas ambientais, expresso na normatização das políticas ambientais hegemônicas nacionalmente, e no discurso ambientalizado de parte dos moradores locais tende a estigmatizar os saberes e práticas ambientais dos grupos subalternos. Estes são apontados como causadores de impactos negativos na área, dentre os quais aqueles advindos das queimadas.

Nos cerrados, assim como nos demais domínios fitogeográficos brasileiros é comum a ocorrência de queimadas. Estas podem ser climáticas, causadas por raios, ou por fatores bióticos, como quando são provocadas por combustão espontânea, pelo atrito dos pelos de alguns animais com a mata seca, ou provocadas pelo homem. Estes processos naturais conduzem a aceleração do ciclo de nutrientes através da deposição de cinzas no solo e da exportação de nutrientes na fumaça, podendo, por meio do calor da queimada, potencializar a brota de plantas nativas, como é o caso das sempre-vivas. As queimadas provocadas por ação antrópica podem ainda alterar a dinâmica ecológica local, por exemplo, quando se usa da prática como meio para criação de pastagens ou mesmo de outros cultivos, o que agora é vetado na legislação.

Como em outras savanas, as espécies de cerrado evoluíram com o fogo (SIMON ET AL., 2009). Adaptada ao fogo, a vegetação do cerrado necessita dele para a quebra de dormência de algumas de suas sementes, a grande maioria das espécies é capaz de rebrotar após uma queimada (estratégia ecológica mais comum entre as espécies savânicas). Suas árvores contêm estruturas morfológicas que protegem o vegetal contra a chama e o calor, tais como órgãos externos e subterrâneos suberosos.

O fogo também promove a morte e prejudica o estabelecimento de plântulas de espécies arbóreas, e pode causar a morte da copa, limitando o tamanho das árvores. Dependendo da frequência, impede que os indivíduos atinjam classes de tamanho maiores prejudicando seu sucesso reprodutivo (HOFFMANN ET AL.2009). No entanto, queimadas frequentes, anuais ou bienais, tendem a favorecer a dominância e expansão de espécies

herbáceas e subarborescentes. Algumas espécies herbáceas têm a produção de sementes estimulada por queimadas frequentes (SARMIENTO 1992). Consequentemente, o fogo modifica a estrutura da vegetação de cerrado, favorecendo espécies herbáceas em detrimento das arbóreas.

De acordo com o Instituto Estadual de Florestas e os mobilizadores da criação do Monumento Natural, antes da criação da Unidade as queimadas na Várzea causadas por ação antrópica eram frequentes, isto devido à coleta de espécies silvestres, tais como plantas medicinais, canelas de ema¹⁸, sempre-vivas, etc., e o uso da área como ambiente de pastagem. As queimadas facilitariam às águas pluviais lavarem o solo e carrearem seus nutrientes, o que acarreta em diminuição de sua fertilidade e a perda de espécies animais e vegetais. Ainda, ao deixar o solo exposto, a ação da chuva e dos ventos intensifica um processo erosivo e a deposição de sedimentos ao longo dos cursos d'água acarretando em seu assoreamento.

Em sua defesa, a subalternia local praticante dos extrativismos e da pecuária argumenta que a queimada é uma técnica de manejo tradicionalmente utilizada nas práticas agrícolas locais, tanto em áreas de pastagem como nas áreas de lavoura, que se derivou da técnica indígena milenar da coivara. Na Várzea, especificamente, ela representa uma prática resistente do saber ambiental subalterno utilizada para renovar a pastagem natural e os campos de sempre-vivas. Com relação a estas últimas, cabe reconhecer que na Lista da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção, publicada em 2008, constavam 14 espécies de eriocauláceas em alguma categoria de ameaça. Duas causas são relacionadas ao declínio das populações de sempre-vivas: a sobre-coleta e a queima indiscriminada (GIULIETTI ET AL., 1988).

Mesmo apontando o garimpo, a pecuária, o extrativismo vegetal e as queimadas na Várzea como causadores de parte dos impactos sofridos pelo ecossistema local, setores subalternos argumentam, em múltiplas das conversas por nós registradas, que o impacto causado por suas práticas não seria tão prejudicial quanto o impacto provocado por um grande proprietário de terras local, o descendente do “coronel”. Tal sujeito é apontado como responsável por atear fogo em diversas áreas da região para criar pastagens artificiais ampliando suas terras, bem como por trazer, na década de 1990, inúmeras cabeças de búfalo para Milho Verde. Esses animais, criados de maneira extensiva, pastavam tanto em sua propriedade privada como no espaço da Várzea.

Sobre o episódio, muitos dos atuais moradores da Comunidade recordam que durante o período seco do ano se formavam barragens naturais no leito do córrego do Lajeado. As barragens mantinham o solo da Várzea úmido e com o nível de água elevado no solo e no córrego, e toda a dinâmica e biodiversidade local dependia dessa disponibilidade de água. Pois mesmo no período de estiagem o solo retinha a umidade, o que permitia as espécies vegetais encontrarem água no subterrâneo de seu solo arenoso.

Com a introdução dos búfalos, os animais passaram a ser criados em um ambiente desfavorável aos seus hábitos. Os animais desta espécie exótica, que tem o comportamento típico de se manter por longos períodos dentro d'água, no tempo da seca, a fim de refrescarem-se, com os pés e a cabeça cavavam buracos nas margens do córrego. Com o tempo esse comportamento teria provocado o rompimento das barragens naturais da Várzea,

18 Nome popular de espécies de Velloziaceae, família de plantas característica de paisagens relativamente áridas, particularmente campos de altas altitudes e afloramentos rochosos, de distribuição disjunta na América do Sul. São perenes, tolerantes à dissecação e bem adaptadas ao fogo. No Brasil, as espécies pertencentes a essa família são encontradas em campo rupestre de altitude, entre 1.000 a 2.000 m, em solos pouco profundos, sobre afloramentos rochosos quartzíticos, ou também em campos cerrados e campos sujos secos ou sujeitos a alagamentos temporários. Possuem resina altamente inflamável, sendo o caule utilizado para acender fogões a lenha.

aprofundando e alargando o leito do curso d'água e alterando o equilíbrio hídrico local. Com isso o nível de água no leito do córrego que era o mesmo do nível das margens teria se reduzido, chegando a um desnível de 1,5m a 2m de suas margens.

Os búfalos também é uma história bem pesada. (...) O filho do coronel resolveu comprar um tanto de búfalos e colocar lá, então os búfalos andavam soltos pela rua de Milho Verde, pela Várzea. (...) E aí os búfalos... Você andava a noite lá aqueles bichos pretos e no escuro você trombava neles e era uma loucura. Comia as roupas do povo no varal, porque todo mundo usa as cercas para por as roupas no varal, secar a roupa. E os búfalos estavam comendo tudo. (...) E na época a Associação começou a questionar isso, e a entrar em conflito e brigar, mas assim com o dono de Milho Verde e nada acontecia. (...) Ele chegou a fazer uma cerca na Várzea do Lajeado para por os búfalos lá dentro, aí o que ia acontecer? Eles iam ficar com a Várzea para eles não é, cercar e por os bichos lá dentro, uma forma de conseguir aumentar seu território. Aí, a Associação foi para o Estado de Minas e Ministério Público e ganhou a ação, e eles tiraram os búfalos de lá. Mas foi uma grande detonação, os búfalos fizeram um buraco assim em um trecho do Lajeado, na parte arenosa que eles ficavam dentro d'água pisoteando muito, então isso causou muito assoreamento do Lajeado. (Augusto, Entrevista realizada em Belo Horizonte)

O relato de Augusto demonstra um aspecto relevante quanto aos anseios da subalternia local que podem ter contribuído à aceitação da criação da área por parte desse setor. A Unidade de Conservação na Várzea pode ter representado para esses moradores uma possibilidade de limitação dos poderes senhoriais ou “coronelísticos” que ainda se mantinham ativos mesmo após as rupturas provocadas pela dinamização econômica local associada ao turismo. Frente à eminência de uma apropriação privada da Várzea do Lajeado por um dos mandantes locais, a criação do Monumento e o Estado responsável legal pela gestão do território poderiam minar seu poder sobre a Várzea, possibilitando a regularização dos usos costumeiros da área, o que não ocorreu. Ainda, mesmo que os animais tenham sido retirados da Várzea a subalternia resistente de Milho Verde aponta em entrevistas e conversas informais que os impactos causados foram irrecuperáveis.

Devemos destacar também que ao passo que os saberes subalternos relativos ao uso e significação da natureza da ambiência socioecossistêmica da Várzea vem sendo marginalizados pela proibição de suas práticas, de outro modo, enquanto dinamizador da economia local, o turismo é reconhecido como um impacto positivo. Todavia, o assoreamento e a diminuição da quantidade de água retida no solo do Lajeado fizeram com que durante o período da seca seus cursos d'água também diminuíssem de volume, o que teve como consequência um fluxo de turistas aumentado no período das chuvas e da consequente cheia dos córregos e cachoeiras. Época em que o solo se encontra mais fragilizado devido à ação das chuvas, o que provocou impactos nas vias de acesso às cachoeiras devido à circulação de pessoas, motos e automóveis. Já que o trânsito dos veículos ocorria sem restrições antes da criação do Monumento Natural. A intensificação do trânsito de turistas ainda trouxe consigo a compactação do solo nas áreas de trilhas causando a perda de algumas espécies vegetais, já que as mesmas encontram dificuldade de penetrar raízes no solo e encontrar água e nutrientes necessários ao seu desenvolvimento.

Diante desta ambiência, a subalternia milhoeverdense reconhece uma ambiguidade ou a complexidade da atual tutela da área pelo Estado através das políticas de proteção ambiental, pois ao passo que se sentem aliados pela proibição de suas práticas, com aplicação de multas aos contraventores, muitos acreditam que a preservação da Várzea tem sido importante para a recuperação do ecossistema local. Após a criação do Monumento Natural reconhece-se que o número de queimadas diminuiu nos últimos anos, sendo estas, e o desmatamento, por vezes

considerados como problemas antigos que não teriam cessado, mas diminuído em sua intensidade. Todavia, reconhece-se que permanecem os impactos causados pelas pastagens artificiais e a criação de búfalos, e até mesmo pelo turismo, primeiro porque o tempo de recuperação natural é lento, e ainda porque em alguns casos o ecossistema local não se recuperaria a ponto de voltar a ser como era originalmente.

Essas narrativas indicadoras da interação entre distintos modos de apropriação material, social e cultural da Várzea, e as tensões vividas no lugar desde os anos 1990 nos indicam que moradores nativos locais que são reconhecidos enquanto mestres e mestras dos saberes culturais locais tais como o Catopê, a Marujada, a Folia de Reis e os Vissungos, são marginalizados diante da gestão estatal do Monumento, que vem proibindo modos costumeiros de apropriação material da área, tais como os relativos às práticas extrativistas e de pecuária na solta. Simultaneamente, a incidência de políticas ambientais na Comunidade tende a ambientalizar parte dos discursos subalternos, contudo, sem impedir que muitos de seus saberes produtores e produzidos pelas práticas anteriores à criação do Monumento Natural resistam aos novos tempos. Está é a situação atual de um possível futuro que tanto pode apontar por uma regularização dos usos costumeiros destes grupos subalternos, quanto para a marginalização definitiva destes grupos no uso da Várzea, destruindo por completo o uso comunitário.

A fim de discutir essas questões a seguir destacaremos figuras emblemáticas dentro da Comunidade de Milho Verde. Estamos no referindo aos moradores locais que foram absorvidos como funcionários do Instituto Estadual de Florestas, órgão gestor da Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes e do Monumento Natural Várzea do Lajeado e Serra do Raio. A nosso ver, esses sujeitos representantes de múltiplos papéis ou subjetividades coletivas – catopês, marujos, artesãos, agricultores, extrativistas, monitores, e zeladores ambientais – apresentaram-se, nesta conjuntura de transição, como um grupo chave a ser privilegiado em nossas entrevistas. Frente às forças em disputa na Comunidade de Milho Verde os mesmos transitam entre a integração e marginalização dos saberes e práticas ambientais dos grupos subalternos locais. Têm um papel significativo no presente e podem ter um papel importante no futuro próximo do lugar.

3.4 Os subalternos, mestres dos saberes tradicionais, monitores, zeladores ambientais

As sedes da APAE das Águas Vertentes e do Monumento Natural na atualidade estão alocadas em um mesmo imóvel no distrito de Milho Verde, imóvel esse que tem seu aluguel pago pela Prefeitura Municipal do Serro e conta com duas salas de escritórios, sala de recepção, cozinha, banheiro e viveiro.

O quadro de funcionários da Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes conta com um gestor ambiental biólogo, dois monitores ambientais concursados, e dois zeladores ambientais ou guarda-parques. O Monumento Natural, desde os atentados ocorridos contra o ambientalista fundador do Instituto Milho Verde e o ex-secretário de Meio Ambiente do Serro em 2014 está sem gerente. O gestor da época teria pedido sua transferência da Unidade. Sendo assim, o MONATE conta com dois monitores ambientais e quatro zeladores ambientais.

Desses funcionários, o gestor da APAE e dois monitores ambientais concursados são de outras cidades, os demais funcionários, todos contratados, são nativos de Milho Verde. Entre os onze funcionários aqui citados dez são homens e uma mulher, dois tem ensino superior (o gestor da APAE e um monitor), os demais, em sua grande maioria, são nativos de

Milho Verde. Tem ensino médio incompleto e alguns o ensino médio completo.

No que diz respeito à atribuição dos cargos, o zelador ambiental está ligado ao trabalho no campo, ou seja, à ronda, monitoramento e orientação dentro das UCs. Tem função de orientar pessoas dentro das duas Unidades (APAE e MONATE), cuidar para que não haja intervenção antrópica dentro da Várzea, fazer a triagem de visitantes nos dias de maior acesso e realizar rondas de limpeza da área.

Na ronda a gente anda, faz uma caminhada por dentro da Unidade para ver se está tudo tranquilo ou se não está, se a gente depara com alguma situação, digamos um desmatamento, a nossa obrigação é chegar lá e orientar, explicar que não pode e o que vai acontecer com isso se continuar. Depois dessa orientação se a pessoa continua aí já não é nosso problema mais, já é problema do IEF lá. Mas, nossa obrigação mesmo de guarda parque é orientar, tirar dúvidas. Essa é a nossa obrigação. (Armanda, entrevista realizada em Milho Verde)

Em contrapartida, o monitor ambiental está ligado às funções burocráticas dentro da sede, e à fiscalização e divulgação da área em palestras de educação ambiental na região. Todavia, devido a APAE e MONATE estarem hoje funcionando em uma mesma sede, seus funcionários tem se desdobrado nos serviços relativos às duas unidades. Os monitores e zeladores participam de todas as atividades, inclusive no combate a incêndios.

Hoje contratados, todos os funcionários do IEF nativos de Milho Verde foram inicialmente voluntários na brigada que combateu incêndios nos primeiros anos de atuação dessas Unidades. Na atualidade a brigada ainda existe, contudo, é composta por pessoal contratado pela SEMAD (Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) em regime temporário através de edital divulgado anualmente. A brigada atua com a equipe permanente apenas durante o período das secas, os seis meses mais críticos e com maior número de incêndios no ano.

Essa nossa turma que fez o curso para brigadista voluntário ia e combatia os incêndios. Nós trabalhávamos nessas épocas de incêndio, tudo voluntário, aí o gerente pegou e falou com a gente: olha gente, não fica desanimado em combater incêndio não, porque provavelmente pode sair algumas vagas e saindo algumas vagas, o pessoal que está prestando serviço voluntário se encaixa nas vagas. Aí graças a Deus foi o que aconteceu. Aí nós começamos a trabalhar de vez (...) Agora em cada ano, no período crítico de incêndio, eles contratam uma equipe de brigadista, é um processo seletivo, aí o pessoal vem, faz a inscrição, eles selecionam o pessoal, aí eles vem e aplicam o curso de uma semana, aí o pessoal que for classificado no curso vai e trabalha na época crítica. Igual mesmo, foi no primeiro ano, em 2013, eles contrataram 14 brigadistas, agora em 2014, eles contrataram 21, esse ano eles contratam 18 para prestar serviço aqui para a APA. Seis meses, quando chega a época do fogo, eles são contratados pela SEMAD. (Ricardo, entrevista realizada em Milho Verde)

Ex-voluntários, hoje os brigadistas, monitores ou zeladores ambientais tem uma característica passada e presente de pluriatividade. Todavia, a combinação das atividades agrícolas com as não-agrícolas vem sendo modificada com as novas possibilidades econômicas do turismo e com alguma inserção nos órgãos de proteção ambiental, o que pode significar tanto expansão como redução da pluriatividade, como aponta Schneider (2009).

O crescimento das atividades não- agrícolas está relacionado às alterações no mercado de trabalho, expressando os novos modos de ocupação da força de trabalho. Na realidade, em várias regiões e países nota-se o crescimento das ocupações não-agrícolas das pessoas ou famílias com domicílio rural, neste ou naquele setor ou ramo. Mas este fenômeno não implica, inexoravelmente, em um aumento proporcional da pluriatividade. Afinal, os indivíduos que formam uma família podem optar entre combinar duas ou mais ocupações (assumindo a condição de pluriativos)

ou escolher pela troca de ocupação, deixando o trabalho agrícola e passando a ocupar-se exclusivamente em atividades não agrícolas, mesmo sem deixar de residir no meio rural (SCHNEIDER, 2009, p.3).

A partir de formulações teóricas do autor supracitado ressaltamos que em sua maioria nossos interlocutores se mantêm pluriativos. Antes de trabalharem no Instituto Estadual de Florestas eles praticavam as mais diversas atividades, tais como as de faxineira, lavrador de subsistência, lavrador-à-meia em grandes propriedades, pedreiro, coletor de sempre-viva, artesão, etc. Sujeitos de uma realidade socioambiental permeada por assimetrias de poder no que diz respeito ao uso material das condições naturais do Espinhaço, tanto no passado como no presente, os subalternos em Milho Verde nunca são um só, sendo capazes de desempenhar distintos papéis na hierarquia social e na dinâmica econômica local. A partir dos relatos que obtivemos juntos aos zeladores e monitores ambientais do lugar, podemos perceber que eles conjugam suas atividades no órgão Estatal com outras atividades. Estas muitas vezes derivam da resistência de saberes e práticas ambientais subalternas, hoje marginalizadas pelas normas de uso da ambiência da Várzea do Lajeado instituídas pelo Instituto Estadual de Florestas.

Eu fazia um pouquinho de cada coisa, porque a gente da roça não tem um trabalho específico, a gente faz de tudo, menos matar e roubar. A gente faz de tudo, eu mesmo eu trabalhava de auxiliar de pedreiro, fazia artesanato. (Ricardo, entrevista realizada em Milho Verde)

Eu trabalhei com várias coisas, eu sou lavrador. Você não pode mexer com uma coisa só. Eu mexia com roça, trabalho na Unidade, na hora vaga trabalho de artesanato, de pedreiro. Qualquer coisa que pintar eu faço. (Agenor, entrevista realizada em Milho Verde)

O funcionário do órgão estatal é aquele que associa suas atividades “públicas ambientais” com atividades agrícolas, artesanais e mercantis privadas. É brigadista, monitor, zelador, e também artesão que faz móveis, mesa, cadeira, prateleira, guarda-roupas, etc., e, do material recolhido na ambiência ecossistêmica da região, constrói objetos de decoração, e instrumentos que soam músicas durante as festas religiosas de Milho Verde. Ainda, o funcionário do Instituto Estadual de Florestas será sempre agricultor, extrativista, aquele que conhece das plantas cultivadas e coletadas na região.

Trabalho aqui, e tenho minha horta montada. O problema é só o horário, aqui também é bom, não é só por conta de dinheiro, eu gosto. Toda vida eu trabalhei nesse trem, plantava na Serra do Ouro, toda vida, aí eu vim trabalhar aqui e continuei fazendo quase o mesmo serviço, porque sou eu que mexo com viveiro aqui. (Manuel, entrevista realizada em Milho Verde)

Eu uso e não uso, porque apanhar mesmo eu não apanho não, mas eu trabalho com artesanato, *aí eu compro alguma sempre-viva para fazer o artesanato*, às vezes compro na mão das pessoas que faz o artesanato, aí eu compro e revendo. Então toda sementinha que eu vejo assim, eu cato, que ela serve para eu fazer o artesanato, faço colar, faço pulseira, faço luminária, abajur, só com semente natural do campo. Faço os buquês, faço arranjo, tem a cesta do capim, que o capim que dá a sempre-viva do pé liso e a pé de ouro serve para fazer cesto de capim, aquele capinzinho de mesa. A sempre-viva dá no pé dele, aí eu uso aquele capim. Eu sei fazer uns 50 tipos de artesanato, alguns dá para fazer na hora vaga, quando eu tô de folga. (Agenor, entrevista realizada em Milho Verde, grifo meu)

Deste modo, a subalternia milhoeverdense representada por esse grupo resiste criativamente à dinâmica de incidência de forças externas na Comunidade de Milho Verde nas últimas décadas. No que diz respeito às políticas ambientais esta resistência tem se dado de múltiplas formas. Uma delas é a resistência de seus saberes e práticas ambientais anteriores a chegada dos sujeitos mobilizadores dessas novas forças ao distrito, mesmo sendo esses

saberes e práticas, atualmente, marginalizados. O que fica patente na fala de Agenor, quando se refere às suas atividades relacionadas ao extrativismo de sempre-vivas e ao uso das flores na produção de artesanatos. Uma prática que resiste no tempo presente (Figura 23).



Figura 23- Artesanato produzido com sempre-vivas à venda na feira local, Milho Verde-MG. Fonte: foto da autora

Outro modo de resistência desses sujeitos está expresso em sua adesão aos projetos mobilizados por essa força (CASTELLS, 1999), tal como quando enquanto funcionários de um órgão responsável pela proteção da natureza local, em alguma medida eles passam a ter seus discursos ambientalizados no contato com as técnicas de manejo preconizados pela instituição ambientalista. Adiante tratamos de detalhar ambos os casos.

3.5 Saberes e práticas marginalizadas: a resistência e os usos costumeiros

Quando abordávamos nossos interlocutores acerca de sua relação com a ambiência socioecossistêmica de Milho Verde, torna-se perceptível que na memória dos funcionários do IEF persiste a lembrança de uma Várzea enquanto território de uso comum, onde “desde sempre” a Comunidade praticou suas coletas, especificamente em relação à sempre-viva. A atividade extrativa envolvia muitas das famílias do distrito e mesmo algumas dos distritos vizinhos, sendo que cada família por si realizava a coleta e posterior comércio das flores.

Praticamente Milho Verde inteiro coletava as plantas antigamente, porque eles vendiam a sempre-viva, os botões aí pegavam e vendiam para ajudar dentro de casa, para trazer alimento para dentro de casa. Hoje já não tem isso mais, *são poucos os que coletam*. (Armanda, entrevista realizada em Milho Verde, grifo meu)

O relato de Armanda é mais um indício da resistência da prática de coleta de sempre-vivas ainda no tempo presente, porém hoje a prática é vista como uma atividade pouco lucrativa, já que os buquês com as flores eram vendidos a baixo custo aos compradores da região, pequenos comerciantes que os revendiam a preços mais elevados a terceiros em Diamantina.

Era uma época muito boa, você não ganhava dinheiro não, você ficava catando aquela sempre-viva, às vezes você passava dois dias para catar 2kg de sempre-viva, você vendia por mixaria, o povo sofria demais. O povo saía daqui, saía de São Gonçalo para catar sempre-viva aqui, quando você ia vender o quilo era R\$ 0,50, era mixaria. *Só que era melhor, porque naquele tempo, todo mundo vivia com todo mundo, você tinha pouco, mas você vivia.* Você conversava com todo mundo, todo mundo te escutava, mas não existe isso mais não. (Manuel, entrevista realizada em Milho Verde)

Minha família naquela época coletava muito só sempre-viva, porque devido ao valor dela. Naquela época era R\$ 0,85 o quilo, mas demorava para dar 1 kg, porque ela é levinha. A gente sempre apanhava sempre-viva porque era a mais valiosa, as outras todas eram R\$ 0,40. O homem que comprava da minha mãe ele mora aqui em Três Barras, até hoje ele compra, ele vive disso, de comprar sempre-viva. Ele tinha o contato com o pessoal de fora, ele comprava a preço de banana e passava para os outros por outro preço muito superior. (Cassiano, entrevista realizada em Milho Verde)

Tenha sido, ou ainda talvez seja, a atividade de coleta de sempre-vivas pouco ou muito lucrativa aos sujeitos e família extrativistas, é inegável que durante décadas a atividade representou um complemento importante na renda da subalternia local. E para além de considerações acerca do ganho econômico, quando mencionada, a prática desperta a memória afetiva dos milhoeverdenses.

Sempre-viva tinha demais, tinha a época dela, ficava branquinha a Várzea, o povo colhia para vender, era a renda do pessoal. *Sempre, sempre eles estavam colhendo, o ano todo.* Se estava dando sempre-viva eles estavam colhendo, quando não era sempre-viva, era botão cabeça de negro, aí tem o tempo certo dele dar, aí ficava naquele processo. (Reinaldo, entrevista realizada em Milho Verde, grifo meu)

Devido às diversas espécies de sempre-vivas que nascem na região, a coleta de flores na Várzea ocorria durante a maior parte do ano. A intermitência da prática e os relatos que aqui trazemos nos fazem acreditar que esta afetividade esteja relacionada às lembranças de uma sociabilidade mais densa, constituída na interação frequente com a ambiência socioecossistêmica da Várzea. A extração de sempre-vivas representava para essas pessoas um momento de interação entre distintas famílias, e distintas comunidades do entorno da Várzea, sociabilidade que vem se perdendo com a proibição de suas práticas.

Mesmo vista como prática mais presente no passado, a coleta das flores resiste entre alguns moradores locais que se opõe a sua proibição dentro do Monumento Natural, ambiente com o qual eles tem uma longa relação material e simbólica. Nesse sentido, permanecem exercendo seu direito, visto como legítimo por suas leis costumeiras, entretanto de forma velada, em horários alternativos às rondas dos zeladores do Instituto Estadual de Florestas, ou seja, a atividade se tornou marginalizada. Outra estratégia de resistência tem sido a extração das flores em locais mais distantes, fora dos limites da Várzea, unidade de proteção integral, e dentro da APAE das Águas Vertentes (Figura 24), que enquanto área de uso sustentável é passiva de determinados graus de intervenção humana. Deste modo os saberes produzidos e produtores do extrativismo vegetal vêm sendo ainda praticados na resistência desses moradores, e permanecem sempre-vivos no imaginário coletivo e nas práticas locais.

Os nomes populares das flores coletadas são múltiplos: caboclo, estrela do campo, rasteirinha, cabeça de negro, pé de ouro, de janeiro, pircinha, jazida e a sempre-viva. Em nossas entrevistas, narrativas recorrentes apontam as duas últimas, as mais pesadas, como as espécies que foram mais coletadas.

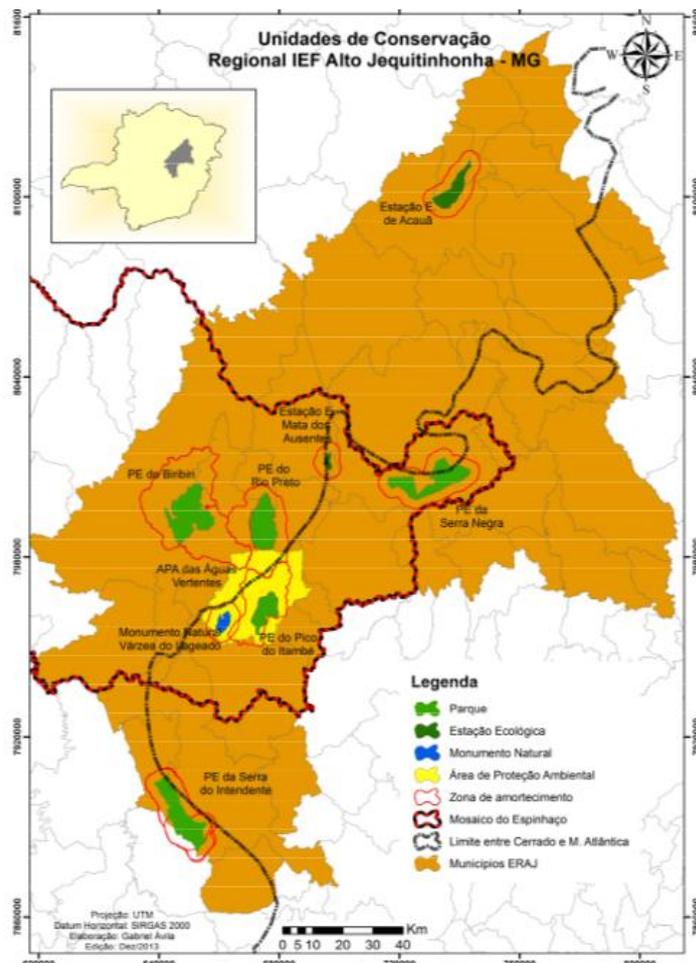


Figura 24- Unidades de Conservação Regional IEF Alto Jequitinhonha-MG. Destaque para a localização da Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes (em amarelo), e do Monumento Natural da Várzea do Lajeado (em azul) circunscrito dentro dos limites da APA. Fonte: Acervo IEF

Conquanto, a relação material e afetiva dos coletores se estabeleceu com as distintas espécies. Entre os monitores e zeladores ambientais por nós entrevistados persistem as lembranças de que todas as espécies coletadas eram vendidas, e dos tempos em que as flores coloriam a Várzea com seus distintos tons, cada uma em sua época certa de florescer. Em partes distintas do ano os campos tinham cores distintas que variavam entre o amarelo, branco e o dourado, cores que coloriam a paisagem e os pés dos cavaleiros que por ali passavam descalços, fazendo o caminho entre Milho Verde e Capivari

Antigamente tinha bastante sempre-viva na Várzea e o pessoal quando passava de cavalo, eles não usavam chinelo, nem nada e quando eles passavam no meio, os pés deles ficavam cheios de sempre-viva. (Ricardo, entrevista realizada em Milho Verde)

Milho Verde, você chegava na Várzea ali, tinha um botão que vendi muito aqui que se chamava botão cabeça de negro, chegava na época de setembro, ele ficava amarelinho, ele dava uma florzinha, um botãozinho amarelinho de flor, você passava e via de longe, amarelinho. (Reinaldo, entrevista realizada em Milho Verde)

Essas memórias nos revelam que a prática de extração das flores foi produtora e

produto de múltiplos saberes, aqueles relativos aos ciclos, ou seja, ao tempo e o local certo em que cada planta florescia, bem como aquele relativo a diversidade ou a capacidade de se nomear e distinguir cada uma das distintas “espécies”, ainda o saber valorativo-mercantil atribuiu valores monetários ou estéticos distintos a cada uma delas.

Pé de ouro, pirracinha e a pé liso. A pé de ouro tem 1cm no pé dela que quando você puxa ela da raiz, ela tem amarelo no pé dela, aí nós chamávamos de pé de ouro. A pé liso é que quando você puxa, ela é toda branca e a pirracinha é uma sempre-viva muito baixa, a mais naniquinha do campo é ela, chamam ela de pirracinha, porque ela não crescia muito. É a sempre-viva mais maneira que tem, para vender tem que achar bastante dela, era a que dava mais, a pirracinha, mas para a gente ganhar, tinha que arrancar muita dela para dar 1 kg. Era bem sofrido! A que dava mais dinheiro para nós sempre foi a pé de ouro, mas ela dá mais em grotas de cerrado, em lugar mais fresco. A pé de ouro sempre dá numa grotas de serra úmida, a gente sempre ia caçar no pé de cerrado, porque ela gosta de lugar mais fresco, agora essa pé liso dá no meio do campo, igual no Lajeado aí. A pé de ouro já tem mais na Serra do Ouro e ela é que vale mais. (Ramiro, entrevista realizada em Milho Verde)

Da prática com as flores emergiram saberes relativos ao manejo das plantas. São esses homens e mulheres sabedores de que a melhor hora para a coleta é o período da manhã, com o tempo mais fresco, onde as flores ainda molhadas de orvalho se desprendem com maior facilidade do pé, pois no tempo quente em geral é mais dificultoso o trabalho e, ao se manusear a flor, arranca-se toda a planta do solo. Alguns dos hoje “ex”-coletores reconhecem já ter manejado a espécie de maneira inadequada, pois muitas das vezes para se coletar a flor se matava a planta inteira, já que o pé seria arrancado com a raiz. Dado o processo de marginalização da coleta, regra geral, ninguém, mesmo os que a continuam praticando, reconhece que ainda o faz. No entanto, a realidade demonstra que as flores continuam sendo comercializadas e sua origem não é atribuída à coleta na Várzea.

Outra técnica de manejo era a queimada, usada para renovar os campos de sempre-viva, técnica da qual hoje os funcionários do IEF duvidam que fosse efetiva, já que reconhecem que a Várzea não floresce mais como antigamente, o que pode ser resultado da degradação causada pelas mesmas. Todavia, enquanto coletores e ex-coletores alguns deles afirmam que a diminuição na população das espécies se explica pela criação do Monumento, pois a vegetação na Várzea crescendo em tamanho e quantidade impede a reprodução das flores que, em sua grande maioria, são flores de campo.

Como discutimos anteriormente, o fogo nas savanas favorece o crescimento de espécies vegetais campestres em detrimento das arbóreas, se relacionamos estas informações ao fato de que com a presença do Instituto Estadual de Florestas as queimadas na Várzea do Lajeado têm diminuído em anos recentes, podemos conjecturar que o aumento de espécies arbustivas está relacionado à diminuição no crescimento das sempre-vivas. Especificamente com relação à área está hipótese ainda não foi comprovada cientificamente, entretanto, estudos realizados em outras regiões de Minas Gerais conectam o manejo do fogo a diminuição de espécies arbustivas ou arbóreas, e o aumento na penetração de luz no solo com um incremento na germinação das sempre-vivas.

A luz é um fator essencial para o desenvolvimento das culturas e muitas vezes a cobertura vegetal interfere na sua penetração provocando a inibição da germinação e o crescimento de plântulas. (...) As sementes de sempre-vivas são muito pequenas e fotoblásticas positivas. Outra característica que está relacionada à exigência de luz é o fato de que após a emergência do eixo embrionário, algumas espécies de Eriocaulaceae desenvolvem primeiramente as folhas e posteriormente as raízes. É possível que o sombreamento promovido por outras espécies que ocorrem associadas às sempre-vivas *S.elegans* e *S. elegantulus* podem estar interferindo no

seu desenvolvimento agindo como um diminuidor de luz necessária para a germinação das sementes e/ou desenvolvimento vegetativo e/ou desenvolvimento reprodutivo (produção de escapos) (OLIVEIRA; GARCIA, 2005; SCATENA et al., 1999; DIAS, 2006 *apud* NUNES, 2008)

Aos nos inteirarmos da relação que alguns grupos subalternos de Milho Verde estabeleceram com as sempre-vivas, o que lhes confere saberes próprios da ecologia da planta, percebemos que ao transitarem pelos caminhos da Várzea do Lajeado, das Serras do Ouro e dos Santos nesses mais de trezentos anos, muitas outras espécies vegetais passaram a se destacar no cotidiano dessas pessoas. As orquídeas, por exemplo, também foram coletadas para venda ou ornamentação das próprias casas dos coletores. Para além, a região está repleta de outras plantas que são alimento e medicamento.

Os cerrados são um habitat repleto de árvores frutíferas muito bem conhecidas pelos nativos de Milho Verde: aracá, mangaba, cajú do campo, panã, pequi, jaboticaba do mato, gabiroba, coco do mato, etc., de cada uma delas eles conhecem onde, como e quando o pé frutifica. Saberes resistentes passados adiante na experiência do contato com o lugar, no convívio com o ecossistema e os familiares. Saber resistente reconstruído no presente e inundado de passado, que traz o modo de vida do índio, do garimpeiro, do negro fugido ou livre que se embrenhava no mato e dele retirava seu sustento. Saber que se transformou, se manteve e ainda resiste, através do qual até mesmo as espécies que não dão frutos são aproveitadas. Brotos, samambaias, e inclusive os cactus, tudo é alimento saboroso, e mesmo dos espinhos se faz arte. De modo que um cactus pode se transformar em doce nas mãos das sabias cozinheiras do lugar.

Eu lembro de nós indo apanhar sempre-viva, nós não levávamos água, não levava quase comida e alimento porque a gente achava coco, capim, tem uns que dão um brotinho, desse tamanho assim, tacava o dente e mastigava, aí a gente pegava sempre-viva e voltava, vinha, chegava em casa de 17h, 18h da tarde, isso saía de manhã cedo. Quiabo da lapa, quiabo da serra. Tem uma coroa de nossa senhora, que ela fazia um doce também, essa coroa de nossa senhora tem um espinheiro, como uma coroa mesmo e dava para fazer um doce dele, fica a mesma coisa do doce da cidra, um doce bem gostoso mesmo. Ele dá na terra, ele é redondo e os espinhos, o formato dos espinhos parece uma coroa, por isso chamam coroa de nossa senhora. Antigamente até a comida da gente era diferente, era gondon, que é um matinho meio roxo, gostoso demais, a samambaia, coquinho do mato que a gente quebrava muito, ia para a serra catar eles. Nós saímos para o campo para catar esse tipo de fruta, gabiroba, o café São José, que é um café vermelho, dá ali no campo. Antigamente toda fruta que era doce no campo nós comíamos ela. (Ramiro, entrevista realizada em Milho Verde)

Relatos diversos de nossos interlocutores e conversas informais indicam que, além de alimento, a vegetação da região foi e ainda é apropriada costumeiramente como geradora de energia. A canela de ema, espécie vegetal encontrada na Várzea, é um recurso barato que provém o fogo para o fogão a lenha por longos períodos devido à concentração de óleo em suas folhas espessas, adaptadas para a sobrevivência no cerrado.

Ainda, dos campos e matas se retirava e ainda se retira não somente aquilo que se pode comer, mas também as folhas, frutos, raízes e sementes que curam os males do corpo: carobinha, velame, santo óleo ou santoro, quina, barbatimão, etc., com eles se cura “de um a tudo”, de problemas no sangue à infecção, de gripe a câncer, de problemas ginecológicos aos problemas psicológicos. E, não se pode também esquecer a paina, usada para confeccionar árvores de natal e para fazer o “suador” das cangalhas. A paineira que dá um fruto repleto de material semelhante ao algodão pode ser usada para se confeccionar o forro das cangalhas usadas para a montaria.

Ao falarmos da confecção de um objeto utilizado na montaria, nossos interlocutores se recordam dos tropeiros que um dia por ali passavam se arranchando no rancho dos tropeiros para então seguir viagem, ou mesmo daqueles tropeiros que eram do lugar e frequentemente faziam o caminho de Milho Verde para Diamantina, levando e trazendo os produtos necessários à sobrevivência da população local. Dessa época resiste o gosto pela criação de cavalos e burros, os cavalos utilizados apenas para montaria, ou seja, transporte de pessoas, já o burro utilizado para o transporte de cargas. Pois, “o cavalo é mais fácil de amansar, para montagem é melhor. O burro já é mais forte do que o cavalo, na questão de peso. O cavalo é só para montar.” (Cassiano, entrevista realizada em Milho Verde).

Para além das práticas do extrativismo vegetal outro saber ambiental que resiste na memória de nossos interlocutores e vem sendo marginalizado com a criação do Monumento Natural é aquele relativo à prática do garimpo.

A mata está cobrindo tudo já, mas se você for lá toda hora que você passa você vê. Até hoje ainda dá ouro lá, porque o garimpo lá era a braço, não era com máquina, essas coisas. Então até hoje tem o ouro lá, você ainda acha, mas como virou Monumento ninguém mexe. Mas acredito que se não fosse Monumento ainda continuariam mexendo. Meu tio mesmo mexia lá e parou depois que fez o Monumento. Tem mais ou menos uns 8 anos que ele parou com o garimpo, mas ele mexeu muito, a vida toda. (Cassiano, entrevista realizada em Milho Verde, grifo meu)

Muitos dos hoje brigadistas, monitores, zeladores ambientais e ou brigadistas do IEF são filhos/filhas, sobrinhos/sobrinhas e netos e netas de garimpeiros que guardam consigo lembranças do tempo em que garimpavam na Serra do Ouro. Alguns afirmam terem visto uma quantidade de ouro razoável sendo retirada do local, de modo que muito ouro era encontrado no meio do material já descartado pelos garimpeiros. Outros já ponderam que o que se retirava de ouro e diamantes era somente o suficiente para contribuir com a compra de alguns produtos básicos da alimentação, pois o material assim como as sempre-vivas era repassado a compradores que o revendia.

Se foi muito ou pouco, se retiravam apenas ouro ou ouro e diamante não é questão, para nós, a ser apurada. O que aqui nos interessa é o fato que a lida com a atividade foi o meio como muitos dos subalternos locais resistiram e sobreviveram em Milho Verde. Essas atividades demonstram que essas pessoas desenvolveram saberes e práticas com os quais aprenderam a respeitar o ritmo da natureza, nesse caso, aqueles relativos às características das estações.

Para garimpar, no período das chuvas eles se utilizavam da técnica do quebrado, já na época seca abriam a cata. O quebrado consistia em represar a água que trazia consigo o material sólido no meio das quais se misturavam os diamantes e ouro, para aos poucos ir soltando a mesma na medida em que esse material sólido iria se decantando. O material decantado era trabalhado com a bateia para retirar o ouro ou a peneira para procurar os diamantes. “Porque o diamante já é pedra, né?! Aí é a peneira que apara a pedra, o ouro já é tipo uma areia, então é só bater que você consegue pegar ele. Como ele é pesado, desce para o fundo, o barro é mais leve, o ouro desce para o fundo e você pega o ouro purinho.” (Cassiano, entrevista realizada em Milho Verde). Na época da seca, eles abriam a cata, um buraco de cerca de 3,5 metros a 4 metros, do qual ia-se retirando o cascalho em busca das pedras preciosas ou do ouro.

Lá é uma terra de massapê vermelha lá é o local que eles furavam uma cata, um buraco igual essa sala aqui, aí eles picavam, quando chegava numa certa altura

encontrava um cascalhinho meio amarelado com as pedras, aí nesse cascalhinho é que tinha o ouro. Eu nunca ouvi falar que deu diamante lá, o ouro tem. Isso ajudou as pessoas por bastante tempo. Meu pai trabalhou lá muito tempo. Tinha vez que subia 60, 70 homens, de 5h da manhã pela Várzea afora para trabalhar, cada um furava uma cata aqui, outra acolá e você pode ir lá ver hoje que lá tem bastante vestígio do garimpo. (Agenor, entrevista realizada em Milho Verde)

Mesmo reconhecendo a atividade como geradora de renda que persistiu em suas atividades cotidianas até recentemente, quando foi criado o Monumento Natural, esses homens e mulheres reconhecem a ambiguidade da prática ao fazerem uma relação entre os elementos materiais e imateriais de sua ambiência socioecossistêmica. Para eles o garimpo é uma atividade ilusória, que te dá a falsa sensação da riqueza. Quando em um dia tem-se a sorte de se encontrar algo, passa-se dias a fio sem encontrar qualquer coisa, Eles ainda ponderam que tudo que a natureza te dá com o garimpo ela lhe tira de volta. Para justificar essa tirania, elementos de seus saberes passados misturam-se ao saber ambientalizado do presente em um emaranhado de conexões que os levam a acreditar que o dinheiro do garimpo seria amaldiçoado por Deus, ou um bem passageiro que não permanece nas mãos daqueles que maltrataram a natureza.

Destruí a natureza, aí acho que Deus tira de você, sabendo que você não pode. Da minha família, ninguém, eu também saí do garimpo, nunca tive diamantada para ficar bem, mas também já tive diamante de me deixar perdido. Gastar ou não gastar, eu nunca tive dinheiro. (Ramiro, entrevista realizada em Milho Verde)

Relatos como os de Ramiro revelam-nos uma característica marcante dos saberes e práticas ambientais subalternas em Milho Verde, a inseparabilidade entre o mítico e o natural, ou entre o material e o simbólico. A mesma Várzea do Lajeado provedora do alimento, do remédio, do material para o artesanato, do pasto para o gado ou o cavalo é uma Várzea povoada por símbolos do imaterial. Na Várzea, com suas bolas de fogo que cortam a noite, a Mãe do Ouro sinaliza aos passantes os locais onde ainda se encontra o mineral.

O que eu sei por alto que eu vejo e já aconteceu comigo é sobre um fogo. Eu casei no Capivari, eu namorava lá e vinha de cavalo à noite, só que eu peguei, aí veio uma linha de fogo, o povo fala que é visão, aí tem uma casinha lá no alto da Várzea, deu um fogo lá e eu estava no meio da Várzea de cavalo. Eu pensei comigo: fogo essa hora? Aí quando eu andei eu vi que o fogo estava descendo muito rápido para o meu lado e o povo fala que quando tem uma visão, o animal não desenvolve, eu batia nele e ele não andava rápido. Só que essa linha de fogo, depois que eu passei, não sei se é além da linha, que o povo fala que é a linha imaginária do ouro e apagou. No outro dia quando eu fui olhar não tinha nada, aí foi uma visão. Eu acredito porque a linha de ouro é na mesma reta, ali na Várzea. É igual diamante, quando tem diamante em algum lugar, você vê mulher de roupa branca, você está passando perto de um poço de água, você vê barulho de alguma coisa, você vê barulho de peneira e quando você olha não tem nada. (Agenor, entrevista realizada em Milho Verde)

Outro local do Monumento Natural que expressa claramente essa ligação entre o terreno e o divino na visão de mundo da subalternia milhoeverdense é a Serra dos Santos (Figura 25). No local, coberto por grandes pranchas compostas do típico material rochoso da Cadeia do Espinhaço, algumas estruturas de pedra estão agrupadas em fila, a cada uma dessas pedras é atribuído o formato de um santo, de Nossa Senhora a Buda.

Você chega próximo da Serra você vai ver aquele tanto de pico da serra, monte de picos das pedras lá para cima, só que se você reparar direitinho sempre tem uma ou outra com formato de santos, imagem de santos. Tem uma lá que tem o formato de Nossa Senhora carregando o menino Jesus nos braços, se você reparar, você tem que usar a imaginação, mas dá o parecer que é uma imagem de santo. (Armanda,

entrevista realizada em Milho Verde)

Tem São Cosme e São Damião que é aquele que tem um menininho, é bom você mesmo olhar, porque é bonito demais. Acho que lá tem uns 6 santos, tem o santo Buda, é bonito demais, a natureza é muito bonita. (Ricardo, entrevista realizada em Milho Verde)

Tais relatos nos evidenciam como as formas de apropriação técnica, social, e cultural das condições naturais, ou os seus saberes e práticas sobre a flora, fauna, ecologia são perpassadas por sua apropriação mitológica e mágica, ou seja, por saberes e práticas que transcendem o material. Diante deste conjunto de saberes e práticas ambientais que viemos descrevendo nas últimas páginas, aquilo que consideramos a real riqueza de Milho Verde, cabe ressaltar que estes não são algo que se acessa ao primeiro “dedo de prosa” que se tem com essas pessoas, mas diamante que se tem que peneirar muito para poder ver brilhar reluzente.

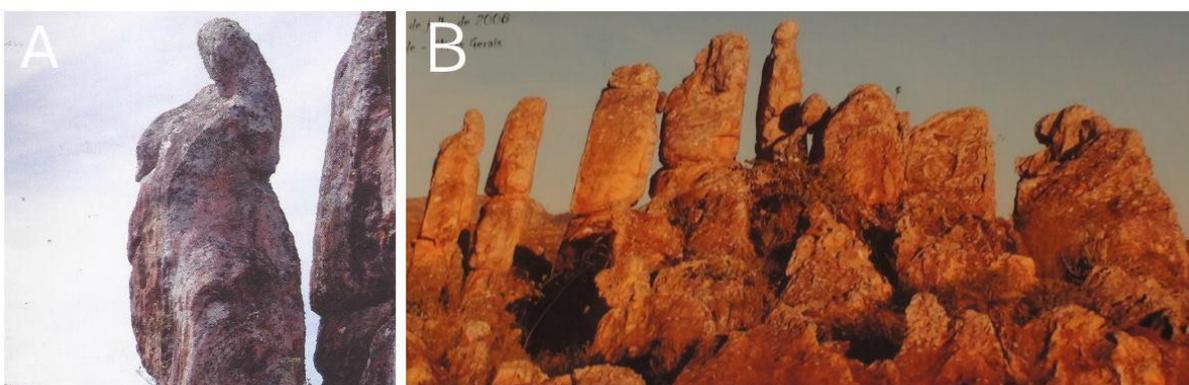


Figura 25- Serra dos Santos em Milho Verde-MG. Destaque para a imagem de Nossa Senhora em A. E para o conjunto de blocos rochosos em B. Fonte: Acervo do Instituto Milho Verde

Esta dificuldade de acesso se explica por grande parte da Comunidade não se considerar portadora de saberes relevantes, já que os sábios dali são os mais velhos. Esse aspecto nos revela a resistência local de lógicas e valores muitas vezes distintos daqueles que primam pela valorização do saber teórico, institucional ou acadêmico sobre os demais.

Em Milho Verde, conhecer ainda é saber contar histórias dos tempos passados e do presente, conhecer é experiência, vivência. Sabedoria é conhecer as cantigas, rezas, danças e histórias das pessoas, santos, anjos e demais seres sobrenaturais da região. É também conhecer os mistérios da culinária local, o ponto da rapadura, o modo de preparo dos doces, das quitandas, do fubá suado, do mingau de milho, do feijão tropeiro. E, ainda, saber lidar com a terra e com o que dela provém, ou seja, o plantar, colher, curar e criar que independe da presença ou ausência do Estado.

Isso para mim é que é sabedoria e só são os antigos que tem isso (...) esse povo que fica lá suado com a lenha, plantando, cuidando das galinhas. Eu acho que sabedoria daqui é isso aí, esse jeito de viver da natureza independente de outras pessoas ou de governo. (Emílio, entrevista realizada em Milho Verde)

Outro elemento que dificultou nosso acesso aos saberes e práticas ambientais do grupo subalterno que entrevistamos é, como bem já discutimos, a marginalização de suas práticas e saberes com a criação do Monumento Estadual. O que leva os mesmos a serem por muitas vezes descritos como elementos de um passado distante, mesmo que se reconheça que em alguma medida eles tenham resistido até anos recentes, ou estejam ainda resistindo no presente. Um terceiro fator de invisibilização desses saberes e práticas está, hoje, associado ao processo de ambientalização dos discursos em Milho Verde. Procurando dar destaque a esse

processo e a seus possíveis desdobramentos, partimos ao ultimo tópico de nosso texto dissertativo.

3.6 A ambientalização do discurso subalterno como resistência criativa

Durante nossas incursões a campo, esteve claro como a incidência das políticas ambientais na dinâmica interna da Comunidade de Milho Verde está diretamente associada à apropriação do discurso da preservação ambiental por múltiplas coletividades, sejam estas exteriores aos seus domínios territoriais, ou coletividades que compõem sua identidade restrita. Esse processo que aqui denominamos “ambientalização”

pode designar tanto o *processo de adoção de um discurso ambiental* genérico por parte dos diferentes grupos sociais, como a *incorporação concreta de justificativas ambientais* para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas etc. Sua pertinência teórica ganha, porém, força particular na possibilidade de caracterizar processos de ambientalização específicos a determinados lugares, contextos e momentos históricos. É por meio *desses processos que novos fenômenos vão sendo construídos* e expostos à esfera pública, assim como velhos fenômenos são renomeados como “ambientais”, e um esforço de unificação engloba-os sob a chancela da “proteção ao meio ambiente”. *Disputas de legitimidade* instauram-se, concomitantemente, na busca de caracterizar as diferentes práticas como ambientalmente benignas ou danosas. Nessas disputas em que diferentes atores sociais ambientalizam seus discursos, *ações coletivas* são esboçadas na constituição de conflitos sociais incidentes sobre esses novos objetos, *seja questionando os padrões técnicos de apropriação do território e seus recursos, seja contestando a distribuição de poder sobre eles* (ACSELRAD, 2010, p. 103, grifo meu).

Especificamente em relação às Unidades de Conservação, a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais e políticas de criação de área naturais protegidas no Brasil teve início no século XX, em 1937, com a criação do Parque Nacional do Itatiaia. Moreira (2007) destaca que nos primeiros parques criados no país prevaleceu a importância de aspectos estéticos e simbólicos, tais como a peculiaridade dos locais como representação da riqueza da nação. Por não permitirem a presença de moradores, esses espaços entraram em conflito com a realidade de um país onde distintos povos desenvolveram e vem desenvolvendo sua própria lógica de conhecimento e manejo do mundo natural (DIEGUES, 2001).

A partir da década de 1960, com o avanço das fronteiras agrícolas, estas áreas foram ampliadas (DIEGUES, 2001). Entretanto, por influência dos debates ambientalistas seu valor se desloca para a preservação/conservação dos recursos naturais (MOREIRA, 2007). O que pode ser expresso pelo Código Florestal de 1965 que definiu como Parques Nacionais as áreas criadas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos (QUINTÃO, 1983).

Nas décadas de 1980 e 1990 o processo de globalização traz como pauta a dinâmica de revalorização das localidades. Nessas décadas assumem importância a discussão sobre sustentabilidade e a gestão participativa de reservas (MOREIRA, 2007). Nas Unidades de Conservação nacionais atividades econômicas foram introduzidas e/ou ampliadas, tais como a atração de populações urbanas pela consolidação do ecoturismo. É com a sua ocupação para fins residenciais e/ou recreacionais que as comunidades locais são reinseridas ou expulsas de seus limites (MOREIRA, 2007).

De acordo com Ghimire (1993 *apud* DIEGUES, 2001) esta preocupação recente com as unidades de conservação pode ser explicada por alguns fatores combinados: a devastação das florestas e perda de biodiversidade, a possibilidade de geração de renda com os parques, e a disponibilidade de fundos internacionais para a conservação. Sendo que, por meio da criação dessas áreas, o Estado desempenha seu papel de viabilização do desenvolvimento sustentável, adequando a produtividade capitalista às exigências ambientais globais de proteção dos biomas (MONTEIRO, 2011).

Em um contexto no qual a temática ambiental adquire relevância no cenário global, o Estado nacional torna-se responsável por garantir a efetivação da política ambiental em “prol de todos”, devendo assegurar a preservação da natureza mitificada, bem como o “uso racional de seus recursos”, por meio da definição de normas de uso e controle, atual ou futuro, às quais os sujeitos devem se submeter. (...) Por esse processo, a ação do Estado sobre os territórios, mediada pelas ideologias e pela força, recebe o apoio e mesmo provocações e pressões de inúmeras instituições nacionais e internacionais (governamentais e não-governamentais, como a ONU e a IUCN), que declaram a importância da preservação dos recursos naturais e, por consequência, de normas a serem expressas em leis ambientais (MONTEIRO, 2011, p.73).

Como discutimos anteriormente, na região do Espinhaço a criação de Unidades de Conservação foi fortalecida, sobretudo após 2005, com a criação da Reserva da Biosfera do Espinhaço pela UNESCO, o que se desdobra na elaboração do projeto do Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral. Esse contexto amplo internacional, nacional e regional possibilitou anos mais tarde condições para as articulações da criação do Monumento Natural em Milho Verde, como procuramos demonstrar.

Afora esse contexto transcendente aos seus domínios, postulamos que internamente à Comunidade de Milho Verde, a partir da consolidação do turismo, através da interação entre distintas subjetividades, teve início um movimento de adoção do discurso ambiental. Inicialmente genérico e difuso esse discurso começou a ser mobilizado por iniciativas individuais devido ao descontentamento de determinados moradores locais com o modo como a Várzea do Lajeado começava a ser apropriada pela especulação imobiliária.

A gente enfrentava um problema muito sério aqui que era a invasão. Existia uma lei que protegia margem direita da estrada, aquela rua ali que chama Rua Sempre-Viva, e as primeiras casas já estavam surgindo. E nós mandamos uma correspondência para a prefeitura, se não me engano em 2000 ou 20001 pedindo providências, porque o povo estava cercado a área ali em uma velocidade vertiginosa e construindo casas. Aí a gente mandou uma carta para a prefeitura pedindo providência, apelando para essa lei que existia, uma lei municipal. E sempre apelando para essa lei que ao final o prefeito Guilherme falou que essa lei não tinha validade. E sempre naquele *enroleichion*, e a Várzea sendo ocupada e a gente assim com o coração doendo, vendo aquela beleza toda correndo o risco de acabar. (Otacília, entrevista realizada em Milho Verde)

Estas iniciativas individuais de denúncia acerca da apropriação privada da Várzea se iniciaram após os anos 2000 e perduraram pela década seguinte em diversas queixas anônimas sobre casos de degradação ambiental na região, como fica evidente pelos registros de inquéritos instaurados no Ministério Público de Minas Gerais nesse período, os quais tratam da invasão da Várzea do Lajeado de Milho Verde.

Concomitante a estas mobilizações individuais, o Instituto Milho Verde foi, enquanto organização da sociedade civil, um dos elos dessa rede que pautou pela preservação da área. Isso fica patente quando percebemos o modo como esse tema permeou seus projetos e ganhou vida própria com os Encontros Ambientais. Como demonstramos, o peso político do Instituto

foi determinante para a criação do Monumento Natural Estadual da Várzea do Lajeado. A ONG consolidou alianças – com instituições externas à comunidade e com uma base subalterna local simpática às suas ações e ao discurso preservacionista –, que culminaram na criação da área. A partir de então, através da presença do Instituto Estadual de Florestas em convergência com a atividade turística, instauram-se localmente novos modos de apropriação técnica, social e cultural da ambiência socioecossistêmica milhoeverdense, com disputas de legitimidade em consonância a uma caracterização das diferentes práticas subalternas, vistas como ambientalmente benignas ou danosas, por nós demonstrado em nossa discussão acerca dos usos costumeiros na Várzea.

Por meio desses processos novos fenômenos vão sendo construídos e expostos à esfera pública, assim como velhos fenômenos são renomeados como “ambientais”. A raiz dos processos de lutas materiais e simbólicas pela apropriação das condições naturais da Várzea do Lajeado, hoje consideradas lutas ambientais, tem uma história mais larga. No caso de Milho Verde essa história tem origem na Minas Colonial, nos modos sociais de apropriação das condições naturais naquele tempo, nas estruturas sociais e manutenção de configurações de acesso desigual ao território, na valorização e desvalorização de saberes e práticas que se perpetuaram ao longo dos séculos. Ao lidar com a questão ambiental em Milho Verde é imprescindível estar-se atento às marcas que uma história de exploração deixou na estrutura social e no imaginário dessa Comunidade.

Quando temos acesso às descrições de naturalistas que estiveram no território Diamantino durante o período colonial, – apresentadas em nosso capítulo primeiro – fica a curiosidade de saber como seriam aquelas paragens descritas por um faiscador, um negro cativo, uma escrava forra, uma índia da tribo dos botocudos, um pequeno comerciante local, um tropeiro. Como essas pessoas expressariam o seu lugar, quais saberes e práticas eles cultivavam? É escasso o material referente a tais informações, isto porque o material documental relativo a essa época não foi escrito por esses povos, grupos preferencialmente marginalizados no que diz respeito à posse das condições naturais, e aos modos técnicos, sociais e culturais de apropriação dessas mesmas condições ao longo do tempo. Todavia, a despeito dessa exclusão, mesmo marginalizados, os setores subalternos, seus saberes e práticas vieram resistindo ao longo do tempo, seja se integrando aos projetos dos grupos dominantes e promovendo alianças, seja se opondo a eles.

É nesse sentido que apontamos a ambientalização do discurso subalterno como mais uma das nuances da resistência criativa de partes desse setor na Milho Verde contemporânea. Como demonstraremos, para além da resistência, este discurso ambientalizado nos revela contradições intrínsecas às propostas de preservação ambiental do Estado, bem como, ao se construir nos dois lados da questão, o discurso ambiental acadêmico e os saberes locais, aponta múltiplas possibilidades de construção de alternativas no vir a ser das dinâmicas locais.

Quando em anos recentes distintas coletividades ambientalizam seus discursos em Milho Verde, seja questionando os padrões técnicos de apropriação do território e seus recursos, seja contestando a distribuição de poder sobre eles, o discurso subalterno também é ambientalizado. Com vistas a analisar este processo damos destaque mais uma vez a figura dos funcionários do Instituto Estadual de Florestas. Tais brigadistas, monitores e zeladores ambientais são sujeitos que expressam claramente em seus discursos esse encontro entre saber empírico local e saber ecológico que chega com o “Outro”, os “de fora”, sejam eles turistas, novos moradores, o Instituto Milho Verde, o Instituto Estadual de Florestas, etc.

Demonstrando claramente a adoção de um discurso ambientalizado, quando

questionados acerca do significado de natureza e meio ambiente, monitores e zeladores ambientais do IEF são incisivos nas respostas: natureza é lugar preservado, algo que é útil a todos e por todos deve ser cuidado, natureza é vida. Já o meio ambiente deveria ser sinônimo de convivência harmoniosa entre ser humano e natureza. Ainda, é comum que meio ambiente seja diretamente associado ao Instituto Estadual de Florestas, sendo assim, “o meio ambiente” se torna substantivo utilizado para denominar o órgão estatal.

Meio ambiente é o meio de segurar a natureza, é um órgão que não está só para quem trabalha no meio ambiente, é para todos os envolvidos, cuidar da natureza. E a natureza para mim é vida. (Ramiro, entrevista realizada em Milho Verde)

Assim, diante da amálgama que vai se formando entre os novos saberes que chegam “de fora” e os saberes locais, é interessante notar que mesmo que grande parte desses funcionários nativos fossem conhecedores de sua ambiência socioecossistêmica, no contato com turistas, novos moradores, os projetos do Instituto Milho Verde e a prática de trabalho do Instituto Estadual de Florestas, tais moradores passam a olhar a Várzea do Lajeado de um modo distinto. Seja porque passam a conhecer lugares de seu próprio território que não conheciam, seja por incorporarem ao seu discurso a bandeira da necessidade de sua preservação.

Que tinha essa cachoeira, eu não sabia que tinha ela não. depois que comecei a trabalhar foi que eu descobri que tinha ela aí. No dia que descobri, nadei, foi a maior felicidade. Eu não sabia. (Cassiano, entrevista realizada em Milho Verde)

Eu acho que foi bom, mesmo se eu não tivesse trabalhando aqui, foi bom. A Várzea hoje, se não fosse criado um Monumento assim, primeiramente não ia ter a Várzea, porque ia ser toda loteada, ia ser invadida, todo mundo ia querer pegar um pedaço, aí ia poluir a cachoeira do Lajeado, já ia perder muito, porque a cachoeira do Lajeado hoje é conhecida no Brasil e até fora do Brasil. Na verdade Milho Verde toda é conhecida, então ia perder tudo. (Reinaldo, entrevista realizada em Milho Verde)

Este processo de incorporação do saber ecológico, que conseguimos demonstrar nos discursos dos funcionários do IEF e a partir de nossa vivência em campo, nos leva a afirmar ser este o modo através do qual parte da subalternia criativa local vem adquirindo ferramentas para lidar com algumas de suas problemáticas socioambientais.

Em um panorama onde percebem a cada ano a diminuição no volume de chuvas e de água nos cursos d'água e o aumento do período de seca, o replantio de mata nativa em nascentes e em áreas de recarga – atividade realizada pelo IEF – começa a ser reconhecido como uma necessidade. Essa mesma capacidade de observação das dinâmicas socioecossistêmicas locais leva alguns desses moradores a afirmar que do reflorestamento e da contenção da formação de depressões no solo da Várzea advém a diminuição no assoreamento do Córrego do Lajeado, com aumento do volume de águas no período chuvoso do ano. Para além do ciclo das águas, da recuperação do solo e da vegetação, o reaparecimento de animais nativos nas redondezas também é um fator que contribui às visões positivadas da preservação ambiental.

Semana passada, os meninos viram uma jaguatirica, uma dessas onças pequenininhas pintadas, a gente não via aqui. Está começando a aparecer agora, tem veado que não tinha, mas está começando a aparecer, eu mesmo vi um filhote. Lobo guará a gente está começando a ver. Sempre está aparecendo bastante animais, tem muitos animais que agora estão voltando. (Reinaldo, entrevista realizada em Milho Verde)

Ao perceberem transformações nas dinâmicas ecológicas locais após a criação do Monumento Natural, parte da subalternia milhoeverdende passa a considerar o cercamento da Várzea como uma necessidade. Visto que as proibições impostas pelo Instituto Estadual de

Florestas vem dirimindo algumas problemáticas tais como as relativas ao trânsito de carros e motos dentro da Várzea, o que vinha acontecendo desde a intensificação da chegada de turistas na Comunidade. Do mesmo modo, esses homens e mulheres também acreditam que o cercamento do Monumento, por parte do Estado, poderia conter o cercamento de lotes irregulares – que ainda vem acontecendo em menores proporções –, facilitando também o controle da entrada de turistas na Unidade, garantindo uma maior capacidade de fiscalização do Instituto Estadual de Florestas.

Se metesse essa cerca do Estado, acabava o problema do Monumento. Não ia ter invasão, ia ter a cerca do Estado para fechar todinho e acabou. Não ia ter muito problema mais, era só montar uma portaria para saber quem estava entrando e saindo do Monumento, o necessário é isso (Manuel, entrevista realizada em Milho Verde)

Ao apontar tais nuances das relações entre os sujeitos subalternos locais e desses com a ambiência socioecossistêmica da Várzea, relatos como os de Manuel nos revelam não apenas a apropriação de um discurso preservacionista, ao demandar um maior controle do Estado sobre um território que por ele já vem sendo controlado, mas nos suscitam a atenção para como

a má distribuição de terras, como acesso e posse, assim como a decisão de não resolução dos afrontamentos que dela descolam, ilustra a permanência de embates desiguais, que geram ebulições entre os sujeitos dessa dinâmica. Ela traz a tona, ainda hoje, apesar do discurso de participação, decisões sobre a regulação do uso e ocupação do solo que produzem um formato “de cima para baixo”, privilegiando segmentos restritos da sociedade em razão de seu “jogo de forças” na conjunção dos domínios econômicos, políticos e sociais (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA. 2005 p.19)

A má distribuição de terras em Milho Verde e as assimetrias de poder que dela decorrem, tais como as geradas pela marginalização de saberes e práticas de setores subalternos, nos apontam as consequências locais do que aqui denominamos presenças e ausências estatais. Em nossa concepção, juntamente com a apropriação mercantil do território pela atividade turística, o principal elemento gerador de conflitividades em Milho Verde é a ineficiência estatal no processo de regularização fundiária durante a criação do Monumento Natural. Questão que ainda não teria se resolvido, mesmo que essa fosse uma das expectativas de parte da subalternia local quando da criação da Unidade.

Ah, eu gosto de fulano de tal, vou passar aqui, ou não vou passar ali. Se você pegar o mapa da Unidade, você vai ver que o desenho não condiz. A turma que fez o trabalho da medição andou de carro, porque mediu pela estrada, não tinha necessidade disso. A unidade não foi feita para gerar conflito, foi para gerar sustentabilidade da comunidade. Essa demarcação gerou foi áreas de conflito, tem uma área de um pessoal que não entrou dentro do Monumento porque ia criar uma RPPN. (...) O terreno de fulano de tal ficou fora da Unidade . (...) Se esse é o problema bote o terreno dele dentro, é melhor do que tirar todos os outros, é um só para brigar, briga só com ele. *Gente da prefeitura, gente do Estado, gente da comunidade com interesses políticos, pessoais, cada um com um interesse.* (Hermógenes, entrevista realizada em Milho Verde, grifo meu)

Em uma região onde no passado o controle sobre as terras diamantinas foi distribuído às poucas famílias possuidoras das cartas de datas, o que determinou a exclusão do homem pobre e livre, o relato de Hermógenes é indicativo da manutenção de estruturas desiguais de poder e controle sobre o território na contemporaneidade. Pois, revela a possibilidade de que o delineamento dos limites do Monumento Natural Estadual da Várzea do Lajeado, com posteriores redefinições de seu perímetro, tenha sido manipulado de acordo com interesses

peçoais de políticos, e moradores locais mais influentes.

Para além da questão fundiária, as ausências e presenças estatais que refletiram na incidência de políticas ambientais em Milho Verde nos revelam uma realidade local que se repete em distintos territórios transformados em Unidades de Conservação pelo Brasil afora, as estruturas precárias e a falta de recursos humanos. O que se explica pela má gestão dos recursos públicos.

Quando chega na época do fogo tem 18 brigadistas, são só por seis meses, se tivessem eles aí ajudando a gente direto, nossa unidade seria muito grande, juntando com a APA e com o monumento, ao todo dá quase 77 mil hectares, aí nesse tempo do fogo fica complicado para a gente. O fogo que teve no Itambé, juntou umas 70 pessoas para combater e ainda tinha aeronave buscando gente, levando gente e lançando água. O gasto que eles têm com aeronave, se eles pensassem mais um pouquinho, poderia pagar a um funcionário direto. Eu penso dessa forma, com o brigadista você vai gastar sempre menos, a aeronave durante um dia, você paga quase uns 5 ou 6 brigadistas por mês (Agenor, entrevista realizada em Milho Verde)

A fala de Agenor é indicativa de realidades que transcendem a Milho Verde. Sejam elas federais, estaduais, ou municipais, grande parte das Unidades de Conservação brasileiras conta com um quadro de funcionários reduzido e em sua grande maioria composto por trabalhadores terceirizados ou temporários, enquanto o Estado investe quantias significativas de recursos em ações de preservação paliativas. Em Milho Verde, a precariedade da estrutura e dos recursos humanos oferecida ao IEF pelo Estado tem levado os funcionários do órgão a assumir funções que eles não reconhecem como concernentes a sua alçada.

Nos primeiros anos do trabalho de preservação na região os funcionários do Instituto Estadual de Florestas acompanhavam a polícia ambiental em intervenções ostensivas nas propriedades de moradores locais, tais como a entrega de multas e fiscalização de atos irregulares dentro das Unidades de Conservação APAE das Águas Vertentes e Monumento Natural. Nesse período, emergiram situações de conflito entre os zeladores e os demais sujeitos da subalternia local, o que demandou a presença constante da polícia na Comunidade.

A gente se envolver com isso é uma coisa bem chata, porque o policial dá a multa e depois vai embora, mas nós ficamos aqui com a comunidade e tem que passar todo dia na porta do cara e o cara fica nervoso. Tinha um senhor aí que andava com a foice escondida atrás da moita, a gente conversava com ele lá, ele colocava a foice na porta da casa, já teve muitos problemas aí. (Emílio, entrevista realizada em Milho Verde)

O relato de Emílio é indicativo da necessidade de se dar atenção aos conflitos internos dos grupos subalternos, pois é preciso considerar a participação de setores dessa coletividade na reprodução da dominação, quando sua interação com setores hegemônicos tende a reproduzir essa estrutura. Mesmo quando os subalternos manipulam a mesma para ganhar melhorias na sua condição (SCOTT, 1990). Quando consideramos a integração de parte da subalternia milhoeverdense ao quadro de funcionários do Instituto Estadual de Florestas, apontamos que as formas de resistência em Milho Verde refletem as condições e limitações sob as quais elas se geraram (SCOTT, 1990).

Guardadas as devidas proporções de conjuntura, estrutura e tempo histórico, quando nos deparamos com a configuração de poderes em Milho Verde na atualidade, não podemos deixar de lembrar o aparato opressor, fiscalizador da colônia. Onde a Coroa, os Intendentes, etc., produziam e aplicavam leis coercitivas a fim de fazer valer seu projeto de apropriação material das condições naturais, enquanto o povo, os desclassificados, além de explorados tinham alguns de seus setores incorporados à estrutura de dominação vigente. Era o negro, o mestiço, o capitão do mato, etc., que perseguia o negro fugido, o índio, o garimpeiro, mesmo

não sendo ele o interessado na manutenção daquela estrutura social. Nesse território, outrora controlado pela Colônia Portuguesa, hoje interligado à economia mundo que dita não só as áreas a serem exploradas, como também aquelas a serem preservadas, o Estado segue, 300 anos depois, criminalizando o descende do garimpeiro, do negro escravo, do índio, do homem pobre e livre. Nesse processo, os funcionários do Instituto vivem uma relação contraditória de incorporação e exclusão.

Incorporados ao sistema de proteção da natureza local como contratados pelo IEF – enquanto trabalhador terceirizado, o que não lhes confere estabilidade empregatícia –, estes sujeitos reproduzem a estrutura que marginaliza saberes e práticas ambientais de coletividades das quais eles fazem parte enquanto subalternos. O que para os monitores e zeladores ambientais do IEF representa um rompimento entre os dois mundos que eles habitam. Pois, ao mesmo tempo em que são representantes do órgão estatal, são também parte da Comunidade, e assim se sentem constrangidos pelo fato de uma parcela de seus semelhantes passarem a os reconhecer enquanto punidores, mesmo que eles ressaltem ser apenas a ponta do *iceberg* de uma instituição calcada em hierarquias que transcendem aos seus domínios e que os integra de modo marginal.

Com o quadro reduzido de funcionários que a APAE e o Monumento possuem e devido ao fato das duas Unidades ocuparem a mesma sede, os zeladores e monitores ambientais de ambas passaram a efetuar trabalhos conjuntos. O que por um lado representa um ganho, a nível de conexão entre os trabalhos desenvolvidos na região, de outro, tal conjuntura nos revela a debilidade do sistema de preservação ambiental estatal diante do acúmulo de funções desses funcionários e das dificuldades que eles enfrentam para gerir duas UCs. O resultado é uma ineficácia do desenvolvimento de projetos de sustentabilidade na região da APAE, unidade de uso sustentável, em detrimento da fiscalização demandada pelo Monumento, unidade de proteção integral.

Ainda que a ambientalização do discurso de setores subalternos em Milho Verde seja passível da reprodução de estruturas hegemônicas produtoras de assimetrias socioambientais, é justamente no tocante às questões relativas ao desenvolvimento de projetos de sustentabilidade versus a fiscalização coercitiva que podemos perceber como o discurso subalterno transcende tais estruturas, mesmo quando inundados por elas. Isto porque seus saberes técnicos estão intrinsecamente conectados aos saberes adquiridos no contato com a ambiência sócioecossistêmica do Espinhaço, construídos no seio do grupo familiar e de seu círculo social.

É desta amálgama que estas pessoas constroem questionamentos acerca dos padrões técnicos de apropriação do território que colocam em xeque a lógica estatal, quando apontam a necessidade de se fortalecer as ações sociais na região, o que levaria de fato a um projeto de sustentabilidade que inclua a população local.

Ela (a APAE) tem duas unidades de proteção integral dentro dela e ela faz limite com mais uma, ou seja, a APA deveria estar dando apoio a essas três unidades para que a sustentabilidade realmente viesse acontecer dentro e no entorno dessas três unidades e a gente não consegue, a gente vive apagando só fogo, a gente vive só olhando cachoeira, fazendo serviço de... “você pode entrar, você não pode entrar com essa garrafa, você não pode acender fogo na churrasqueira dentro da unidade”. Só dentro do Monumento a gente tem que olhar a entrada da Unidade, tem que olhar a cachoeira do Carijó, do Canelau, tem que olhar a Serra do Raio, ver se não tem ninguém garimpando na Serra do Ouro, ver se não tem ninguém subindo por São Gonçalo, ninguém colhendo sempre-viva no Capivari, isso para 6 funcionários, isso é covardia. Aí você tem uma área de 76 mil hectares para trabalhar a sustentabilidade, onde há assassinato, coronelismo, relato de policial levando tiro e a gente não pode fazer nada, porque somos só 6, isso não tem lógica. É impossível

administrar dessa forma. A APAE hoje, eu queria que ela tivesse o apoio do Monumento, do Parque de Itambé, do Biri-biri e apoio do Rio Preto, que pudesse dar apoio na parte de sustentabilidade. O que não pode dentro dessas quatro unidades, deveria poder dentro da APAE e a APAE através de projeto com as universidades e outras instituições trazer isso e realmente haver a sustentabilidade (Hermógenes, entrevista realizada em Milho Verde)

Citando outras Unidades de Conservação de Proteção Integral do complexo da Serra do Espinhaço, o Parque Estadual do Itambé (Santo Antônio do Itambé, Serro e Serra Azul de Minas-MG) o Parque Estadual do Biribiri (Diamantina-MG), e o Parque estadual do Rio Preto (São Gonçalo do Rio Preto-MG), a citação de Hermógenes é contundente ao apontar as tensões múltiplas associadas às formas institucionais de uso sustentável e de proteção integral do território no Alto Jequitinhonha.

Os funcionários do IEF e parte da subalternia local considera que o projeto de sustentabilidade na região não está se efetivando porque a necessidade da Comunidade de Milho Verde é um trabalho preventivo entre o Instituto Estadual de Floresta, a Prefeitura Municipal de Serro e a Polícia Ambiental de Serro, para que não fosse necessária a realização de trabalhos ostensivos nas Unidades, mas sim trabalhos de justiça social. Estes interlocutores apontam a ausência de um gestor para o Monumento Natural desde os atentados contra o fundador do Instituto Milho Verde como elemento fundante de conflitividades, na medida em que o Estado está presente enquanto Instituição punitiva, mas ausente enquanto responsável necessário à tomada de decisões e execução de projetos sociais. Deste modo, o projeto de preservação na região está aquém das expectativas devido à falta de uma figura que munida de saber acadêmico traga para si a responsabilidade de demandar junto às hierarquias superiores projetos para a Comunidade.

A resistência do pessoal, todo dia aqui tem uma coisa para você resolver. A gente não tem gerente, então vem sobre a gente, algumas coisas a gente resolve, mais simples, mas quando não tem, você tem que entrar em contato com o coordenador em Diamantina, então muitas vezes ele está em reunião, você não consegue falar, tem que esperar, essa questão da gente não ter um gerente é muito ruim, porque as coisas só vem em cima da gente. Como a gente é daqui do lugar, é pior ainda, você é conhecido ou primo de todo mundo, aí se você fala: olha gente não pode fazer isso. Eles acham que é a gente que está fazendo a lei, mas na verdade não é. Eu acho muito difícil a gente trabalhar sem ter um gerente. (Reinaldo, entrevista realizada em Milho Verde, grifo meu)

A comunidade local, que não tem uma gestão, eles não sabem a quem procurar e os funcionários não são qualificados para estar capacitados, nem tem o aval do Estado para tomar decisões. (Hermógenes, entrevista realizada em Milho Verde)

Como apontamos anteriormente, desde os atentados ocorridos em Milho Verde no ano de 2014, o Monumento Natural Estadual Várzea do Lajeado e Serra do Raio encontra-se sem gestor. Isto tanto devido à conflitividades locais, apontadas como motivo do pedido de afastamento do mesmo, quanto ao descaso e a má governança das instituições estatais no que diz respeito à estruturação das Unidades de Conservação. Em Minas Gerais muitas outras Unidades encontram-se em situação parecida. Ainda que no ano de 2013 a Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável tenha realizado concurso visando a contratação de novos analistas e gestores ambientais para as Unidades de Conservação geridas pelo Instituto Estadual de Florestas, boa parte dos aprovados não foi designado até o presente momento, e as designações previstas não serão suficientes a uma mudança no quadro atual.

No que diz respeito à dimensão restrita da identidade de Milho Verde, a discussão

sobre ausência de um gestor no Monumento Natural é explicativa não só destas falhas estatais frente a criação e gestão de Unidades de Conservação. Em uma Comunidade que desde sua origem sofre com a violência e a opressão de mandatários, acreditamos que seja possível que esses grupos subalternos tenham introjetado o receio de assumir uma postura mais contundente na gestão da área, – frente às retaliações sofridas pelo Presidente do Instituto Milho Verde, que se acredita terem advindo de suas diferenças com líderes políticos remanescentes da parentela coronelística local e a ambiência do discurso estabelecido que marginaliza seus saberes e práticas ambientais, legitimando a perda de direitos consuetudinários associadas ao uso comum da Várzea. Ambos os fenômenos os exclui enquanto protagonistas no manejo do seu território devido à carência de conhecimento acadêmico.

Sobretudo essa problemática da ausência do gestor mais uma vez revela a figura dupla do zelador e monitor ambiental que, mesmo acreditando na importância da preservação de sua ambiência socioecossistêmica, não se dispõe a assumir completamente a figura de ambientalista. E reconhece a existência de um campo múltiplo de tensões e conflitos entre a gestão do Monumento Natural Várzea do Lajeado e Serra do Raio e sua Comunidade. Sendo eles parte dessa Comunidade ressaltam que a população local não deveria ser criminalizada frente às seus saberes e práticas, já que os mesmos são legítimos de acordo com as leis costumeiras locais.

Nesse sentido esse setor da subalternia milhoeverdense aponta, de um lado, para um quadro onde as instituições ambientais criminalizam uma população já carente de políticas de justiça social e, de outro, não desenvolvem a efetiva proteção ambiental das condições naturais locais. Isto, assim como procuramos demonstrar, devido a serem completamente incompatíveis o desenvolvimento de projetos de proteção socioambiental e de promoção da sustentabilidade com a criminalização de saberes e práticas ambientais da subalternia rural brasileira.

Buscando problematizar tal afirmativa, e as possibilidades de construção de alternativas no vir a ser das dinâmicas locais e globais no que se refere à suas realidades socioambientais, destacamos que esses novos caminhos, assim como o contexto empírico que apresentamos são moldados pela integração, marginalização e resistência de saberes e práticas ambientais subalternas. Conquanto, vão além, trabalhando a conexão entre saber local e saberes globais buscando promover interações sinérgicas capazes de transformar realidades locais de modo a romper profundamente com as opressões presentes e passadas (MARTÍNEZ ALIER, 2010).

Ao nos inteirarmos das possibilidades discursivas que emergem da subalternia milhoeverdense nos aproximamos dos diversos eus que compõem o sujeito zelador/monitor ambiental do IEF e ressaltamos alguns pontos que julgamos serem fundamentais para se entender a dinâmica de relação entre os saberes locais e o saber que incide na comunidade via sujeitos mobilizadores de forças externas. Por mais que se apropriem do discurso ecológico que chega a Comunidade através das políticas ambientais, é perceptível que a apropriação dentro desse grupo da subalternia criativa de Milho Verde não se dá sem considerar as questões históricas, sociais e culturais inerentes à dinâmica socioambiental local, tais como o direito consuetudinário relativo aos modos de apropriação da Várzea. Em contrapartida, as instituições estatais nem sempre consideram os instrumentos jurídicos que asseguram a sociodiversidade e a participação das comunidades humanas na gestão de seus territórios.

Enquanto funcionários do IEF que, sobretudo, são parte da Comunidade, o discurso dessas pessoas traz em si um esforço de romper com as linhas abissais existentes entre o saber acadêmico e os saberes e práticas ambientais locais. Declaram a necessidade de que o

Monumento Natural receba do Estado recursos necessários para a elaboração de seu plano de manejo. Pois, o documento poderia em alguma medida funcionar como instrumento de legalização estatal dos direitos costumeiros locais.

Outra coisa do negócio do monumento, a comunidade é boa, mas acho que tinha que ter o plano de manejo, *porque tem muita gente que tem emprego, tem outros que não tem, aí tendo o plano de manejo, alguns podem ir só apanhar botão, a sempre-viva, porque eu acho que são coisas para melhorar o lugar e a comunidade.* Quando entrou o Monumento em Milho Verde eles assustaram, porque aqui toda vida, eles eram acostumados, a apanhar seus botões, plantar um roçado, tirar sempre-viva e já não pode, aí como entrou o Monumento de uma vez, esse povo pobre do lugar mesmo, não tinha nem uma televisão, aí não sabia nem o que estava acontecendo, não sabia o que podia acontecer, o que não podia. Aí quando chegou o Monumento de uma vez foi complicado... o IEF ajuda, mas o IEF tem que ser unido com a comunidade. (Manuel, entrevista realizada em Milho Verde)

Emergindo em uma localidade do interior de Minas Gerais, enquanto fala de um sujeito subalterno, muitas das vezes marginalizado diante das estruturas estatais, oprimido pelas dinâmicas do mercado e de um saber científico que redistribui de maneira desigual a posse sobre o ambiente materializado, relatos tais como os de Manuel nos remetem às teorizações dos estudiosos do ecologismo dos pobres. Vertente socioambientalista que se apresenta não só como desconstrutora de argumentações monológicas, bem como tem contribuído com a construção de alternativas teóricas e práticas para questões referentes à sociologia, ambiente e políticas (MARTÍNEZ ALIER, 2010).

No que diz respeito às desconstruções, demonstrando que o sustento individual, familiar, e comunitário depende do ar puro, terra disponível e água limpa e considerando que os conflitos ambientais emergiriam não só de conflitos de interesses, mas de valores culturais, o ecologismo dos pobres revela que as populações subalternas de países em desenvolvimento com muita frequência dão prioridade ao meio ambiente equilibrado e socialmente justo. O que coloca abaixo argumentos baseados nas premissas da hierarquia das necessidades, que admite que a preservação ambiental seria expectativa satisfeita unicamente após dar-se conta das necessidades materiais da vida. Outra desconstrução possível é aquela relativa à contestação da apropriação estatal ou privada de recursos ambientais, argumentando que não existem soluções onde todos ganham, com um meio ambiente melhor atrelado ao crescimento econômico (MARTÍNEZ ALIER, 2010).

No que se refere à construção de alternativas, procuramos fazer aqui uma defesa do lugar e da resistência das realidades submetidas historicamente ao colonialismo ocidental. Especificamente quanto à subalternia rural do Alto Vale do Jequitinhonha, acreditamos que ainda que suas identidades sejam construídas e nunca fixas, seus modelos de construção de ambiências socioecossistêmicas – que convencionalmente são feitos invisíveis, ou integrados marginalmente pelo poder estatal – em grande medida são transcendentemente a dicotomia natureza/sociedade (ESCOBAR, 2011).

Este reconhecimento não passa pela reificação dos saberes e práticas ambientais locais como panaceias salvadoras do mundo. Pois, assim como procuramos demonstrar ao lançarmos mão da historicização de nosso objeto de pesquisa, reconhecemos que eles não são puros e nem livres de dominação, contendo formas históricas de opressão e relações de poder através das quais se ligam ao mundo. Sendo assim, a defesa dos saberes e práticas locais que propomos aqui é epistemológica e política. Devemos estar atentos para nos posicionarmos além da reificação do lugar enquanto detentor de formas não-capitalistas intocadas e fora da história, ou mesmo de um saber tradicional sempre atrelado ao passado, tal como a

perspectiva ambientalista brasileira muitas vezes ratifica e que outras tantas vezes se transforma em processos insustentáveis e opressivos. Como ressaltamos em nossa problematização teórica e ao longo de nosso texto dissertativo, o mundo rural contemporâneo deve ser entendido a partir de sua complexidade e das dinâmicas de interação entre local e global, ou entre os daqui e os “de fora”, através das quais emergem novas formas de pensar o mundo.

Os saberes e práticas da subalternia milhoeverdense constituem um conjunto de significados/ usos que existem em contextos de poder que incluem cada vez mais forças transnacionais, mas que não podem ser reduzidos às construções modernas, nem explicados a despeito do enraizamento local resistente a completa valorização científica e capitalista da natureza (ESCOBAR, 2011). Desta feita, após nos inteirarmos das transformações estruturais e conjunturais que a consolidação do turismo e a incidência de políticas ambientais tem provocado em Milho Verde, fizemos um esforço de fazer visíveis processos que revelam a existência de saberes e práticas locais que, mesmo não sendo de todo ecológicas, são formas de resistência ativa ao desenvolvimentismo. Pois, ainda que inundadas por ele, o transcendem em discursos e ações (ESCOBAR, 2011).

Tal perspectiva nos permite questionar o capitalismo que investido de predominância e hegemonia não nos impossibilita de pensar a realidade social de outra maneira. Isto graças a essas realidades subalternas e resistentes do Sul Global, que vistas como opostas, subordinadas ou complementares ao capitalismo, podem na verdade ser fontes de construção de imaginários alternativos (ESCOBAR, 2011; SOUSA SANTOS, 2010).

No nível dos saberes, acreditamos que eles podem sim se converter em poder e ou projetos e programas realmente concretos e funcionais que não sejam meros produtos das forças globais (capitalismo, tecnologia, integração de mercados), isto através da visibilização das múltiplas lógicas de produção de cultura, identidade, práticas econômicas e ecológicas que emergem das localidades. Assim, os desafios que se colocam para a construção da sustentabilidade e da justiça ambiental no Brasil remetem a valorização das alteridades culturais, bem como a compreensão da dinâmica de poder entre as várias camadas sociais.

A heterogeneidade cultural de nossa sociedade contrapõe-se a forma homogeneizante de intervenção na natureza, expressando propostas de sustentabilidades plurais, múltiplas possibilidades de viver, que se refletem na diversificação do espaço e inspiram uma visão de sustentabilidade que deve necessariamente articular as dimensões da equidade, da igualdade, da distribuição, assim como da universalidade do direito de viver na singularidade (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005, p.19).

Para além do reconhecimento das alteridades, apontamos que esses saberes e práticas ambientais subalternas poderão crescer e florescer apenas quando se converterem em centro de análise e estratégia para a ação, projetando-se até espaços de domínio do capital e da modernidade, convertendo-se em estruturas econômicas e forças políticas e de vida provocadoras de uma redefinição da relação entre natureza e sociedade, cultural e político (ESCOBAR, 2011). Como demonstramos ser possível através da aliança entre o Instituto Milho Verde e a Comunidade de Milho Verde em feiras e encontros que através da formação de redes de coalizão entre grupos heterogêneos foi criadora de novas realidades.

Ao olharmos essa potência criativa, buscando alternativas ao modo como as políticas ambientais tem incidido localmente, destacamos que os saberes e práticas ambientais locais permitem a construção de significados de economia e natureza distintos, mesmo dentro das condições capitalistas que os rodeiam, e, portanto, podem desestabilizar os espaços de poder, ao ir na contramão das tendências imperialistas de modernidade. Sendo assim, toda e qualquer

pequena comunidade, tal qual Milho Verde, pode ser uma esfera ecológica pública alternativa, da qual possibilidades de transformação e projetos de sustentabilidade emergem de sua ambiência socioecossistêmica, com a revitalização do que se entende por democracia e ecologia (PARAJULI, 1997).

Concluimos assim, que na luta por modos mais justos de apropriação técnica, social e cultural das condições naturais, o pensamento pós-abissal – sumariado como um aprender com o Sul, usando uma epistemologia do Sul – deve confrontar a monocultura do pensamento moderno com uma ecologia de saberes, baseada no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos, onde tal qual os daqui e os “de fora”, os saberes locais e acadêmicos podem se transformar em interações dialéticas, construindo alternativas, e criatividades plurais, transformadoras das distintas dimensões da vida humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever as últimas páginas deste texto representa em si um passo importante na conclusão de mais uma etapa de minha jornada acadêmica. Uma oportunidade para refletir sobre as virtudes da análise apresentada em meu texto dissertativo. Bem como sobre as questões que dele emergiram e me conduzem a outros caminhos, ou ao aprofundamento de determinados aspectos.

Para construir a presente dissertação procurei dialogar com minha formação interdisciplinar enquanto Bacharela em Ciências Biológicas e futura Mestre em Ciências Sociais, que em relação dialética constituíram um modo peculiar de estruturar elaborações teóricas. Desta visão de mundo, construída na fronteira entre os aspectos materiais e sociais, decorre a consideração de que a questão ambiental deve ser observada a luz da complexidade que lhe é inerente, contemplando as dimensões relativas aos seus aspectos naturais não humanos e humanos. Este trabalho representou em si, portanto, um esforço epistemológico fractal de distanciamento da obsessão pelo aspecto racional das coisas, onde o ativismo social minimiza a contextualização “ambiental”. Da mesma forma, cuidou-se para não negligenciar-se aquilo que é da ordem do imaterial.

Trabalhando em uma comunidade com a qual tive o primeiro contato ao longo do percurso no mestrado, entendendo que o meio ambiente permeia e é permeado por diversos aspectos abióticos e bióticos, tais como os grupos sociais humanos com suas interações, práticas e saberes, não foi possível limitar nossa análise a uma única dimensão do que foi denominada Comunidade de Milho Verde. Disto decorreu a opção por trabalhar-se com a complexidade. Uma perspectiva que pretende superar a separação, ao passo que realça como cada elemento detém seu lugar na estruturação e compreensão do dado (MAFESSOLI, 2003).

Ainda no que concerne à temática desenvolvida, ao eleger-se a resistência da subalternia de Milho Verde como norteadora das hipóteses trabalhadas, buscou-se romper com a história oficial e determinadas vertentes ambientalistas que excluíram os modos de resistência dos grupos subalternos dos registros históricos e das políticas públicas. Destacou-se os setores subalternos como coletividade social que, ao seu modo, resiste às forças hegemônicas e contra-hegemônicas, seja se contrapondo ou se aliando à elas. Ao considerar-se criativa a resistência da subalternia milhoverdense foi provocado um giro descolonial nas teorias sobre a resistência, bem como no privilegiamento dos estudos sobre estratégias de resistência baseadas na organização de subjetividades coletivas tais como os chamados movimentos sociais organizados.

Nesse sentido, o aporte dos estudos subalternos e descoloniais contingenciaram possibilidades para pensarmos a Comunidade de Milho Verde não por aquilo que lhe falta, mas pelo modo como ela tem se organizado. E a opção pela historicização do objeto de pesquisa nos proporcionou uma análise ampliada das questões que nortearam esta pesquisa. Com o entendimento do chão histórico onde se forjaram as condições de produção de seres sociais subalternos e os modos desiguais de acesso ao território mineiro. Da mesma maneira compreendeu-se os distintos modos de apropriação técnica, social e cultural das condições naturais do Distrito Diamantino, com destaque para a região do Arraial de Nossa Senhora dos Prazeres de Milho Verde.

De posso destes dados tomamos ciência de como, no período Imperial e ao longo do século XX, a dinâmica econômica de desvalorização monetária do território do Vale do Jequitinhonha e, igualmente, a precariedade de políticas públicas de justiça social

determinaram a estigmatização do Vale como o “filho pobre” do estado de Minas Gerais. Bem como foram responsáveis pela estigmatização de Milho Verde enquanto “cidade-roça” e pela manutenção na localidade de estruturas de dominação remanescentes do período colonial.

Atentando-se ao desenrolar dessas dinâmicas no longo tempo, compreendemos os fatores que contribuíram a manutenção de parte do território milhoeverdense como terra devoluta do Estado no século XX, e o desenvolvimento de modos costumeiros de manejo comunitário do território da Várzea do Lajeado por setores subalternos locais. Costumes que, como bem ressaltamos, foram produtores e produto de saberes e práticas ambientais relativos às atividades da criação de animais na solta, garimpo, e coleta de espécies vegetais na área, com destaque para a extração das sempre-vivas. Todavia, como confirmamos, os modos de apropriação técnica, social e cultural da ambiência sócioecossistêmica de Milho Verde estão se modificando. O que asseguramos estar relacionado às forças hegemônicas e contra-hegemônicas que tem reconfigurado as interações socioambientais e políticas da Comunidade.

Nossa análise acerca da consolidação do turismo e da incidência de políticas ambientais em Milho Verde nos leva a concluir que em anos recentes esta Comunidade foi palco não só de uma disputa por modos técnicos de apropriação do território. Esteve também em jogo um embate de saberes, poderes e projetos bastante distintos que se expressam em sua identidade ampla. As realidades das organizações internacionais, nacionais, estaduais e municipais do turismo e políticas ambientais, os grandes proprietários de terra locais, socioambientalistas, turistas, novos moradores e a subalternia milhoeverdense formaram um campo identitário diverso. Onde reconhecemos a presença ativa de forças externas, regra geral hegemônicas frente aos interesses e visão de mundo de sua identidade restrita, sobretudo de seus setores subalternos.

As interpelações da população local com os novos sujeitos relevantes hegemônicos e contra-hegemônicos da Comunidade ampla se deu por meio de integrações e marginalizações de movimento micropolítico pragmático em situação de subalternia. Todavia, como comprovamos, os setores subalternos de Milho Verde que privilegiamos em nossas análises resistiram criativamente a este processo de marginalização e integração aos “novos tempos” de suas localidades. A nosso ver, essa resistência criativa se expressou na forma de subsistência continuadora das antigas formas de sobrevivência da Comunidade, ou em sua integração aos projetos modernizadores desenvolvidos na região. Dinâmica que pontua uma linha de fuga que delinea uma espécie de caminho do meio ou fronteira social entre o passado congelado à tradição e o futuro da plena dominação por forças externas, nacionais ou globais.

Ao tratarmos destas forças, do ponto de vista territorial, procuramos ressaltar a consolidação da atividade turística na Comunidade como produtora e consumidora de espaços, que transformou a estrutura física de Milho Verde para atendimento de suas atividades. O turismo, adjetivado como ecoturismo, representou tanto em um contexto amplo (estadual, nacional, internacional) quanto restrito (local) uma prática econômica que no século XXI constituiu-se localmente dentro da legalidade ambiental do desenvolvimento sustentável. Assim valorou um espaço natural que naquele momento não apresentava estimativa no contexto econômico, o que contribuiu à criação de imagens que condicionaram transformações nos modos de utilização e apropriação do território da Várzea do Lajeado.

É fato que a dinamização econômica da atividade turística em Milho Verde também determinou transformações no panorama social local, possibilitando emancipações diversas à subalternia local, contudo, ficar no reconhecimento da atividade como único caminho para emancipações e estruturações econômicas e sociais é ficar na impossibilidade de outros modos de organização dessa Comunidade.

Ao nos atentamos ao passado de miséria nas regiões onde se direcionou todos os

esforços para a mineração no período colonial, julgamos que o turismo no presente não pode ser a única alternativa econômica em Milho Verde, pois qualquer alteração na demanda pode levar a subalternia local a uma lacuna na geração de receitas, o que poderia desestabilizar o contexto de emancipações que está se constituindo ao longo do tempo. Salientamos que na atualidade a comunidade de Milho Verde tem se direcionado predominantemente à atividade, entretanto, nossa análise apontou a resistência criativa local das práticas agrícolas, da pecuária e dos extrativismos mineral e vegetal. Esta resistência demonstra, portanto, a sabedoria dos setores subalternos rurais que na experiência da pluriatividade aprenderam como a diversidade deve ser privilegiada, em detrimento da “monocultura” esterelizante das possibilidades.

Quanto às interações conflitivas entre a subalternia milhoeverdense e os “de fora”, novos moradores e turistas que chegam a Comunidade após a dinamização turística, a gestão municipal da cidade de Serro deve assumir a responsabilidade de criação efetiva de um código de conduta para atividade turística no distrito. Do mesmo modo, Milho Verde necessita de maior atenção do poder público local no que se refere à consolidação de serviços de infraestrutura, bem como de melhorias no acesso aos serviços de saúde, transporte e educação que contemplem, sobretudo, sua população residente.

No que concerne à valorização de identidades, saberes e práticas ambientais subalternas através das interações sinérgicas entre “os daqui” e os “de fora”, em ações individuais e do Instituto Milho Verde, consideramos que a formação dessa rede de subjetividades coletivas em Milho Verde foi criadora de efeitos e realidades emancipadoras. Contudo, um aprofundamento nessa questão é necessário para que se possa distinguir quais dessas interações continuam sendo realmente efetivas e emancipadoras, ou seja, quais as formas de globalização do local que ainda se convertem em forças efetivas de fortalecimento do lugar e de suas identidades subalternas, bem como as formas de localização do global que os locais poderão utilizar para seu benefício.

Em relação às políticas ambientais, ao destacarmos as diversas categorias e escalas geográficas das áreas de proteção da natureza (REBIO, Mosaico, APAE, MONATE) – mobilizadas por distintas instituições internacionais, nacionais, estaduais e locais – que reconfiguraram a ambiência sócioecossistêmica de Milho Verde, procuramos realçar como na atualidade a valorização dos espaços naturais transformou os modos de apropriação das condições naturais locais. Isto foi possível por meio de políticas e incentivos que transcendem aos domínios desta Comunidade.

Em Milho Verde o processo de universalização de causas parcelares – que torna justificável a conservação ambiental – revalorizou monetariamente a terra, e contingenciou novas assimetrias de poder quanto a posse deste território já marcado pela opressão decorrente da valorização de seus recursos minerais no passado. Para além, enquanto as políticas ambientais incidentes localmente favoreceram a moldura temporal e a duração da ação estatal tanto na administração pública como na política, as subjetividades subalternas por nós analisadas foram forçadas a responder tanto à curta duração das necessidades imediatas de sobrevivência como à longa duração do capitalismo e do colonialismos (SOUSA SANTOS, 2007).

A nosso ver tornou-se patente que, diante de sua complexidade, a Comunidade de Milho Verde não se encaixa nos conceitos de “comunidade tradicional” constantes nos dispositivos legais que concedem tutela e posse do território a determinados grupos subalternos no Brasil (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, etc.). Frente a este diagnóstico destacamos a necessidade de que o movimento socioambiental brasileiro reconheça as alteridades inerentes à formação social de nosso país – com a devida

contribuição do desclassificado social pobre e livre –, bem como trabalhe com a complexificação do mundo rural no presente.

Sublinhamos também que ao investigarmos o processo de criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral na Várzea do Lajeado, se torna evidente que as lutas ambientais se tornarão efetivas na promoção da justiça social somente quando estiverem atreladas à democratização do controle sobre as condições naturais e a valorização saberes e práticas subalternas (ACSELRAD, 1993).

Ao privilegiarmos em nossa análise as figuras dos brigadistas, monitores e zeladores ambientais do Instituto Estadual de Florestas, acreditamos ter contribuído com a exacerbação do modo como os novos colonialismos expressos nas políticas ambientais foram produtores de integrações que intrinsecamente reproduziram marginalizações na localidade. Nesse sentido, concluímos que nenhum projeto de proteção da natureza pode ser efetivo se não integrar na esfera política a subalternia rural brasileira como sujeito efetivo, capaz de gerir seus territórios com base em suas leis costumeiras, saberes e práticas ambientais. O melhor alicerce para sustentar inovações (RIBEIRO ET AL., 2005).

Neste ponto, são necessários aprofundamentos no que diz respeito às práticas de pecuária, extração vegetal e garimpo na Várzea do Lajeado em um estudo que privilegie uma diversidade maior de setores subalternos. Ainda apontamos a urgência de se legalizar o manejo comunitário da área. Especificamente quanto à coleta das sempre-vivas, julgamos serem necessárias maiores explorações relativas aos modos costumeiros de manejo das espécies locais. Pensando-se ainda em formas de sustentabilidade realmente emancipadoras, a queima controlada deve ser analisada como uma possibilidade de manejo do território da Várzea, pois como vimos, se bem manejado, o fogo pode representar vida nos cerrados.

Considerando a participação dos brigadistas, monitores e zeladores ambientais do IEF neste processo, é importante deixar claro que o Estado tem a obrigação de rever o modo como tem se dado a incorporação destes sujeitos ao corpo técnico do Instituto Estadual de Florestas. Descendentes diretos daqueles que retiraram ouro da terra em condições de extrema adversidade, é inegável que estas pessoas tem potencial para contribuir com a gestão territorial em Milho Verde. Todavia, assim como o diamante bruto, é necessário que a elas sejam proporcionadas as condições de se lapidar: estabilidade empregatícia e oportunidades de expansão de seu campo de saberes com a qualificação de seu conhecimento técnico.

Atentos a estas demandas, apontamos que aos tratarmos da questão ambiental em Milho Verde consideramos que as interações entre opiniões acadêmicas e populares – eventualmente contraditórias entre si – são relevantes para que os movimentos locais de resistência reforcem as redes globais, ao passo que se enriqueçam ao incorporarem a linguagem e a força do ambientalismo global em suas formas de resistência (MARTÍNEZ ALIER, 2010).

Assim como as interações sinérgicas que a atividade turística provocou, podemos concluir que, nesta Comunidade, as interações entre subjetividades coletivas produtoras de novas realidades criativas e emancipadoras poderão contribuir ao vir a ser local não só com a troca de saberes culturais como os da música, dança, etc. É necessário que a política ambiental em Milho Verde seja pensada a partir da construção de ambientes interativos, com trocas de saberes e práticas relativos à apropriação da Várzea do Lajeado, onde a subalternia local seja protagonista do processo, bem como tenha acesso aos conhecimentos científicos acadêmicos como mais uma forma de enfrentamento às forças desenvolvimentistas.

São demandas de grupos subalternos em Milho Verde o acesso ao conhecimento acadêmico relativo às ecologias, bem como às tecnociências e o manejo de ferramentas

tecnológicas tais como o computador. Também às técnicas de produção artesanal que possam proporcionar aos artesãos locais o controle de todo o processo da extração ao beneficiamento das sempre-vivas. Nesse sentido, apontamos para a importância da construção de alianças interclassistas, ou pontes entre ambientalistas e classes populares, para que os primeiros evitem seu insulamento nas classes médias e as tendências do conservacionismo técnico, apolítico. E igualmente os subalternos ganhem aliados que dispõem de capitais importantes para a ação coletiva, tais como recursos financeiros, informacionais, conhecimentos de mecanismos institucionais de processamento dos conflitos, etc. (CARNEIRO, 2005).

Concluimos assim que é na interação entre diferentes escalas e distintos níveis de realidade: local, global, acadêmico, popular, teórico, prático, urbano, rural, moderno, tradicional, que caminharemos na direção de uma ecologia de saberes, onde não se permita simplificar a complexidade, marginalizar um discurso e enaltecer outros (SOUSA SANTOS, 2007).

É preciso que a capacidade criativa do diálogo de saberes potencialize essa energia criativa no contato com os subalternos, sejam aqueles organizados em movimentos sociais ou não, classificáveis enquanto povos tradicionais pelos instrumentos jurídicos ou não. Os seres humanos dos rincões desse Brasil Rural são muitos, complexos. Cada um deles e os setores aos quais pertencem traz consigo uma infinidade de saberes e práticas relativas ao uso e apropriação das condições da vida, ou como convenciamos chamar da natureza, do meio ambiente. Desta feita, o diálogo de saberes não pode ser uma generalidade, mas deve emergir das particularidades de cada território. Somente assim poderemos caminhar mais adiante com nossas certezas e incertezas, potencializando giros descoloniais que rompam com a lógica desenvolvimentista, e construam novas possibilidades criativas que considerem os direitos existenciais dos povos subalternos da terra/Terra.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. Desenvolvimento Sustentável: as lutas por um conceito. *Proposta*. V. 56: 5-8, 1993.
- ACSELRAD, H. *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos avançados*. V.24, n.68, 2010.
- ALMEIDA, A.W.B. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ANDRADE, R. K. *Vissungo com Angu: Histórias e memórias da produção e consumo de fubá no Alto Jequitinhonha*. (157pp.) Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.
- ARNDT, J. R. L. *Entre a tradição e a modernidade: sustentabilidade do desenvolvimento pelo turismo em uma comunidade tradicional de Minas Gerais*. (332pp.) Dissertação de Mestrado. FEAD – Centro de Gestão Empreendedora, 2007.
- ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DO CATOPÊ E DA MARUJADA DE MILHO VERDE (ACVMA). *Os cantos sagrados de Milho Verde*. Milho Verde-Serro, 2007.
- BAPTISTA, P. *Panoramas da Serra do Espinhaço: Um ensaio de mapeamento fotográfico da paisagem*. (193pp.) Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.
- BESSA, A.S.M. *A construção das paisagens turísticas nos descaminhos da Estrada Real*. (280pp) Tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, USP, 2011.
- BEAUD, S. WEBER, F. *Guia para a pesquisa de campo: Produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- BRASIL, 2000. *Lei Federal Nº 9985, de 18 de julho de 2000: Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.
- BORDADOS DA BARRA. *Grupo de bordadeiras da região de Milho Verde / MG*. 2009. Disponível em: <http://bordadosdabarra.blogspot.com.br/2009/10/blog-post_1467.html>. Acesso em: 12. set. 2014.
- BOTELHO, T.T. População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720. *Anais: 12º Encontro da Associação Brasileira de Estudos de População*. Caxambu, 2000.
- CARNEIRO, E. J. Conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro: associativismo e significados sociopolíticos. *Revista Rio de Janeiro*, n. 16-17, mai-dez, 2005.
- CARVALHO, F. A. Memória toponímica dos viajantes naturalistas dos séculos XVIII e XIX e a Estrada Real. *Anais 15º Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa, IP-PUC*, 2010.
- CASANOVA, P.G. *As novas ciências e as humanidades: da academia à política*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- CASTELLS, M. *O poder da Identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura*,

v.2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAVES, A.L.F. *Estudos de Ecofisiologia e morfoanatomia em Cambessedesia Salvifolia (Cham.) A. B. Martins, Melastomataceae, visando sua preservação*. Tese, Instituto de Ciências Biológicas, UFMG, 2006.

COUTO, J. V. *Memória Sobre a Capitania das Minas Gerais: seu território, clima e produções metálicas. Estudo crítico Júnia Ferreira Furtado*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

COSTA, R.G.S. *Cultura, Poder e Diferença: por uma teoria política pós-colonial das estratégias de representação e empoderamento subalterna*. (113p) Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2010.

DIEGUES, S.C. A. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

DITZ, V. S. *Análise superficial do processo histórico de ocupação da Várzea do Lajeado: primórdios do século XVIII aos primeiros anos do século XXI*. Manuscrito, 2015.

DOMINGUES, J. M. Sistemas Sociais e Subjetividade Coletiva. *Dados Revista de Ciências Sociais*. v.39, n. 1, 1996.

DOMINGUES, J. M. *Criatividade social, subjetividade coletiva e modernidade brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

DUARTE, R. O segredo da capela do Rosário de Milho Verde. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*. PPGICH-UFSC, Florianópolis, 2004.

DUPUY, J. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

ELIAS, N.; SCOTSON, E.J.L. *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESCOBAR, A. El Lugar de lanaturaleza y lanaturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo?. In: LANDER, Edgar. *La colonilidade del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad-CICCUS; Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2011. (pp.131-161).

FOLADORI, G.; TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. *Revista Mana*. v.10, 2004.

FUNDAMAR. *Álbum Chorographico municipal do estado de Minas Gerais 1927*. Disponível em: <http://www.albumchorographico1927.com.br/indice-1927/serro>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

GIULIETTI, N. A.M.; GIULIETTI, J.R.; PIRANI & N.L. Menezes. Estudos em sempre-vivas: importância econômica do extrativismo em Minas Gerais, Brasil. *Acta Botânica Brasílica*, v.1, n°2, 1988.

GOULART, G. A ressurreição dos reis magos: a Folia de Reis de Milho Verde (Serro-MG). In: KAWAKAMI, V.; GOULART, G (orgs). *O Livro de Reis: a Folia de Reis de Milho Verde-MG*, Milho Verde-Serro: Editorial Sempre Viva, 2013. (pp.25-78).

HEILBRONER, R. L. *A natureza e a lógica do capitalismo*. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e

Terra, 1984.

HOFFMANN, W.A.; ADASME, R.; HARIDASAN, M.; CARVALHO, M.T.; GEIGER, E.L.; PEREIRA, M.A.B.; GOTSCH, S.G.; FRANCO, A.C. Tree topkill, not mortality, governs the dynamics of savanna–forest boundaries under frequent fire in central Brazil. *Ecology*, v. 90, n°5, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Diagnóstico Ambiental da Bacia do Rio Jequitinhonha: diretrizes gerais para a ordenação territorial*. Salvador, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Identidade demográfica dos municípios mineiros, Regional Jequitinhonha e Mucuri: Serro*, 2010.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. *Estudo Técnico para a criação do Monumento Natural Várzea do Lajeado e Serra do Raio, Município De Serro, Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2010

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. *Monumento Natural Estadual Várzea do Lajeado e Serra do Raio*. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/noticias/3306-nova-categoria/1760-monumento-natural-estadual-varzea-do-lajeado-e-serra-do-raio>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA). *Iepha/MG apresenta: Igreja Nossa Senhora dos Prazeres, em Milho Verde*. 2011. Disponível em: <<http://iepha.mg.gov.br/banco-de-noticias/943-iephamg-apresenta-igreja-nossa-senhora-dos-prazeres-em-milho-verde>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

INSTITUTO ESTRADA REAL. *Mapa ilustrativo da Estrada Real*. Disponível em: <<http://www.institutoestrada-real.com.br/roteiros/velho>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

INSTITUTO TERRAZUL DE CULTURA, COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE. *Jequitinhonha a riqueza de um Vale*. Belo Horizonte, 2006.

KAWAKAMI, V. Tum tum tum. In: KAWAKAMI, V.; GOULART, G (orgs). *O Livro de Reis: a Folia de Reis de Milho Verde-MG*, Milho Verde-Serro: Editorial Sempre Viva, 2013. (pp.25-78).

KUMAR, K. *Da sociedade Pós-industrial à Pós-moderna. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LEFF, E. Diálogo de saberes, saberes locais y racionalidad ambiental em la construcción social de la sustentabilidad. In: *Saberes colectivos y diálogo de saberes em México*. Universidad Nacional Autónoma de México/ Universidad Iberoamericana/Puebla, 2011.

LITTLE, P.E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, 2006.

MAFESSOLI, M. Considerações Epistemológicas sobre a fractalidade. In: CANDIDO MENDES (org). *Representação e Complexidade*, Rio de Janeiro: Garamond, 2003. (pp. 171-182).

MARTÍNEZ ALIER, J. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Editora Contexto, 2010.

MAWE, J. *Viagens ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, (1809 [1978]).

MELLO E SOUZA, L. *Os desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

MIRES, Fernando. *O discurso da natureza. Ecologia e política na América Latina*.

Florianópolis: Editora da UFSA; Bernúcia Editora, 2012.

MONTEIRO, F.T. *Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas (MG): travessias e contradições ambientais*. (240pp.) Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

MORAES, F.B. *O cotidiano e o espetáculo-paisagem, memória e turismo nos municípios de Ouro Preto e Mariana*. Belo Horizonte: [mimeo]. Relatório de Pesquisa- FAPEMIG,p.178-179, 2001.

MORAES, F.B. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, M. E. L.; VILLALTA, L. C. (Orgs). *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007, (p. 55-85).

MORAN, E.F. *Adaptabilidade Humana: Uma introdução à Antropologia ecológica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

MOREIRA,R.J. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. *Anais do 18º Encontro Nacional da Associação Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura*, Campina Grande, 1996.

MOREIRA, R.J. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. In: COSTA, L. F. de C.; MOREIRA, R.J.; BRUNO, R. (Org.). *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, (pp. 239-266).

MOREIRA,R.J. Identidades complexas no conhecimento científico sobre comunidades costeiras. In: N. B. P. AMODEO; H. ALIMONDA (Orgs). *Ruralidades, capacitação e desenvolvimento*. Viçosa: Ed. UFV, 2006, (pp.177-200).

MOREIRA, R. J. *Terra, poder e território*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

MOREIRA, R. J. Subalternia, estudos rurais e política no mundo rural brasileiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 22, nº 1, 2014.

MORIN, E. A necessidade do pensamento complexo. In:CANDIDO MENDES (org). *Representação e Complexidade*, Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MOURA, M, M. *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

NUNES, S.C.P . *Respostas fisiológicas, fenológicas e anatômicas de Syngonanthus elegans (Bong.) Ruhland E Syngonanthus elegantulus Ruhland cultivadas sob dois níveis de radiação em Diamantina, MG*. (69pp) Dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2008.

PAIVA, J. C. *Processo abre novas perspectivas no Alto Jequitinhonha*. Agência Minas Gerais. 2013. Disponível em: <<http://www.agenciaminas.noticiasantigas.mg.gov.br>>. Acesso em: 15. jul. 2014.

PARAJULI, P. Governance at the Grassroots: From Global Civil Society to Ecosystem Communities. *Internacional Social Science Journal*, 1997.

PEREIRA FILHO, J.C. *Edgardo Carlos da Cunha Pereira & Família*. Rio de Janeiro, (1937 [1989]).

PEREIRA FILHO, J.C. *Família Cunha Pereira em Milho Verde*. Rio de Janeiro (1937 [1993])

PEREIRA, L.P. No giro: as folhas como peregrinações rituais. *Interseções*, Rio de Janeiro. v. 14, nº 1, 2012.

PINTO e SOUZA, B. X, Memórias Históricas da Província de Minas Geraes. *Revista do A. P. M. V.* XIII, 1908.

PORTAL POLO JEQUITINHONHA. *Mapa Centros Regionais do Alto, Médio e Baixo Vale do Jequitinhonha*. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/polojequitinhonha>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

QUINTÃO, A. Evolução do conceito de parques nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. *Brasil Florestal*, Brasília, 54, abr/jun, 1983.

RIBEIRO, E.M.; GALIZONI, F.M.; CALIXTO, J.S.; ASSIS, T.P.; AYS, E.B; SILVESTRÉ, L.H. Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. *Revistas Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.7, Nº 2, 2005.

ROCHA, J. J. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, (1780 [1995]).

SANTOS, J. F. *Memórias do Districto Diamantino da Comarca do Serro Frio*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1868.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SARMIENTO, G. Adaptive strategies of perennial grasses in South America savannas. *Journal of Vegetation Science*, v.3, nº3, 1992.

SATHLER, E. B. A Área de Proteção Ambiental APA das Águas Vertentes e a população do Alto Jequitinhonha, MG: considerações para uma geografia cultural do diamante, 2006.

SCOTT, J. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven: Yale University Press, 1990.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, H, C.; MARTINEZ VALLE, L. *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, 2009, (pp. 132-161).

SILVA, J.A. *Biodiversidade da cadeia do Espinhaço – Identificação de lacunas de proteção e estratégias para sua conservação*. (140 pp.) Tese de Doutorado, Programa De Pós-Graduação Em Ecologia, Conservação E Manejo Da Vida Silvestre da Universidade Federal De Minas Gerais, 2008.

SIMON, M.F.; GREYER, R.; QUEIROZ, L.P.; SKEMA, C.; PENNINGTON, R.T.; HUGHES, C.E. Recent assembly of the Cerrado, a Neotropical plant diversity hotspot, by in situ evolution of adaptations to fire. *Proceedings of the National Academy of Science USA*, V. 106, nº48, 2009.

SOUZA SANTOS. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.78, 2007.

SOUZA SANTOS, B. *Refundación del Estado en América Latina: Perspectivas desde una epistemología del Sur*. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010.

SOUZA, D. E. *Aspectos Socioambientais e a Gestão da Apa Estadual das Águas Vertentes*. (262pp.) Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

SOUZA, K.D.; FARIA, T.C.A.; STEPHAN, I.I.C. Processo de formação socioespacial de pequenas cidades: o caso de Serro. *Oculum*, Campinas, 2015.

SYNERGIA. *Plano de desenvolvimento do Turismo Sustentável do município Do Serro / MG*. Serro, 2013

THERBORN, G. Dialética da Modernidade: A teoria crítica e o legado do marxismo do século XX. *Dados. Revista de ciências Sociais*. v.38, n. 2, 1995.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *A Inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora da UNB, (1922 [1999]).

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D.B. Introdução. In: ZHOURI, A. (org). *A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, (pp.11-24).